

ESTER TOMÁS NATAL RIBEIRO

**DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E AUTOSSEGREGAÇÃO NA CIDADE DA MATOLA
– MOÇAMBIQUE**



**PRESIDENTE PRUDENTE – PP
OUTUBRO DE 2021**

ESTER TOMÁS NATAL RIBEIRO

**DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E AUTOSSEGREGAÇÃO NA CIDADE DA MATOLA
– MOÇAMBIQUE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora.

Área de concentração: Produção do espaço geográfico.

Linha de pesquisa: Produção do espaço urbano

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo



PRESIDENTE PRUDENTE – PP

OUTUBRO DE 2021

R484d Ribeiro, Ester Tomás Natal
Dinâmicas socioespaciais e autosegregação na cidade da Matola -
Moçambique / Ester Tomás Natal Ribeiro. -- Presidente Prudente,
2021
313 p. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Everaldo Santos Melazzo

1. Geografia. 2. Geografia urbana. 3. Autosegregação. I. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Dinâmicas Socioespaciais e Autossegregação na Cidade da Matola – Moçambique

AUTORA: ESTER TOMÁS NATAL RIBEIRO

ORIENTADOR: EVERALDO SANTOS MELAZZO

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. EVERALDO SANTOS MELAZZO (Participação Virtual)
Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Profa. Dra. MARIA ENCARNÇÃO BELTRÃO SPOSITO (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. ARTHUR MAGON WHITACKER (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Profa. Dra. INES MACAMO RAIMUNDO (Participação Virtual)
Geografia / UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Prof. Dr. JOÃO CARLOS MENDES LIMA (Participação Virtual)
Universidade Licungo Quelimane

Presidente Prudente, 07 de outubro de 2021

APOIO FINANCEIRO



Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior

APOIO ACADÊMICO



Dedico essa tese

À minha mãe Isabel Rendição, Tsitsi Tomás Natal, Gladys Tomás Natal, Essinate Tomás Natal, Tureva Etrez Cossai Vurande, Sitela Isaias Mucuenta, Filipe Samissone Rupanga, Elias Massada, Lígia Rita Dias Nhampossa, Américo Banco Macedo, Zeca Banco Macedo, Vitorino Banco Macedo, Vasco Rendição, Fernando Tomás Natal (in memoriam), João Antônio Araújo (in memoriam), Agostinho Rendição (in memoriam), Antônio Rendição (in memoriam), João Rendição (in memoriam), Mário Rendição (in memoriam) e Vicente Banco Macedo (in memoriam).

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Chegar nessa fase não significa necessariamente ser esperta, mas sim saber agarrar as oportunidades que a vida ofereceu e percorrer um longo e duro caminho que só a força divina conhece a trajetória. Pela grandeza da lista não será fácil mencionar os nomes de todos que contribuíram para que chegasse a essa fase. Para aqueles que os nomes não constam mas ajudaram, imensas desculpas, pois a lista é enorme. Posto isto, agradeço primeiramente a Deus pela vida e benção na longa caminhada. Ao governo brasileiro, concretamente a CAPES, por me conceder a bolsa de estudos, pois, sem a bolsa não seria possível a concretização dessa tese.

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP – FCT), Campus de Presidente Prudente, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em ter aberto as portas e aceitar me receber. Ao Professor Dr. Everaldo Santos Melazzo por aceitar me orientar, pelos conhecimentos transmitidos durante o período de aprendizagem na UNESP – FCT e estadia em Presidente Prudente, vai o meu muito obrigada.

Ao Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique concretamente ao Ex. presidente Rosário Bernardo Francisco Fernandes, Ex. diretor da Direção de Censos e Inquéritos Arão Balate, ao diretor Alexandre Marrupi e ao chefe do departamento Arlindo José Charles por terem autorizado a minha saída para continuar com os estudos.

Agradeço aos professores que contribuíram com seus ensinamentos nas escolas por onde passei desde o primeiro dia a pisar em uma escola até ao preciso momento, são eles: professores da Escola Primária de Marera¹, da Escola Primária do Bloco Nove (província de Manica, cidade de Chimoio), Escola Secundária Samora Moisés Machel (província de Manica, cidade de Chimoio), antiga Escola Industrial e Comercial Joaquim Marra (província de Manica, cidade de Chimoio), da Escola Secundária do Dondo² (província de Sofala, distrito de Dondo), da Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Geografia (Cidade de Maputo)³, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Departamento de Engenharia Cartográfica,

¹ A minha terra natal, atualmente pertencente ao distrito de Macate, província de Manica.

² Onde frequentei a escola morando no centro educacional de Dondo.

³ Estudei morando na residência feminina número 6 (R6), vulgo Tangará.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas e Tecnologias de Geoinformação (Pernambuco, Recife) e aos professores da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação – São Paulo – Presidente Prudente (Eda Maria Góes, Encarnita Martins, Maria Encarnação Beltrão Sposito, Arthur Magon Whitacker, Eduardo Paulon Girardi, Eliseu Savério Sposito, Everaldo Santos Mellazo, Márcio José Catelan, Nécio Turra Neto e Rodrigo Lilla Manzione).

À banca examinadora, Professores Drs. Inês Macamo Raimundo (Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Geografia – Maputo), Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP – FCT – PP, Departamento de Geografia), Arthur Magon Whitacker (UNESP – FCT – PP, Departamento de Geografia) e João Carlos Mendes Lima (Universidade Licungo Quelimane, Departamento de Educação), agradeço por aceitarem fazer parte da avaliação dessa tese.

Aos Professores Drs. Ramos Cardoso Muanamoha (Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de Geografia – Maputo), Luís Adriano Guevane (Universidade Pedagógica de Maputo – UPM, Departamento de Geografia), Eda Maria Góes (UNESP – FCT – PP, Departamento de Geografia) e Márcio José Catelan (UNESP – FCT – PP, Departamento de Geografia) por aceitarem fazer parte de membros suplentes da banca examinadora.

Agradeço aos Professores Drs. Everaldo Santos Melazzo e Encarnita Martins pelo apoio prestado durante a minha estadia e em momentos difíceis que atravessei em Presidente Prudente. A Prof.^a Dr^a Cristina Maria Perissinotto Baron pela confiança e pelo espaço cedido. À Professora Dra. Lucilene Antunes Correia Marques de Sá (orientadora do mestrado na Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Tecnologia e Geociências, Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação) e a Dra. Márcia Matos Carneiro (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Recife) pela amizade que permanece mesmo depois da minha saída de Recife.

À minha mãe Isabel Rendição, pai Tomás Natal Ribeiro Arnança (in memoriam), irmãos Tsitsi Tomás Natal, Fernando Tomás Natal (in memoriam), Godwin Tomás Natal Ribeiro, Lavuness Tomás Natal, Wanda Tomás Natal (in memoriam), Josefa Tomás Natal, Gladys Tomás Natal, Nhacha Tomás Natal, Miriam Tomás Natal (in memoriam), Nina Tomás Natal (in memoriam), Beauty Tomás Natal, Lázaro Tomás Natal, Essinate Tomás Natal e Tinache Tomás

Natal. Aos tios, cunhados, sobrinhos, primos e demais familiares e amigos venho por meio dessa tese agradecer e reconhecer o quão vocês foram e são importantes na minha trajetória. Pelo fato da lista ser longa não vou poder mencionar os nomes de cada um de vocês.

Aos colegas da Direção de Censos e Inquéritos do INE, em especial aos do Departamento de Cartografia e Operações: Arlindo José Charles, Cláudio Dengo, Daniel Waissone Selemene, Gilberto Francisco Munguambe, Hermenegildo Alberto Mazivila, Inácio José Jonas, Ismênia Guilima, Luís Bassanhane Macucule, Nelson António Mula e Raul Afonso Cumbe.

Aos amigos que me receberam, acolheram, conviveram e me apoiaram em Presidente Prudente: José Maria do Rosário Chilaúle Langa, Aline Coimbra, Márcia Cardim de Carvalho, Marlon Altavini de Abreu, Bruno Leonardo Barcella Silva, Victória Aparecida Batista da Silva, Bruna Corrêa, Adriano Silva Oliveira, Ângela Machado, António Amucova Titosse, Carlos Alberto Cosmo de Macena, Carlos Eduardo das Neves, César Andrés Alzate Hoyos, Cláudio Smalley Soares Pereira, Dona Cleide, Emanuela Sanches, Érica Bernardes, Fernando Henrique de Oliveira, Guilherme Claudino, Gustavo Henrique Pereira da Silva, Ivonete Aparecida Alves, Jefferson Martins Costa, João Victor de Sousa Ferreira, Larissa Araújo Coutinho de Paula, Leodilinde Pinto Caetano, Lidiana Pinho Mendes, João Victor Pavoni, Luísa Fernanda Durán Montes, Maiara, Maryna Vieira Martins Antunes, Natália Daniela Soares Sá Brito, Rita de Cássia Gregório de Andrade, Rízia Mendes Mares, Samarane Fonseca de Souza Barros, Silvana Gino Fernandes de César, Talita Alves Macanhã e Viviane de Brito Maior. Poderia detalhar a ajuda que cada um de vocês prestou, seriam inúmeras páginas, quem sabe mais uma tese. O que fizeram para mim não tem preço, contudo vai o meu muito obrigada.

Os meus agradecimentos estendem-se a todos que fizeram e fazem parte do CEMESPP (Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas), GASPERR (Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais) e pessoas de outros grupos aqui não mencionados, aos funcionários da seção técnica do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela vossa dedicação aos alunos. Para Aline da Silva Ribeiro Muniz vai o meu muito obrigada pela bondade imensurável.

Ao casal Filogônio Rocha e Dirce Maiorano Rocha pela convivência e amor demonstrado durante todos anos da minha estadia em Presidente Prudente. Sempre me recordarei de vocês, das conversas, dos passeios, dos risos, das refeições etc.

Aos amigos que apesar da distância incentivaram para que eu continuasse a lutar de modo a alcançar os meus objetivos: Sônia Mussolo, Célio Rafael Vilichane, Carlota Piloto Coelho (Nelinha), Elsa Rudo Pires Lameira (Sinha), Maria da Luz Cadeado Taulo Quinhentos, Edson Gimo Luís, Mauro Carter Xavier Phiri Hussein, Luísa Rangarirane, Rosimer Bene (Nenê), Adélia Filosa Francisco Chicombo, Joana Domingos Bawene Baico, Celina Albino, Rosária Chico Chingore Augusto, Farida Mamad, Elvino Nhantumbo, Milagre Elias Macuácuá, Mário Eugénio Tchamo, Ana Dique, Ezequiel Samussone Amosse Venicen, Bruno Olímpio dos Santos e sua família, Gleice Pereira, Adriana Alice Silva Bonfim e sua família, Lilian Nina Silva Frederico, Ana Itamara Paz de Araújo, Hélder Gramacho dos Santos, Giovanna Molina Gramacho, Valdilene Marcelino da Silva, Elizabeth Galdino do Nascimento e Judite Rodrigues da Silva.

Fazer da escola uma base
Para o povo tomar o poder
(Samora Moisés Machel)

Resumo

A produção diferenciada das cidades, influenciada por vários fatores desde a antiguidade, por um lado, leva mais a implantação de infraestruturas e equipamentos que são importantes e necessários para a vida humana. Por outro lado, especialmente nas cidades capitalistas, tem criado condições para o crescimento das desigualdades sociais e espaciais consubstanciadas através de processos de segregação e autosegregação socioespaciais. A partir da observação do crescimento destas desigualdades, busca-se por meio dessa tese compreender os processos de autosegregação socioespacial em curso na cidade da Matola - Moçambique. A autosegregação socioespacial é entendida por meio da implantação de espaços residenciais fechados (ERFs) horizontais, inacessíveis à maioria da população, com sistemas de controle de entrada e saída de moradores, visitantes e trabalhadores. A análise direciona-se a suas origens na cidade da Matola, suas características, os agentes produtores e o perfil dos moradores destes espaços e seu entorno. Questão relevante é a problematização da apropriação privada e exclusiva destes espaços, seja em relação à propriedade da terra urbana, que em Moçambique pertence ao Estado, seja na relação ao conjunto de mudanças que produzem no seu entorno e em relação à cidade.

Palavras-Chave: Espaços residenciais fechados, autosegregação socioespacial, produção do espaço urbano, urbanização, cidade da Matola, Moçambique.

Abstract

Influenced by several factors the differentiated cities production, since ancient times, on the one hand, leads to the implementation of infrastructure and equipment that are important and necessary for human life. On the other hand, especially in capitalist cities, it has created conditions for the growth of social and spatial inequalities embodied through processes of residential segregation and self-segregation. From the observation of the growth of these inequalities, this Thesis seeks to understand the residential self-segregation processes taking place in the city of Matola - Mozambique. Socio-spatial self-segregation is understood through the implementation of closed residential spaces (gated communities), inaccessible to most of the population, with access control systems to monitor the entry and exit of residents, visitors and workers. The analysis starts from its origins in the city of Matola, its characteristics, their producing agents and the profile of the residents of these spaces and their surroundings. One relevant issue is the problematization of the private and exclusive appropriation of these spaces, whether in relation to the ownership of urban land that belongs to the State in Mozambique, or in relation to the set of changes they produce in its surroundings and in relation to the city.

Keywords: Gated communities, residential self-segregation, urban space production, urbanization, City of Matola, Mozambique.

Resumen

La producción diferenciada de las ciudades ha venido siendo influenciada por varios factores. Por un lado, ya desde la antigüedad se evidencia una implementación de infraestructuras y equipamientos que son importantes y necesarios para la vida humana. Por otro lado, y especialmente en las ciudades capitalistas, se han desarrollado una serie de condiciones propicias para el crecimiento de las desigualdades sociales y espaciales consubstanciadas a través de procesos de segregación y autosegregación residencial. A partir de la observación del crecimiento de estas desigualdades, esta Tesis pretende comprender los procesos de autosegregación residencial en curso en la ciudad de Matola - Mozambique. La autosegregación socioespacial se entiende a través de la implantación de espacios residenciales cerrados horizontales (ERC), inaccesibles para la mayoría de la población, los cuales cuentan con sistemas de control de entrada y salida de residentes, visitantes y trabajadores. El análisis aquí propuesto, parte de los orígenes de este fenómeno ocurrido en la ciudad de Matola, sus características, los agentes productores y el perfil de los residentes de estos espacios, así como su entorno. Se resalta como una cuestión relevante, la problematización de la apropiación privada y exclusiva de estos espacios, ya sea en relación con la propiedad del suelo urbano, que en Mozambique pertenece al Estado, o en relación con el conjunto de cambios que se producen en su entorno, y estos, en relación con la ciudad.

Palabras clave: Espacios residenciales cerrados, autosegregación residencial, producción del espacio urbano, urbanización, ciudad de Matola, Mozambique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: África. Porcentagens da população urbana, 1950, 2014 e 2050.....	74
Figura 2. África: Padrões de urbanização e população nas cidades, 1995 e 2015.....	76
Figura 3. Fortaleza São Caetano em Sofala.....	82
Figura 4. Parte insular da Ilha de Moçambique.....	83
Figura 5. Ilha de Moçambique: Fortaleza São Sebastião.....	84
Figura 6. Lourenço Marques: Plano geral de urbanização, perspectiva do centro cívico.....	85
Figura 7. Cidade da Matola: Plano Parcial da Unidade B.....	150
Figura 8. Anúncios de venda de terrenos, 2019.....	161
Figura 9. Propriedade da família Lumbela, 2002.....	173
Figura 10. Situação da propriedade da família Lumbela, 2019.....	174
Figura 11. Visualização da área do ERF Vila Camejo, 2002 e 2019.....	189
Figura 12. Visualização da área do ERF <i>Queen's Village</i> , 2002 e 2019.....	192
Figura 13. Visualização da área do ERF Vila D'ouro, 2002 e 2019.....	196
Figura 14. Visualização da área do ERF <i>Fountain Residence</i> , 2002 e 2019.....	199
Figura 15. Parcelas 506 e 506/A antes e depois da implantação do ERF Niketche, 2002 e 2019.....	204
Figura 16. Visualização da área do ERF <i>Eden Residence Gardens</i> , 2002 e 2019.....	206
Figura 17. Visualização da área do ERF <i>Shelyns</i> , 2002.....	211
Figura 18. Visualização da área do ERF <i>Shelyns</i> , 2019.....	211
Figura 19. Visualização da área antes da implantação dos ERFs <i>Kings Village</i> Alas A e D, 2002.....	213
Figura 20. Visualização da área do ERF <i>Kings Village</i> Ala A, 2019.....	214
Figura 21. Visualização da área do ERF <i>Kings Village</i> Ala D, 2019.....	217
Figura 22. Visualização da área do ERF <i>Elite Residence</i> , 2002 e 2019.....	218
Figura 23. Subdivisão da parcela 828.....	221
Figura 24. Visualização da área do ERF Flor da Pedra, 2002 e 2019.....	221
Figura 25. Subdivisão do talhão 24 da parcela 828.....	223
Figura 26. Visualização da área do ERF Vila das Famílias, 2002.....	226
Figura 27. Subdivisão do talhão nº 34 da parcela 828.....	226
Figura 28. Subdivisão do talhão nº 35 da parcela 828.....	227

Figura 29. Subdivisão do talhão nº 36 da parcela 828.....	228
Figura 30. Visualização da área do ERF Vila das Famílias, talhões 34, 35 e 36/2, 2019.....	228
Figura 31. Subdivisão da parcela 69.....	232
Figura 32. Visualização da área do ERF Matola <i>Housing</i> , 2002.....	233
Figura 33. Subdivisão da parcela 69 A.....	233
Figura 34. Esboço de implementação do espaço residencial Matola <i>Housing</i> na fase 1.....	234
Figura 35. Implementação da fase I do ERF Matola <i>Housing</i> na Parcela 69, 2019.....	235
Figura 36. Visualização da área do ERF do PETROMOC, 2002 e 2019.....	238
Figura 37. Visualização da área do ERF Vila Sara, 2002.....	242
Figura 38. Esboço do desmembramento do talhão 162.....	243
Figura 39. Visualização da área do ERF Vila Sara, 2019.....	245
Figura 40. Visualização da área do ERF Arco Íris, 2002 e 2019.....	247
Figura 41. Visualização da área do ERF Intaka <i>Village</i> , 2002.....	249
Figura 42. Visualização da área do ERF Intaka <i>Village</i> , 2019.....	250

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Moçambique: Situação geográfica e divisão por regiões e províncias.....	77
Mapa 2. Moçambique: Situação geográfica das cidades pioneiras.....	80
Mapa 3. Moçambique: Situação geográfica de cidades.....	92
Mapa 4. Moçambique: Situação geográfica de vilas.....	93
Mapa 5. Moçambique: Classificação de cidades.....	95
Mapa 6. Moçambique: Classificação de vilas.....	97
Mapa 7. Moçambique: Situação geográfica de cidades e vilas.....	99
Mapa 8. Cidade da Matola: Situação geográfica.....	125
Mapa 9. Cidade da Matola: Divisão político-administrativa e classificação dos bairros.....	126
Mapa 10. Cidade da Matola: Localização das principais indústrias, 2020.....	133
Mapa 11. Cidade da Matola: Localização de agências bancárias, 2020.....	135
Mapa 12. Cidade da Matola: Localização dos principais estabelecimentos comerciais e mercados, 2020.....	137
Mapa 13. Cidade da Matola: Distribuição percentual da população por bairros em 1997, 2007 e 2017.....	145
Mapa 14. Cidade da Matola: Ilustração de alguns componentes no bairro Matola A.....	146

Mapa 15. Cidade da Matola: Categorias de áreas estabelecidas de acordo com as ocupações, 2002 e 2019.....	179
Mapa 16. Cidade da Matola: Situação geográfica dos espaços residenciais fechados, 2020.....	184
Mapa 17. Cidade da Matola: ERFs analisados, 2020.....	188
Mapa 18. Localização da Associação dos Moradores do Tchumene I.....	256

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Vista parcial da rua Eusébio da Silva Ferreira.....	127
Foto 2. Vista parcial da Avenida dos Heróis Moçambicanos.....	128
Foto 3. Vista parcial da rua <i>Xilati</i>	128
Foto 4. Vista parcial de rua em Tchumene I.....	129
Foto 5. Vista parcial de rua em Tchumene I.....	130
Foto 6. Vista parcial do bairro Mucatine.....	131
Foto 7. Vista parcial do bairro Ngolhosa.....	131
Foto 8. Vista parcial do bairro Muhalaze.....	132
Foto 9. Vista parcial do centro comercial de Infulene.....	138
Foto 10. Vista parcial das barracas improvisadas no mercado Matola Gare.....	139
Foto 11. Vista parcial das barracas construídas pelo município no mercado municipal do bairro Infulene A.....	139
Foto 12. Vista parcial da sede do bairro Ngolhosa.....	140
Foto 13. Transporte “ <i>my love</i> ”	141
Foto 14. Vista parcial de uma rua no bairro Mucatine.....	142
Foto 15. Vista parcial de uma rua no bairro Ngolhosa.....	143
Foto 16. Vista parcial de uma rua no bairro Muhalaze.....	143
Foto 17. Vista parcial da rua do mercado Matola Gare.....	155
Foto 18. Vista parcial da rua da Igreja no bairro Tsalala.....	156
Foto 19. Exemplo de casas para reassentamento construídas na antiga propriedade da família Lumbela.....	171
Foto 20. Ampliação de casa de reassentamento na antiga propriedade da família Lumbela.....	172
Foto 21. Casa em construção na antiga propriedade da família Lumbela.....	172
Foto 22. Casa em construção na antiga propriedade da família Lumbela.....	173

Foto 23. Casa de vítima das cheias do ano 2000 no bairro Khongolote.....	176
Foto 24. Entrada do espaço residencial fechado Vila Camejo.....	190
Foto 25. Vista parcial da parte interna do espaço residencial fechado Vila Camejo.....	190
Foto 26. Vista parcial das lojas no ERF <i>Queen's Village</i>	192
Foto 27. Vista parcial das lojas no ERF <i>Queen's Village</i>	193
Foto 28. Entrada principal do ERF <i>Queen's Village</i>	193
Foto 29. Vista parcial dos apartamentos no ERF <i>Queen's Village</i>	194
Foto 30. Vista parcial das vivendas e dos apartamentos no ERF <i>Queen's Village</i>	194
Foto 31. Vista parcial da parte frontal do ERF Vila D'ouro.....	197
Foto 32. Vista parcial da parte interna do ERF Vila D'ouro.....	198
Foto 33. Vista parcial da parte frontal do ERF <i>Fountain Residence</i>	200
Foto 34. Vista parcial da parte frontal do ERF fechado Niketche.....	202
Foto 35. Vista parcial da parte interna do ERF Niketche.....	203
Foto 36. Vista parcial do ERF <i>Eden Residence Gardens</i>	207
Foto 37. Vista parcial do ERF <i>Eden Residence Gardens</i>	207
Foto 38. Vista parcial do ERF <i>Eden Residence Gardens</i>	208
Foto 39. Vista parcial da parte interna do ERF <i>Eden Residence Gardens</i>	208
Foto 40. Entrada do ERF <i>Kings Village</i> Ala A.....	214
Foto 41. Vista parcial do ERF <i>Kings Village</i> Ala A.....	215
Foto 42. Vista parcial das moradias no ERF <i>Kings Village</i> Ala A.....	215
Foto 43. Vista parcial das moradias no ERF <i>Kings Village</i> Ala A.....	216
Foto 44. Vista parcial do ERF <i>Kings Village</i> Ala D.....	217
Foto 45. Entrada do ERF <i>Elite Residence</i>	219
Foto 46. Vista parcial da parte interna do ERF <i>Elite Residence</i>	219
Foto 47. Vista parcial da parte frontal do ERF Flor da Pedra.....	222
Foto 48. Vista parcial da parte interna do ERF Flor da Pedra.....	222
Foto 49. Vista parcial da parte frontal do ERF Vila das Famílias nos talhões 34 e 36/2.....	229
Foto 50. Vista parcial da parte interna do ERF Vila das Famílias nos talhões 34 e 36/2.....	229
Foto 51. Vista parcial da parte frontal do ERF Vila das Famílias no talhão nº 35.....	230
Foto 52. Vista parcial da parte interna do ERF Vila das Famílias no talhão nº 35.....	230
Foto 53. Vista parcial da parte frontal do ERF Matola <i>Housing</i>	235

Foto 54. Vista parcial das casas no ERF Matola <i>Housing</i>	236
Foto 55. Entrada do ERF Matola <i>Housing</i>	236
Foto 56. Vista parcial da parte interna do ERF Matola <i>Housing</i>	237
Foto 57. Vista parcial do ERF do PETROMOC.....	239
Foto 58. Vista parcial do ERF do PETROMOC.....	240
Foto 59. Vista parcial da entrada do ERF do PETROMOC.....	240
Foto 60. Vista parcial da parte interna do ERF do PETROMOC.....	241
Foto 61. Vista parcial da parte interna do ERF Vila Sara.....	245
Foto 62. Vista parcial das lojas comerciais na parte frontal no ERF Vila Sara.....	246
Foto 63. Vista parcial da parte frontal do ERF Arco Íris.....	247
Foto 64. Vista parcial da parte interna do ERF Arco Íris.....	248
Foto 65. Entrada do ERF Intaka <i>Village</i>	250
Foto 66. Vista parcial das residências unifamiliares no ERF Intaka <i>Village</i>	251
Foto 67. Vista parcial das lojas comerciais na parte frontal do ERF Intaka <i>Village</i>	251
Foto 68. Vista parcial da entrada principal da Associação dos Moradores do Tchumene I.....	257
Foto 69. Vista parcial da entrada principal da Associação dos Moradores do Tchumene I.....	258
Foto 70. Entrada para os devedores e caminhões pesados na Associação dos Moradores do Tchumene I.....	258
Foto 71. Vista parcial da vedação e entrada e saída de peões na Associação dos Moradores do Tchumene I.....	259
Foto 72. Vista parcial da guarita do ERF Algarve.....	279
Foto 73. Vista parcial da parte interna do ERF Algarve.....	279

LISTA DE PLANTAS

Planta 1. Cidade da Matola: Fases da expansão.....	148
Planta 2. Cidade da Matola: Toponímia de bairros.....	149
Planta 3. Cidade da Matola: Toponímia tradicional.....	151
Planta 4. Cidade da Matola: Cadastro.....	152

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Cidade da Matola: Exemplo de planta ortogonal, 2019.....	180
Imagem 2. Cidade da Matola: Exemplo de Planta irregular, 2019.....	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Cidade da Matola: Entrevistas realizadas no âmbito do trabalho de campo, 2019 e 2020.....	39
Tabela 2. Cidade da Matola: Cálculo de taxas de concessão de DUAT.....	114
Tabela 3. Cidade da Matola: Cálculo de taxas de atualização.....	115
Tabela 4. Áreas e preços das lojas para venda no ERF <i>Queen's Village</i> , 2019.....	195
Tabela 5. Talhões e áreas resultantes do desmembramento da parcela 506.....	202
Tabela 6. Área por talhão residencial resultante da desanexação da parcela 271/A.....	210
Tabela 7. Área por talhão comercial resultante da desanexação da parcela 271/A.....	210
Tabela 8. Talhões e áreas resultantes da divisão do talhão nº 24.....	223
Tabela 9. Talhões e áreas resultantes da subdivisão do talhão nº 34.....	227
Tabela 10. Talhões e áreas resultantes da subdivisão do talhão nº 35.....	227
Tabela 11. Áreas de talhões residenciais e comerciais no talhão nº 162.....	243
Tabela 12. Tipologias, áreas e preços das vivendas no ERF <i>Intaka Village</i>	252
Tabela 13. Tipologias, áreas e preços dos apartamentos no ERF <i>Intaka Village</i>	252

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Cidade da Matola: ERFs selecionados e analisados na pesquisa, 2020.....	47
Quadro 2. Cidade da Matola: Processos analisados dos 17 ERFs selecionados, 2020.....	48
Quadro 3. Moçambique: População total nos quatro Censos e sua distribuição segundo sexo por área de residência (1980-2017)	90
Quadro 4. Pontuação para a classificação das cidades e vilas em Moçambique.....	94
Quadro 5. Moçambique: Vilas municipais.....	98
Quadro 6. Cidade da Matola: Evolução da população de 1980 a 2017.....	144
Quadro 7. Cidade da Matola: Espaços residenciais fechados identificados, 2020.....	185
Quadro 8. Moçambique: Salários mínimos por setores entre 2013 à 2016.....	265
Quadro 9. Sistema de segurança nos dezessete ERFs.....	268

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Cidade da Matola: Bairros com espaços residenciais fechados.....	185
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS

AR = Assembleia da República

BI = Bilhete de Identidade

BR = Boletim da República

d.C. = Depois de Cristo

Dr = Doutor

Dr^a = Doutora

Prof.^a = Professora

Prof. = Professor

LISTA DE SIGLAS

ABSA = *Amalgamated Banks of South Africa*

ACOC = Áreas com ocupações concentradas

ACOD = Áreas com ocupações dispersas

ACODCFC = Áreas com ocupações dispersas com focos de concentração

ACOMC = Áreas com ocupações muito concentradas

ACOMD = Áreas com ocupações muito dispersas

ANE = Administração Nacional de Estradas

APIE = Administração do Parque Imobiliário do Estado

ASO = Áreas sem ocupação

AV = Avenida

BCI = Banco Comercial de Investimentos

CCR = Conselho Coordenador do Recenseamento

CEMESPP = Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social Para Políticas Públicas

CENACARTA = Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção

CEP = Comité de Ética de Pesquisa

CIM = Companhia Industrial da Matola

CM = Cimentos de Moçambique

CMC = *Cooperativa Muratori Cementisti*

CMCIM = Conselho Municipal da Cidade da Ilha de Moçambique

CMP = *Community Mortgage Programme*

CODEMA = Companhia de Desenvolvimento da Matola

CRM = Constituição da República de Moçambique
DNUH = Direção Nacional de Urbanização e Habitação
DPCAA = Direção Provincial para a Coordenação da Ação Ambiental
DPIC = Direção Provincial de Indústria e Comércio
DUAT = Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
EN = Estrada Nacional
ERF = Espaço Residencial Fechado
EUA = Estados Unidos da América
FAO = *Agriculture Organization of the United Nations*
FCT = Faculdade de Ciências e Tecnologia
FFH = Fundo de Fomento para Habitação
FRELIMO = Frente de Libertação de Moçambique
GAsPER = Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais
GPM = Governo da Província de Maputo
GPS = *Global Position System*
HIC = *Habitat International Coalition*
HS = Homens de Segurança
IIED = *International Institute for Environment and Development*
INE = Instituto Nacional de Estatística
INGC = Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
IPA = Imposto Pessoal Autárquico
JAEM = Junta Autónoma de Estradas de Moçambique
KIP = *Kampung Improvement Program*
KML = *Keyhole Markup Language*
MCM = Município da Cidade da Matola
MEP = Ministério de Estado na Presidência
MOPHRH = Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
NU = Nações Unidas
NUIT = Número Único de Identificação Tributária
OGE = Orçamento Geral do Estado
ONG = Organização Não Governamental

PCC = Partido Comunista Chinês

PDULM = Plano Diretor de Urbanização de Lourenço Marques

PETROMOC = Petróleos de Moçambique

PEU = Plano de Estrutura Urbana

PEUCM = Plano de Estrutura Urbana da Cidade da Matola

PP = Presidente Prudente

PPGG = Programa de Pós-Graduação em Geografia

PROSALM = Plano Regulador da Ocupação do Solo nos Arredores de Lourenço Marques

SADC = Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SONAREP = Sociedade Nacional de Refinação de Petróleos

SSP = Serviços de Segurança e Proteção

UCCLP = União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

UNESCO = Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP = Universidade Estadual Paulista

UN-DESA = *United Nations Department of Economic and Social Affairs*

UN-HABITAT = *United Nations Human Settlements Programme*

UOPG = Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

UTM = *Universal Transversa de Mercator*

VPTU = Vereação de Planeamento Territorial e Urbanização

WGS = *World Geodetic System*

SUMÁRIO

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO.....	27
1.1 Aspectos introdutórios e procedimentos de análise.....	27
1.2 Proposta Metodológica – procedimentos de análise.....	35
1.2.1 Etapas gerais seguidas para os objetivos traçados.....	36
1.2.2 Etapas específicas seguidas para os objetivos traçados.....	40
CAPÍTULO II. OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	53
2.1 A produção da cidade capitalista: Aspectos gerais.....	53
2.2 Segregação socioespacial.....	63
2.3 A produção das cidades na África: particularidades e singularidades.....	71
2.4 A produção das cidades em Moçambique: particularidades e singularidades.....	77
2.4.1 Áreas urbanas.....	91
CAPÍTULO III. PROPRIEDADE E ACESSO À TERRA EM MOÇAMBIQUE.....	102
3.1 Propriedade e acesso à terra em Moçambique antes e durante a colonização.....	108
3.2 Propriedade e acesso à terra em Moçambique depois da independência.....	109
3.3 O acesso à terra em áreas urbanas.....	117
CAPÍTULO IV. DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DA MATOLA.....	123
4.1. Breve historial e caracterização da cidade da Matola.....	123
4.1.1 População.....	144
4.2 Expansão territorial urbana da cidade da Matola.....	147
4.3 Instrumentos de ordenamento do território na cidade da Matola: constatações e irregularidades na sua implementação.....	153
4.4 Concessão e regularização de terra para habitação particular, espaços residenciais fechados e outros usos na cidade da Matola.....	159
4.5 Dinâmicas socioespaciais na cidade da Matola.....	166

CAPÍTULO V. CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS NA CIDADE DA MATOLA.....	182
5.1 Surgimento dos espaços residenciais fechados.....	182
5.2 Localização e situação geográfica dos ERFs.....	183
5.3 Os espaços residenciais fechados pesquisados.....	187
5.3.1 Espaço residencial fechado Vila Camejo.....	189
5.3.2 Espaço residencial fechado <i>Queen's Village</i>	191
5.3.3 Espaço residencial fechado Vila D'ouro.....	196
5.3.4 Espaço residencial fechado <i>Fountain Residence</i>	199
5.3.5 Espaço residencial fechado Niketche.....	200
5.3.6 Espaço residencial fechado <i>Eden Residence Gardens</i>	205
5.3.7 Espaço residencial fechado <i>Shelyns</i>	209
5.3.8 Espaço residencial fechado <i>Kings Village</i> Ala A.....	212
5.3.9 Espaço residencial fechado <i>Kings Village</i> Ala D.....	216
5.3.10 Espaço Residencial fechado <i>Elite Residence</i>	218
5.3.11 Espaço residencial fechado Flor da Pedra.....	220
5.3.12 Espaço residencial fechado Vila das Famílias.....	224
5.3.13 Espaço residencial fechado Matola <i>Housing</i>	231
5.3.14 Espaço residencial fechado do PETROMOC.....	237
5.3.15 Espaço residencial fechado Vila Sara.....	241
5.3.16 Espaço residencial fechado Arco Íris.....	246
5.3.17 Espaço residencial fechado <i>Intaka Village</i>	248
5.4 Espaços residenciais fechados sob várias perspectivas.....	253
5.4.1 Terra urbana e os ERFs: acesso diferenciado.....	253
5.4.2 Espaços residenciais fechados: a produção da autoss segregação socioespacial na cidade da Matola.....	263

5.4.3 As opções por morar em um ERF.....	267
5.4.3.1 Segurança e privacidade.....	267
5.4.3.2 Desejo de casa própria, espaçosa e com quintal.....	270
5.4.4 Relações sociais entre moradores dos ERF e os do entorno.....	271
5.4.5 Os trabalhadores domésticos e da segurança nos ERF.....	276
CONCLUSÕES.....	282
REFERÊNCIAS.....	288
APÊNDICES.....	304

I. INTRODUÇÃO

1.1 Aspectos introdutórios e procedimentos de análise

O espaço em Geografia pode ser compreendido como sendo uma condição, meio e produto do processo de produção e reprodução da sociedade (CARLOS, 2009).

É no espaço onde se revelam as condições, em que se realiza a vida da sociedade, é o plano da vida cotidiana onde nos defrontamos com a dialética entre o desejo e a necessidade [...]. Como condição para a realização da sociedade, trata-se do espaço da materialização das relações sociais. Como meio, esse espaço realiza-se enquanto circulação, de modo a permitir a mobilidade. Como produto, tem-se o espaço enquanto valor de uso (CARLOS, 2007, p. 53-54).

Assim, sendo o espaço compreendido como processo e movimento que se realiza na tríade condição, meio e produto da produção e reprodução da sociedade conforme (CARLOS, 2007), a sua (re) produção é historicamente determinada e levada a cabo por agentes sociais concretos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles e com outros segmentos da sociedade (SANTOS e ANDRADE, 2010; CORRÊA, 2011).

Referimo-nos aqui, em particular, aos agentes sociais produtores do espaço como os mencionados por Corrêa (1989) sendo estes: os proprietários de meio de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado que desempenha o papel de regulador e muitas vezes produtor e os grupos sociais excluídos. Esses, participam de forma direta no processo da urbanização – força motriz da produção do espaço urbano, considerando-se que a urbanização como prática socioespacial, foi intensificada primeiramente nas cidades onde ocorreu a revolução industrial⁴ por meio da expansão das cidades e implantação de infraestruturas, equipamentos etc.

A urbanização é tema complexo por se tratar de um processo que ocorreu e ocorre de maneira diferenciada espacial e temporalmente, marcada por distintas trajetórias entre os países ao nível global. Em alguns países africanos, por exemplo, falar da urbanização torna-se mais complexo não apenas por tais diferenças, mas ainda por carecer de bibliografia que evidencia com

⁴ É na Inglaterra, onde iniciou-se a revolução industrial, que primeiro observou-se tais transformações. A invenção das máquinas de processamento do algodão e a máquina a vapor desencadearam uma revolução industrial que criou a sociedade burguesa na Inglaterra. Nessas invenções de máquinas, Engels (1975) faz referência a algumas como as de fiar algodão tal como a *Jenny* (nome da primeira máquina de fiar algodão), *Mule*, *Spinning Throstle*, as máquinas de fabrico de renda (*point-net*, *bobin-net*), entre outras invenções. A máquina a vapor foi a invenção mais importante. Essas máquinas foram sendo adaptadas e permanentemente aperfeiçoadas até alcançar um sistema de maquinaria automático e complexo (ENGELS, 1975).

clareza o processo e sua evolução ao longo do tempo. Há, inclusive, países africanos que acabaram por não manter ou eliminar os documentos da época da colonização que seriam fundamentais para o conhecimento na atualidade e as fontes orais, que são de extrema importância na transmissão de conhecimentos, são raras na atualidade, restando apenas somente os que dizem terem ouvido dizer (RIBEIRO e ANTUNES, 2015).

Santos (2013) chama atenção para os estudos levados a cabo por alguns pesquisadores em países subdesenvolvidos e salienta que, a maioria dos pesquisadores queixam-se das informações que não se ajustam às realidades locais. Por um lado, as perguntas essenciais que norteiam os estudos subordinam-se a um modelo internacional e, por outro lado, as pesquisas realizadas por organizações locais ou por pesquisadores independentes para compensar as deficiências dos resultados, são poucas e pouco acessíveis. Contudo, de acordo com Manning (1988) várias contribuições africanas no desenvolvimento de pesquisas com historiadores especializados têm ajudado na superação de falhas na documentação e nas diferenças entre culturas.

Na África, muitos estudos têm sido levados a cabo por estrangeiros. Devido à diversidade cultural, os estudos efetuados por estrangeiros e/ou indivíduos que não percebem ou falam os distintos idiomas nativos, trabalhando somente com intérpretes por vezes leva a vários erros e distorções de informação. A escassez da informação em diversos países africanos tem sido minimizada pelas Nações Unidas (NU) que levam a cabo estudos e publicações muitas vezes disseminados de forma gratuita. Mas, no que concerne à urbanização, as publicações têm como foco, em geral e apenas, a evolução da população urbana e não a periodização dos processos da urbanização, ou a expansão territorial das cidades ou sobre a implantação de infraestruturas e equipamentos urbanos antes e depois da colonização, cabendo a cada país resgatar e contextualizar o processo de urbanização no seu território, tarefa nada fácil.

Nas colônias portuguesas, no que concerne aos estudos urbanos, Domingos (2020) salienta que, enquanto outras potências na década de 1930 financiavam pesquisas em Antropologia e Sociologia urbanas com objetivo de estudar a reestruturação social, em curso naquele momento, Portugal não tinha capacidades e, limitava-se em estudar nas suas colônias o grau de aculturação processada nas cidades por meio de inquéritos onde eram coletados dados demográficos, estrutura familiar, a profissão, a habitação, as origens da população, a situação linguística e cultural, a formação de grupos e associações e relações sociais (DOMINGOS, 2020).

Até 1954, em Lourenço Marques⁵ nenhum estudo urbano tinha sido realizado, a não ser a investigação acadêmica da sociologia sul-africana, enquanto que, em Angola já tinham sido realizados quatro inquéritos, todos em Luanda (DOMINGOS, 2020). Tanto os estudos urbanos quanto o processo de urbanização em Moçambique ocorreram tardiamente levando em consideração a análise de Domingos (2020) quem assinala a não realização de estudos urbanos até a década de 1950 e Maloa (2016) que cita a intensificação da urbanização na década de 1970, evidenciando que é recente, incipiente e mais, apresentando singularidades.

O início do processo de urbanização em Moçambique ocorreu primeiramente ao longo do litoral – nas províncias banhadas pelo Oceano Índico devido aos interesses coloniais. Do litoral para o interior a urbanização, vai rareando, significando que as principais áreas urbanas concentram-se no litoral em relação ao interior, fenômeno que persiste até hoje. Um dos elementos que ajuda na demonstração de que a urbanização moçambicana é recente são os dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação realizado no ano de 2017. Dos dados publicados, observa-se que somente 33,35% da população moçambicana reside oficialmente em áreas urbanas e 66,65% em áreas consideradas rurais.

Os dados evidenciam que Moçambique é um país praticamente rural pelo fato da população rural ser superior a população urbana (LIMA, 2016). Para além de ser país de urbanização tardia mesmo quando comparado com outros países africanos, também enfrenta vários problemas ditos urbanos como a falta de infraestruturas e equipamentos básicos para responder às diversas demandas da população, tais como as frequentes e crescentes ocupações espontâneas e sub-habitações, problemas de saneamento do meio, entre outros. Esses problemas são vivenciados em todas as áreas urbanas moçambicanas, que estão em franca expansão, com o surgimento de novos empreendimentos urbanos como os espaços residenciais fechados (ERFs).

Sendo as cidades moçambicanas desprovidas de meios básicos e que enfrentam vários problemas urbanos, surge a necessidade de pesquisar por meio do tema “Dinâmicas Socioespaciais e Autossegregação na Cidade da Matola – Moçambique” as transformações que ocorrem na cidade da Matola motivadas pela urbanização decorrente com ênfase no processo de autossegregação, considerada por um grupo minoritário como solução habitacional para seu bem estar e como problema para uma maioria, na medida em que a autossegregação socioespacial cria divisões no

⁵ Atual Cidade de Maputo – capital de Moçambique

espaço, a clara e aprofunda diferenças no modo de vida dos habitantes da cidade. Entender e realçar essa dinâmica na cidade da Matola torna-se relevante, pois, se trata de uma capital provincial com um complexo industrial do país com cerca de 60% da atividade industrial (MALOA, 2016) e conurbada à Cidade de Maputo⁶.

Para que tais dinâmicas sejam identificadas e analisadas faz-se necessário definir os objetivos que norteiam a pesquisa. Assim sendo, o objetivo central é analisar as dinâmicas socioespaciais da produção do espaço urbano da cidade da Matola, Moçambique, com ênfase nos recentes processos de autosegregação por meio de ERFs⁷ no período compreendido entre 1988, ano em que a cidade da Matola foi desanexada da Cidade de Maputo e o ano de 2019.

Para a concretização do objetivo central faz-se necessário identificar e contextualizar as principais transformações frente aos elementos gerais, particulares e singulares da urbanização contemporânea, considerando tratar-se de uma cidade no continente africano e em um país que passa de colônia a um país socialista, que enfrentou uma guerra civil⁸ (1976 – 1992) depois da independência alcançada em 25 de Junho de 1975 e mais recentemente o início de uma economia de mercado capitalista. No âmbito das transformações, destaca-se a expansão da cidade e, as alterações em suas formas e os conteúdos, o que agrega novos elementos que necessitam ser evidenciados. Neste contexto são examinados os processos de ampliação da diferenciação e da desigualdade consideradas por meio da produção de espaços de autosegregação socioespacial (ERFs).

⁶ Pelo recorte da Tese, a Cidade de Maputo não será aqui analisada. Reconhecemos o seu papel de destaque para a compreensão dos processos de urbanização em Moçambique. Para isso, precisaríamos ver as ligações, as integrações espaciais, recuperar toda história da integração e desintegração da cidade da Matola a Cidade de Maputo, passando a partir de 1988 a ser a capital da província de Maputo. Abordaremos o tema nos próximos trabalhos.

⁷ Os ERFs constituem uma nova forma de habitar na cidade da Matola, caracterizados por um conjunto de novos atributos que envolvem a produção e consumo da habitação e da cidade, escolhidos para morar por pessoas de alto e/ou médio segmentos socioeconômicos cuja tendência é distanciar-se dos demais, considerados por estes como diferentes em termos de condições socioeconômicas. Em Moçambique, o regulamento do regime jurídico dos ERFs é descrito no Decreto nº 17/2013. São apresentadas no Decreto algumas definições, requisitos para a constituição de um ERF, descrição das diferentes partes do ERF, responsabilidades, direitos e deveres dos moradores, obras e reparações, despesas do ERF, administração das partes comuns etc.

⁸ Moçambique vivenciou uma grande guerra depois da independência no período entre 1976 à 1992. Várias são as denominações atribuídas a essa guerra sangrenta. Há os que a denominam de guerra da democracia, guerra de desestabilização, guerra civil, guerra entre irmãos, Guerra dos 16 anos etc. (MASSEKO, 2019). Foi uma guerra influenciada pela lógica da guerra fria (fatores externos) cujas razões eram políticas e ideológicas (CEPALUNI e MENDONÇA, 2006). De acordo com Masseko (2019), a guerra fria demonstrou hostilidades para os países como Moçambique que eram apoiados pela União Soviética porque eram vistos como autoritários e não democráticos.

Levando em consideração que na produção do espaço a terra é o elemento fundamental, por ser alicerce de todas atividades não somente inerentes a urbanização, faz-se necessário analisar a propriedade, acesso e posse de terra em Moçambique no geral e na cidade da Matola em particular de modo a entender como as autoridades municipais articulam a questão da terra na posse de famílias naturais ou de pessoas que não apresentam a documentação como DUAT e ou título de propriedade. Com a urbanização em curso, distinguem-se na cidade áreas que foram valorizadas social e economicamente, as que estão sendo valorizadas e os agentes sociais que contribuem para essa valorização por meio de estratégias de diferenciação e apropriação do espaço urbano, bem como áreas consideradas desvalorizadas ou em processos de desvalorização.

Tratando-se de um espaço urbano com seu uso normatizado, surge também a necessidade de avaliar como o poder público local têm lidado com tais processos através de políticas públicas específicas – instrumentos de ordenamento do solo urbano (planos diretores, de estrutura urbana, parciais e de pormenor) adotadas para as áreas urbanas, caso concreto da cidade da Matola, cuja urbanização foi intensificada, primeiramente na zona sul onde se localizam as principais infraestruturas e equipamentos da cidade.

De acordo com Município da Cidade da Matola – MCD (2015), a urbanização na cidade da Matola foi impulsionada por Abel Baptista⁹ a partir de 1963 com a implantação de certas infraestruturas e equipamentos. Atualmente, a urbanização está em curso levando a expansão da cidade para áreas antes menos habitadas em que o tipo de uso do solo era basicamente agrícola e habitado na sua maioria por naturais¹⁰.

A produção da cidade está sendo marcada pelo processo de requalificação¹¹ de áreas de ocupação espontânea (inclui a delimitação de novas áreas em bairros de expansão antes menos habitados) sobretudo na zona norte da cidade, ocupação de áreas em bairros consolidados,

⁹ Ex. presidente da câmara municipal da vila Salazar – nome da cidade da Matola no período colonial.

¹⁰ Nos referimos de naturais aqueles que herdaram/herdam a terra dos seus antepassados, em que a terra é transmitida de geração em geração, famílias que se consideram donos de uma determinada parcela de terra.

¹¹ A expressão requalificação urbana nessa tese se refere tal como utilizada pela municipalidade a toda e qualquer intervenção realizada por ela na cidade da Matola. No processo de requalificação, nos bairros de ocupação espontânea, por esses terem sido ocupados sem observância de parâmetros urbanos, como abertura de ruas, reserva de áreas para implantação de infraestruturas e equipamentos, entre outros elementos, são abertas vias de acesso, reservadas áreas para implantação de infraestruturas e equipamento sociais etc. Frisar que, a reserva de áreas só se efetiva em bairros com terra ainda disponível. Em bairros de ocupação espontânea densamente habitados, geralmente a requalificação tem consistido em demolir algumas construções como muros, paredes de casas etc., e abrir vias de acesso com dimensões razoáveis que possam facilitar a circulação e, não tem havido reserva de áreas para a implantação de infraestruturas e equipamentos.

mudanças no tipo de uso do solo (mudanças de atividades) etc. Na delimitação de novas áreas tanto para fins habitacionais quanto para fins comerciais, implantação de infraestruturas e equipamentos, de lazer, entre outros, o município apoia-se em instrumentos de ordenamento do solo urbano, previstos no ordenamento jurídico nacional.

A demarcação formal de novas áreas como cidade, a ocupação espontânea de áreas, a abertura de vias de acesso, o alcance do transporte público e/ou privado em bairros periféricos etc., marcam o processo da rápida expansão na cidade da Matola sobretudo a partir do século XXI, embora nos finais do séc. XX a cidade já apresentava mudanças na sua ocupação.

A título de exemplo, em Moçambique ocorreram cheias no ano 2000¹² e a cidade da Matola acolheu pessoas abrangidas pelas cheias da própria cidade e de pessoas provenientes da Cidade de Maputo. O bairro *Kongholote* que antes das cheias de 2000 era habitado na sua maioria por naturais cuja principal atividade era a prática de agricultura de subsistência nas terras herdadas dos familiares ou cedidas, foi aquele em que foram reassentadas o maior número de vítimas das cheias, passando a albergar um novo contingente de população que o levou a profundas mudanças. O mesmo ocorreu com várias áreas antes destinadas a agricultura de subsistência que passaram a ser residenciais.

Essa e outras transformações na maior parte das vezes não estão sendo acompanhadas com a implantação de infraestruturas e equipamentos, fazendo com que os bairros periféricos sejam dependentes dos bairros considerados urbanos, principalmente o bairro Matola A, considerado o centro da cidade. Isso deve-se ao fato dos bairros centrais em Moçambique serem lugares onde estão concentrados os equipamentos, as infraestruturas e principais serviços em relação aos bairros periféricos que são menos equipados.

Essa diferenciação mostra que morar nos bairros centrais de qualquer cidade em Moçambique ainda é sinônimo de posse e de bem estar, embora existirem famílias sem posse que adquiriram flats/apartamentos e ou vivendas na época de nacionalização¹³ ou em épocas em que os preços eram acessíveis e, que no momento atual não os conseguem manter.

¹² As inundações que ocorreram em Moçambique no ano 2000 foram as piores em mais de 150 anos e resultaram na morte de 800 pessoas e sérios danos as lavouras, pecuária, habitação, infraestruturas de comunicação e ativos de negócios (CHRISTIE e HANLON, 2001 *apud* LUMBROSO e RAMSBOTTOM, 2008, p. 34).

¹³ As nacionalizações em Moçambique ocorreram em momentos distintos. Antes mesmo da independência, o governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) começou a apropriar-se de empresas e aprovar legislação sobre a intervenção estatal na economia. Em 24 de Julho de 1975 o governo nacionalizou a saúde, educação e a justiça. Em 1976, houve nacionalização das casas e da terra (PITCHER, 2003; MACARINGUE, 2017 e VICENTE, 2015).

Entretanto, há ao mesmo tempo, o surgimento de áreas, mesmo que isoladas, nas periferias ocupadas por pessoas de alto e médio segmentos socioeconômicos. Algumas pessoas de segmentos socioeconômicos médio e alto em Moçambique e em particular na cidade da Matola preferem adquirir terrenos particulares em bairros periféricos e construir casas de alto padrão com sistema de segurança privados em vez de morar em bairros centrais ou em espaços residenciais fechados, surgindo desse modo bairros com áreas que pouco a pouco são destinadas a elite¹⁴.

As mudanças que estão a ocorrer na cidade da Matola não levam à extinção total das formas e conteúdos antigos, mas sim a uma combinação do passado e do presente, resultando em uma complexidade de formas e conteúdos observados na cidade. Essas mudanças não podem ser encaradas como fechadas, explicadas por si e também não totalmente subordinadas às ordens globais. Há necessidade de apreensão das diferenças, conflitos, especificidades e as relações e condicionantes locais, nacionais e globais.

A intensificação da urbanização na cidade da Matola leva, mais ainda, a um modo de habitar a cidade ainda não muito comum no país, caracterizado pela implantação de espaços residenciais fechados (ERFs)¹⁵ habitados por pessoas com alto poder aquisitivo em relação à maioria da população. São espaços residenciais fechados equipados por sistema de segurança compostos por muros, com ou sem cercas elétricas, câmeras de vigilância e seguranças e/ou vigilantes que controlam as entradas e saídas dos moradores, trabalhadores e visitantes.

Rodrigues (2013, p. 147), aponta que “os ERFs e loteamentos murados devem ser entendidos como uma forma de segregação socioespacial única e como um produto imobiliário específico calcados na propriedade privada de terra com incorporação da mercadoria segurança”.

Um aspeto importante a levantar nas abordagens, por exemplo, de Rodrigues (2013) e Corrêa (2013) é sobre a questão da “propriedade privada da terra”. Em países capitalistas, a propriedade privada da terra contribui para a proliferação dos ERFs e loteamentos murados e, consequentemente os elevados preços na aquisição de habitação nesses espaços. Porém, em

¹⁴ O sentido do uso da palavra elite nessa tese diz respeito as camadas socioeconômicas de mais alta renda, com maior acesso a qualidade e padrão de vida superiores.

¹⁵ Destacar que, os ERFs em análise são os horizontais, em que cada família ocupa um terreno e o consumo de terra é maior na sua produção. Entretanto, observou-se durante o trabalho de campo a existência de ERFs que apresentam uma combinação de habitações horizontais e verticais compostos somente por 4 pisos, todos sem elevadores. Esses também foram trazidos no trabalho como parte integrante e ao mesmo tempo indicadores do início da verticalização em ERFs na cidade da Matola.

Moçambique, a terra é propriedade do Estado e observa-se a proliferação de ERFs cujos preços para adquiri-los são exorbitantes.

Em um país subdesenvolvido onde a maior parte da população vive com menos de dois dólares norte-americanos por dia de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2015), quem são seus agentes produtores, como são adquiridas as áreas para sua implantação, quem são os compradores das casas/apartamentos em ERFs? Qual é o papel do Estado, na medida em que a terra em Moçambique é propriedade do Estado, diferentemente de muitos países em que um dos elementos determinantes para o alto custo de habitações em ERFs é a propriedade privada da terra?

Essas são algumas das questões que ao longo da pesquisa vamos clarificar, defendendo a tese de que as dinâmicas e a autosegregação socioespaciais na cidade da Matola ocorrem de forma diferenciada e são levadas a cabo por diferentes agentes sociais dentre eles o Estado, responsável pela regulamentação das normas com vista à produção do espaço. Tais dinâmicas diferenciadas na cidade devem-se, por um lado, aos processos de reestruturação que estão a promover a expansão territorial da cidade em consequência do aumento populacional expressivo que não é acompanhado por um planejamento urbano capaz de suprir as necessidades básicas de reprodução da vida desta mesma população. Por outro lado, as articulações capitalistas internacionais estão criando condições de inserção de novos agentes produtores da cidade, com surgimento de novos elementos como os ERFs em que alguns estão baseados em modelos internacionais e não são acessíveis para a maior parte da população devido aos elevados preços neles cobrados. Há observância de profundas mudanças, com a transformação de terras rurais em urbanas pese ainda existir na cidade modos de vida rural, para além de perda de posse de terra a favor de novos agentes produtores do espaço.

Essas alterações na estrutura socioespacial da cidade conformam processos mais profundos de desigualdades socioespaciais expressas pela diferenciação e autosegregação que se manifestam pela implantação de ERFs, levando a produção de áreas seletas que se diferenciam umas das outras em função das condições económicas de determinados grupos sociais, indicando um processo de autosegregação em curso na cidade. Mais ainda, a separação socioespacial estaria sendo uma via buscada por um grupo social minoritário com alto poder aquisitivo para a conquista do bem-estar social promovendo divisões claras no espaço citadino com expressões evidentes de distinções nos modos de reprodução da vida dos habitantes.

Tratando-se de um tema complexo, por um lado, pelo difícil acesso da informação por parte dos envolvidos e, por outro lado, por ser um tema pouco abordado ainda no país, espera-se que a pesquisa contribua de forma significativa para a compreensão das dinâmicas e processo de autosegregação socioespaciais na cidade da Matola.

1.2 Proposta Metodológica – procedimentos de análise

Refere-se a metodologia de pesquisa ao conjunto de procedimentos, métodos levados a cabo para a produção do conhecimento ou para se chegar a um conhecimento, neste caso, o conhecimento científico. Tornar um conhecimento científico é também um recomeço, ao mesmo tempo crítico do passado e criador de novos produtos (MARRE, 1991).

A construção de conhecimento científico procede a partir de uma dupla dialética (ascendente e descendente). Dialética ascendente – “que vai da apreensão do tema empírico para sua construção, dentro de um quadro de hipóteses teóricas não somente válidas mas igualmente relevantes. Dialética descendente – que partindo da elaboração teórica efetuada no primeiro processo, da dialética ascendente, busca pelo contrário torná-lo não somente operacional, mas suscetível de uma demonstração ou de uma verificação empírica” (MARRE, 1991, p. 9).

A partir da metodologia de pesquisa buscam-se parâmetros para obter informações relevantes por meio de leituras, questionamentos, entre outros, que fornecem as bases para se alcançar os objetivos delimitados na pesquisa. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 83), “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões”. Tratando-se de uma pesquisa que tem como foco o estudo das transformações que ocorrem na cidade da Matola, resultantes de processos de urbanização que são dinâmicos e que levam à produção e divisão do espaço, para responder aos objetivos traçados a pesquisa baseia-se em método dialético.

O método dialético é um método de interpretação da realidade (GIL, 2008). A dialética estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a dialética expressa a ideia de que:

O mundo não deve ser considerado como um complexo de coisas acabadas, mas como um complexo de processos em que as coisas, na aparência passam por uma mudança ininterrupta de devir e decadência, em que, finalmente, apesar de todos os insucessos aparentes e retrocessos momentâneos, um desenvolvimento

progressivo acaba por se fazer hoje. Para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento. Nenhuma coisa está acabada, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver, o fim de um processo é sempre o começo do outro. Por outro lado, as coisas não existem isoladas, destacadas umas das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 101).

Sendo o método dialético um método de interpretação da realidade conforme salienta Gil (2008), a sua implementação na análise/interpretação de um fenômeno em uma determinada área de estudo não leva a resultados definitivos para todas as épocas históricas devido a mudanças que ocorrem, motivadas por vários processos que ao se articularem produzem novos vetores de transformação. Para a interpretação da realidade, o método dialético integra elementos tanto qualitativos quanto quantitativos.

Quantidade e qualidade são de acordo com Gil (2008) características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. Na pesquisa, o elemento empregado é qualitativo que permite identificar, descrever e analisar as transformações que ocorrem na cidade da Matola. Também foram realizados cálculos básicos referentes a população de modo a representar e analisar a informação por meio de mapas e tabelas. Como procedimentos, são desencadeadas na pesquisa as etapas que a seguir se apresentam.

1.2.1 Etapas gerais seguidas para os objetivos traçados

Etapas 1 – Análise e desenvolvimento da base conceitual

Essa fase consistiu em revisão da literatura dos conceitos básicos da pesquisa, nomeadamente: espaço, produção do espaço urbano, urbanização, cidades e vilas no contexto moçambicano, segregação e autosegregação socioespaciais e espaços residenciais fechados.

Etapas 2 – Análise contextual

Levantamento, verificação e compilação da informação relevante para a pesquisa. Na análise contextual, fez-se o levantamento e compilação de informação sobre urbanização e produção do espaço, segregação e autosegregação socioespaciais, urbanização na África e Moçambique, entre outros tópicos que constam na pesquisa.

Etapa 3 – Trabalho de campo

Para a realização do trabalho de campo, primeiro foi necessário redigir ao município da cidade da Matola¹⁶ e a Direção Provincial de Indústria e Comércio da província de Maputo pedidos para a autorização e submissão do projeto de pesquisa na Comissão de Ética do Brasil para aprovação. Autorizados os pedidos, a Direção Provincial de Indústria e Comércio emitiu uma declaração que foi apresentada em todas indústrias/empresas e estabelecimentos comerciais durante a realização do trabalho de campo. Também concedeu uma lista com as principais indústrias/empresas e estabelecimentos comerciais da cidade e algumas com a devida localização (bairro, rua e/ou avenida).

Na Comissão de Ética do Brasil, o projeto foi aprovado e o parecer consubstanciado do CEP da UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia do Campus de Presidente Prudente enviado via Plataforma Brasil. No município da Matola foram emitidas três credenciais¹⁷ para se apresentar nos três postos administrativos da cidade da Matola (Matola Sede, Machava e Infulene). Entregues as credenciais nos três postos administrativos esperou-se pelos despachos emitidos por seus chefes.

Após os despachos, seguiu-se a apresentação nos bairros. Primeiramente, o trabalho de campo seguiu uma certa lógica, isto é; os primeiros bairros a trabalhar foram os do posto administrativo da Machava. Seguiram os bairros do posto administrativo da Matola Sede e depois os bairros do posto administrativo de Infulene. Com a demora de alguns chefes de serviços em autorizar, foi sendo realizado o trabalho de campo em bairros que autorizavam com rapidez e terminando em bairros que a autorização levou mais tempo. Destacar que foram criados nos bairros da cidade da Matola sedes de bairros que são liderados pelos chamados “chefes de serviço”, que são funcionários públicos. Para além dos/as chefes de serviço também trabalham outros funcionários públicos.

¹⁶ Na realização do trabalho de campo passou-se por vários obstáculos. Houve demora por parte da Vereação de Planeamento Territorial e Urbanização (VPTU) em autorizar a realização do trabalho de campo. O pedido foi submetido em Julho de 2019 e a autorização formal concedida em Novembro. Contudo, mesmo antes da autorização formal, foi possível a partir dos finais de Agosto iniciar o trabalho, mas de forma lenta por falta da autorização. Depois da autorização pela VPTU, os postos administrativos também levaram um tempo para autorizar a entrada nos bairros para o trabalho de campo. Sendo um trabalho académico com tempo definido, a VPTU (responsável pela área da urbanização) deveria ser flexível na autorização, mas o pedido permaneceu por mais de três meses, acabando por criar transtornos na realização do trabalho e ajuste do cronograma de atividades antes definido. Nos bairros, os chefes dos serviços necessitaram de tempo para convocar os secretários dos bairros e os chefes dos quarteirões. Mas, em alguns bairros os chefes de serviços foram rápidos e por vezes no mesmo dia de apresentação era possível trabalhar. Esse processo todo levou muito tempo. Foi difícil trabalhar em ERFs com os moradores e administradores.

¹⁷ Em Moçambique, credencial é o documento que permite a realização de pesquisa. Sem este documento não tem como fazer pesquisa.

Os secretários que antes compunham a estrutura máxima dos bairros, atualmente subordinam-se aos chefes de serviços. Para a realização do trabalho de campo, cada chefe de serviço convocou o secretário do bairro e informou acerca do trabalho que iria se realizar. Em cada bairro foi selecionada uma pessoa¹⁸, a que se chama de “guia local” para acompanhar durante a realização do trabalho de campo no referido bairro. Geralmente, os guias locais têm sido os chefes dos quarteirões ou pessoas escolhidas de acordo com a confiança que essas têm com os chefes ou conhecimento que têm sobre o bairro e informação desejada. Raramente os secretários dos bairros se dispõem a fazer esses trabalhos.

O trabalho de campo consistiu em constatar as diversas transformações que vem ocorrendo na cidade, identificar e coletar as coordenadas geográficas de ERFs¹⁹, principais empresas/indústrias, estabelecimentos comerciais e bancos existentes, realização de entrevistas semiestruturadas aos funcionários do município da cidade da Matola, da Direção Provincial de Indústria e Comércio (DPIC) da província de Maputo e da empresa Homens de Segurança, aos moradores, administradores/encarregados, moradores do entorno e seguranças dos ERFs, aos moradores da cidade da Matola no geral e identificar os tipos de plantas (desenhos urbanos) predominantes na cidade. Foram entrevistadas no total sessenta e seis pessoas sendo:

- 3 funcionários do município da cidade da Matola,
- 2 funcionários da Direção Provincial de Indústria e Comércio da província de Maputo,
- 1 funcionário da empresa Homens de Segurança,
- 11 administradores dos ERFs,
- 14 moradores de ERFs,
- 3 moradores do entorno dos ERFs,
- 13 seguranças dos ERFs, sendo nove pertencentes às empresas privadas de segurança e quatro sob gestão dos ERFs e,
- 19 moradores da cidade da Matola no geral.

¹⁸ Há bairros que pela sua extensão foram indicadas mais pessoas para auxiliar no trabalho.

¹⁹ Para trabalhar em ERFs na cidade da Matola foi necessário redigir pedidos para autorização aos moradores por meio das comissões dos moradores. Em muitos ERFs os pedidos não foram respondidos mesmo anexando as autorizações do município e dos postos administrativos. No dia 12 de Dezembro de 2019, realizou-se uma entrevista a um morador de um espaço residencial fechado no bairro Matola Gare. O entrevistado mobilizou outros moradores a cooperarem e contribuírem para a pesquisa. Na noite do mesmo dia houve assalto, deixando um mal estar entre os moradores do espaço residencial, o entrevistado, o guia local e a pesquisadora. Os outros moradores do espaço acabaram por cancelar as entrevistas subsequentes.

Os moradores da cidade da Matola no geral incluem os entrevistados na Associação dos Moradores do Tchumene I, os naturais que resistiram à retirada em Tchumene I, chefes de serviços, secretários e chefes de quarteirões dos bairros, entre outros moradores. A Tabela 1, ilustra o efetivo dos entrevistados no âmbito da realização do trabalho de campo.

Tabela 1. Cidade da Matola: Entrevistas realizadas no âmbito do trabalho de campo, 2019 e 2020

Instituição/Empresa		
Nome da Instituição/Empresa	Número de Entrevistados	Total
Município da Cidade da Matola	3	6
DPIC	2	
Homens de Segurança	1	
Administradores dos ERFs		
Nome do ERF	Número de Entrevistados	Total
Rio Matola	1	11
Vila D'ouro	1	
Vila Camejo	1	
Esperança – Matola Gare	1	
Matola Village	1	
Malhampsene Village	1	
Kings Village Ala A	1	
Kings Village Ala D	1	
PETROMOC – Petróleos de Moçambique	1	
Ivete Village	1	
Santa Bárbara	1	
Moradores de ERFs		
Nome do ERF	Número de Entrevistados	Total
Rio Matola	2	14
Vila D'ouro	1	
Queen's Village	1	
Jessibela	1	
Vila Camejo	1	
Esperança – Matola Gare	2	
Malhampsene Village	3	

Dhorsan	1	
Flor da Pedra	1	
Ivete Village	1	
Moradores do Entorno dos ERFs		
Nome do ERF	Número de Entrevistados	Total
Matola Village	3	3
Seguranças Entrevistados de Empresas Privadas		
Nome da Empresa	Número de entrevistados	Total
Homens de Segurança	4	9
Capital Security	2	
Proteseg LTDA – Universal Security	1	
Pro Segurança	1	
Múltipla Segurança	1	
Seguranças Sob Gestão dos ERFs		
Nome do ERF	Número de Entrevistados	Total
Algarve	1	4
Esperança – bairro Matola Gare	1	
Esperança – bairro Matola A	1	
Flor da Pedra	1	
Moradores da Cidade da Matola no Geral		
	Número de Entrevistados	Total
Associação dos Moradores do Tchumene I	6	19
Naturais de Tchumene 1	3	
Outros moradores	10	
Total		66

Fonte: Autora (2020)

1.2.2 Etapas específicas seguidas para os objetivos traçados

Etapa 4 – identificação das transformações

A identificação das transformações foi possível por meio das entrevistas semiestruturadas aos funcionários do município e da população da cidade da Matola em geral, observação direta, análise de imagens de satélite obtidas no *Google Earth Pro*, mapas, Plano Diretor de 1972, Plano de Estrutura Urbana de 2010 e a revisão da literatura sobre o processo de urbanização.

Primeiro, realização de entrevistas semiestruturadas aos funcionários do município e moradores da cidade da Matola em geral para entender as transformações que estão ocorrendo e como estão sendo processadas. Alguns entrevistados mencionaram áreas que antes tinham um determinado tipo de uso do solo e no momento atual tem outro tipo de uso. Há áreas que antes destinavam-se a prática agrícola e com a mudança no uso do solo estão sendo transformadas em áreas residenciais, ganhando novas formas e/ou propriedades e proprietários.

Segundo, a observação direta e a coleta de coordenadas geográficas em algumas áreas transformadas e mencionadas durante as entrevistas. Foi necessário sobrepor os polígonos dos bairros da cidade da Matola no formato *shapefile* e as coordenadas geográficas coletadas às imagens de satélite de anos anteriores no *Google Earth Pro* para observar as transformações ocorridas nas referidas áreas.

As coordenadas foram coletadas no sistema UTM (*Universal Transversa de Mercator*). Antes da sobreposição das coordenadas às imagens de satélite no *Google Earth Pro*, essas foram transformadas, primeiro para o formato *shapefile* e depois para *Keyhole Markup Language* (KML), formato compatível com as imagens. Durante a sobreposição das coordenadas observou-se que, as imagens de satélite da cidade da Matola que antecedem o ano de 2002 não estão nítidas. Nesse contexto, as imagens utilizadas na pesquisa como base para análise iniciam-se no ano de 2002. Sobrepostos os polígonos dos bairros e as coordenadas geográficas foi possível observar algumas das transformações ocorridas.

Leitura e interpretação de Mapas, em terceiro lugar. No município da Matola muitos documentos antigos, incluindo os cartográficos que remontam do período colonial, foram destruídos. Entre os poucos existentes, alguns estão em mau estado de conservação tornando-se de difícil leitura. Dos que foram consultados, é possível identificar áreas parceladas com tipo de uso de solo específico. Com o decorrer do tempo, os tipos de uso do solo especificados foram sendo alterados. Essas mudanças no tipo de uso levam a transformações na composição social dos ocupantes e nas densidades construídas.

No Plano Diretor de 1972 constam as normas para o plano de urbanização da Matola expressas por meio de plantas cartográficas. A partir do Plano Diretor foi possível identificar as áreas urbanizadas e previstas para a urbanização da cidade, especificadas em áreas habitacionais, comerciais e de serviços, áreas reservadas para habitação, implantação de indústrias, comércio,

lazer, agropecuária etc. O mesmo para as infraestruturas e equipamentos urbanos implantados, a tendência da expansão da cidade do sul para o norte, entre outros elementos.

O Plano de Estrutura Urbana de 2010 – também define as normas diretoras para a urbanização da cidade da Matola. Diferentemente do Plano Diretor de 1972, em que as normas estão expressas somente por plantas cartográficas, no Plano de Estrutura Urbana de 2010 encontra-se a descrição dos elementos essenciais que constituem as diretrizes para a planificação urbana, como as zonas de proteção total ou parcial, as servidões administrativas e restrições de utilidade pública e uso dominante do solo. São ainda apontados, os espaços urbanizados, os espaços urbanizáveis, espaços para equipamentos, para atividades industriais, para atividades agrícolas, entre outros.

No plano, estão anexadas as plantas cartográficas que permitiram o entendimento e a identificação dos vários elementos mencionados e ao mesmo tempo verificar o que foi implementado no prazo de 10 anos, tempo válido para um Plano de Estrutura Urbana em Moçambique. No que concerne à revisão da literatura sobre a urbanização, permitiu em parte compreender sobre o processo em Moçambique no geral e Matola em particular desde o período colonial até depois da independência. A observação direta já mencionada também auxiliou na confirmação das informações obtidas por meio de leituras e análises feitas nas imagens de satélite, Plano Diretor de 1972, Plano de Estrutura Urbana de 2010 e informações obtidas no âmbito da realização das entrevistas semiestruturadas.

Etapa 5 – identificação de formas e conteúdos

A aquisição de novas formas e conteúdos nas cidades é o reflexo das dinâmicas socioespaciais frutos da urbanização. Santos e Ferraz (2020) salientam que:

As práticas dos agentes imobiliários juntamente com as do Estado, convergem para uma cidade mais estratificada e dispersa, cuja expansão ultrapassa os próprios limites da cidade ao integrar parcelas do espaço rural ao urbano. Isso sinaliza que a cidade assumiu novas formas e características em seu processo de urbanização, com a inserção de novos conteúdos (SANTOS e FERRAZ, 2020, p. 738).

As formas e conteúdos nas cidades diferem de acordo com os meios, objetivos e necessidades dos seus intervenientes e são dinâmicos. Conforme Antunes (1994), a descrição morfológica de uma cidade evidencia-se por meio de representação esquemática (planta) de todos os elementos que a compõem desde a malha viária até rios, conferindo a cada cidade uma

fisionomia própria. Por sua vez, para Amorim e Tangari (2006, p. 63) “a cidade é o princípio ordenador no qual se desenvolve e estruturam os tipos construtivos que integram a forma urbana”. Os autores ressaltam que trabalhar a forma urbana é determinar tipologias.

Para essa pesquisa, a identificação de forma e conteúdo busca identificar e ilustrar por meio de imagens à disposição espacial, isto é, os tipos de plantas (irregular e ou ortogonal) predominantes na cidade e alguns elementos essenciais de sua composição como as ruas, quadras e tipos de construção.

Sob o ponto de vista da escala intraurbana, a cidade da Matola é entendida pelo conjunto dos quarenta e dois bairros que a compõem e que apresentam características que os distinguem ou assemelham um do outro. A identificação da forma e conteúdo foi feita a partir da leitura dos mapas, imagens de satélite e observação direta durante a realização do trabalho de campo na companhia de pessoas que residem e conhecem a área de estudo. A leitura dos mapas foi realizada no município, embora escassos tais mapas porque muitos deles foram destruídos. Os poucos existentes não permitem fazer uma análise cronológica detalhada da evolução da cidade, mas, é possível em alguns mapas perceber a sua evolução. A leitura das imagens de satélite foi feita por meio de *Google Earth Pro*.

Etapa 6 – contextualização da autossegregação socioespacial

Com a rápida urbanização da cidade da Matola vem surgindo uma nova forma de habitar a cidade, caracterizada pela produção e consumo de ERFs tanto na cidade do cimento²⁰ quanto na periferia que antes era habitada na sua maioria por naturais. Para autores como Gottdiener (2010); Vasconcelos (2013); Rodrigues (2013); Corrêa (2013), a propriedade privada de terra aliada à produção imobiliária são fatores que levam ao surgimento de espaços segregados. No caso de Moçambique a terra é propriedade do Estado e são produzidos os ERFs que evidenciam a autossegregação socioespacial. Assim, nesta etapa são identificados e mencionados os tais ERFs.

A contextualização da autossegregação socioespacial foi possível por meio da leitura de imagens de satélite, entrevistas semiestruturadas aos funcionários do município, chefes de serviços, secretários dos bairros, chefes de quarteirões, moradores e encarregados dos ERFs, moradores do entorno e seguranças dos ERFs, população da cidade da Matola em geral, observação direta, coleta

²⁰ Este termo irá ser explicado mais à frente.

de coordenadas geográficas em ERFs e análise documental dos processos de cadastro e construção de alguns ERFs.

Em relação ao uso de imagens de satélite, no período da reelaboração do projeto de pesquisa (Janeiro a Agosto de 2019), recorreu-se a imagens de satélite no *Google Earth Pro* para a identificação dos ERFs na cidade da Matola. Por meio daquelas imagens foram identificados vinte e quatro ERFs (Intaka *Village*, Esperança no bairro Matola Gare, Jessibela, Vila Camejo, *Hipper*, Vila D'ouro, Algarve, *Queen's Village*, Das Acácias, Malhampsene *Village*, Matola *Village*, Niketche, *Garden Park Premium*, *Garden Park Village*, Matola *Dreams*, *Dhorsan*, Monomotapa, *Shelyns*, *Kings Village* Ala A, *Kings Village* Ala D, *Elite Residence*, *Bella Resort* (mais conhecido por CMC) e dois sem identificação no bairro Matola Gare que se encontram em construção e sem informação disponível no local. Dos vinte e quatro ERFs identificados a partir de *Google Earth Pro*, foram extraídas as respectivas coordenadas geográficas que permitiram a localização e confirmação durante o trabalho de campo junto aos guias locais.

Relevante apontar que durante a realização do trabalho de campo foram identificados mais quarenta e seis espaços residenciais fechados, além aqueles vinte e quatro iniciais, totalizando setenta. Ou seja, trata-se de uma tipologia habitacional em rápido crescimento na cidade da Matola. Mais uma vez, as entrevistas semiestruturadas realizadas aos funcionários do município, chefes de serviços, secretários dos bairros, chefes de quarteirões e a população no geral permitiram identificar os espaços residenciais fechados existentes nos bairros, coletar as respectivas coordenadas geográficas e agendar as datas de entrevistas com os moradores, os moradores do entorno, os encarregados e os seguranças dos ERFs.

As entrevistas com os moradores dos espaços residenciais fechados contribuíram para a percepção de assuntos relacionados ao tempo de moradia no espaço residencial fechado, se os imóveis (residências unifamiliares ou apartamentos) eram alugados, próprios ou cedidos, a cidade/bairro habitado antes de morar no espaço residencial fechado, razões de preferência pelo espaço residencial fechado, convivência com moradores do espaço residencial e os moradores do entorno, aspetos positivos e negativos em morar no espaço residencial fechado, meio de transporte usado pela família para acesso a serviços diversos, escola, lazer; existência ou não de áreas de lazer no espaço residencial fechado, tipos de serviços ofertados no ERF e pelo município e a satisfação em relação aos serviços ofertados tanto no espaço como pelo município, sistema de segurança ofertado no espaço residencial (muro, cerca elétrica, câmeras de vigilância, homens de segurança

pertencentes a empresas privadas ou sob gestão do próprio ERF), participação em alguns trabalhos e convívios com os vizinhos dentro e entorno do ERF.

Com as entrevistas aos encarregados/administradores dos ERFs pretendeu-se saber sobre a propriedade do ERF (se privada, estatal ou privada e estatal), início da ocupação dos imóveis, área do empreendimento e das casas/apartamentos, quantidade de residências, preço das casas/apartamentos e/ou terrenos, planta arquitetônica (diferenciada ou igual), tipo de construção (horizontal ou vertical), sistema de segurança, áreas de serviço, lazer e comércio e regras para os moradores, funcionários e visitantes do ERF.

Em alguns ERFs certas questões não foram respondidas tanto pelos moradores como pelos encarregados dos ERFs. Muitos alegaram o não conhecimento das respostas sobre as questões. Por exemplo: ano da construção do ERF, preço das casas/apartamentos e/ou terrenos, área, anos em que os terrenos foram cedidos ou adquiridos pelos proprietários, quantidade de casas, sistema de segurança, entre outras questões, mesmo com autorização do município e na companhia do guia local.

As entrevistas aos moradores do entorno de ERF visaram o fornecimento de informação relacionada ao tempo de estadia no bairro, cidade ou bairro onde morou antes de residir no atual bairro, razões que levaram à saída do antigo bairro para o atual, se a casa é comprada, alugada ou construída pelo mesmo. Se construída como foi adquirido o terreno, mudanças que ocorreram no bairro depois da construção do ERF, convívio com os moradores do ERF, aspetos negativos e positivos em morar próximo do ERF, existência de algum meio de transporte na família, tipo de transporte utilizado pela família para serviço/trabalho, escola, lazer e outros, uso de transporte público, áreas de lazer existentes e frequentadas no bairro e fora do bairro, tipo de serviços ofertados pelo município no bairro e a satisfação perante tais serviços, sistema de segurança ofertado no bairro e o sistema de segurança existente na casa.

A observação direta permitiu a confirmação da localização dos ERFs antes identificados por meio de imagens de satélite e a coleta de coordenadas geográficas de outros ERFs identificados durante o trabalho de campo e das edificações das principais atividades econômicas (empresas/indústrias, estabelecimentos comerciais e serviços) utilizando *GPSmap 76CSx*. As coordenadas geográficas foram salvas no *GPS (Global Position System)* e também registradas no diário de campo por questões de segurança.

Depois de armazenadas no *GPS* e registradas no diário de campo foram digitadas em forma de tabelas no programa Excel. A partir do *ArcGIS – ArcMap 10.2*, as coordenadas geográficas em tabelas no formato Excel foram adicionadas, visualizadas e transformadas em formato *Shapefile*, Sistema Geodésico de Referência *WGS 84* para a elaboração de mapas que ilustram a localização de bairros com maior e menor concentração de ERFs na cidade da Matola. Antes da elaboração dos mapas de ERFs, com base nas coordenadas geográficas dos ERFs foram elaborados e impressos dois mapas de tamanho A0.

Estes dois mapas foram levados à municipalidade da Matola. Com os dois mapas, foi possível no Departamento de Cadastro, a partir da base digital, identificar os números das parcelas²¹ em que estão implantados os EFRs. Identificados os números das parcelas, recorreu-se ao livro de registro de parcelas para identificar os números de talhões²² que compõem cada parcela. Em cada número de talhão está registrado o nome do ocupante. Com os números das parcelas e dos talhões identificados no Departamento de Cadastro, dirigiu-se ao arquivo do município para a obtenção dos processos para sua posterior revisão e análise. Os números das parcelas e talhões permitiram a localização dos processos de cadastro e de construção dos ERFs no arquivo.

A necessidade de identificar primeiro as parcelas e talhões deve-se ao fato de sem esses números não ser possível identificar os processos no arquivo. Além disto, alguns ERFs estão registrados com nomes diferentes dos escritos ou conhecidos no próprio espaço residencial fechado. Podemos citar como exemplos, os ERFs *Niketche* que está registrado em nome de “Sociedade Amigos Construções”, mas no próprio espaço residencial aparece escrito *Niketche*; *Elite Residence* ou *Elite Village* registrado em nome de “Diego Investimentos e Construção”, mas no próprio espaço está sem identificação e é conhecido por *Elite Village*.

A revisão e análise dos processos de (cadastro e construção) de alguns espaços residenciais fechados permitiu descreve-los, confirmar o número das parcelas, talhões, os nomes dos ERFs, identificar os primeiros ocupantes, o tipo de uso do solo antes da implantação dos ERFs, os proprietários, as construtoras, a quantidade de casas previstas no espaço porque a maior parte ainda em construção, o tipo de construção (vertical ou horizontal), entre outras informações. Dos setenta

²¹ Porção de terreno incluída em um plano e constituída por um conjunto de talhões ou subdivisível em número não determinado de talhões ou lotes de acordo com as regras aprovadas (BR, 1987, p. 3).

²² Última subdivisão de terreno, resultante ou não de um plano, para fins de concessão de licença de uso e aproveitamento, é uma unidade indivisível (BR, 1987, p. 3). Os talhões nessa pesquisa equivalem aos terrenos.

ERFs identificados na cidade da Matola, somente foram analisados dezessete, conforme o Quadro 1.

Quadro 1. Cidade da Matola: ERFs selecionados e analisados na pesquisa, 2020

Número de Ordem	Nome do espaço residencial fechado	Localização (bairro)
1	<i>Intaka Village</i>	Intaka
2	Vila D'ouro	Matola Gare
3	Vila Camejo	Matola Gare
4	<i>Queen's Village</i>	Matola Gare
5	<i>Fountain Residence</i>	Mussumbuluco
6	<i>Niketché</i>	Matola J
7	<i>Eden Residence Gardens</i>	Matola D
8	<i>Shelyns</i>	Matola D
9	Flor da Pedra	Matola C
10	Vila das Famílias	Matola C
11	Kings Village Ala A	Matola C
12	Kings Village Ala D	Matola C
13	Matola Housing	Matola C
14	<i>Elite Residence/Village</i>	Matola C
15	Arco Íris	Matola A
16	Vila Sara	Matola A
17	PETROMOC (Petróleos de Moçambique)	Matola G

Fonte: Autora (2020)

A respeito dos dezessete ERFs selecionados foram analisados 27 processos, conforme o Quadro 2.

Quadro 2. Cidade da Matola: Processos analisados dos 17 ERFs selecionados, 2020

Número ordem	Nome do ERF	Número de processo analisado
1	<i>Intaka Village</i>	14.866, 14.870 e 14.871
2	Vila D´ouro	*
3	Vila Camejo	13.996
4	<i>Queen's Village</i>	13.973
5	<i>Fountain Residence</i>	6.456 e 7.012
6	<i>Niketché</i>	6.269
7	<i>Eden Residence Gardens</i>	5.866, 16.851
8	<i>Shelyns</i>	12.842
9	Flor da Pedra	53.298 e 17.227
10	Vila das famílias	17.235, 13.702, 13.704 e 42.178
11	<i>Kings Village</i> Ala A	13.423 e 42.092
12	<i>Kings Village</i> Ala D	13.423 e 42.092
13	<i>Matola Housing</i>	22.843 e 13.223
14	<i>Elite Residence/Village</i>	*
15	Arco Íris	385
16	Vila Sara	595 e 303
17	PETROMOC	2.483

Fonte: Autora (2020)

*A análise dos ERFs Vila D´ouro e *Elite Residence/Village* baseou-se somente na informação obtida no campo porque os processos não foram localizados no arquivo do município, mas no campo obteve-se informação relevante sobre os mesmos.

A análise varia para cada espaço residencial fechado, de acordo com a documentação disponível. Uma situação verificada na análise dos processos foi a falta de uniformidade das informações neles contidos, razão que levou a análise com muita informação diferenciada para cada espaço residencial. Há processos de ERFs com mais informação em relação aos outros. Constatou-se também que não é toda informação que consta nos processos que se observa no campo. Em muitos processos constam elementos que na realidade não existem. Exemplo de áreas de lazer que aparecem nos projetos como as piscinas, campos de jogo, entre outros elementos que na realidade não existem no terreno.

Dos ERFs analisados, há processos de cadastro e/ou de construção que não foram localizados e que permitiriam incorporar mais informações sobre os mesmos. Não consta no

Quadro 2 a separação dos processos de cadastro e construção, uma vez que a sua diferenciação não foi registrada no momento da coleta. Mas, com base em números de processos ilustrados obtém-se as informações descritas acerca dos ERFs no capítulo V. Para ter acesso aos processos, um funcionário do município informado do número das parcelas e talhões obtidos no Departamento de Cadastro ia no arquivo localizá-los. No arquivo, o funcionário era obrigado a assinar o livro de protocolo de levantamento e devolução. Encontrados os processos, eram entregues para consulta e, concluída esta, os processos eram devolvidos ao mesmo funcionário quem assinava novamente o livro de protocolo. Assim sucessivamente até a conclusão da análise dos dezessete ERFs.

A escolha somente de dezessete ERFs deveu-se aos diversos motivos. Primeiro, com base nos dois mapas impressos de tamanho A0, houve dificuldades em identificar o número das parcelas e talhões de vários ERFs no Departamento de Cadastro. Isto porque, na base de cadastro de parcelas há aquelas que não estão identificadas, isto é, não tem numeração. Com ausência do número de parcela não é possível identificar os números de talhões e consequentemente os processos no arquivo. Sem o número das parcelas e talhões, só um técnico que conhece os ERFs e os respectivos números das parcelas e talhões é que poderia auxiliar na identificação dos processos. Além de não serem todos os funcionários do município com esse domínio de conhecimentos, requer tempo e disponibilidade nem sempre existentes. Mais ainda, o fato de certos ERFs estarem registrados com nomes diferentes dos que se encontram no próprio espaço residencial dificulta a identificação dos processos no arquivo.

Em segundo, devido ao fator tempo, uma vez que para analisar os processos de todos ERFs requer um longo tempo e o tempo estabelecido nos pedidos de autorização para a realização de trabalho de campo foi “Agosto de 2019 a Março de 2020” e o tempo restante reservado para análise e processamento de dados. Mesmo assim, há informação que foi levantada depois do tempo estabelecido ter esgotado, graças à boa vontade de algumas pessoas conhecidas durante o trabalho de campo. Ocorreram outras dificuldades em obter informações sobre os ERFs, principalmente nas entrevistas semiestruturadas com os moradores e encarregados dos mesmos.

Etapa 7 – distinguir áreas valorizadas que podem ser bairros, quarteirões entre outras subdivisões.

A identificação das áreas valorizadas foi possível a partir de entrevistas aos funcionários do município, aos moradores dos bairros, imagens de satélite e observação direta. Todos esses procedimentos permitiram a elaboração do Mapa 15 (no capítulo IV), onde são ilustradas as áreas sem ocupação (ASO), áreas com ocupações muito dispersas (ACOMD), áreas com ocupações

dispersas (ACOD), áreas com ocupações dispersas com focos de concentração (ACODCFC), áreas com ocupações concentradas (ACOC) e áreas com ocupações muito concentradas (ACOMC) nos anos de 2002 e 2019. A partir do mapa é possível observar áreas que sofreram alterações ao longo do período estabelecido, que foram ocupadas e se tornaram valorizadas.

Etapa 8 – análise da implementação das políticas públicas (Planos Diretores, Planos de Estrutura Urbana, Planos Parciais e Planos de Pormenor).

Os Planos Diretores, Planos de Estrutura Urbana, Planos Parciais e de Pormenor constituem diretrizes no processo da urbanização que leva às transformações na cidade da Matola. O processo de urbanização na cidade da Matola é guiado pelos instrumentos de ordenamento territorial de carácter autárquico que são o Plano de Estrutura Urbana, os Planos Parciais de Urbanização e os Planos de Pormenor. A municipalidade da Matola é a elaboradora e implementadora desses instrumentos de ordenamento. Foram verificados e analisados o Plano Diretor de 1972, o Plano de Estrutura Urbana da cidade da Matola de 2010 e Planos Parciais de alguns bairros.

A análise permitiu identificar as normas estabelecidas para o uso do solo, levando em consideração a atual ocupação, as infraestruturas e equipamentos sociais existentes, a implementação de futuros projetos que definem diversos usos e funções urbanas, a tipologia de ocupação de qualquer área específica, o traçado das vias de circulação, comunicações, energia, saneamento, áreas de ocupação espontânea caracterizadas na sua maioria pela falta de equipamentos básicos necessários à população, arranjos dos espaços livres, predominância de planta irregular, entre outros.

Etapa 9 – identificação e mapeamento das principais atividades económicas

Viu-se a necessidade de mapear as principais atividades económicas para ilustrar a produção diferenciada da cidade e a dependência dos bairros periféricos em relação aos bairros ditos urbanos e alguns periurbanos. A identificação das principais atividades económicas na cidade da Matola foi possível a partir da lista fornecida na Direção Provincial de Indústria e Comércio na qual constam as principais indústrias/empresas e estabelecimentos comerciais da cidade. Na lista fornecida, não constam os serviços bancários, mas foram coletadas as suas coordenadas geográficas durante o trabalho de campo. Das atividades fornecidas, algumas possuem endereço (bairro, rua e/ou avenida) o que facilitou a sua identificação e a coleta das respetivas coordenadas.

Para os serviços bancários e as atividades econômicas mencionadas na lista e sem endereço, foi possível identificá-los e coletar as coordenadas a partir da observação direta e questionamentos aos chefes dos bairros (chefes de serviços, secretários e chefes dos quarteirões). Quanto aos serviços bancários, somente foram coletadas coordenadas de agências bancárias que oferecem serviços completos (depósitos, saques e atendimento ao público em geral). Não foram coletadas coordenadas de caixas eletrônicos somente com função de saques.

As coordenadas foram coletadas por meio do *GPSmap 76CSx*. Para além de salvas no *GPS*, também foram registradas no diário de campo. Depois de armazenadas no *GPS* e registradas no diário de campo foram digitadas em forma de tabelas no programa Excel. A partir de *ArcGIS – ArcMap 10.2*, as coordenadas geográficas em tabelas no formato Excel foram adicionadas, visualizadas e transformadas em formato *Shapefile*, no Sistema Geodésico de Referência WGS 84 para a elaboração de mapas da localização das principais atividades econômicas na cidade da Matola.

Finalizando esta introdução, esta tese se dedica a analisar o processo de autosegregação socioespacial, a partir dos espaços residenciais fechados que têm sido implantados na cidade da Matola, em Moçambique, desde os finais do século XX. A pesquisa desenvolvida encontra-se apresentada nesta tese a partir de cinco capítulos, além das considerações finais.

Este primeiro capítulo é referente aos aspetos introdutórios e procedimentos de análise. Nele constam a problematização inicial, a proposta metodológica e os procedimentos de análise bem como as etapas do trabalho, gerais e específicas, seguidas para o alcance dos objetivos traçados.

O segundo capítulo trata dos processos de urbanização e produção do espaço. É abordada no segundo capítulo a produção da cidade capitalista em seus aspetos gerais, a discussão sobre os processos de segregação socioespacial, a produção das cidades na África e em Moçambique em suas particularidades e singularidades.

No terceiro capítulo aborda-se a questão da propriedade e acesso à terra em Moçambique antes e durante a colonização e depois da independência, uma vez tratar-se de questão basilar para a compreensão da própria produção das cidades.

O quarto capítulo trata da dinâmica socioespacial na cidade da Matola. São abordados um breve historial e a caracterização da cidade da Matola, sua população, o processo de expansão territorial da cidade, os instrumentos de ordenamento do território em vigor, bem como as

irregularidades na sua implementação, principalmente em relação à concessão e regularização de terra para habitação em geral e para os espaços residenciais fechados em particular.

No quinto capítulo são abordados os espaços residenciais fechados, seu surgimento, localização, situação geográfica e caracterização. Ainda são analisados os modos de acesso à terra urbana onde estão implantados. Também, a partir do aprofundamento da análise de um conjunto deles, são discutidas as questões relativas ao acesso diferenciado de diferentes segmentos da sociedade que neles residem e os motivos expressos pelos seus moradores para a escolha em neles residir, em especial questões relacionadas à segurança e privacidade. São ainda analisadas um conjunto de relações que se estabelecem entre tais espaços e seus moradores e seu entorno e demais moradores. Por fim, as conclusões apresentam uma síntese, retomando as principais questões abordadas.

CAPITULO II. OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Este capítulo trata da produção do espaço e da urbanização de modo geral e em particular na África e em Moçambique. Tratando-se de processos que se efetivam de forma diferenciada, são trazidos alguns exemplos que ocorreram em países como Estados Unidos da América (EUA), França e Inglaterra. No que concerne à África e Moçambique, são mostrados alguns exemplos que os distinguem com relação aos países chamados de desenvolvidos.

2.1 A produção da cidade capitalista: aspetos gerais

Uma das conquistas no campo da Geografia é a abordagem do espaço urbano como socialmente produzido, que resulta do trabalho humano e não dado pela natureza. A partir da concepção do espaço urbano como produto social foi possível inserir seu estudo na lógica do materialismo histórico, da dominação, do conflito de classes e desenvolver a Geografia como ciência humana (VILLAÇA, 2011).

Por social aponta que está a se falar de relações sociais, qualificando-se o espaço e a partir do qual são examinados os sujeitos sociais envolvidos na sua produção através das suas ações e observada a interação entre eles também a partir do espaço. O social revela a vida, a sociedade e seus conflitos, o poder econômico e o político que se realizam na vida cotidiana e no lugar, com estratégias específicas que se confrontam com as necessidades da vida humana. O espaço é apropriado, transformado e produzido pela sociedade, sendo assim, produto social (CARLOS, 2007; SOUSA, 2013).

Tratando-se de um espaço socialmente produzido, a sua dinâmica resulta de distintos processos sendo a ação humana a de maior destaque, que leva a alterações ou mudanças que podem ser observadas durante um longo, médio ou curto períodos de tempo, dependendo da existência de recursos materiais e financeiros, da situação geográfica, entre outros fatores. As formas históricas de ocupação, sua dimensão, posição e situação geográfica, as diferenças naturais, as lógicas econômicas, as forças polarizadoras e a orientação da política econômica contribuem ativamente na dinâmica diferenciada dos espaços que pode ser expressa por usos distintos pela aglomeração/concentração de pessoas e atividades, edificações, equipamentos e infraestruturas (DINIZ, 2006; SANTOS e ANDRADE, 2010).

A (re) produção do espaço antecede o capitalismo. Como exemplo da produção do espaço considerando sociedades pretéritas, pode ser citada uma construção antiga, referindo-se à

implantação dos aldeamentos onde se manifestavam os poderes religioso, político e mesmo econômico, ao longo das principais vias de acesso, rios e em pontos estratégicos de modo a facilitar as trocas comerciais entre os povos e também, a demonstração de poder de uns em relação aos outros. A intensificação das trocas comerciais e o poder econômico conquistado no âmbito do comércio, entre outros fatores, permitiram a evolução dos aldeamentos a ponto desses adquirirem novas formas e alcançar o que atualmente chamamos de cidade²³, que também detém o poder social, religioso, político, cultural etc.

Embora o espaço seja produzido e reproduzido desde a antiguidade, a intensificação da sua produção efetivou-se a partir da revolução industrial, sobretudo nos países ocidentais. Entretanto, os processos e as formas de produção variaram e variam de lugar para lugar. Não existe uma única maneira de interpretar e focalizar a produção do espaço.

A intensificação da urbanização (processo que vai além da transformação de área rural em urbana por meio da edificação de infraestruturas e provimento de equipamentos para o bem estar da população), por meio da revolução industrial em cidades inglesas como *Manchester* e *Liverpool* promoveu grandes transformações, impondo às cidades novas formas e novas infraestruturas urbanas e fazendo emergir (mesmo que lentamente) novos padrões de divisão social do espaço. As cidades foram expandidas em direção às periferias e novas áreas surgiram, nas quais aparece a vinculação entre tais localizações e a estratificação social, uma vez que o preço da terra decorrente de sua propriedade privada, passa a condicioná-la.

Nessa trajetória histórica em constituição das cidades, essas passam de centros de consumo de uma produção agrícola à centros de produção e consumo de mercadorias e acumulam capital em relação ao campo (SINGER, 1973). Com o capitalismo na primeira fase da revolução industrial, a cidade domina o campo, o aspecto político agrega-se ao econômico, impondo ao campo a sua autoridade e lei, apesar da ausência de atividades extrativas e agrícolas na cidade (SINGER, 1973).

Em alguns países ocidentais, no decorrer de todas essas transformações, onde a cidade dominou o campo por meio da revolução industrial, surgiram excedentes de capitais que ajudaram na reconstrução de cidades. Na França, por exemplo, o excedente de capital existente em 1848 permitiu a reconstrução de Paris. Nos EUA o excedente do capital que havia depois da segunda

²³ Resultado cumulativo de todas outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem essas transformações (SPOSITO, 1994, p. 11).

guerra mundial financiou o gigantesco processo de suburbanização das cidades (HARVEY, 2009). Após a segunda guerra mundial, os agentes sociais contagiados pelas ideologias que estruturavam as cidades dos EUA modificaram os conceitos e as funções urbanas, formando novas especialidades e também outras temporalidades (LEMOS, 2001).

Entre 1950 a 1960, registrou-se uma grande quantidade de projetos metropolitanos e suburbanos e ocorreu uma profunda transformação urbana da área metropolitana de *Nova York*, isto é, houve uma ampliação de sua escala. Através de diferentes obras públicas (túneis, pontes etc.) incorporaram-se à cidade partes de aglomerações pertencentes a estados vizinhos como *Long Island, Connecticut, Nova Jersey*, gerando amplas regiões urbanizadas em seu entorno (HARVEY, 2009).

Segundo Gottdiener (2010), logo após a segunda guerra mundial (em 1946), em *Hempstead Plain* – região do centro de *Long Island*, atualmente condado de Nassau no estado de *Nova York* foram convertidos trezentos acres antes conhecidos por plantação de batatas, em conjuntos habitacionais suburbanos com financiamento privado. O autor salienta ainda que entre finais da década de 1940 e o começo da década de 1950 os executivos afluentes, por um lado, transformaram casas antigas de fazendas para uso familiar moderno e, por outro lado, contrataram arquitetos e construtores para o planejamento de casas sob encomenda.

A intensa urbanização observada em países ocidentais, ocasionada pela revolução industrial e pelo crescente excedente de capitais, difere da urbanização decorrente em países hoje subdesenvolvidos, de industrialização também subdesenvolvida e dependente²⁴ caso concreto dos países africanos principalmente do sul do Saara. De acordo com UNESCO (2010, p. 429), na África “o desenvolvimento industrial resultou de uma pesada herança fruto das relações desequilibradas entre a África colonizada e a Europa dominadora”, o que leva a industrialização e a urbanização a não serem síncronos.

Entre os anos de 1930 a 1980, as formas de desenvolvimento industrial na África basearam-se em políticas de industrialização de grosso modo elaboradas fora, incentivada primeiro no setor de extração mineral especializando-se como fornecedor de matérias-primas mais ou menos brutas

²⁴ Trata-se de países de industrialização dependente pelo fato dos países desenvolvidos só por si deterem 95% da capacidade científica necessária a expansão da atividade econômica que é de difícil transferência para os países subdesenvolvidos devido aos segredos comerciais ou a exclusividade do *Know-how* e do alto custo das patentes. São países dependentes de tecnologia importada. Muitos modelos importados das metrópoles não levam em consideração as realidades locais para além de que são países voltados para exportações (SANTOS, 2004).

e, depois no setor de transformação dos produtos agrícolas (UNESCO, 2010). A elaboração de políticas industriais a partir de modelos de fora evidencia que mesmo os países africanos sendo independentes teoricamente, economicamente estão sob tutela externa (UNESCO, 2010).

Em termos de políticas industriais, tomemos como exemplo a política industrial na África britânica, francesa e portuguesa (sobretudo em Moçambique) entre os anos 1935 a 1960. Na África britânica, até a segunda guerra mundial, o interesse do Estado britânico em suas colônias era garantir a liberdade de circulação e a proteção dos homens de negócio. Sendo assim, a indústria permaneceu sob o domínio privado, sem a interferência do Estado na mobilização dos capitais.

Durante a segunda guerra mundial (1939-1945) houve uma intervenção discreta do Estado a partir da lei sobre o desenvolvimento e o bem estar social das colônias (UNESCO, 2010). Após a segunda guerra mundial o Estado britânico se preocupou com o futuro industrial das suas colônias na África. Mobilizou as finanças imperialistas para ajudar na modernização das colônias e formação de comissões de pesquisa com fins de firmar oficialmente a industrialização da África britânica. As indústrias instaladas foram as de bens de consumo adaptadas ao crescimento dos rendimentos e das demandas locais. Com a exceção de matérias primas, não se trata de indústrias voltadas para a exportação (UNESCO, 2010).

Na África francesa, antes de 1930 a indústria estava voltada para o setor privado. A realização da “Conferência Econômica da França Metropolitana e de Além-Mar” em 1934 anunciou uma nova doutrina sobre a industrialização nas colônias. Não se tratava de instalar ou desenvolver indústrias coloniais que concorressem com a metrópole mas sim, indústrias que valorizassem as matérias primas dos centros produtivos (UNESCO, 2010).

Entre 1942 e 1952, elaborou-se um plano decenal que previa a promoção de produtos semiacabados a partir do tratamento, *in loco*, das matérias primas. Em 1944, a conferência de *Brazzaville* determinou que a industrialização da África francesa deveria se restringir a iniciativa privada, com ajuda da administração colonial através da implantação de usinas-piloto, criação de centros de testes e de pesquisa à disposição dos industriais para qualquer estudo ou controle da produção, de modo a que as empresas tivessem sucesso (UNESCO, 2010).

Em 1947 foi criado o Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Econômico e Social (FIDES) com o objetivo da observância das necessidades das colônias e protetorados, com prioridade concedida aos gastos em transporte e infraestruturas no âmbito da guerra fria. Isso, permitiu análises profundas sobre a exiguidade dos investimentos públicos e sobre as reticências

do setor privado (UNESCO, 2010). Em 1960, apesar dos progressos observados em relação ao ano de 1935, o domínio francês permaneceu com indústria não desenvolvida e apenas a agricultura comercial cresceu oferecendo alguns produtos como o café, cacau, amendoim e algodão.

No caso de Portugal, embora com colônias em África, apresentava-se economicamente fraco e atrasado²⁵ em relação às outras potências, levando-o a concessionar algumas partes do território moçambicano às chamadas companhias de exploração e implantação de infraestruturas e equipamentos. Em termos de políticas industriais, optou por não investir em suas colônias, sobretudo em Moçambique.

Durante a governação de Mousinho de Albuquerque em Moçambique quando ainda era colônia portuguesa (1896 – 1898), o mesmo relatou que “as poucas indústrias que há na província acham-se num estado rudimentar e, em processos mais primitivos” (ALBUQUERQUE, 1934, p. 197). Entretanto, pouco se fez para investir em indústrias em Moçambique devido ao medo de concorrência com a metrópole “Portugal”, conforme aborda Albuquerque:

A muitas pessoas tenho ouvido a opinião de que nada nos convém que se desenvolvam as indústrias em Moçambique, opinião essa com que se não pode concordar em absoluto. Por certo que não podemos promover e auxiliar o estabelecimento de indústrias que venham competir com as já existentes em Portugal ou mesmo com aquelas que haja probabilidade de se poderem montar com bom êxito na metrópole, outras porém que em nada podem ferir os interesses da indústria nacional, seria de maior vantagem criá-las (ALBUQUERQUE, 1934, p. 197).

Havia receio por parte da metrópole em industrializar Moçambique porque poderia competir com as indústrias portuguesas. A escassa implantação da indústria no território moçambicano com medo da concorrência com a metrópole levou à estagnação, impedindo o desenvolvimento da mesma. A escassa indústria moçambicana estava intrinsecamente ligada à transformação de produtos agrícolas e a sua exportação.

Com a soberania alcançada na década de 1950, nos anos seguintes, os produtos de exportação (Algodão e o açúcar) que haviam se estabelecido como a base da economia entre Portugal e Moçambique perderam peso. Produtos como as oleaginosas, o chá, o sisal e o caju que também constituíam base de exportação passaram a ser comercializados nas grandes cidades

²⁵ Baseando-se em pensamento econômico que ordenava as nações numa escala evolutiva, tanto Portugal como as suas colônias se encontravam «atrasados» apesar de a metrópole não pertencer ao «terceiro mundo», categoria internacional emergente na qual se inseriam agora os ainda territórios coloniais (Domingos, 2020, p. 65).

moçambicanas, sobretudo na capital do país (Cidade de Maputo) que experimentou o crescimento industrial voltado para o mercado interno somente a partir da década de 1960 (DOMINGOS, 2020).

A produção industrial voltada para o mercado interno fez com que a Cidade de Maputo que tinha 4.1% de estabelecimentos industriais do território em 1950, passasse para 36.8% em 1973 (DOMINGOS, 2020). A maior parte desses estabelecimentos industriais dedicavam-se à produção alimentar.

Desenvolveu-se também a indústria de metal, têxtil, química, de madeiras, de equipamento de transporte e de artigos de escritório. Existia também na Cidade de Maputo uma refinaria de petróleo (DOMINGOS, 2020). No entorno da capital, como em Matola, agruparam-se várias atividades industriais que se beneficiaram da concentração da população urbana. Porém, a evolução do setor industrial, não permitiu “transformar uma estrutura laboral fortemente baseada nos serviços domésticos e em relações servis e ainda muito dependente da emigração para a África do Sul” (DOMINGOS, 2020, p. 111).

Desde o período colonial (1505 – 1974) predomina em Moçambique uma agricultura de subsistência “escassamente produtiva, a diminuta estrutura exportadora, fundada na transformação de meia dúzia de produtos agrícolas e empresarialmente muito concentrada e dependente dos preços instáveis dos mercados internacionais” (DOMINGOS, 2020, p. 78). Isso fez com que a indústria moçambicana tenha como produtos primários ou de processamento os principais que em geral não criam novas dinâmicas econômicas e tecnológicas (CASTEL-BRANCO, 2003). Como consequência, a atividade agrícola se torna a principal, que abarca a maior parte da população moçambicana, refletido na economia nacional e em particular na sua indústria que é subdesenvolvida (CASTEL-BRANCO, 2003).

Em suma, tanto nas colônias francesas, britânicas, portuguesas como em colônias de outras potências, a indústria está longe de constituir-se em uma de suas principais atividades (UNESCO, 2010). Não foi somente Portugal que não queria investir na indústria nas suas colônias. Todas potências resistiram em industrializar as suas colônias. As poucas indústrias instaladas eram somente de processamento da matéria prima em produtos semi-acabados conforme foi referenciado também nos países sob dominação inglesa e francesa.

Entretanto, é preciso ressaltar que embora as potências resistiram em industrializar as suas colônias, há as que avançaram um pouco mais em relação as outras. Por exemplo, as colônias

inglesas e francesas na África apresentam-se de um modo geral mais equipadas em termos de infraestruturas e equipamentos em relação às colônias portuguesas.

Essas peculiaridades levam-nos a salientar que a urbanização e industrialização levadas a cabo pelas potências europeias em África divergiram para cada potência. Assim sendo, o processo de urbanização em países africanos precisa ser entendido e reconhecido a partir de seus antecedentes históricos diferentes dos países ocidentais. Trata-se de países com antecedentes distintos, colonizados por diversas potências, de urbanização resultante de processos distintos e de industrialização dependente.

Por se tratar de países dependentes, e segundo Sposito (1994) não se pode explicar a urbanização nesses países tomando como referência o processo da industrialização, uma vez que:

Histórica e espacialmente, os índices de urbanização são diferenciados, e determinados pelo tipo de dominação/subordinação estabelecido entre os países industriais e os dependentes. Esta relação de dependência específica e, portanto, diferenciada histórica e espacialmente em relação a cada uma das economias dependentes, decorre do tipo e do grau de dominação-subordinação estabelecidos, e promove níveis de urbanização diferentes (SPOSITO, 1994, p. 84).

Para Sposito (1994), a diferenciação na urbanização em cada país é dada pelo grau de sua integração à economia capitalista. Portanto, os argumentos até aqui mencionados evidenciam que a indústria em muitos países africanos pouco evoluiu e tão pouco contribuiu na intensificação da urbanização nos mesmos padrões que nos países colonizadores. Esses elementos levaram a processos de urbanização e industrialização diferenciados não apenas entre os países do capitalismo central e africanos e também entre os próprios países africanos.

Segundo Santos (1982), uma das diferenças em termos da urbanização entre os países industrializados e países subdesenvolvidos é: nos países subdesenvolvidos a urbanização é demográfica enquanto nos países industrializados a urbanização é tecnológica ou econômica. Concordando com Santos (1982), podemos nos basear, como exemplo, em países africanos, sobretudo os do sul do Saara, onde a maior parte é de urbanização demográfica caracterizada pelo aumento da população nas cidades que são expandidas de forma espontânea para as periferias, invariavelmente sem o planejamento e implantação de infraestruturas e equipamentos básicos para atender às necessidades das populações.

Um argumento relevante para a compreensão de tal processo específico é expresso por Santos quando afirma que:

Nos países subdesenvolvidos como os da “Ásia Oriental, Ásia do Sul, América Latina e África no período entre (1950-1960) observou-se um aumento da população urbana em torno de 59,3%, enquanto que na Europa e na América do Norte o aumento foi entre (18 a 37) % (SANTOS, 1989, p. 23).

Alguns fatos que podem justificar o aumento da população em áreas urbanas africanas no período entre 1950 e 1960 estão relacionados com as independências de muitos países africanos. Com as independências, muitos africanos passaram a morar em áreas urbanas uma vez que durante o período de colonização estas eram restritas a minorias, principalmente os colonizadores. Muitos africanos, assim, abandonaram as áreas rurais à procura de emprego nas cidades, por exemplo.

Com base em Santos (1989) e UNESCO (2010) nota-se que a urbanização demográfica em países subdesenvolvidos ocorreu e continua a ocorrer principalmente a partir do sec. XX. De acordo com Scott (2008), a partir dos finais do século XX, um dos processos que está a levar à rápida urbanização e que merece destaque é o da chamada globalização. A intensificação da globalização a partir dos anos de 1990 e sua expressão em espaços de fluxos, tanto virtuais quanto materiais, tem contribuído de maneira geral para fomentar o crescimento e a expansão de cidades em muitos países uma vez que 43% da população mundial, que correspondia a 2,3 bilhões de pessoas, vivia em áreas urbanas já no ano de 1990.

Até 2015, este número cresceu para 54%, o que corresponde a quatro bilhões de pessoas da população mundial vivendo nas áreas urbanas (*UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME – UN-HABITAT*, 2016). Os continentes que apresentaram, em 2015, a maior porcentagem em termos de urbanização são: América do Norte, América do Sul e Europa, contrariamente, ao que se observou em 1950 em que a América do Norte apresentava maior taxa de urbanização seguida da Oceania, Europa, América Latina e Caribe, Ásia e por último a África (BRENNER e SCHMID, 2013). Para além destes percentuais, os conteúdos dessa urbanização são diferenciados.

Com a globalização a produção do espaço está cada vez mais rápida e profunda, originando novas formas e configurações espaciais, novos ritmos de vida, isto é, há produção de ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer e, não só, também produzem cultura, novos relacionamentos entre as pessoas e novos valores (CARLOS, 1992). Essas mudanças não somente levam a ampliação das cidades, mas também levam a formas qualitativamente novas de espaço construído e de relações socioespaciais, devido à industrialização capitalista que se mostrou capaz de:

Construir em qualquer lugar, em qualquer tempo e em volta de qualquer um grande empreendimento, quer seja *shopping center*, complexo de edifícios de escritórios ou um conjunto residencial legalizado, o que resulta na total produção e transformação do espaço e como consequência temos hoje uma nova forma de espaço de assentamento” (GOTTDIENER, 2010, p. 14).

Embora com algumas exceções e em proporções ainda reduzidas, essas mudanças já são observadas também em alguns países africanos por meio de investimentos de capitais estrangeiros. O rápido crescimento das cidades por meio de construções em áreas periféricas é condicionado por vários fatores (internos e externos aos países) e faz com que as periferias tenham novas dinâmicas. Os fatores externos, por um lado, rompem com as barreiras sociais, culturais e econômicas etc., tornando as nações mais ou menos submissas às ordens globais. Por outro lado, fatores internos colaboram e criam condições para a ação dos fatores externos. Essa produção do espaço motivada tanto por fatores internos quanto externos é levada a cabo por agentes sociais responsáveis pela ampliação e a inserção de novos elementos qualitativos e/ou quantitativos no espaço.

Segundo Corrêa (1989), pensando na realidade brasileira, são agentes sociais produtores do espaço os proprietários de meio de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o próprio Estado que desempenha o papel de regulador e os grupos sociais excluídos que por meio das suas iniciativas e objetivos, aliados às técnicas existentes e disponíveis, produzem o espaço (CORRÊA, 2011).

Os proprietários de meio de produção são os grandes proprietários industriais e de grandes empresas comerciais (CORRÊA, 1989). Esses são grandes consumidores do espaço o que faz com que optem por terrenos baratos. Em cidades onde há expressão fabril, a ação espacial desses leva à criação de amplas áreas fabris em setores distintos das áreas residenciais nobres onde moram pessoas de elevado segmento socioeconômico.

Os proprietários fundiários – donos de terras empenham-se para a elevação das rendas provenientes de suas terras, principalmente as terras localizadas em áreas de uso comercial e habitação de grupos de pessoas de elevado segmento socioeconômico. Este grupo tem interesse especial em transformar as terras rurais em urbanas, visto que, a terra urbana tem maior valor de troca em relação à terra rural (CORRÊA, 1989).

Os proprietários fundiários exercem pressão sobre o Estado, principalmente ao nível municipal onde têm influências de modo a interferir no processo da definição de leis que orientam os instrumentos reguladores do território no que concerne ao uso do solo urbano. No processo da transformação da terra rural, o uso agrícola da periferia é substituído por um urbano e há,

consequentemente aumento de seus preços (CORRÊA, 1989). Enquanto os proprietários fundiários negociam suas terras, os promotores imobiliários realizam parcial ou totalmente as seguintes ações:

- a) Incorporação – em que o incorporador realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria (em imóvel), a localização, o tamanho das unidades e a qualidade das infraestruturas a serem edificadas.
- b) Financiamento – investimento visando a compra do terreno e a construção da infraestrutura.
- c) Estudo técnico realizado por economistas e arquitetos que visa verificar a viabilidade técnica da obra dentro de parâmetros definidos anteriormente pelo incorporador e a luz do código de obras.
- d) Construção ou produção física da infraestrutura por meio de firmas especializadas nas mais diversas etapas do processo produtivo onde a força trabalhadora está vinculada as firmas construtoras.
- e) Comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucros, em que os responsáveis desta última fase são os corretores, planejadores de venda e profissionais de publicidade (CORRÊA, 1989, p. 19-20).

A atuação espacial dos promotores imobiliários é desigual. O Estado como agente produtor do espaço tem um papel fundamental que é de regulador. Desempenha inúmeros papéis na produção do espaço pelo fato de constituir um campo onde diferentes interesses e conflitos se enfrentam. Corrêa (2011) baseando-se em Sanson (1980) ressalta que dentre vários papéis que o Estado desempenha na produção do espaço destacam-se:

Estabelecer o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e uso do espaço; taxar a propriedade fundiária; as edificações; o uso da terra e as atividades produtivas. Diferenciais espaciais dessa taxaço refletem e condicionam a diferenciação socioespacial no espaço urbano; produzir as condições de produção para outros agentes sociais, como vias de tráfego, sistemas de energia, água e esgotamento sanitário, assim como o próprio espaço físico da cidade, por meio de obras de drenagem, desmonte e aterramento; [...] tornar-se produtor industrial, interferindo assim na produção do espaço por meio da implantação de unidades fabris e dos impactos em outras áreas próximas ou longínquas, de suas instalações industriais: conjuntos habitacionais, loteamentos populares e favelas são criados, e parte, em uma decorrência das indústrias do Estado, cuja ação interfere na divisão econômica do espaço e na divisão social do espaço da cidade (CORRÊA, 2011, p. 45-46).

O Estado intervém a fim de preservar as coerências do espaço social em face de sua destruição pelas transformações capitalistas dos valores de uso em valores de troca (GOTTDIENER, 2010). O Estado legitima e reforça a expansão e valorização da produção imobiliária, adquirindo um papel fundamental na produção do espaço por possibilitar a mobilização de porções de terra e de grupos sociais para fins de implantação de infraestruturas e moradia ou para a proteção ambiental, redefinindo investimentos públicos, induzindo o setor privado, fixando e/ou flexibilizando usos, removendo e deslocando populações (ALVAREZ, 2011;

RUFINO, 2013). Podemos afirmar que o Estado é regulador, produtor do espaço urbano e de meios coletivos de consumo e equipamentos (escolas, praças, ruas, sistemas de esgoto, iluminação pública, entre outros).

No que concerne aos grupos sociais excluídos, esses correspondem aos grupos que não possuem renda para pagar aluguel e ou comprar uma habitação, uma vez que no capitalismo o acesso à habitação é seletivo (CORRÊA, 1989). Por falta de meios, os excluídos acabam residindo em áreas densamente ocupadas e informais, geralmente em habitações construídas pelo sistema de autoconstrução ou em conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, em geral nas áreas mais distantes do centro da cidade. Os excluídos que por meio do sistema de autoconstrução produzem as suas próprias moradias tornam-se “agentes modeladores e produzem o seu próprio espaço que por um lado corresponde a uma forma de resistência e por outro lado uma estratégia de sobrevivência” (CORRÊA, 1989, p. 30).

As ações protagonizadas pelos agentes sociais produtores do espaço podem levar a conflitos. Baseando-nos em Harvey (2006), os conflitos surgem devido a competição entre eles. Os que sobressaem rapidamente expulsam os menos sucedidos. Entre os principais agentes produtores do espaço e os grupos sociais excluídos os conflitos resultam do modo de produção capitalista, no qual, há expansão da propriedade privada da terra, o que leva à transformação da cidade em mercadoria, vendida ao mercado (CARLOS, 2011). A transformação da cidade em mercadoria leva a intensificação da produção da mesma gerando de acordo com Júnior (2010, p. 8) “configurações urbanas desiguais, cuja materialização se dá pela segregação socioespacial que caracteriza as cidades atuais”.

2.2. Segregação socioespacial

A produção do espaço urbano atualmente é marcada pela diferenciação e segregação socioespaciais (SOBARZO, 1998). Sobre a diferenciação e segregação socioespaciais, Sposito (2013) salienta que “a diferenciação tão própria do processo de urbanização e das cidades não acarreta sempre segregação, ainda que toda segregação possa ser vista como a radicalização da diferenciação” (SPOSITO, 2013, p. 64).

A segregação socioespacial resulta da influência de vários processos que levam à intensificação do uso diferenciado e desigual do espaço. Como exemplo, podemos nos basear em

Engels (1975) que aborda a produção das cidades na Inglaterra e o uso diferenciado e desigual no período da revolução industrial.

Todas as grandes cidades possuem um ou mais bairros de má reputação onde se concentra a classe operária. Estes bairros de má reputação são organizados em toda a Inglaterra mais ou menos da mesma maneira, as piores casas na parte mais feia da cidade. A maior parte das vezes são construções de dois andares ou de um só, de tijolos, alinhadas em longas filas se possível com caves habitadas e quase sempre irregularmente construídas (ENGELS, 1975, p. 59).

De acordo com o mesmo autor, estes bairros de má reputação habitados pela classe operária eram desprovidos de condições para a habitação. As casas eram pequenas, havia problemas de saneamento, as ruas estreitas, não planas e sem pavimento. Mediante essas diferenciações no modo de produzir o espaço urbano foram surgindo mesmo antes da década de 1920 teorias que tentaram explicar o uso diferenciado e segregado do espaço. Autores como Hassert (1907), Blanchard (1911) etc., analisaram o uso diferenciado do espaço atribuindo-o à localização sem levar em consideração as características econômicas e sociais (SOBARZO, 1998). Foi a partir da Escola de Ecologia Humana²⁶ de Chicago na década de 1920, que surgem teorias acerca da segregação socioespacial (SOBARZO, 1998).

Vários autores da Escola de Ecologia Humana desenvolveram teorias sobre a segregação socioespacial, sendo os principais defensores da abordagem Ecológica Park, Burgess e McKenzie. De acordo com Gottdiener (1993), a Ecologia inicial da Escola de Chicago foi uma fusão de Sociologia, Economia e Geografia urbanas utilizando-se da analogia biológica para explicar a segregação socioespacial. Segundo o mesmo autor, as teorias desenvolvidas na Escola de Ecologia Humana culminaram com a elaboração do modelo da zona concêntrica de Burgess em 1920 que explica:

O arranjo residencial, industrial e comercial urbano em termos da teoria ecológica da competição por posição ou localização. Burgess ampliou a abordagem socioespacial atendendo o conceito de centralidade, levando em consideração que as posições não são iguais em termos de competição espacial, existindo uma hierarquização de localizações onde a posição central domina essa hierarquia por força da sua localização (GOTTDIENER, 1993, p. 42).

A partir dos anos 30, a teoria de urbanização desenvolvida pela Escola de Ecologia Humana de Chicago começou a receber críticas pelo fato de não reconhecer o papel que desempenham os

²⁶ Grupo de pesquisadores ligados a Universidade de Chicago (Maia, 2020).

valores culturais na escolha da localização e sua dependência na competição econômica como critério predominante em interação social (GOTTDIENER, 1993).

Apesar do conceito de segregação ter surgido na Escola de Ecologia Humana não era considerada um processo negativo no meio urbano pois, para alguns pensadores a segregação era considerada um fato natural, comum e inerente do processo de urbanização. Não se levava em consideração os agentes, causas e os seus fundamentos. A segregação era analisada a partir das raças, línguas e diversas culturas dos seus habitantes, vista como resultado das decisões de grupos e comunidades de vizinhança, sendo associada à etnia e as classes sociais (VIEIRA e MELAZZO, 2003; CORRÊA, 2013).

A partir dos anos de 1960/1970, os pensadores marxistas, sobretudo, os da que seria conhecida como Escola de Sociologia Urbana Francesa (Manuel Castells, Jean Lojkine, entre outros), começam a analisar a segregação para entender os processos desiguais e contraditórios da urbanização capitalista. Através da Escola de Sociologia Urbana Francesa, a segregação deixa de ser vista como fato natural, mas sim como resultado das contradições das relações sociais, das lutas de classes no sistema capitalista, expressas na organização e estruturação do espaço urbano (VIEIRA e MELAZZO, 2003).

No mesmo período (1960 e 1970) na América Latina e no Brasil foi reconhecida a segregação nas periferias das metrópoles onde moravam trabalhadores pobres (COSTA, 2015). No caso típico do Brasil, embora sem a menção do período exato, Costa (2015) com base em Camargo *et al* (1976) refere que um dos primeiros casos sobre a segregação foi relatado em São Paulo, na qual se denunciava a pobreza generalizada em termos de marginalidade ocupacional – proliferação de favelas, precariedade e deficiência dos serviços urbanos, sobretudo nas periferias. Isso mostra que muitos, embora não todos, que residem em cortiço e favelas são pessoas segregadas em boas localizações.

Para o entendimento da segregação socioespacial Corrêa (2013), apresenta dois significados:

I – o acesso diferenciado aos recursos de vida, sobretudo aqueles recursos escassos, que tendem a ser encontrados em áreas onde vive uma população de renda mais elevada e dotada de maior poder político para criar ou pressionar a criação de condições mais favoráveis para a existência da reprodução. II – a existência de unidades espaciais favoráveis a interação social, a partir da qual, e dada a homogeneidade social de cada unidade, os indivíduos elaboram valores, expectativas e hábitos e se preparam para, como adultos, ingressar no mercado de trabalho, desenvolvendo ainda um dado de estado de consciência nesse contexto

de homogeneidade social, mais nítida nos extremos sociais e menos no âmbito da classe média (CORRÊA, 2013, p. 42-43).

Nesse âmbito, na cidade capitalista, a segregação socioespacial “emerge a partir da localização diferenciada no espaço urbano das distintas classes sociais e suas frações, consequentemente, quanto maior for a segmentação social, mais complexa é a segregação socioespacial” (CORRÊA, 2013, p. 42).

Corrêa (2013) distingue três tipos de segregação: segregação imposta, segregação induzida e autosegregação, sendo que esta última será o foco dessa pesquisa.

A segregação imposta é a que “envolve aqueles que residem onde lhes é imposto, sem alternativas de escolha locacional e de tipo de habitação” (CORRÊA, 2013, p. 43). A título de exemplo da segregação imposta, podemos nos referir à situação vivida pelos operários nas primeiras cidades industriais como a cidade de Manchester na Inglaterra, principalmente os imigrantes que moravam em espaços degradados em termos de habitação e condições higiênicas, enquanto a elite industrial residia em espaços com condições dignas de vida humana, conforme referenciado por Lefebvre (1972):

Manchester constitui um caso inteiramente diferente, que como componente de um conjunto mais geral que é a Inglaterra quer quanto a sua posição privilegiada (no sec. XIX) no mercado mundial. O comércio e a indústria desenvolveram-se simultaneamente na cidade e em torno dela. Todavia, os traços característicos que Engels nela descortina possuem alcance geral: segregação e a decomposição do centro. A burguesia dessa Inglaterra imperialmente democrática conseguiu uma obra prima: esconder a si próprio o espetáculo da miséria que a ofuscava, dissimulando ao mesmo tempo a exploração e os seus efeitos. Os bairros operários, tanto por acordo inconsciente e tácito como por intuição consciente e confessada, estão rigorosamente separados das zonas da cidade reservadas a classe média. Ao mesmo tempo, Manchester abriga no seu centro vasto bairro comercial que durante a noite fica deserto e vazio. Nas ruas estreitas e sombrias apenas rondam as patrulhas da polícia acompanhadas da luz intermitente das suas lanternas. Os antigos habitantes do velho Manchester abandonaram-no, a indústria apinhou o exército dos operários nessas casas velhas e não houve lote onde não construísse a fim de abrigar as massas importadas dos campos e da Irlanda (LEFEBVRE, 1972, p. 18-21).

A citação acima extraída de “O pensamento marxista e a cidade”, descreve a cidade de Manchester (o centro da indústria britânica) no sec. XIX. Enquanto a burguesia prosperava produzindo riquezas, ao mesmo tempo produzia pobreza em que os operários eram oprimidos, moravam em áreas separadas da burguesia e em péssimas condições de vida. Essa situação gerou um caos em Manchester caracterizado pela segregação e decomposição do centro. Devido à

prosperidade do setor industrial em Manchester, os proprietários de imóveis no centro, independentemente do seu estado de conservação os alugavam a preços altos para habitação de operários vindos de diversas áreas, desde a rural do entorno das cidades até de outros países como a Irlanda.

Outros exemplos de segregação imposta observam-se na maior parte dos habitantes das favelas no Brasil, embora haja alguns moradores nas favelas com poder aquisitivo, moradores de bairros informais ou não ordenados em Moçambique, de *Musseques* em Angola, entre outros, que na impossibilidade de terem acesso a terrenos em lugares habitáveis e ordenados, acabam ocupando áreas inapropriadas para a habitação. A segregação induzida “envolve aqueles que ainda têm algumas escolhas possíveis, situadas, no entanto, dentro de limites estabelecidos pelo preço da terra e dos imóveis. Entretanto, o limite entre segregação imposta e induzida é tênue, como que uma se dissolvesse na outra” (CORRÊA, 2013, p. 43).

Por sua vez, a autosegregação está associada às pessoas de elevada renda monetária e, visa reforçar a existência de diferenças e de condições de reprodução desses grupos mediante a escolha das melhores localizações no espaço urbano. No caso desta tese, considerando a cidade da Matola, é analisada nessa pesquisa levando em consideração os espaços residenciais fechados, definidos segundo Sposito e Góes (2013) como sendo todos os tipos de empreendimentos residenciais horizontais murados e controlados por sistemas de segurança.

As pessoas de elevada renda tornam-se exclusivas em determinadas áreas em razão dos elevados preços da terra urbana e de seus amplos e confortáveis empreendimentos imobiliários que transmitem sensação de confiança, por portarem sistemas de segurança, quer seja no centro da cidade ou em periferias que antes eram destinadas aos pobres (CORRÊA, 2013). Tanto na autosegregação quanto na segregação induzida, um dos aspetos realçados que leva à concentração de determinados grupos sociais a residirem em certas áreas é o preço da terra.

Para Villaça (2001, p. 142), a segregação socioespacial “é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar, cada vez mais, em diferentes setores gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”. Refletindo sobre a segregação socioespacial, Villaça (2011) destaca seis aspetos que se articulam com a desigualdade e a dominação. No primeiro aspecto nega a forma clássica de segregação apresentada por círculos concêntricos de Burgess.

Destacamos, neste texto, seis aspectos nos quais nossas reflexões sobre segregação urbana se articulam explicitamente com a desigualdade e a dominação e avançam em relação à maioria dos estudos brasileiros atuais sobre o tema: elas

avançam no sentido de: 1)....negar a forma clássica de segregação que se apresentaria sob a forma de círculos concêntricos, com os mais ricos no centro e os mais pobres na periferia (VILLAÇA, 2011, p. 38).

A negação da forma clássica de segregação apresentada por círculos concêntricos também é evidenciada em Mendes (2011) que aponta a falta de clareza nos países industrializados entre o centro e a periferia, dificultando desse modo a distinção social no sentido de observar onde começa uma classe e onde termina a outra. São relatadas várias evidências de segregação em vários outros países como EUA, África etc. No caso dos EUA, os negros eram obrigados a se manterem nos seus próprios bairros (VASCONCELOS, 2013). Ademais, os financiamentos em habitação só eram concedidos pela administração federal aos negros, caso eles fossem residir em bairros exclusivamente negros.

No que concerne à África, principalmente na África Austral, de acordo com o estudo efetuado nas cidades do Cabo (África do Sul), Windhoek (Namíbia) e Maputo (Moçambique), os ERFs refletem a privatização da segurança e do espaço residencial que supostamente compensa a incapacidade das autoridades públicas de proteger o espaço público, ligada a percepção de que a segurança está diminuindo nas áreas brancas anteriormente protegidas (MORANGE *et al*, 2012). A implantação e preferência pelos ERFs é interpretado como resultado do medo do crime por parte dos seguimentos de renda alta e média que parece resumir seu desejo de se dissociar dos pobres urbanos, conforme salientam Morange *et al* (2012):

Os ERFs constituem uma resposta econômica coletiva, enraizada na alegada falha das autoridades públicas em fornecer serviços e segurança em particular. Pela imagem da fortaleza anexada aos ERFs, o seu sucesso mundial foi interpretado como o resultado do medo do crime das classes médias e alta e parecia resumir o desejo de se dissociar dos pobres urbanos. Na África Austral, os ERFs refletem a privatização da segurança e o espaço residencial, que deve compensar a incapacidade das autoridades públicas de proteger o espaço público, ligado à percepção de que a segurança está diminuindo em áreas brancas anteriormente protegidas (MORANGE *et al*, 2012, p. 2).

As três cidades (Cabo, Windhoek e Maputo) estudadas pelos autores referem-se a realidades urbanas de países que foram colônias. Durante o período de colonização, havia áreas destinadas aos colonizadores e áreas destinadas aos naturais. Na África do Sul, essa separação atingiu seu apogeu com o *apartheid*. Após a independência dos países africanos, essa separação foi amenizada, mas continua, mediante outros critérios como econômicos, por exemplo, quando se trata em habitar nos ERFs.

Olhando para a cidade do Cabo onde o *apartheid* criou divisões claras no espaço e, a cidade de Maputo onde durante a colonização estava dividida em cidade de cimento e caniço, morar em ERFs pode ser interpretado como uma forma de mascarar os atos racistas e de se distanciar dos pobres. São cidades caracterizadas por fortes desigualdades sociais que herdaram histórias e formas urbanas contrastantes (MORANGE *et al*, 2012).

Os fatos vivenciados nos EUA onde os negros eram obrigados a se manterem nos bairros destinados somente aos negros e na África do Sul no período de *apartheid* onde a segregação socioespacial resultou da combinação de formas coercivas revelam segregação estruturada de forma legal (VASCONCELOS, 2013).

Em Moçambique, a segregação socioespacial ainda é menos abordada mas ocorre com características e agentes produtores do espaço distintos. No período colonial ocorreu a segregação racial, em que os colonizadores residiam no que se chamava de cidade de cimento (áreas centrais) e os naturais na cidade de caniço (arredores das áreas centrais ou periferias). Isso mostra que a produção das cidades moçambicanas no período colonial foi desigual entre o centro e a periferia, existiam áreas para os brancos e áreas para os negros.

Vamos citar aqui alguns exemplos de segregação socioespacial vivenciados em Moçambique em algumas cidades. Na Cidade de Maputo, desde que esta adquiriu a categoria de capital em 1898, inúmeras pessoas na sua maioria vindas da área rural foram separadas social e geograficamente, pois lhes eram negados seus direitos, mas explorada a sua mão-de-obra (DOMINGOS, 2020). Até a década de 1950, “as intervenções e planificações na Cidade de Maputo revelam o intuito do Estado institucionalizar uma separação racial projetada sobre a cidade desde o final do século XIX” (DOMINGOS, 2020, p.98).

O centro era habitado pelo colono nos bairros como Polana, Sommerschield até em bairros de transição como Alto Maé (DOMINGOS, 2020). Os negros viviam no entorno do centro urbano em bairros como Munhuana, Mafalala, Malanga e Xipamanine e seus arredores. Nesses últimos bairros residiam também alguns portugueses, chineses e indianos dado que eram pobres, sendo que ali predominavam palhotas²⁷ e escassas infraestruturas tanto físicas quanto sociais indignas para a vida humana (MALOA 2016).

Na cidade da Beira também foram construídos bairros para brancos e negros. Próximo dos bairros para os brancos foram construídas palhotas dispersas onde residiam negros que forneciam

²⁷ Construção rústica africana, geralmente coberta de ramos ou palha (<https://dicionario.priberam.org/palhota>).

serviços braçais ao comando militar. Um dos bairros construídos para os negros na cidade da Beira é o da Manga. Na cidade de Pemba, o bairro Paquitequete foi construído para acomodar os negros que trabalhavam na companhia do Niassa. As construções eram de madeira, zinco e cimento (MALOA, 2016).

Em termos de trabalhos, também haviam aqueles específicos para os negros. Muitos trabalhavam como arrumadores, entregadores e estivadores de cargas, carregadores, serviços domésticos, alguns puxavam os chamados riquixás²⁸. Geralmente os que trabalhavam em escritórios eram de baixo escalão (MALOA, 2016).

Mesmo com a proclamação da independência em 1975, a segregação manteve-se, articulando-se a novos condicionantes. A independência levou o governo moçambicano a nacionalizar a terra e todas as infraestruturas e equipamentos existentes no país. Com a nacionalização, o povo moçambicano adquiriu os direitos que antes lhes eram negados pelos colonizadores.

Apesar dos direitos adquiridos, muitos ainda tinham hábitos rurais e contribuíram para a degradação das infraestruturas. Há famílias que tiveram acesso aos apartamentos/flats, mas que ainda transportavam hábitos rurais, utilizando carvão e lenha para cozinhar, pilar milho e/ou amendoim nos terraços ou nas varandas dos prédios, com falta de manutenção o que contribuiu grandemente para a degradação dos apartamentos conforme salientam Ombe e Lima (2017):

Outra marca ainda visível podemos recordar a ocupação de residências sem respeitar a renda dos seus ocupantes incluindo a cultura do uso das suas comodidades. Neste caso a ocupação das casas da cidade de cimento, algumas outrora de luxo, por pessoas de baixa renda, incluindo a sua superlotação, tendo em conta o tamanho da família, gerou uma rápida degradação por um lado. Por outro lado, dada a elevada fecundidade desses novos moradores e da influência da própria cultura da família alargada, aumentou rapidamente o número dos moradores em casas que foram concebidas para albergar famílias pouco numerosas. [...] Foi desse modo que assistimos, nesse período, o uso do pilão no prédio e da banheira que servia para banho, mas sim para servir de horta, pois tinha água para humedecer o solo, bem como a retirada das tábuas de madeira do chão, que serviam de lenha para confeccionar os alimentos (OMBE e LIMA, 2017, p. 182).

A degradação observada na cidade de cimento deveu-se a várias razões como baixa renda de alguns ocupantes, famílias alargadas habitando em casas concebidas para famílias compostas por poucas pessoas, falta de conhecimento de hábitos e costumes urbanos etc. Os exemplos

²⁸ Pequenas carroças de origem oriental que tinham duas rodas e dois varais que levavam até três passageiros.

referenciados sobre a segregação mostram que o processo é antigo, ocorre ao nível global, regional, local etc., e evolui com o tempo dependendo das condições financeiras, materiais entre outras.

2.3 A produção das cidades na África: particularidades e singularidades

O avanço da tecnologia nos países industrializados fez com que houvesse mudanças articuladas desde o modo de viver até a reestruturação das próprias cidades por meio da implantação de infraestruturas e equipamentos modernos. No contexto africano a produção do espaço urbano difere da dos seus colonizadores.

Para Pena (S/D), abordar a urbanização do continente africano é complexo por se tratar de um continente extenso e composto por países de contextos diferentes. É importante recordar que a África apresenta uma grande diversidade cultural, além de que os países que hoje a formam terem sido colonizados por várias potências europeias.

Antes da colonização já existiam cidades em África tais como: *Kong* na atual Costa de Marfim, *Tombuctu* (Mali), *Kumbisaleh* (Mauritania), *Shoghong* (Botswana), *M'banza Kongo* (Angola) (MALOA, 2016). Já se encontravam estruturadas e não tinham características ocidentais, razão pela qual pouco foram descritas e/ou relevadas pelos colonizadores conforme, Nkrumah (1977):

Os comentadores políticos e sociais tiraram durante demasiado tempo conclusões erradas postulando que África constituía uma entidade distinta, a qual não se aplicavam os critérios económicos e políticos válidos para o resto do mundo. Escreveram-se teorias sócio antropológicas e históricas, que pareciam ignorar que a África teve um passado histórico pré-colonial (NKRUMAH, 1977, p. 8).

O não reconhecimento do passado africano pré-colonial, diferente do passado dos países ocidentais, levou à “marginalização” de muitos aspectos que, se fossem preservados, seriam de grande importância para o entendimento de vários processos ao longo do tempo, principalmente o da urbanização aqui em questão. A marginalização do passado africano pré-colonial pelos colonizadores desde a cultura até aos assentamentos humanos foi imposta como forma de inferiorização racial conforme salienta Baia (2009):

Na época das explorações ou mesmo da colonização todas as manifestações de cultura africana, incluindo os assentamentos humanos, foram etiquetadas como produção de selvagens para justificar a presumível inferioridade racial dos africanos. Daí que, as cidades anteriormente relatadas com entusiasmo transformaram-se em miseráveis conjuntos de palhotas ou negava-se a sua existência e os restos arqueológicos eram atribuídos a antigos colonizadores vindos de outros continentes. Não só, os problemas de terminologia, sempre dificultaram a compreensão do fenómeno urbano em África nas diferentes épocas.

Pois, as definições de cidades na historiografia europeia baseadas nos requisitos de permanência, densidade de ocupação do solo, concentração da população, presença de uma percentagem elevada da população não agrícola, não só são restritas como não se podem aplicar ao contexto africano (BAIA, 2009, p. 63).

Os requisitos da permanência, bem como a densidade elevada, dentre outros, considerados na definição de cidades na historiografia ocidental não poderiam ser aplicáveis às cidades africanas pré-coloniais, principalmente por muitas delas serem “cidades construídas de materiais perecíveis” (Maloa, 2016, p. 50) o que implicou na sua desvalorização. O mesmo é apontado por Baia (2009) quando afirma que:

Muitos assentamentos africanos foram definidos pelos europeus como, temporários, itinerários ou móveis e condicionados pela presença determinante do poder político e religioso. Essas características sugeriam outra possível definição de cidade: onde as funções do centro de produção especializado ou de mercado eram subordinadas as exigências do poder político e religioso. Esse modelo de cidade em África perdurou até finais do século XIX (BRUSCHI, 2001 *apud* BAIA, 2009).

Entretanto, no século XVI já existiam na África Ocidental cidades minimamente desenvolvidas (BAIA, 2009). Muitos dos que habitavam nessas cidades eram produtores agrícolas em construções de material vegetal e de argila. Na África Austral, um dos exemplos que pode ser citado destas grandes cidades pré-coloniais é o Grande Zimbabwe que se tornou um centro de pesquisa para os arqueólogos.

“O grande Zimbabwe era a sede política e espiritual do Império de Mwenemutapa. Teve influências políticas, econômicas, sociais e culturais numa vasta área que atualmente compõe uma parte da região central de Moçambique, principalmente em Sofala” (COSSA, 2018, p. 52; MALOA, 2016, p.48). A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (S/D), destaca que o Grande Zimbabwe foi fundado no século XI por *shonas* (população bantu) tendo-se constituído como a principal cidade de um grande Estado no século XIV.

O Grande Zimbabwe se estendia pelos planaltos ricos em ouro e com população acima de 10.000 habitantes. Esta cidade foi abandonada por volta de 1450 pelo facto de não conseguir fornecer mais alimentos a sua população e devido ao desmatamento. Em 1505, com o estabelecimento dos portugueses em Sofala, a região foi dividida entre as potências rivais dos reinos de Torwa e Mwenemutapa (UNESCO, S/D).

Tal como explorado na literatura (SERRA, 1983; BAIA, 2009; MALOA, 2016), o comércio entre os mercadores estrangeiros e os africanos intensificou a produção de cidades em África. As trocas comerciais com os árabes, indianos etc., entre os séculos IX e XV, levaram ao surgimento dos chamados entrepostos comerciais ao longo da costa leste africana que resultaram em principais cidades comerciais como as de Mogadíscio (Somália), Melinde (Quênia), Mombaça (Quênia), Kílua (Tanzânia), Zanzibar (Tanzânia), Angoche e Sofala em Moçambique.

De acordo ainda com Commins (2011), a urbanização africana difere da dos outros continentes e países porque, enquanto nestes a industrialização permitiu a criação de postos de trabalho como consequência do aumento de investimento e de atividade econômica, em África os investimentos na agricultura (a principal atividade) são escassos, conduzindo à baixa produtividade que limita a flexibilidade de ativos que seriam investidos em atividades econômicas nas áreas urbanas externas à produção agrícola.

Em países africanos, o crescimento das cidades ocorre mais em capitais em relação a outras cidades devido às condições que estas oferecem. Um fenómeno que se assiste em muitos países africanos é o aumento da população em áreas consideradas como urbanas sem um acompanhamento adequado na implantação de infraestruturas e equipamentos. Essas áreas vão se expandindo territorialmente, com predominância de bairros informais habitados na sua maioria por pessoas de baixa renda e sem condições mínimas de habitabilidade para a maior parte da população, como aconteceu nas primeiras cidades industriais. Foi a partir do século XX e início do século XXI que a África principalmente no sul do Saara intensifica a urbanização, sendo essa demográfica embora o processo tenha iniciado nos anos 1950 (PENA, S/D; MEDEIROS, 2006).

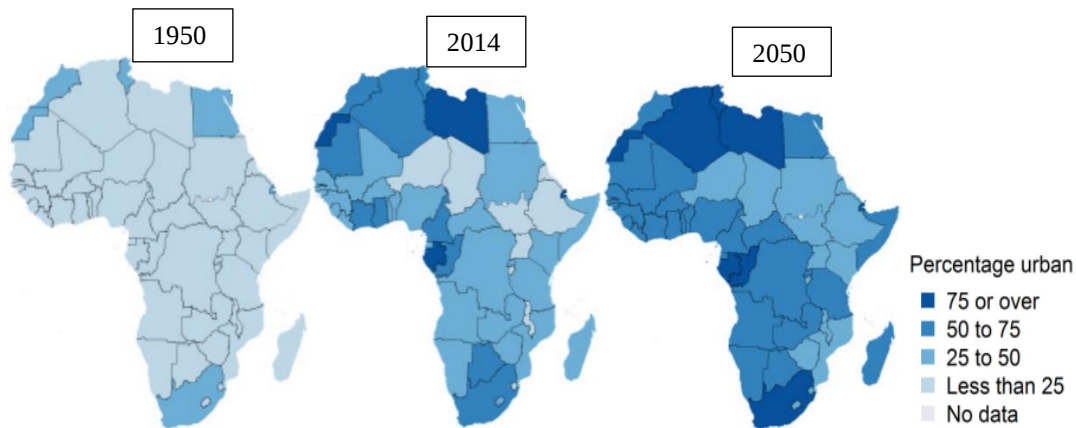
A *United Nations Human Settlements Programme* (UN-HABITAT, 2016) atribui a rápida urbanização ao aumento natural da população, migração rural-urbana, expansão dos assentamentos urbanos através da anexação de áreas rurais e sua reclassificação para área urbana. Porém, em alguns países africanos, a rápida urbanização deveu-se e, em alguns casos, e até hoje deve-se, aos eventos negativos como conflitos, guerras e desastres naturais.

A rápida urbanização constitui um grande desafio para a sua base de recursos, para construir e manter infraestruturas adequadas e serviços públicos para suas populações crescentes. De acordo com Lall *et al* (2017), a rápida urbanização na África faz com que as cidades apresentem três características principais, que limitam o desenvolvimento urbano e criam desafios diários aos seus residentes:

Primeiro – as cidades são superpovoadas, os investimentos tanto em infraestruturas básicas e estruturas comerciais e industriais, quanto em habitação formal e acessível não acompanharam o ritmo da concentração da população; Segundo – são cidades desconectadas: as cidades se desenvolveram em forma de bairros pequenos e fragmentados, com a falta de transportes confiáveis, restringindo oportunidades de emprego aos trabalhadores, enquanto impediam as empresas de se beneficiarem das vantagens das economias de escala e de aglomeração; Terceiro – são cidades dispendiosas para as famílias e para as empresas: custos de transação e salários nominais elevados afastam investidores e parceiros comerciais, especialmente nos produtos comercializáveis regionalmente e internacionalmente. Os custos elevados da alimentação, da habitação e dos transportes aos trabalhadores aumentam os encargos trabalhistas das empresas, reduzindo assim as expectativas de retorno sobre investimento (LALL *et al*, 2017, p. 4).

O rápido crescimento urbano que não seja planejado ameaça a sustentabilidade do desenvolvimento, por um lado, quando não se observa o desenvolvimento de infraestruturas e, por outro lado, quando não há a implementação de políticas que protejam, garantam e permitam compartilhar de maneira equitativa os benefícios da vida na cidade (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS – UN-DESA, 2015). Sendo a África um continente em que a urbanização é demográfica, a Figura 1 apresenta os mapas das porcentagens da população urbana em 1950, 2014 e a perspectiva para 2050.

Figura 1: África: Porcentagens da população urbana, 1950, 2014 e 2050



Fonte: UN-DESA (2015)

Em 1950 muitos países africanos tinham menos de 25% da população vivendo em cidades com exceção de Saara Ocidental (*Western Saara*), Marrocos, Tunísia, Egito, Djibout e África do Sul. Esses países apresentavam uma taxa entre 25 % a 50 % da população urbana. Os finais da

década de 1950 e a década de 1960²⁹ marcaram a rápida urbanização de alguns países africanos com a exceção das cidades do sul de Saara cujo crescimento foi mais precoce (MEDEIROS, 2006).

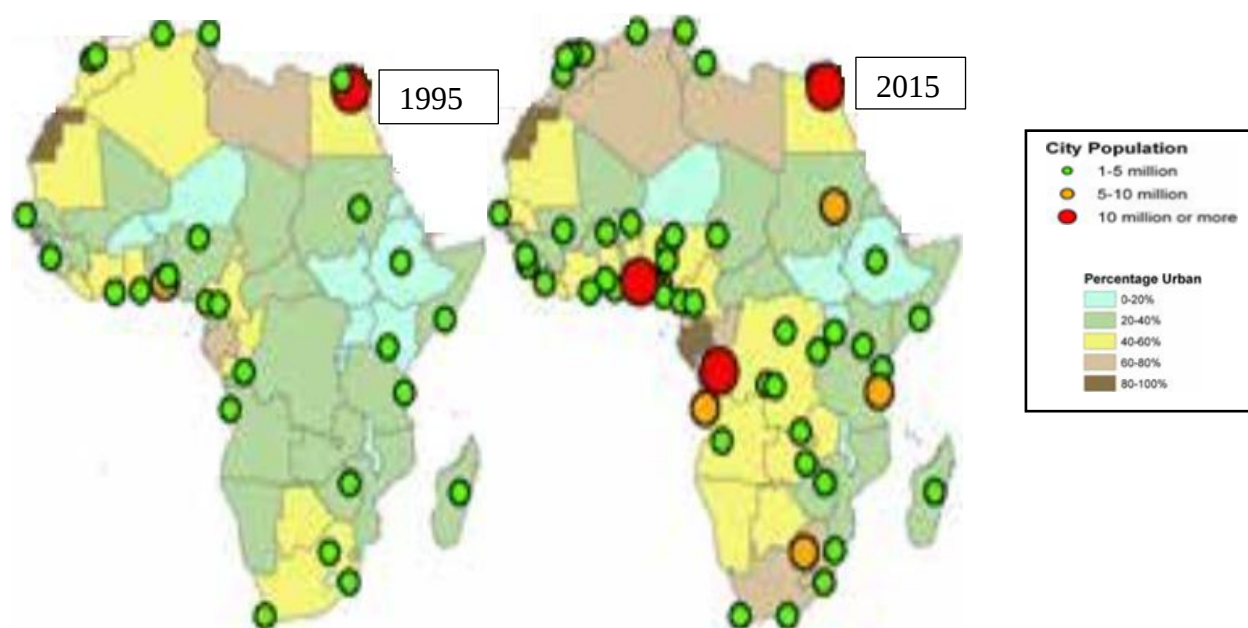
Em 2014 a porcentagem da população em países africanos morando em áreas urbanas aumentou significativamente. Nos países como Saara Ocidental, Líbia, Djibuti e Gabão, 75% da população ou mais passou a morar em áreas urbanas. Porém, no mesmo período nove países africanos nomeadamente Suazilândia, Malawi, Burundi, Uganda, Sudão do Sul, Etiópia, Eritreia, Chad e Níger tinham menos de um quarto das suas populações residindo em áreas urbanas (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS – UN-DESA, 2015).

As estimativas para 2050 são de que muitos países africanos tenham uma população urbana em torno de (50 a 75) %, enquanto que o número de países com a população urbana acima de 75% sobe de quatro para oito: Saara Ocidental, Argélia, Tunísia, Líbia, Djibuti, Gabão, República do Congo e África do Sul. Levando em consideração a classificação de cidades pelas Nações Unidas³⁰ – UN-DESA (2015), mediante o critério demográfico, em 1995 e 2015 a população urbana em África vivia em cidades com população entre 1 a 5 milhões de habitantes, conforme ilustrado na Figura 2.

²⁹ Muitos países africanos alcançaram suas independências nos finais da década de 1950 e a década de 1960. Com as independências, construíram-se novos Estados, porém, conectados a ordem global. As cidades capitais tornaram-se locais de concentração e afirmação dos novos poderes nas quais houve abertura de novas oportunidades referentes a vida urbana. Isso, ocasionou fluxos migratórios principalmente da população jovem que passou a residir nas cidades fazendo com que essas se expandissem para além das áreas anteriormente construídas (MEDEIROS, 2006).

³⁰ As nações Unidas classificam as cidades em: Megacidades (10 milhões ou mais habitantes), grandes cidades (entre 5 e 10 milhões de habitantes), cidades médias (1 a 5 milhões de habitantes) e pequenas cidades (divididas em 2 grupos: primeiro – pequenas cidades que têm entre 500.000 a 1 milhão de habitantes e segundo – as áreas urbanas com menos de 500.000 habitantes) (UN-DESA, 2015).

Figura 2. África: Padrões de urbanização e população nas cidades, 1995 e 2015



Fonte: UN-Habitat (2016)

De acordo com a Figura 2, e segundo a classificação das Nações Unidas, em 1995 o Cairo (Egito) era a única megacidade em África com população urbana de 10 milhões ou mais habitantes. Muitos países apresentavam uma porcentagem de urbanização entre 20% a 40%. Em 2015 o número de megacidades passou para 3 (Cairo, Lagos e Kinshasa), enquanto que o número de grandes cidades aumentou para quatro.

A maior parte dos países alcançou taxa de urbanização entre 40% a 60%. A cidade de Kinshasa, por exemplo, classificada como megacidade é de baixa renda segundo UN-DESA (2015) evidenciando deste modo que o crescimento da maior parte das cidades africanas não é diretamente proporcional aos seus níveis de desenvolvimento econômico. Contudo, ainda existem em África alguns países com taxa de urbanização entre 0% a 20%.

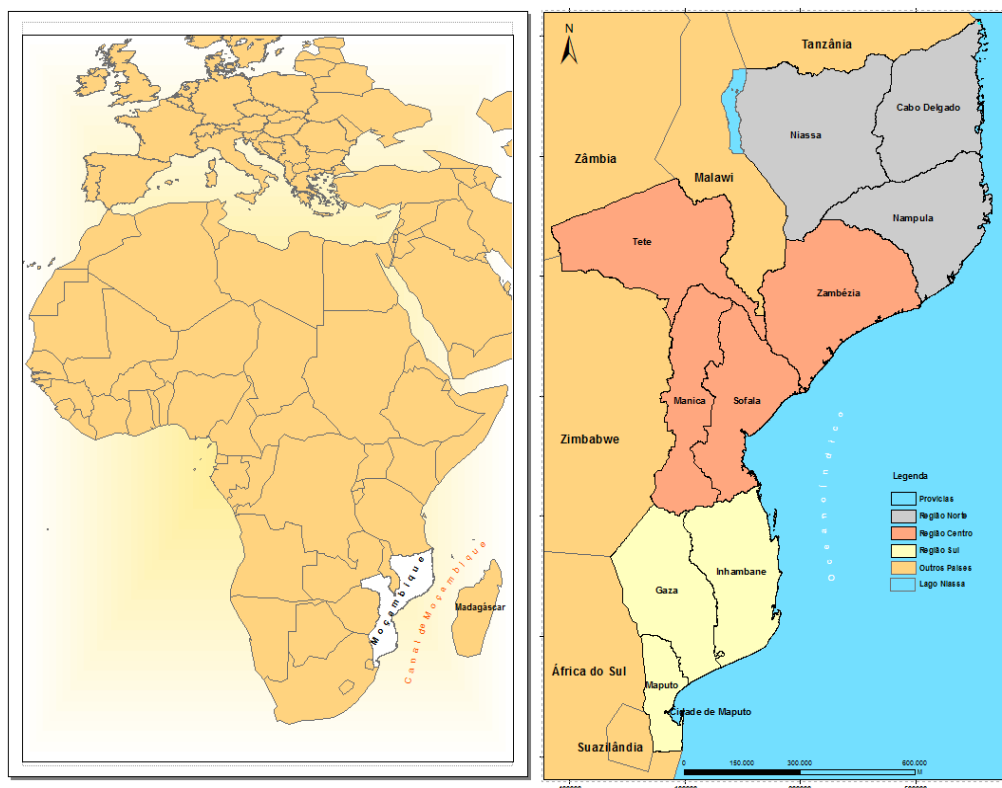
As cidades africanas têm aumentado em suas dimensões com grandes diferenças à escala dos países, observando-se predominância de marcas rurais na maior parte delas (MEDEIROS, 2006). A expansão territorial de cidades africanas com características rurais em decorrência do aumento populacional, não acompanhado de implantação de infraestruturas e equipamentos, leva muitos cidadãos a viverem de atividades informais pela escassa atividade industrial e de outros setores que durante e depois da colonização pouco se transformaram e que poderiam absorver uma quantidade razoável de mão-de-obra.

2.4. A produção das cidades em Moçambique: particularidades e singularidades

Tratar dos processos de urbanização e produção das cidades no período contemporâneo em Moçambique exige não apenas considerarmos os diferentes elementos diferenciadores presentes na realidade africana, tal como já apontado, mas considerar ainda as particularidades do país, neste contexto mais geral.

Moçambique é um país africano, situado a sudeste na costa oriental da África entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' de latitudes Sul e meridianos 30° 12' e 40° 51' de longitude Este. Tem uma área de 799.380 km², perfazendo 98% de terra firme e 2% de águas interiores (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO, 2009). É limitado ao Norte pela Tanzânia, a Noroeste pela Zâmbia e Malawi; a Oeste pelo Zimbabwe, ao Sul pela África do Sul e ao Sudoeste pela Suazilândia. A costa é banhada pelo Oceano Índico que o separa da ilha de Madagáscar através do Canal de Moçambique, conforme apresentado no Mapa 1.

Mapa 1. Moçambique: Situação geográfica e divisão por regiões e províncias



Fonte: INE (2015). Org: Autora (2020)

Administrativamente, o território moçambicano encontra-se dividido em 11 províncias, localizadas em três regiões: Região Norte, composta pelas províncias de Niassa, Cabo Delgado e

Nampula; Região Centro (Zambézia, Tete; Manica e Sofala) e Região Sul (Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo). As províncias estão divididas em distritos, os distritos divididos em postos administrativos e estes em localidades³¹. Essas divisões constituem as principais unidades territoriais da organização e funcionamento da administração do Estado e pilares de planificação do desenvolvimento econômico, social e cultural (BOLETIM DA REPÚBLICA – BR, 2003). De acordo com o Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção – CENACARTA (2012), as localidades existem no terreno mas não se encontram oficialmente delimitadas por carecer de um dispositivo legal.

Quanto a urbanização, antes da chegada dos bantu, árabes, indianos, portugueses etc., viviam no território hoje conhecido por Moçambique os chamados Bosquímanos *ou* San (caçadores-coletores) e os Hotentotes *ou* Coi (pequenas comunidades de pastores de bovinos e carneiros). Por volta de 1700 d.C. foram chegando grupos de povo bantu que dominaram os Bosquímanos e os Hotentotes. A partir do século IX da nossa era começa a fixação dos árabes na costa oriental africana e na costa moçambicana (SERRA, 1983). Entre os árabes que se fixavam alguns acabavam se casando com mulheres locais dando origem a núcleos linguísticos suailizados (afro-islâmicos) e a comunidades estruturadas politicamente.

As comunidades estavam estruturadas seguindo uma certa ordem. Havia o que se chamava de **linhagem** caracterizada por agrupamento de parentes com reduzido excedente econômico e com inexistência de classes sociais; **chefatura** – agrupamento no qual uma determinada linhagem sobretudo a antiga, subordinava outras, com divisão em castas sociais e maior poder econômico em relação à linhagem e o **Estado** que comandava parentes e súbditos com presença de uma administração centralizada, funcionários especializados e um exército permanente. A expansão territorial do Estado deu, em alguns casos, no surgimento de Impérios no qual um Estado dominava outros Estados, chefaturas e linhagens.

Quando os portugueses se apossaram do território, a organização social acima mencionada estava em parte completa (SERRA, 1983). A partir da fixação árabe surgiram várias cidades de raízes islâmicas na costa moçambicana como, por exemplo, Chiluané (Sofala), Ilha de

³¹ Unidade territorial base da organização da administração local do Estado. Constitui a circunscrição territorial de contato permanente dos órgãos locais do Estado com as comunidades e as respectivas autoridades. É composta por aldeias e outros aglomerados populacionais inseridos no seu território (BR, 2003, p. 2).

Moçambique (Nampula) e Ilhas de Bazaruto (Inhambane). Essas cidades apoiavam-se umas às outras a partir da rede de relações comerciais baseadas na confiança religiosa. Eram cidades construídas com materiais locais e perecíveis, geridas por mercadores afro-islâmicos que dependiam do comércio de produtos vindos de áreas afastadas do litoral, trazidos pelas caravanas dos mercadores que alimentavam o comércio do Índico e também da agricultura praticada. O fato dessas cidades serem construídas de material local e perecível fez com que não exista no presente evidências de sua existência (MALOA, 2016).

Foram os portugueses que intensificaram a ocupação do território, criando novas cidades e produziram algum crescimento populacional nas cidades existentes. A África era imaginada como uma floresta infestada de feras, habitada por selvagens e aventureiros sem caráter. Os que iam para lá eram vadios, dissolutos e mendigos contumazes exilados de Portugal, homens sem profissão, missionários corruptos e aventureiros sem escrúpulos (BOXER, 2002; CABAÇO, 2007).

Com base nessas qualificações negativas foram criados estímulos que motivassem a emigração de pessoas qualificadas, de camponeses com experiência, artesãos e operários, que dessem conteúdo à ocupação efetiva das colônias. Um dos estímulos de modo a incentivar as pessoas qualificadas e experientes a migrarem de Portugal para as colônias africanas foi implantar infraestruturas de modo que os emigrantes se sentissem como se estivessem na metrópole (BOXER, 2002; CABAÇO, 2007).

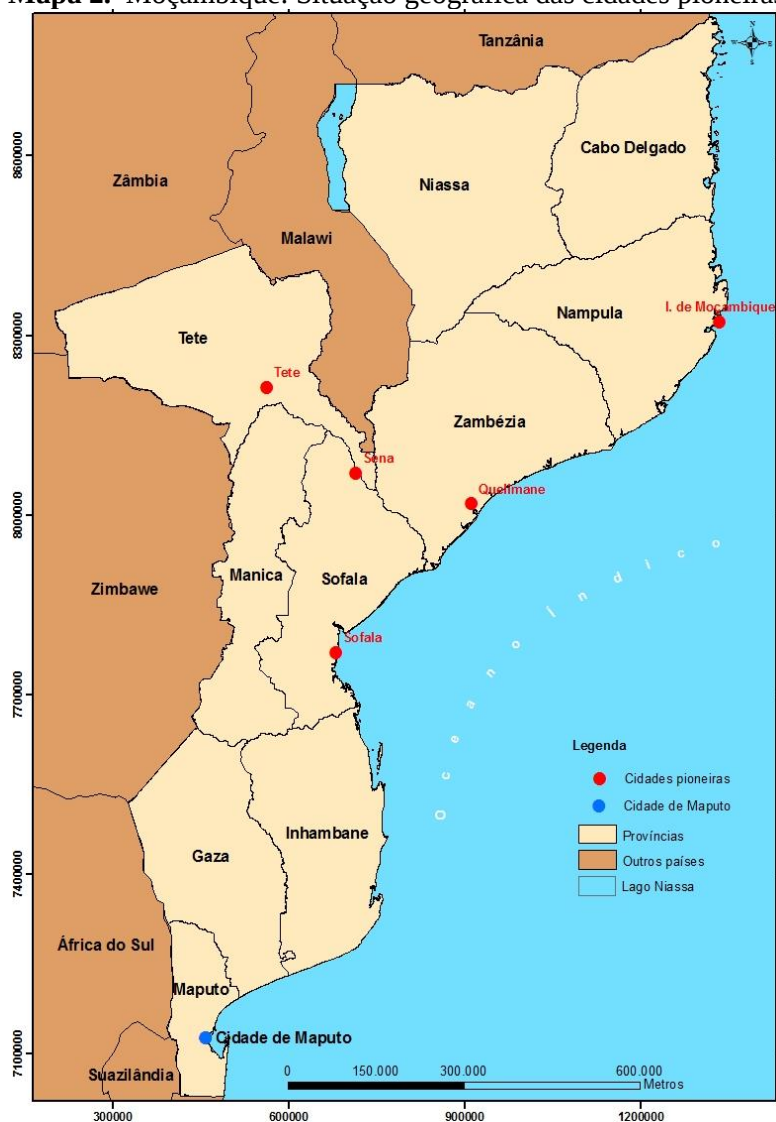
A fixação portuguesa no território moçambicano a partir do século XVI deu-se mediante ações violentas contra os naturais, árabes e afro-árabes motivados primeiramente pelo controle do comércio de ouro em Sofala. Foi a partir da usurpação portuguesa dos mercados, desde o século XVI, que a implantação de infraestruturas em Moçambique ganhou novos contornos provocando transformações nos espaços pré-existentes (MALOA, 2016).

Nos primeiros três séculos de colonização, as cidades estavam voltadas para o comércio de ouro, marfim e escravos. As primeiras cidades coloniais moçambicanas tinham como principais infraestruturas as feitorias-fortalezas que serviam de fortificação, para além de armazenar mercadorias que eram comercializadas ou exportadas (SERRA, 1983). No entorno imediato das fortalezas eram construídas outras infraestruturas como igreja, pelourinho e habitações (MALOA, 2016). Depois de Sofala, os portugueses se dirigiram para a Ilha de Moçambique (norte de Moçambique) devido à ascensão do comércio de marfim e escravos (MALOA, 2016).

Tendo o processo de implantação de infraestruturas se desdobrado a nível nacional em épocas diferentes e com histórico também diferente, tem-se como referência em Moçambique cinco cidades que foram pioneiras: Sofala, Sena, Tete, Quelimane e Ilha de Moçambique, conforme o Mapa 2 (MALOA, 2016).

De forma resumida, vamos abordar a produção das cidades de Sofala e Ilha de Moçambique pelo papel que desempenharam nos primeiros séculos de fixação portuguesa em Moçambique. Também iremos abordar a Cidade de Maputo como a capital do país embora não faça parte das cinco cidades antes mencionadas na medida em que se transforma em capital muito posteriormente no ano de 1898.

Mapa 2. Moçambique: Situação geográfica das cidades pioneiras



Fonte: INE (2015); Maloa (2016). Org: Autora (2021)

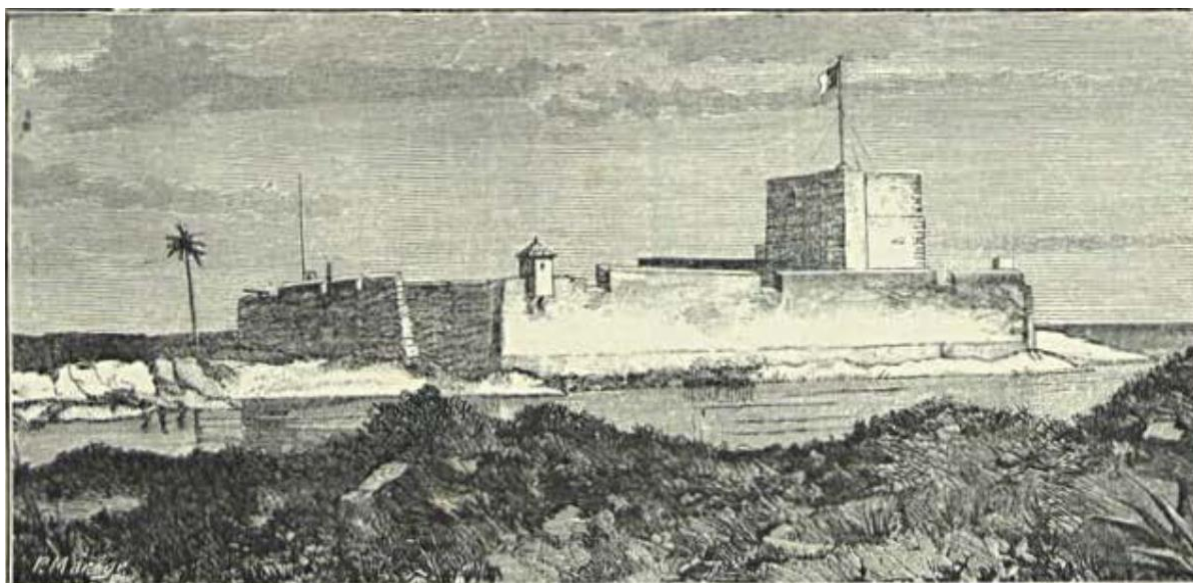
De acordo com Maloa (2016) baseando-se em Newitt (1997), as cinco cidades pioneiras acabaram tornando-se praticamente focos de todo o desenvolvimento importante ocorrido na história de Moçambique antes do século XIX.

O espaço que se tem referência como Sofala, o primeiro a ser ocupado pelos portugueses em 1505 (sec. XVI), localiza-se na região centro, na província de Sofala – distrito de Búzi, no posto administrativo de Nova Sofala, localidade Nova Sofala Sede. Antes da ocupação portuguesa habitava ali uma população que não era islâmica e cujas principais atividades eram agricultura, pastorícia e mineração. A população era liderada por um ancião que constituía a principal autoridade (religiosa e comercial). O ancião cobrava impostos a todos os comerciantes que ali chegavam com os seus produtos. O pagamento de impostos conferia-lhes o direito de participar no comércio, uso de armazéns locais e beneficiar-se dos serviços dos transportes tanto fluviais quanto marítimos (MALOA, 2016).

Os portugueses se instalaram em Sofala no século XVI devido à sua boa situação geográfica em relação às fontes de extração de ouro e a facilidade de escoamento, uma vez que em seu porto embarcavam navios comerciais de grande porte (MALOA, 2016). A partir da ocupação de Sofala, os portugueses avançaram para outros pontos como Sena e Quelimane³² que também se constituíram como cidades nos moldes portugueses. A primeira infraestrutura portuguesa a ser construída em Moçambique foi a fortaleza São Caetano em Sofala em 1505, conforme a Figura 3.

³² Tanto Sofala, Sena como Quelimane localizam-se na região centro de Moçambique

Figura 3. Fortaleza São Caetano em Sofala



Fonte: Castilho (1885)

Até outubro do mesmo ano a feitoria estava concluída (SERRA, 1983). Era utilizada para fortificação, armazenagem e negociação de mercadorias (MALOA, 2016). Em termos de importância passou a ser segunda depois da fortaleza de São Sebastião na Ilha de Moçambique (CASTILHO, 1905). O comércio de ouro em Sofala perdurou até finais do século XVII. Com o esgotamento de ouro nos depósitos de aluvião do Estado de Mwenemutapa, Sofala deixa de ser a principal cidade tanto para os portugueses quanto para os outros comerciantes.

A Ilha de Moçambique ascende e se torna uma importante cidade devido ao comércio de marfim que passou a ser mais lucrativo, para além de possuir melhor porto em relação ao de Sofala. Outros fatores que levaram à ascensão da Ilha de Moçambique foram: a chegada na Ilha dos primeiros mercadores indianos³³ e entrada do comércio de escravos na economia da cidade, realizado por ricos armadores brasileiros, franceses, portugueses, entre outros. Por essas razões, a Ilha de Moçambique passou a ser um entreposto obrigatório para as naus portuguesas a caminho da Índia (CASTILHO, 1905; MALOA 2016).

Com a decadência de Sofala nos finais de século XVII tornou-se uma cidade de referência. Atualmente, a Ilha de Moçambique é um distrito da província de Nampula, dividido em duas

³³ Os primeiros mercadores indianos chegaram em Moçambique em 1687 e fixaram-se na Ilha de Moçambique. Tornaram-se senhores do comércio a grosso e a retalho tanto na costa quanto no interior, tendo criado rivalidade com os portugueses (SERRA, 1983).

partes: a continental e a insular. A Figura 4 ilustra o zoneamento da parte insular no período colonial.

Figura 4. Parte insular da Ilha de Moçambique



Fonte: Hidrotécnica Portuguesa (1974)

Legenda: **A** – terminal: entrada da Ilha; **B** – habitação: população africana; **C** – zona mista: habitação, equipamento e comércio; **D** – zona representativa: habitação, comércio e serviços administrativos e **E** – zona eminentemente turística: recreio, verde e monumentos.

A zona B faz menção de habitação somente para a população africana sugerindo fortemente um processo de diferenciação espacial base para a segregação socioespacial. Por sua vez, a parte insular também estava dividida: a cidade de pedra construída em pedra e cal ao norte, onde se encontram edificados os principais monumentos que datam do período colonial como a fortaleza de São Sebastião, conforme a Figura 5, construída entre 1545 a 1547 (CHILUVANE *et al*, 2019) e, ao sul a cidade *Macuti* com construções de material tradicional feito com folhas de coqueiros (CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA ILHA DE MOÇAMBIQUE – CMCIM, 2021).

Figura 5. Ilha de Moçambique: Fortaleza São Sebastião



Fonte: UNESCO (2009)

As desigualdades acentuadas entre a cidade de pedra e a de *macuti* estavam expressas pelo modo de vida, a estrutura social e as configurações arquitetônicas (CHILAULE *et al*, 2019). A posição estratégica da Ilha e o papel que desempenhava fez com que fosse nomeada como a capital de Moçambique em 1752, tendo sido elevada como cidade em 1818. A capitabilidade da Ilha de Moçambique perdurou até 1898 quando a capital moçambicana foi transferida para Lourenço Marques – atual Cidade de Maputo (CMCIM, 2021).

Lourenço Marques começou a ser visitada pelos portugueses nos meados do século XVI, mas só foi em 1782 que foi fundada uma fortaleza-presídio – fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (MEDEIROS, 1985). Valorizou-se devido a sua boa localização na costa e o fácil acesso que lhe garantiu um privilégio, como um ponto de passagem obrigatório de mercadorias que entravam ou saíam do *Transvaal* (região sul africana). Assim, valorizou-se a partir da industrialização da África do Sul e a necessidade desta em mão-de-obra barata e de espaços de exportação de mercadorias como Salienta Domingos (2020):

Fora aliás a industrialização sul-africana, carente de mão-de-obra barata e de espaços de exportação de mercadorias, que projetara o grande crescimento de Lourenço Marques desde o último quartel do século XIX. Plataforma funcional por onde se escoava para os mercados europeus um conjunto de matérias primas

coloniais. A cidade era o eixo de uma economia de trânsito e de emigração, subsidiária da precoce modernização vizinha (DOMINGOS, 2020, p. 63).

Mesmo depois da independência de Moçambique, o porto continua sendo uma plataforma funcional de muitos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), por onde são drenados e escoados produtos para vários mercados. De acordo com Albuquerque (1934), o porto é considerado o melhor da África Austral com capacidade para a entrada de navios de grande porte, conforme ilustrado na Figura 6.

Figura 6. Lourenço Marques: Plano geral de urbanização, perspectiva do centro cívico



Fonte: Aguiar (1955)

A boa localização de Lourenço Marques permitiu-lhe um crescimento de empreendimentos comerciais e construção de entrepostos armazenistas e hotéis. A descoberta de minas de diamantes e ouro no *Transvaal* acelerou o papel econômico de Lourenço Marques na região da África do Sudeste. Surgiu a necessidade de construção de uma linha férrea iniciada em 1887 e do apetrechamento da zona ferro-portuário (MEDEIROS, 1985). Pelas grandes vantagens que Lourenço Marques oferecia, foi elevada à categoria de cidade em 10 de Novembro de 1887. Passou a ser a capital da colônia em título provisório em 1 de Dezembro de 1898, tendo sido oficializada em 23 de Maio de 1907.

Independentemente das transformações promovidas pelos colonizadores portugueses, produzindo cidades ou partes de cidades em função da ocupação e controle do território e do papel que deveriam cumprir como fortalezas e entrepostos comerciais, Portugal comparativamente a

outras potências europeias não apresentava forte capacidade de financiamento para tais realizações. Como alternativa, concessionou a maior parte do território moçambicano a companhias (majestáticas³⁴ e arrendatárias) para explorar e pagar tributos a Portugal. Nessas concessões as companhias deviam investir em infraestruturas e equipamentos. Eram responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção da paz nas áreas concessionadas e obrigadas a:

Organizar uma força policial para assegurar sua pacificação³⁵, zelar pela sua colonização e proceder a construção de infraestruturas. Em contrapartida, gozavam dos direitos de cobrar impostos, explorar ou subcontratar a exploração do solo, do subsolo e das riquezas marítimas nas costas do território, bem como da exclusividade no recrutamento de mão-de-obra e na emissão de moeda e selos postais nos territórios administrados (SAMPAIO, 2015, p. 7).

Porém, nem todas as companhias tinham também condições financeiras ou interesse real na construção de infraestruturas em territórios de sua jurisdição. Como exemplo, Maloa (2016) e Sampaio (2015) citam a companhia de Niassa, fundada em 1890 por um grupo português, que tinha como o seu principal centro urbano a cidade de Pemba, atual capital da província de Cabo Delgado. A companhia foi concessionada às províncias de Cabo Delgado e Niassa, mas pouco fez em termos de implantação de infraestruturas e equipamentos. Tinha como principais fontes de rendimento a tributação de impostos aos naturais e taxaço aduaneira onde obtinha rendimentos a partir das mercadorias que entravam no território sob a sua administração. Para Maloa (2016), a companhia de Niassa era:

Uma instituição falida com bando de falidos e especuladores pouco recomendáveis que andavam em disputa na Europa. [...] mercenários e oficiais que tentavam sem grande êxito através de extorsão retirar os bens dos naturais. Era uma companhia sem estoque de capital, sem reputação, mais ainda, sem títulos de créditos nacionais e internacionais. Várias vezes chegou a lhe faltar dinheiro e, muitas das suas relações produtivas haviam se reduzido a cobrança dos impostos aos naturais (NEWITT, 1997 *apud* MALOA, 2016, p. 115-118).

A falta de capitais da companhia resultou em fracasso na implantação de infraestruturas no território concessionado. Para se manter, a companhia aproveitava-se dos naturais para cobrar impostos, já que tinha direitos para o fazer. De acordo com Sampaio (2015, p. 8), “em 1892, um consórcio com capitais da França e da Inglaterra comprou a concessão da empresa”, mas, em quase nada mudou porque continuou como atividade principal a exploração dos naturais por meio de

³⁴ Empresas fundadas com capital privado que tinham o consentimento régio para certas vantagens comerciais e administrariam as colônias por concessões de 35 a 50 anos (SAMPAIO, 2015, p. 5).

³⁵ Era necessário pacificar as áreas concessionadas porque havia conflitos com estruturas locais.

cobrança de impostos, submissão dos naturais ao trabalho forçado em campos de algodão, plantações, obras públicas e exportação de mão-de-obra para o *Transvaal* (SAMPAIO, 2015).

Entretanto, houve companhias, como a de Moçambique fundada em 1891, com investimento de capital estrangeiro (alemão, inglês e sul africano) que foi mais produtiva com sede na cidade da Beira. Para além de cobrar impostos, concessão mineira a pequenas companhias, emissão de moedas e selos postais, a companhia também implantou infraestruturas como, por exemplo, o porto, a central de caminhos de ferro e a linha férrea que liga Beira ao Harare – Zimbabwe (MALOA, 2016; SAMPAIO, 2015).

Esses investimentos e outros levaram a cidade da Beira a ser a segunda maior em termos de infraestruturas urbanas depois da cidade de Maputo (MALOA, 2016). Para além das áreas urbanas mencionadas surgiram outras em Moçambique tanto sob administração direta como indireta de Portugal, sendo essas: Manhica, Maxixe, Xai-Xai, Chibuto, Inhambane, Macia, Bilene, Vilanculos, Mandlakaze, Chókwe, Matola, Tete, Moatize, Angoche, Nacala etc. (MALOA, 2016).

Com base nas abordagens aqui referenciadas, participaram na edificação das áreas urbanas moçambicanas não somente os portugueses. A intervenção de vários agentes na urbanização moçambicana leva-nos a concordar com Araújo (2003, p. 168) em uma visão mais ampla que “o processo de urbanização em Moçambique na era colonial transplantou modelos e percepções de produção e organização do espaço oriundos das realidades das metrópoles coloniais”. Mais particularmente, as cidades ou parte delas passam a ser construídas com base em modelos estrangeiros, de acordo com os objetivos e necessidades da época da colonização.

A produção de áreas urbanas efetivada em Moçambique para acomodar os colonizadores deu-se a partir de princípios de segregação racial em que, uma área urbana estava segmentada mesmo fazendo parte do mesmo processo. Com isso queremos dizer que, a edificação das áreas urbanas obedecendo princípios de segregação racial ocasionou a divisão de uma mesma área urbana em duas partes em que uma foi denominada por cidade de cimento e a outra cidade de caniço (ARAÚJO, 2003). Apesar da divisão estabeleciam relações, uma vez que parte do mercado de trabalho dos moradores da cidade de caniço se realizava na cidade de cimento, porém, são cidades diferentes na forma e conteúdo e isso, acabou por gerar um forte condicionante para os posteriores processos de uma urbanização dual.

Mesmo depois da independência do país, as diferenças, econômicas, sociais e de organização do território não foram eliminadas. A principal alteração foi apenas demográfica. A

cidade de cimento manteve e agudizou as características de precariedade e de espaço seletivo e exclusivo a alguns segmentos específicos. Simplesmente deixou de ser exclusivamente branca, mas continuou a demarcar os fortes processos de diferenciação e desigualdade, a marcar o espaço urbano em relação à cidade de caniço (ARAÚJO, 2003).

A cidade de cimento, como o nome indica, é edificada obedecendo a uma estrutura planificada, presença de infraestruturas e serviços onde se assentavam as estruturas administrativas, construções projetadas verticalmente em materiais nobres, perenes e estruturada de acordo com o modelo ortogonal (FERNANDES e MENDES, 2012). É na cidade de cimento onde moravam os colonizadores, cidade considerada branca. A Cidade de Maputo é a que melhor se estruturou em termos de “cidade de cimento” seguida das cidades da Beira e Nampula que constituem as maiores em termos de população, dimensão territorial³⁶, infraestruturas e serviços em relação às demais cidades do país.

Os moçambicanos eram excluídos da cidade de cimento e acabavam por se instalar na cidade de caniço em habitações precárias construídas em materiais perecíveis à maneira tradicional como caniço, blocos de adobe, bambu, madeira e zinco (ARAÚJO, 2003). O material predominante nessas construções precárias era o caniço³⁷, naquele momento acessível e que acabou dando nome às áreas periféricas das cidades edificadas sem obedecer a nenhuma estrutura de planificação, com presença de construções espontâneas projetadas horizontalmente e sem contar com a presença de infraestruturas e serviços considerados urbanos (ARAÚJO, 2003).

Contudo, a cidade de caniço era encarada como um mal menor, conforme afirmam Fernandes e Mendes (2012), na medida em que a sua relativa proximidade à cidade de cimento assegurava a mão-de-obra destinada aos trabalhos domésticos da população branca e aos serviços públicos menos qualificados e considerados degradantes para os brancos. Constituía, ainda, área de reserva da cidade de cimento para a sua expansão. Quando surgia a necessidade de expandir a cidade de cimento, os habitantes da cidade de caniço eram remetidos para áreas ainda mais afastadas de acordo com o ritmo crescente das novas coroas urbanas (FERNANDES e MENDES, 2012).

³⁶ Das três cidades (Nampula, Sofala e Maputo), a Cidade de Maputo tem a menor dimensão territorial (aproximadamente a 347 km²).

³⁷ Em Moçambique chama-se "caniço" às plantas do género *Typha* - muito utilizadas na construção de casas tradicionais ou palhotas (VIANA, 2010).

Pelos fatos vivenciados, os moradores da cidade de caniço “adoptaram novos hábitos e atividades, participando em movimentos associativos, desenvolvendo aspirações modernas sobre o seu futuro” (DOMINGOS, 2020, p. 95). Foi nas periferias, sobretudo depois da segunda guerra mundial, onde se revela a insatisfação que conduz à formação e ao crescimento de movimentos que lutaram por melhores condições de vida e acabaram por levar à independência nacional (FERNANDES e MENDES, 2012).

Essa mobilização nas periferias que levou a formação de grupos que lutaram pela independência do país, por um lado podemos atribuir à falta de controle na periferia uma vez que a cidade de caniço era discriminada. Por outro lado, não havia conhecimento profundo sobre os dados da população natural de Moçambique considerada indígena³⁸ (residente nas periferias – cidade de caniço) porque não participava da contagem no recenseamento. Os estatísticos produziam levantamentos com objetivo centrado no que a classe dominante necessitava (DARCH, 1985).

A contagem abrangente da população em Moçambique teve início em 1980 onde foram recenseados 12.130.000 habitantes. De 1980 a 2017 houve um aumento de 14.769.105 habitantes, conforme o Quadro 3 que mostra a população total e sua distribuição percentual segundo sexo por área de residência (rural e urbana). A população urbana em Moçambique é toda aquela que reside em cidades e vilas, como analisado adiante.

³⁸ Os negros eram considerados indígenas pela lei laboral de 1899 que se aplicava a todos os homens e mulheres negros entre os 14 e 60 anos capazes de trabalhar e pagar imposto (MALOA, 2016, p. 110).

Quadro 3. Moçambique: População total nos quatro Censos e sua distribuição segundo sexo por área de residência (1980-2017)

Ano		População Total	Percentagem (%)	Homens	Percentagem (%)	Mulheres	Percentagem (%)
1980		12.130.000	100	5.908.500	48.7	6.221.500	51.3
	Area de Residência						
	Urbana	1.576.900	13	837139	6.9	739761	6.1
	Rural	10.553.100	87	5.071.361	41.8	5.481.739	45.2
Ano		População Total	Percentagem (%)	Homens	Percentagem (%)	Mulheres	Percentagem (%)
1997		16.075.708	100	7.703.031	47.9	8.372.677	52.1
	Area de Residência						
	Urbana	4.822.712	30	2.314.902	14.4	2.507.810	15.6
	Rural	11.252.996	70	5.388.129	33.5	5.864.867	36.5
Ano		População Total	Percentagem (%)	Homens	Percentagem (%)	Mulheres	Percentagem (%)
2007		20.632.434	100	9.930.196	48.1	10.702.238	51.9
	Area de Residência						
	Urbana	6.189.730	30	3.032.968	14.7	3.156.762	15.3
	Rural	14.442.704	70	6.897.228	33.4	7.545.476	36.6
Ano		População Total	Percentagem (%)	Homens	Percentagem (%)	Mulheres	Percentagem (%)
2017		26.899.105	100	12.910.199	48	13.988.906	52
	Area de Residência						
	Urbana	8.971.788	33.35	4.338.499	16.13	4.633.289	17.22
	Rural	17.927.317	66.65	8.571.700	31.87	9.355.617	34.78

Fonte: Conselho Coordenador do Recenseamento – CCR (1983) e Instituto Nacional de Estatística – INE (1999; 2010; 2019). Org: Autora (2020)

Conforme o Quadro 3, a maior parte da população moçambicana ainda reside na área rural, mesmo com tendência de sua diminuição e crescimento da população considerada urbana. Em 1980, 87% da população residia na área rural e 13 % na área urbana, enquanto que no Censo de 2017, 33.35% da população reside na área urbana e 66.65% reside na área rural. Ou seja, registra-se no período considerado um crescimento de mais de 460% da população urbana, maior assim que o da população total que foi de pouco mais de 120%. Analisando os dados referentes à população residente nas áreas rural e urbana, logo à primeira vista, parece que houve um salto qualitativo entre os Censos de 1980 a 2007.

De 13% da população que residia na área urbana em 1980 passou para 30% para os Censos de 1997 e 2007. Porém, isso se deveu não apenas ao deslocamento populacional ou a taxas de crescimento vegetativo, mas também ao fato de algumas áreas rurais terem sido reclassificadas para urbanas no Censo de 1997, mesmo apresentando características tipicamente rurais.

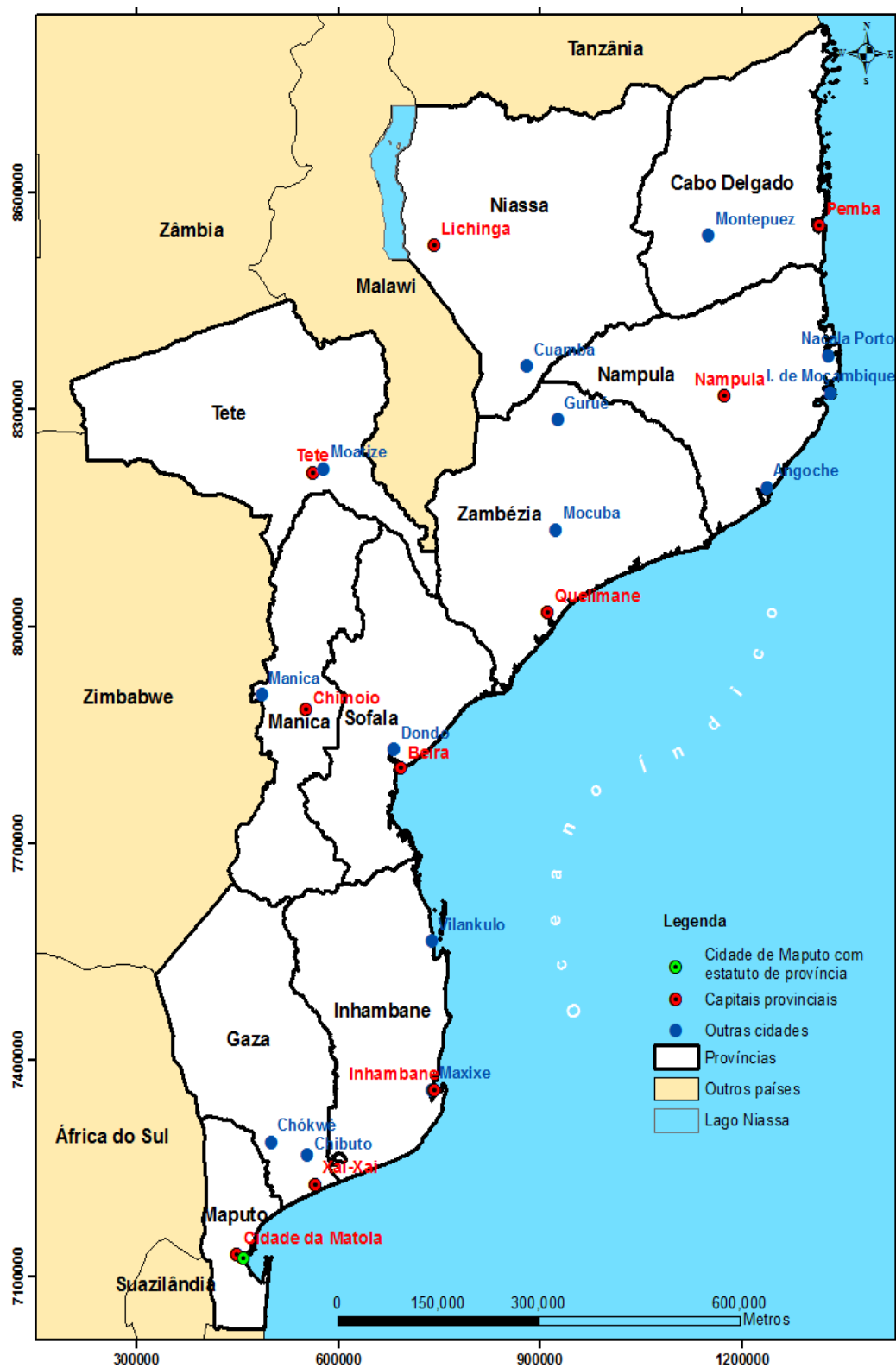
No período de 2007 à 2017 somente houve aumento de 3.35% da população na área urbana, uma percentagem não significativa relativamente aos dados dos Censos anteriores. Isso demonstra que o aumento significativo da população urbana em Moçambique nos Censos anteriores correu devido a requalificação das áreas rurais em urbanas, da migração forçada devido à guerra civil que assolou o país (1976 a 1992), seca (1983 a 1984) entre outros fatores.

2.4.1 Áreas urbanas

Atualmente, a urbanização em Moçambique é reconhecida oficialmente pela identificação dos processos que ocorrem em cidades e vilas designadas por áreas urbanas. Ou seja, correspondem às áreas urbanas em Moçambique as cidades e vilas (BR, 2004). São em Moçambique vinte e cinco cidades³⁹ e sessenta e seis vilas, conforme os Mapas 3 e 4.

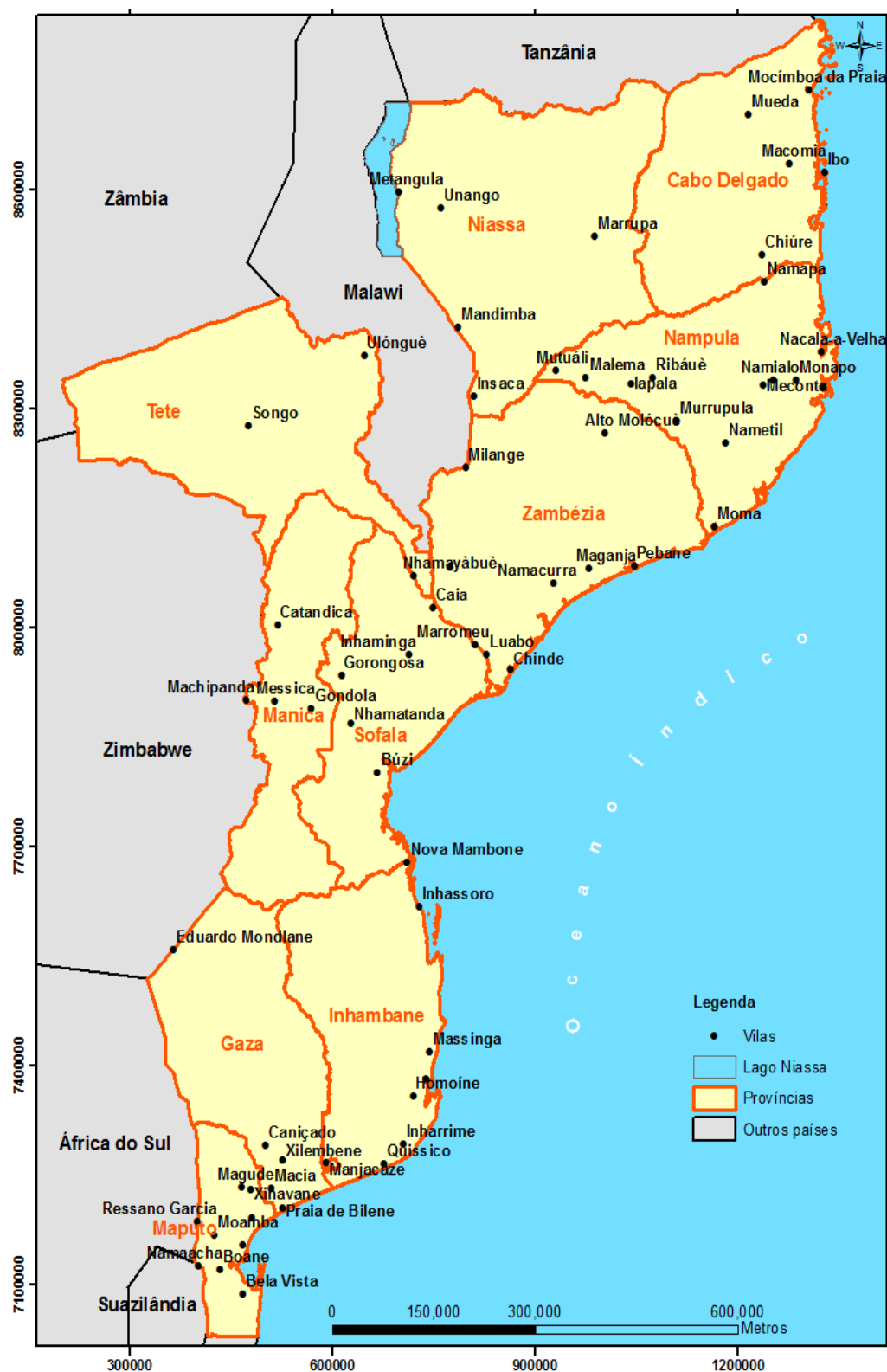
³⁹ Das 25 cidades, uma é capital do país com estatuto de província, dez são capitais provinciais e catorze correspondem a outras cidades.

Mapa 3. Moçambique: Situação geográfica de cidades



Fonte: INE (2015); BR (2020). Org: Autora (2020)

Mapa 4. Moçambique: Situação geográfica de vilas



Fonte: INE (2015); BR (2020). Org: Autora (2020)

Estão ilustradas no Mapa 3 as vinte e cinco cidades moçambicanas e no Mapa 4 as 66 vilas. Tanto as cidades como as vilas são classificadas. A classificação difere da estabelecida pela UN-DESA (2015), tal como descrito na página 49 e apresentado na Figura 2 da página 50. Em Moçambique as cidades são classificadas em níveis A, B, C e D e as vilas em níveis A e B (BR, 2015).

Foram estabelecidos dois critérios para a classificação de cidades e vilas. O primeiro critério é o número de habitantes e o segundo critério é o considerado desenvolvimento económico, social e cultural (BR, 2015). Existem parâmetros legais definidos para cada critério estabelecido através do Decreto nº 20/2015, Artigo 2. O primeiro estabelece o número de habitantes que deve ser considerado para cada área urbana.

O segundo critério desenvolvimento económico, social e cultural, leva em consideração os seguintes elementos: finanças públicas, indústria, comércio, serviços, turismo e lazer, saúde, água e energia, educação, urbanização, saneamento do meio, transporte e comunicações, justiça, segurança e ordem pública, vias de acesso e cultura e desporto (BR, 2015). Para a obtenção dos diferentes níveis de classificação de cidades e vilas, mediante os dois critérios estabelecidos, é necessário alcançar uma pontuação mínima admissível consoante o Quadro 4.

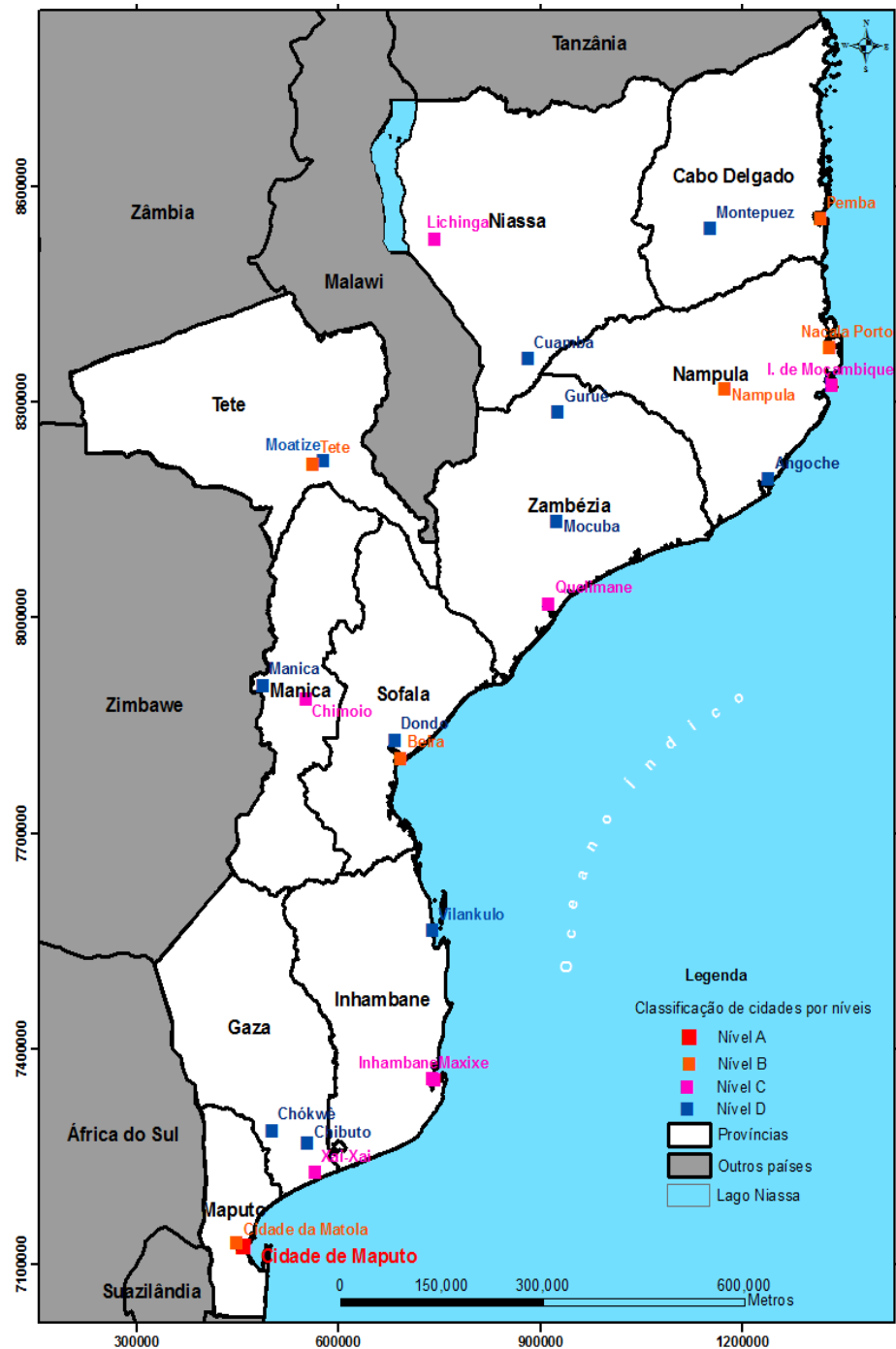
Quadro 4. Moçambique: Pontuação para a classificação das cidades e vilas

Nível	Pontuação mínima	
	Cidades	Vilas
A	Entre 86 – 100 pontos	Entre 61 – 100 pontos
B	Entre 66 – 85 pontos	≤ 60 pontos
C	Entre 51 – 65 pontos	
D	≤ 50 pontos	

Fonte: BR (2015)

De acordo com o mesmo Decreto no seu Artigo 11, o processo de classificação e reclassificação de áreas urbanas deve ocorrer em cada 10 anos, no segundo ano após a realização do Recenseamento Geral da População e Habitação (BR, 2015). Mediante os critérios estabelecidos, é ilustrado no Mapa 5 a classificação do ano 2020, mais recente de cidades por níveis A, B, C e D.

Mapa 5. Moçambique: Classificação de cidades



Fonte: INE (2015); BR (2020). Org: Autora (2020)

É possível observar no Mapa 5 a existência de uma cidade de nível A, seis cidades de nível B, sete cidades de nível C e onze cidades de nível D. A Cidade de Maputo, a capital do país com estatuto de província, desde 1980, é a única de nível A e de importância nacional.

De acordo com o BR (2015), a cidade de nível A deve ter:

No mínimo 1.250.000 habitantes e pelo menos 50% da população economicamente ativa, capacidade de coletar pelo menos 90% das receitas próprias dos contribuintes cadastrados, pelo menos 90% de pequenas e médias empresas e 10% de grandes empresas, 100% da demanda comercial deve ser satisfeita pela capacidade da rede existente, [...]. Deve ter espaços apropriados para a promoção de atividade cultural e desportiva e pelo menos um centro de medicina desportiva implantada (BR, 2015, p. 470-472).

As cidades de Pemba, Nampula, Nacala Porto, Tete, Beira e Matola são de nível B (BR, 2020). É considerada cidade de nível B a que possui:

No mínimo 500.000 habitantes e 60% da população economicamente ativa, capacidade de coletar pelo menos 80% das receitas próprias dos contribuintes cadastrados, pelo menos 65% de pequenas e médias empresas e 15% de grandes empresas, 90% da demanda comercial deve ser satisfeita pela capacidade da rede existente, [...]. Deve ter espaços apropriados para a promoção de atividade cultural e desportiva e pelo menos um centro de medicina desportiva implantada (BR, 2015, p. 472-473).

As cidades de Lichinga, Ilha de Moçambique, Quelimane, Chimoio, Inhambane, Maxixe e Xai-Xai são de nível C (BR, 2020). Uma cidade de nível C deve apresentar os seguintes requisitos:

No mínimo 250.000 habitantes e 65% da população economicamente ativa, capacidade de coletar pelo menos 70% das receitas próprias dos contribuintes cadastrados, pelo menos 85% de pequenas e médias e 20% de grandes empresas, pelo menos 90% da demanda comercial deve ser satisfeita pela capacidade da rede existente, [...]. Deve ter espaços apropriados para a promoção da atividade desportiva e promover a prática regular de modalidades desportivas populares de competitividade universal (BR, 2015, p. 473-475).

As cidades de Montepuez, Cuamba, Angoche, Moatize, Gurué, Mocuba, Manica, Dondo, Vilankulo, Chibuto e Chókwe são de nível D (BR, 2020). A cidade de nível D deve apresentar:

No mínimo 100.000 habitantes e 65% da população economicamente ativa, capacidade de coletar pelo menos 70% das receitas próprias dos contribuintes cadastrados, 75% de pequenas e médias empresas e até 25% de grandes empresas, pelo menos 85% da demanda comercial deve ser satisfeita pela capacidade da rede existente, [...]. Deve ter espaços apropriados para a promoção da atividade desportiva e promover a prática regular de modalidades desportivas populares de competitividade universal (BR, 2015, P. 475-476).

Por sua vez, as vilas são classificadas em níveis A e B, conforme ilustrado no Mapa 6.

Mapa 6. Moçambique: Classificação de vilas



Fonte: INE (2015); BR (2020). Org: Autora (2020)

Das sessenta e seis vilas, onze são de nível A e cinquenta e cinco de nível B. As vilas de nível A são: Mocimboa da Praia, Mueda, Metangula, Namialo, Songo, Gondola, Massinga, Macia, Praia de Bilene, Boane e Manhiça (BR, 2020). É vila de nível A, a que tem a capacidade de:

Coletar pelo menos 50% das receitas próprias dos contribuintes cadastrados, ter pelo menos 30% de pequenas e médias empresas e até 15% de grandes empresas, pelo menos 60% da demanda comercial deve ser satisfeita pela capacidade da rede existente, [...]. Deve ter espaços apropriados para a promoção da atividade desportiva e promover a prática regular de modalidades desportivas populares e competitividade universal (BR, 2015, p. 476-477).

As demais vilas de nível B devem:

Ter a capacidade de Coletar 50% das receitas próprias dos contribuintes cadastrados, pelo menos 10% de pequenas e médias empresas e até 10% de grandes empresas, pelo menos 40% da demanda comercial deve ser satisfeita pela capacidade da rede existente, [...]. Deve ter espaços apropriados para a promoção da atividade desportiva e promover a prática regular de modalidades desportivas populares e competitividade universal (BR, 2015, p. 477-478).

Todas as vinte e cinco cidades são constituídas por municípios. Entretanto, nem todas as sessenta e seis vilas são municípios. De acordo com BR (1997), os municípios correspondem a circunscrição territorial de cidades e vilas. As vilas que se tornaram municípios seguem apresentadas no Quadro 5.

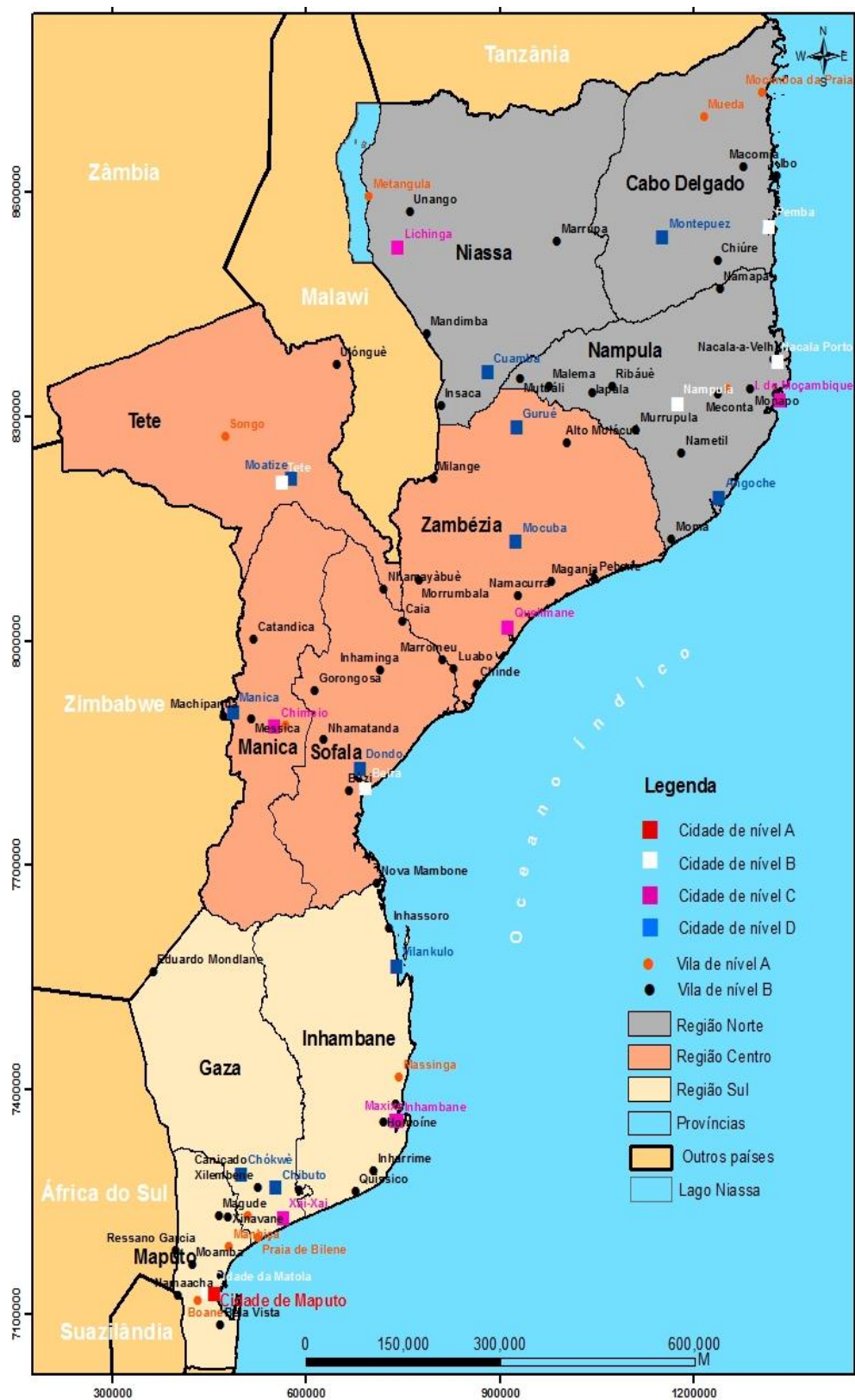
Quadro 5. Moçambique: Vilas municipais

Província	Vila	Província	Vila
Niassa	Metangula, Mandimba e Marrupa	Manica	Catandica e Gondola
Cabo Delgado	Chiúre, Mocimboa da Praia e Mueda	Sofala	Gorongosa, Marromeu e Nhamatanda
Nampula	Malema, Monapo e Ribaué	Inhambane	Massinga e Quissico
Zambézia	Alto Molócue, Maganja e Milange	Gaza	Bilene Macia, Praia de Bilene e Mandlakazi
Tete	Ulongoe e Nhamayábué	Maputo	Boane, Manhiça e Namaacha

Fonte: INE (2015)

São no total vinte e sete vilas que se tornaram municípios. Um fato que merece destaque e que não vai de acordo com o mencionado no BR (1997) sobre os municípios que correspondem a circunscrição de cidades e vilas está relacionado com a localidade Sussundenga Sede, no distrito de Sussundenga na província de Manica. Esta localidade não tem estatuto de vila e muito menos de cidade, mas foi elevada a estatuto de município. Isso demonstra a falta de coerência de instrumentos legais na definição de critérios. Para melhor compreensão das áreas urbanas, o Mapa 7 ilustra a situação geográfica de cidades e vilas.

Mapa 7. Moçambique: Situação geográfica de cidades e vilas



Fonte: INE (2015); BR (2020). Org: Autora (2020)

Conforme o Mapa 7, podemos afirmar que a incipiente rede urbana moçambicana, composta por cidades e vilas, é pouco densa, predominantemente litorânea e, em termos populacionais, macrocefálica uma vez que na capital única cidade de nível A concentra-se 21, 85 % da população considerada urbana das cidades capitais do país (INE, 2019). Do litoral para o interior o processo de urbanização vai rareando. As áreas urbanas no interior geralmente localizam-se ao longo das principais vias de acesso e dos principais rios. “A urbanização interior foi reduzida a núcleos agregados aos centros de desenvolvimento econômico e limitada pela fragilidade do sistema de transportes” (UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA – UCCLA, 2020, p.118). O que demonstra que a rede urbana também é frágil em relação a suas ligações e interações entre as cidades e vilas.

Olhando para as áreas urbanas moçambicanas e levando em consideração os processos contemporâneos de urbanização que criam conurbações de cidades com difícil identificação dos seus limites geográficos e surgimento de grandes áreas metropolitanas e ainda, considerando Santos (2004, p. 282) que estas “irradiam sobre um vasto território e dotadas de uma importante gama de atividades destinadas a satisfazer as exigências da vida quotidiana da totalidade da população nelas contidas tanto ao serviço das massas como das classes privilegiadas” chega-se à conclusão de que não existe efetivamente tal processo de metropolização em Moçambique, mas sim, aglomerado urbano de Maputo, que está conurbado à cidade da Matola e à vila de Marracuene, por um lado.

Por outro lado, considerando o papel da Cidade de Maputo como capital de Moçambique, minimamente equipada em relação às restantes cidades moçambicanas, pode-se afirmar que é uma metrópole incompleta com grave carência de equipamentos e infraestruturas urbanas. Ainda, baseando-se em Santos (2004), a Cidade de Maputo é uma metrópole incompleta porque não é capaz de fornecer a suas classes abastadas os bens e serviços considerados necessários recorrendo-se às importações. Embora seja responsável pela macroorganização do território nacional exerce a totalidade das funções comparáveis a partir de contribuições externas vindas na maior parte de metrópoles completas. Não dispõe de meios necessários a suas funções e, é obrigada a se completar fora (SANTOS, 2004). Entretanto, apesar de considerarmos a Cidade de Maputo uma metrópole incompleta é a que apresenta maior densidade populacional em relação a outras províncias.

Após o período colonial nenhuma cidade nova surgiu em Moçambique. Tudo o que existe em termos de áreas consideradas urbanas é herança da época da colonização. É importante

reconhecer que a urbanização exerce um papel fundamental no desenvolvimento tanto econômico quanto social por meio das áreas urbanas que são os lugares centrais. Existem, ainda nas áreas consideradas vilas e cidades em Moçambique, outras e diferenciadas “áreas com características rurais” que estão em franca expansão. A diferença entre urbano e rural em Moçambique ainda é evidente e a maior parte da população urbana mora em bairros de ocupação espontânea. Por fim, tanto a maior parte dos moradores de bairros de ocupação espontânea quanto dos bairros ordenados não possui título de Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), questão que será abordada no capítulo seguinte.

CAPITULO III. PROPRIEDADE E ACESSO À TERRA EM MOÇAMBIQUE

Este capítulo apresenta e analisa os processos relacionados ao acesso à terra em Moçambique na medida em que se trata de questão relevante para a compreensão da produção da cidade e da habitação em geral e dos espaços residenciais fechados, em particular.

A terra é um bem de extrema importância, não só para a prática das atividades agrícolas, mas também para a moradia e outras atividades de interesse econômico como é o caso da produção imobiliária com fins meramente comerciais e lucrativos. Sua posse, considerada como uma condição de produção e a propriedade considerada como capital no modo de produção capitalista (HARVEY, 2013), transmitem sensação de segurança e também de poder para a realização de qualquer tipo de atividade.

Vários processos determinam os termos em que ocorre a posse ou a propriedade, bem como o uso e aproveitamento de terra, em cada sociedade específica envolvendo um conjunto de fatores históricos, políticos, culturais entre outros, que mudam ao longo do tempo e “essas mudanças são motivadas pelo crescimento populacional, processo de urbanização que leva a expansão urbana, desenvolvimento tecnológico, guerras e conquistas, mudanças de governação” etc. (*INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT – IIED*, 2006, p. 1).

Harvey (2006, p. 503) afirma que “em cada época histórica, a propriedade de terra se desenvolveu de um modo diferente e sob um conjunto de relações sociais inteiramente diferentes”. E a partir desta consideração torna-se importante a apresentação (mesmo que rápida) desta realidade em diferentes países, em diferentes momentos históricos. Na Inglaterra, por exemplo, entre os séculos XVI e XVIII “houve uma pressão contínua para a extinção dos direitos costumeiros que interferiam na acumulação capitalista” (WOOD, 1998). Um dos argumentos que passam a ser utilizados naquele momento e que justifica a mudança nas formas e relações sociais subjacentes à apropriação das terras foi o de que a propriedade privada garantiria o melhor aproveitamento das terras, tornando-as produtivas e lucrativas.

As terras sem melhoramentos constituíam desperdícios e os que podiam melhorá-las se apropriavam delas. Tais princípios de melhoramento levaram à redefinição, na Inglaterra, dos

direitos de propriedade, com os “cercamentos⁴⁰”, responsáveis pelo aumento de pessoas sem-terra, vagando pelos campos e ameaçando a ordem social.

Wood (1998, p. 22) considera os cercamentos a “expressão mais vívida do processo incansável que estava mudando não apenas o campo inglês mas o mundo”. A terra, no capitalismo, é uma mercadoria mesmo sendo um bem não produzido pelo ser humano, que para sua existência não necessita da intervenção da mão-de-obra. Assim, neste modo de produção, a principal característica de propriedade da terra, como mercadoria, representa:

A dissolução completa da conexão entre a posse da terra e a terra, a tal ponto que o proprietário da terra em troca de um pagamento monetário direto, confere todos os direitos à terra como instrumento e condição da produção sobre o capital. A posse da terra atingiu sua verdadeira forma capitalista quando o comércio na terra é reduzido a um ramo especial da circulação de capital que rende juros. (HARVEY, 2006, p. 503 e 508).

De acordo com Harvey (2006, p. 506), ainda, “Os EUA são um único país em que a terra, desde o início, foi tratada de uma maneira que se aproximava mais daquela ditada por considerações meramente capitalistas”.

Antes da independência, já haviam sido criadas na América do Norte bases para a emergência da classe social dos agricultores familiares que trabalhavam suas próprias terras com o uso da mão-de-obra familiar buscando a reprodução social e a preservação da sua autonomia. Durante o período da colonização, as lutas contra os proprietários britânicos, as guerras contra os índios e entre os próprios colonos levaram à criação de uma ideologia de classe que foi fundamental na guerra de independência e na definição das políticas fundiárias dos Estados Unidos da América (REZENDE e GUEDES, 2008, p. 3).

A criação das bases para a emergência da “classe social dos agricultores familiares” antes da independência evidencia o processo de constituição de classe social baseada na propriedade da terra, embora a mão-de-obra utilizada fosse familiar. Depois da independência a política fundiária dos EUA teve duas fases distintas: a primeira compreende o período de 1776 a 1862 e a segunda teve início em 1862.

De 1776 a 1862 prevaleceu a política de terras com ênfase na receita pública, cujas características principais foram a institucionalização da propriedade privada plena da terra e a utilização do mercado como instrumento de política de disponibilização das terras públicas. A segunda iniciou com a aprovação da

⁴⁰ Privatização e o cercamento de terras comunais, ou dos campos abertos caracteristicamente presentes em algumas regiões do campo inglês. Mas significou, mais precisamente a extinção (com ou sem o cercamento de terras) dos direitos de uso baseados nos costumes dos quais muitas pessoas dependiam para tirar o seu sustento (WOOD, 1998, p. 22).

*Homestead Acts*⁴¹ e foi denominada de política de terras distributivista, caracterizada pela cessão gratuita de terras públicas a quem nela desejasse cultivar (REZENDE e GUEDES, 2008, p. 5).

As duas fases depois da independência levaram à consolidação da propriedade privada de terra nos EUA. Mueller (2006), afirma que:

Em menos de 200 anos depois da independência já havia se erguido um padrão claro de propriedade e uso da terra nos EUA. Houve mudanças em termos de propriedade, mas, praticamente todos os princípios que persistem até hoje já haviam sido estabelecidos pelo tempo de revolução em 1776 (MUELLER, 2006, p. 30).

Se, de um lado, em países capitalistas como EUA, Inglaterra, entre outros, a terra é propriedade privada e os proprietários fundiários tem a possibilidade de ampliar seus ganhos monetários com as alterações em seus preços, de outro lado, em países socialistas como a Antiga União Soviética a terra era propriedade do Estado, fato que ainda se observa em alguns países, sobretudo subdesenvolvidos. Por sua vez, como mais um exemplo das diferenças encontradas em relação à posse e propriedade da terra, na antiga Iugoslávia, por exemplo, optou-se por uma forma de propriedade dualista, em que a terra era pública e privada (BRUCE, 2017).

Na Ásia as organizações não governamentais (ONGs) tendem a desempenhar um papel muito mais proeminente do que em outras regiões no apoio a iniciativas locais para melhorar o acesso à terra por organizações baseadas nas comunidades pobres e federações urbanas (ACIOLY JR, 2007). Apesar de alguns sucessos com iniciativas de compartilhamento de terras na Tailândia e na Índia, no entanto, os governos locais geralmente não estão bem equipados com instrumentos de manejo da terra e planejamento do uso da terra. Alguns programas nacionais, como o *Kampung Improvement Program* (KIP) da Indonésia e o *Community Mortgage Programme* (CMP) das Filipinas combinam melhoria de infraestruturas com acesso à terra e segurança de posse (ACIOLY JR, 2007).

A China é um país que apresenta uma particularidade no que concerne à propriedade de terra. Com a ascensão do Partido Comunista Chinês (PCC) ao poder em 1949, o governo do PCC não converteu a terra para o Estado, mas sim fez uma reforma agrária que incluiu a terra e a habitação e transferiu a propriedade da terra rural para os agricultores. A regulamentação da

⁴¹ Lei aprovada em 1862 durante o governo Lincoln nos EUA, que estabeleceu a distribuição de terras no Oeste de forma quase gratuita, na proporção de 160 acres (64,75 hectares) por família (REZENDE e GUEDES, 2008, p. 5).

propriedade da terra na China deu-se em 1982, através de uma nova Constituição e estabeleceu duas formas de propriedade (BRUCE, 2017).

A primeira é a propriedade estatal e a segunda é a propriedade dos coletivos rurais (aldeias ou grupo de aldeias de tamanhos variados) ou simplesmente propriedade coletiva. Na propriedade estatal, o Estado por meio do governo central, controla as áreas urbanas e a segunda comandada por instituições dominadas por quadros do partido cuida das áreas rurais (BRUCE, 2017). Apesar da terra rural ser de propriedade coletiva, há terras rurais que pertencem ao Estado como as não cultivadas em montanhas e outras em áreas remotas (*Habitat International Coalition* – HIC, 2020).

A posse da terra se dá mediante os direitos de uso estabelecidos por um período relativamente longo (BRUCE, 2017). Nas terras urbanas sob controle do Estado, os direitos de uso são estabelecidos por um período de arrendamento relativamente longo, que varia entre 40 anos quando se trata de uso comercial e 70 anos para uso residencial (HIC, 2020). Os direitos das áreas urbanas são transferíveis, isto é, herdáveis e podem ser vendidos ou subcontratados. Ademais, em alguns casos são utilizados para adquirir empréstimos, quer dizer, os direitos de uso em terras urbanas podem ser utilizados como garantias em empréstimos (NOGUEIRA, 2018).

Nas áreas rurais, os direitos de uso também são herdáveis e estabelecidos por um período entre trinta a setenta anos de duração. Para as terras agrícolas o tempo estabelecido para direitos de uso é de cinquenta anos (BRUCE, 2017). Na propriedade coletiva, a terra é alocada aos agregados familiares⁴². Conforme as mudanças observadas nos agregados familiares, isto é, aumento de membros, há novas realocações por meio de votação da assembleia da aldeia. Na área urbana os direitos podem ser comercializáveis, enquanto que na área rural é uma exceção, sendo permitido somente em situações muito restritas (BRUCE, 2017).

Os direitos de uso das terras urbanas em poder do Estado são comercializáveis e devido ao processo de urbanização adotado pelo Estado como política para a modernização do país, as terras urbanas vão escasseando. Para a expansão urbana surge a necessidade de anexar as áreas rurais mais próximas. A terra rural é transformada em urbana e passa a ter preço. Os direitos de uso urbanos são comercializáveis a altos preços para proprietários imobiliários cujo objetivo é a edificação de infraestruturas para sua posterior comercialização (BRUCE, 2017).

⁴² Indivíduo ou um grupo de pessoas ligadas ou não por laços de parentesco que habitualmente vivem na mesma casa e cujas despesas são suportadas parcial ou totalmente em conjunto (INE, 2010, p. iv)

De acordo com o mesmo autor, as famílias localizadas em áreas urbanas, principalmente as detentoras de produtos imobiliários e outros agentes envolvidos no processo da urbanização enriquecem rapidamente, aumentando o fosso das desigualdades sociais. A permanência da terra sob o poder estatal/público tem sido tema de bastantes críticas por parte de alguns pensadores. A partir de 2013 discute-se na China a reforma de propriedade de terras, cujo objetivo é a unificação gradual dos dois sistemas de posse – estatal e coletivo e terminar com a política de terra rural barata (BRUCE, 2017).

Na África, os sistemas de propriedade da terra tem sido objeto de políticas de intervenção desde o período colonial até ao presente momento.

O colonialismo deixou padrões de propriedade bastante desiguais em África, para além de ter imposto leis de terras baseadas no direito positivo, pouco inserido na lei e práticas costumeiras. Ao mesmo tempo, os sistemas costumeiros também não são isentos de desigualdade, particularmente no que se refere às mulheres e, especialmente porque, com o tempo estas instituições perdem os mecanismos locais de prestação de contas. Em geral, a terra em África não possui títulos e os usuários adquirem direitos de acesso por diversos mecanismos, muitas vezes combinando princípios costumeiros e legais, e na base de familiaridade, estatuto social, transações monetárias, adjudicação pelo governo e outras formas. A crescente predominância das transações de mercado tem resultado em severos problemas de posse tanto para a população rural como urbana (IIED, 2006, p. 1).

Nas práticas costumeiras, a terra é um bem da família, da linhagem e da comunidade na qual há sustentabilidade do seu uso para o combate à pobreza e aumento da riqueza (NEGRÃO, 2001). As transações de terras familiares diferem e ocorrem sob várias formas. Alguns exemplos são citados por Negrão (2000), quem destaca o sistema de territórios consignados, em que na realização de um casamento, a família receptora adjudica terra ao casal para a realização das suas atividades; sistema de segurança de três gerações, onde as transações de terras são baseadas em três gerações e o sistema de dependência do grupo em que todos os membros vivem no mesmo território, em famílias alargadas com estabelecimento de relações tanto econômicas como sociais, em que o chefe da família alargada é o guardião da linhagem e reconhece a autoridade máxima (responsável pela segurança e reprodução das várias linhagens), entre outros.

De acordo com (IIED, 2006), nos últimos anos observam-se na África transações de terras familiares entre as populações locais sobretudo em áreas de escassez de terra. Em alguns países, os anciãos juntam-se aos parceiros com capital e convertem as terras familiares em plantações. Nas tais conversões, os direitos sobre a terra deixam de ser um dado adquirido e os membros da família competem por parcelas de terra cada vez menores. Como os jovens não possuem capitais, a atitude

dos anciãos em aliar-se aos parceiros com capitais faz crescer o número dos sem-terra, sobretudo na camada jovem.

Mudanças na segurança de posse da terra estão a se verificar a diversas escalas. Na escala local há competição intrafamiliar entre homem e mulher. Entre gerações, geralmente leva ao afastamento das mulheres e dos jovens dos centros de controle dos recursos produtivos, o que significa que a propriedade familiar é “privatizada”, ou por outra, controlada pelos anciãos. Quando os mecanismos locais são formalizados, a exclusividade dos direitos tende a ser fortalecida em benefício de quem detém os direitos primários e em detrimento dos restantes, isto é, quando os direitos se tornam formais privilegiam uns e marginalizam outros (IIED, 2006, p. 2-3).

Nas escalas regional e nacional, a apropriação de terras comunais por agricultores que se dedicam a agricultura comercial ou por investidores externos tornou-se um fenômeno comum na África e leva à marginalização dos pequenos agricultores. E, quando se trata de apropriação de terra por agricultores comerciais e investidores externos, os Estados africanos têm sido tolerantes com tais processos por entender que o uso das terras para pastorícia ou agricultura de pequena escala e ou familiar é tradicionalista e não produtiva como a de grande escala (IIED, 2006).

Na Etiópia, por exemplo, a terra é propriedade do Estado. Neste país “os cidadãos têm o direito de uso, é permitida a herança de direitos de uso e não podem ser hipotecados, mas os investidores estrangeiros estão autorizados a hipotecar a terra arrendada” (IIED, 2006, p. 3-4). Para o registro e certificação dos direitos de uso foi montada uma estrutura desde o nível comunitário até o regional que envolve comitês de terras eleitos localmente e que trabalham de forma voluntária, utilizando meios simples e tradicionais. Há tentativa de uso de instrumentos convencionais para delimitação de terrenos, sobretudo para a demarcação de terras de grande valor comercial. A definição dos limites dos terrenos e resolução de eventuais conflitos é feita através de discussões públicas ao nível da comunidade (IIED, 2006).

Em muitas regiões da Etiópia, ainda, com exceção da região *Tigray* os direitos de uso são registrados na forma de co-titularidade dos cônjuges de modo a fortalecer o direito à terra por parte das mulheres e com pretexto para a redução de divórcios e da poligamia. Os camponeses podem arrendar a sua terra, mas a duração permitida para o arrendamento varia de uma região para outra. Em *Amhara* são 25 anos, enquanto que em *Tigray* são apenas dois anos se a terra for titulada com recurso a tecnologias ‘tradicionais’ e 15 anos quando são aplicadas tecnologias modernas (IIED, 2006).

Observa-se na Etiópia processos de competição sobre as terras destinadas para o desenvolvimento de empreendimentos como as de culturas de exportação de flores, extração mineira, manufatura e desenvolvimento imobiliário. Esse fato já exige uma especial atenção nas terras periféricas de Addis Abeba (capital do país), uma vez que a maioria de pequenos produtores (camponeses) estão a perder as suas terras em favor da produção em grande escala de flores para a exportação (IIED, 2006).

Em Moçambique, a terra é propriedade do Estado. Vamos aqui abordar sobre a terra neste país em três momentos distintos: antes e durante a colonização e depois da independência.

3.1 Propriedade e acesso à terra em Moçambique antes e durante a colonização

Antes da colonização, quando a governação era baseada em linhagens, chefaturas, estados e impérios, o regime sobre a terra era comunitário, sujeito a normas costumeiras ou consuetudinárias locais (MACARINGUE, 2017). Serrão *et al* (2014, p. 292), baseando-se em Alfredo (2009), afirmam que “os sistemas de posse de terra em Moçambique surgiram no período pós-conferência de Berlim”.

Durante o período colonial, a terra passou a ser propriedade do Estado marcado por dois sistemas: o consuetudinário e o convencional e, o governo colonial reconhecia os direitos da população e tinha o controle sobre os mesmos (DIREITO, 2013; SERRÃO *et al*, 2014). Várias propostas sobre o regime ou concessão de terras nas colônias portuguesas da África foram discutidas. Como exemplo, em 1899 e 1901, foi discutida a proposta de lei que se baseava no acesso, uso e controle de terra discriminatório entre o colonizador e os colonizados (DIREITO, 2013).

Para figuras influentes como Antônio Enes (um dos ministros da marinha portuguesa) e comissário régio para Moçambique em 1891, o modelo de concessões de terra a seguir em Moçambique, cujo objetivo era transformá-lo em uma colônia rentável, seria o britânico (DIREITO, 2013). Mas, os portugueses foram incapazes de garantir a segurança de propriedade individual da terra devido à complexidade da legislação fundiária e ao mau funcionamento das suas instituições (DIREITO, 2013).

Isso contribuiu para a não fixação de outras potências como a Inglaterra (embora tenha investido capital a partir da Companhia de Moçambique) e a entrada de capitais em terras moçambicanas. Pela incapacidade de garantir a propriedade individual, Enes não atribuía:

Qualquer validade aos regimes de terra locais e propunha que não fosse reconhecido aos régulos e outros «chefes indígenas» qualquer direito de propriedade sobre a terra e que qualquer doação ou alienação de terra ficasse dependente de uma autorização administrativa. Quanto aos pequenos agricultores que necessitavam de terrenos para as suas culturas, prática a fomentar tendo em conta o parco aproveitamento agrícola do território, previu um processo simplificado de titulação, autenticação e fiscalização de compra ou aforamento de determinados terrenos do Estado (DIREITO, 2013, p.46).

Enquanto aos moçambicanos eram negados o direito de propriedade sobre a terra, as companhias majestáticas e arrendatários que eram fontes de rendimento para Portugal e responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção da pacificação em áreas sob seus domínios eram concessionadas terras para exploração em período compreendido entre 35 a 50 anos (SAMPAIO, 2015). Com a tomada de posse em 1901 de Teixeira de Sousa como ministro da marinha portuguesa, esse concordou com o «decreto-travão»⁴³ melhorado em 1899 que propunha que a terra era do Estado; os direitos das populações africanas se limitavam apenas em ocupar, cultivar e pastar na terra (DIREITO, 2013, p.49).

Contrariamente à António Enes, Teixeira na sua proposta deixava a “transmissão de terrenos entre africanos para os «usos e costumes» e fazia depender de uma autorização administrativa a transmissão de terrenos entre indígenas e não indígenas” (DIREITO, 2013, p.49). Mesmo assim, o acesso à terra continuou discriminatório e a expropriação violenta passou a ser uma prática comum. Contudo, “Moçambique acedeu a independência com um sistema de posse dual de terra que teve a sua origem durante o período colonial” (BRUCE, 1992 *apud* SERRÃO *et al*, 2014, p. 294).

3.2 Propriedade e acesso à terra em Moçambique depois da independência

A nacionalização da terra em 1976 (MACARINGUE, 2017), fez com que em 1977 fosse adotada “a política de socialização da terra que definia a mobilização e a organização do povo em machambas⁴⁴ estatais e cooperativas e a constituição de aldeias comunais” (SERRÃO *et al*, 2014, p. 294) com intuito de desenvolver o setor agrícola estatal. Em 1979, quatro anos após a independência, foi aprovada a primeira lei de terras, lei nº 6/79 de 3 de Julho que legitimou a terra

⁴³ Decreto 27 de Setembro de 1894, que limitara a liberdade do governo em Portugal e dos governadores coloniais no domínio das concessões de terrenos, a partir de então dependentes de aprovação parlamentar, bem como no que tocava a atribuição de exclusivos em África. Popularmente conhecido como decreto-travão [...] (DIREITO, 2013, p.46).

⁴⁴ Porção de terra onde se pratica agricultura, é uma palavra em Ronga e Changana (Interpretação da Professora Dr^a Inês Macamo Raimundo em 3 de Março de 2021).

como propriedade do Estado e a exploração empresarial socialista. A lei permitiu estabelecer regras para a ocupação e preservação dos recursos naturais. Com a lei aprovada, “o Estado permitiu a concessão a população os direitos de uso e aproveitamento da terra (DUAT) através de um título” (SERRÃO *et al*, 2014, p. 295).

Em 1987, foi aprovado o regulamento da lei de terras cujo objetivo era atribuição e descentralização de competências para conceder o direito de uso e aproveitamento da terra para fins tanto econômicos como sociais e assegurar a preservação dos recursos naturais com estabelecimento de zonas de proteção de solos, águas, flora e fauna (Decreto nº 16/87 de 15 de Julho).

Pelos desafios enfrentados no país no âmbito do desenvolvimento e a experiência na aplicação da lei nº 6/79, de 3 de Julho, surge a necessidade da revisão da lei de terras como forma de adequá-la a nova conjuntura política, econômica e social e garantir o acesso e a segurança de posse de terra, tanto dos camponeses moçambicanos, como dos investidores nacionais e estrangeiros.

Portanto, 22 anos após a independência (que ocorreu em 1975) foi aprovada em 1997 a lei de terras nº 19/97 de 1 de Outubro que define e regula o Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), sobretudo para a terra rural e entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1998. Na nova lei, a terra permanece propriedade do Estado. O seu uso e aproveitamento é direito de todo o povo moçambicano.

De acordo com Negrão (2001), a lei de Terras foi elaborada pela necessidade de rever lei de 1979 que dava ao Estado e ao partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) privilégios excessivos que induziam à corrupção, assim como incentivava o apoderamento de terras por parte da elite, tanto política como econômica. Diante daquela situação, surgiu um movimento designado “Campanha Terra”, inicialmente não articulado, do qual faziam parte grupos de interesses sociais, igrejas, associações e cooperativas, organizações não governamentais, acadêmicos, políticos, indivíduos do sector privado e alguns cidadãos que questionavam o que estava a acontecer e temiam a eclosão de um novo conflito social no país que pudesse se instalar e provocar fome principalmente nas áreas rurais (NEGRÃO, 2001).

Para que a lei nº 19/1997 fosse aprovada foram levados a cabo vários estudos sobre os problemas relacionados à terra, como também sobre as aspirações populares e as alternativas para o desenvolvimento rural conduzidos pelo Secretariado Técnico da Comissão Inter-Ministerial de

Terras e o movimento “Campanha Terra”. Este, mesmo não estruturado, acabou sendo dinamizador nas discussões dos anteprojatos da nova lei. Nas discussões realizadas chegou-se a alguns consensos que constituíram quatro pontos acordados (NEGRÃO, 2001).

O primeiro consenso foi não aos sem-terra; segundo, não aos latifundiários ausentes e não ao aluguel de terras como condição de sobrevivência; terceiro, inclusão da prova oral em pé de igualdade com o título formal para fins de reconhecimento dos direitos de ocupação do cidadão, como medida proativa e o quarto consenso foi a incorporação do direito costumeiro na lei de terras, uma vez que se mostrou eficaz na adjudicação de terras a mais de 5 milhões de cidadãos depois da guerra (NEGRÃO, 2001). A lei de terras estabeleceu, ainda, como uma entidade nacional ou estrangeira pode adquirir, renovar ou perder o DUAT.

Como forma de regular e combater as práticas consideradas ilegais no processo de posse e acesso à terra, encontra-se explicitado no 3º artigo da lei de terras que “a terra não pode ser vendida ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada” e o direito de uso e aproveitamento da terra deve ser regido pelos seguintes critérios:

- a) Ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras no que não contrariem a constituição; b) ocupação por pessoas singulares nacionais que, de boa-fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos e c) autorização do pedido apresentado por pessoas singulares ou coletivas na forma estabelecida na presente lei.

Entretanto, não apenas tais critérios não são observados, como também é prática corrente a compra e venda de terra. Segundo Jenkins (2001, p. 10) “embora as pessoas mencionadas na alínea b) tenham direitos legais, não existe consenso no Estado sobre a forma como esses direitos devem ser aplicados no contexto urbano residencial”. Um exemplo concreto é mencionado em Jorge (2016) com base nos estudos efetuados nos bairros da Polana Caniço A e Maxaquene A na Cidade de Maputo nos quais constatou-se que as mesmas pessoas mencionadas na alínea b) embora pela lei tenham direito ao título⁴⁵ de DUAT, predominantemente este lhes é negado principalmente em áreas pericentrais, estando essas áreas ao alcance apenas de alguns promotores e investidores privados e de uma elite política e econômica que, ao longo do tempo se vêm instalando nas franjas dos principais acessos ao centro da cidade e em alguns bairros pericentrais.

⁴⁵ Documento emitido pelos Serviços de Geografia e Cadastro ou pelos conselhos municipais nos termos da lei de terras, comprovativo do direito de uso e aproveitamento de determinada porção de terra (BR, 1987).

Em compensação, incentiva-se a regularização massiva para a obtenção de título de DUAT nos bairros mais periféricos (exemplo do Chihango – na Cidade de Maputo) ou nos assentamentos nos quais se atribuem talhões e títulos de DUAT, porém em condições difíceis de acessibilidade e sem nível de urbanização legalmente pré-requerido (JORGE, 2016).

A falta dos elementos que poderiam conferir o caráter de urbano às áreas em que são atribuídos DUAT à população que deles necessita por seus níveis de carência, deve-se ao fato de Moçambique “nunca ter tido uma política urbana explícita” (JENKINS, 2001, p. 10) e também pela própria lei de terras não explicitar as condições de concessão do DUAT especificamente em áreas urbanas.

Em referência a alínea c) do artigo 12 (concessão da terra pelo Estado), este processo é demorado. Jenkins (2001) reitera que:

O acesso formal à terra em Moçambique transformou-se num labirinto. As únicas entidades capazes de conseguir alocações formais de terra têm sido as instituições ou pessoas com poder político e econômico. Como consequência, o acesso à terra para a imensa maioria da população é predominantemente informal (JENKINS, 2001, p. 14).

Como será analisado adiante, o acesso formal da terra pelas entidades e elite econômica e política leva à concentração de pessoas de determinados segmentos socioeconômicos em áreas específicas não acessíveis a outros grupos sociais e, as construções erguidas nesses espaços geralmente espelham as condições de vida dos proprietários.

Podemos, com base em Filho (1999) dizer que a facilidade na aquisição formal de terras em Moçambique por instituições e ou a elite política e econômica leva ao clientelismo⁴⁶. Estes funcionam como articuladores e principais beneficiários desse mecanismo perpetuador das condições de privilégio de minorias sociais e a máquina administrativa do Estado se ajusta para colaborar com esse mesmo processo (FILHO, 1999).

Dadas tais condições concretas, a lei de terras no seu capítulo III, Artigo 13º, afirma que as pessoas têm direito de uso e aproveitamento de terra (DUAT) assegurado através de um título. O título é emitido pelos serviços públicos de cadastro. Tanto os moçambicanos como os estrangeiros têm direito de uso e aproveitamento de terra. As pessoas adquirem o direito sobre a terra com as

⁴⁶ Compromisso, troca de proveitos, caracterizado por um padrão de relacionamentos que envolvem os detentores dos poderes político e econômico e os funcionários públicos. Há uso de influências para proteger e ajudar uma ou pessoas com observância de relações interpessoais que se estabelecem na desigualdade de poder e na existência de reciprocidade dos laços sociais (DIAS e LIMA, 2009).

exigências e limitações impostas pela lei. Pessoas nacionais com direito de uso e aproveitamento de terra podem ser singulares ou coletivas, homens e mulheres e comunidades locais, ou seja, coletivamente. Pessoas estrangeiras com direito de uso e aproveitamento de terra podem ser singulares ou coletivas (LEI DE TERRAS Nº 19/97).

O processo de titulação do direito de uso e aproveitamento de terra inclui o parecer das autoridades administrativas locais, precedido de consultas às respectivas comunidades que ocupam a área ou que se localizem próximas, para efeitos de confirmação de que a área está livre e não tem ocupantes (LEI DE TERRA 19/97). Porém, as consultas às comunidades locais, na maior parte das vezes não se efetivam devido às interferências das autoridades administrativas.

Mandamule (2017) salienta que a ocupação de cargos de liderança e chefia dentro do sistema de poder (a todos os níveis) confere aos atores implicados nos arranjos ou contratos com novos ocupantes grandes privilégios e benefícios (materiais e simbólicos). Permite-lhes legitimar o seu poder e perpetuar a sua dominação. Quanto mais importante for o cargo que os indivíduos ocupam na hierarquia de poder, maior será a sua influência nos processos de negociação e maior será a tendência de exclusão de outros atores inferiormente colocados na estrutura de poder como os régulos⁴⁷ ou outras autoridades tradicionais. Estes últimos reduzem-se, portanto, a meros legitimadores dos processos, conforme a entrevista cedida por um régulo referenciada em Mandamule (2017):

Existe uma coordenação nossa (régulos) com o governo na parte das terras; mas (essa coordenação) não é geral. Há coisas que o governo faz na minha área sem que eu, como dono e responsável das terras, saiba. Só acompanho que este sítio já foi vendido ou que alguém ocupou aquele lugar [...] Por exemplo, um investidor foi ocupar um terreno, negociou com o governo e o dono do terreno sem meu conhecimento, só ouvi que devia ir fazer a consulta comunitária. Chamaram-me somente para assinar o papel (acta). Por lei não devia assinar; mas para afastar barulho e por respeito às estruturas (administrador) que lá estavam, aceitei assinar – entrevista concedida em 18 abr. 2015 (MANDAMULE, 2017, p. 52).

Com base no depoimento é evidente a contradição na implementação da lei de terras no que concerne ao direito de uso e aproveitamento, adquirido por ocupação segundo normas e práticas costumeiras e por ocupação de boa-fé. Em outro exemplo, durante o trabalho de campo na cidade da Matola constatou-se que várias pessoas que ocupam terras segundo normas e práticas costumeiras e pessoas que ocupam a terra de boa-fé em espaços não ordenados/parcelados, não

⁴⁷ Chefe ou líder tradicional de determinada área.

têm seus pedidos de regularização para a obtenção de título de DUAT autorizados. Para que as terras sejam regularizadas e as pessoas obtenham seus respectivos títulos é necessário que o município ordene (requalifique) o espaço.

Os titulares de DUAT estão sujeitos ao pagamento de taxas de concessão e atualização. A taxa de atualização é designada por Taxa Anual de Urbanização. Os valores das taxas de concessão e atualização variam para cada município. Não existem valores mínimos e máximos estabelecidos a nível nacional. Na cidade da Matola, por exemplo, os valores das taxas⁴⁸ de concessão e atualização variam de acordo com o tipo de uso do solo (residencial, social, comercial, industrial e agropecuário) e as dimensões da área requerida, conforme ilustrado nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2. Cidade da Matola: Cálculo de taxas de concessão de DUAT

<i>Número de ordem</i>	<i>Tipo de uso</i>	<i>Taxa de concessão</i>
1	Residencial	12,5 MT* x área
2	Social	6,25 MT x área
3	Comercial	37,5 MT x área
4	Industrial	50 MT x área
5	Agropecuário	3,125 MT x área

Fonte: Município da Matola (S/D)

* MT – Metical (Moeda moçambicana)

A taxa de concessão de DUAT depende do tipo de uso do solo e da dimensão da área. Tomando como exemplo o tipo de uso residencial, é calculada da seguinte forma: taxa de concessão para fins residenciais = 12,5 Meticais x área. Para os outros tipos de uso, a fórmula utilizada é a mesma diferindo nos valores estabelecidos. Para o tipo de uso social o valor a multiplicar pela área é de 6,25 Meticais, para o tipo de uso comercial o valor é de 37,5 Meticais, para o tipo de uso industrial o valor é de 50 Meticais e agropecuário o valor é de 3,125 Meticais. Para o cálculo das taxas de atualização, os valores também diferem de acordo com o tipo de uso do solo e da área requerida, conforme a Tabela 3.

⁴⁸ Quanto ao pagamento das taxas, as de autorizações são devidas no prazo de três meses após a notificação dos requerentes. A taxa anual é devida a partir da notificação ao requerente da emissão do título de uso e aproveitamento da terra. O pagamento da taxa anual é efetuado nos primeiros três meses do ano ou em duas prestações, a primeira a ser paga até o fim do mês de março e a segunda até ao fim do mês de junho. As condições e critérios a observar no pagamento da taxa de urbanização são definidos pelos órgãos locais do Estado e autárquicos. A taxa de urbanização pode ser paga num período não superior a três anos e o valor do pagamento inicial não deve ser inferior a 10% do total (BR, 2006).

Tabela 3. Cidade da Matola: Cálculo de taxas de atualização

<i>Número de ordem</i>	<i>Tipo de uso</i>	<i>Taxa de concessão</i>
1	Residencial	0, 125 M _x área
2	Social	0,0625 M _x área
3	Comercial	0, 375 M _x área
4	Industrial	0,50 M _x área
5	Agropecuária	0,03125 M _x área

Fonte: Município da Matola (S/D)

O tipo de uso industrial nas taxas de concessão e atualização apresenta o maior valor a multiplicar pela área em relação aos outros tipos de uso, mas o uso agropecuário pode superar em termos de valores monetários devido às extensas áreas necessárias para levar a cabo as atividades.

A lei de terras nº 19/97 apresenta diferentes tipos de fragilidades, o que compromete não apenas sua aplicação, mas também seus objetivos últimos, que deveriam ser a garantia estável da posse e do acesso à terra, seja rural, seja urbana. Um exemplo que podemos citar de incumprimento e fragilidade está relacionado com as zonas de proteção total⁴⁹ e parcial⁵⁰ também destacadas na lei de terras como sendo de domínio público. Pela lei⁵¹, em zonas de proteção total e parcial não podem ser adquiridos DUATs (Artigo 9).

Em várias artérias do país, as faixas ao longo das linhas férreas, autoestradas etc., que deveriam ter 50 metros de cada lado livres de ocupação, as faixas de 30 metros ao longo das estradas primárias e 15 metros ao longo das estradas secundárias e terciárias são ocupadas principalmente por pessoas de menor poder aquisitivo. A ocupação dessas áreas coloca em risco a

⁴⁹ São áreas destinadas às atividades de conservação ou preservação da natureza e de defesa e segurança do Estado (Lei de terras nº 19/97, Artigo 7).

⁵⁰ São consideradas como zonas de proteção parcial o leito das águas interiores, do mar territorial e da zona econômica exclusiva, a plataforma continental, a faixa da orla marítima e no contorno de ilhas, baías e estuários, medida da linha das máximas preia-mares até 100 metros para o interior do território, a faixa de terreno até 100 metros confinante com as nascentes de água, a faixa de terreno no contorno de barragens e albufeiras até 250 metros. São ainda os terrenos ocupados pelas linhas férreas de interesse público e pelas respectivas estações, com uma faixa confinante de 50 metros de cada lado do eixo da via, os terrenos ocupados pelas autoestradas e estradas de quatro faixas, instalações e condutores aéreos, superficiais, subterrâneos e submarinos de eletricidade, de telecomunicações, petróleo, gás e água, com uma faixa confinante de 50 metros de cada lado. Por fim, os terrenos ocupados pelas estradas, com uma faixa confinante de 30 metros para as estradas primárias e de 15 metros para as estradas secundárias e terciárias, a faixa de dois quilômetros ao longo da fronteira terrestre, os terrenos ocupados por aeroportos e aeródromos, com uma faixa confinante de 100 metros, a faixa de terreno de 100 metros confinante com instalações militares e outras instalações de defesa e segurança do Estado (Lei de terras nº 19/97, Artigo 8).

⁵¹ A ocupação dessas áreas deve ser restrita com previa autorização das estruturas competentes mediante licenças especiais para o exercício de determinadas atividades, mas na prática pouco se efetiva.

segurança das pessoas. As autoridades competentes mesmo sabendo do perigo, por razões políticas deixam as pessoas ocuparem os espaços informalmente e as sucessivas tentativas de retirada tem resultado no fracasso.

Outro aspeto que merece destaque na aplicação da lei de terras em Moçambique está relacionado com a proibição da compra e venda da terra de acordo com o Artigo 3º. Entretanto, a partir de evidências empíricas obtidas durante o trabalho de campo, é possível afirmar que em Moçambique há comércio deste bem, tanto em áreas rurais quanto em urbanas. Na área rural, o preço pela compra da terra é relativamente mais barato do que na área urbana. Na área urbana, o preço da compra é elevado em áreas parceladas em detrimento de áreas não parceladas.

Dentre as evidências empíricas pode ser citado que é frequente encontrar anúncios de venda de terrenos nas ruas de diversas cidades, pregados em cartazes, ou então divulgados em jornais e ou em redes sociais. O estudo conduzido por Kihato *et al* (2012, p. 77) nos bairros de Hulene B e Luís Cabral na Cidade de Maputo permitiu concluir que “as redes sociais desempenham o papel mais importante em ouvir e encontrar bairros em potencial para se estabelecer. 45% das famílias em ambos os assentamentos usaram as redes sociais para acessar um terreno”. Algumas pessoas, ainda, anunciam a venda dos seus terrenos por meio de intermediários. Em alguns cartazes encontrados na rua, não somente anunciam a venda de terra ou de um imóvel edificado, mas em um mesmo cartaz fazem o anúncio de vários bens (terra, imóveis edificados, entre outros).

Negrão (2001) afirma que a fragilidade na aplicação da lei de terras observou-se logo no início da sua implementação. Começaram a surgir diferentes problemas: primeiro – foi difícil para os funcionários do cadastro aceitarem a lei porque sentiram-se retirados do monopólio da tomada de decisões sobre a adjudicação de terras. Segundo – surgiram problemas comuns relacionados à violação da lei que indicaram a grave debilidade e corrupção do sistema judicial moçambicano. Outros problemas que surgiram com a aprovação e implementação da lei de terras, ainda de acordo com o mesmo autor, são relacionados a aspectos conceptuais e de interpretação, ligados à definição de comunidade, da área onde se encontra e sobre norma legal de que o direito de ocupação implica o dever de utilização, quer sejam privados, familiar ou comunitário.

Mediante estes vários problemas, surgiram influentes (políticos e económicos) com a ideia de privatizar a terra, o que lhes permitiria acumular grandes extensões de terra para fins especulativos e de arrendamento aos mais pobres, mas a ideia não avançou, permanecendo a terra propriedade do Estado (NEGRÃO, 2001).

A citada lei está mais orientada para a terra rural devido aos conflitos entre o Estado e a população rural, visto que, a população rural perde suas terras a favor de companhias transnacionais por arrendamento com o Estado como parceiros no desenvolvimento. Também há usurpação das terras da população rural por agentes individuais (JENKINS, 2001). Quanto aos conflitos nas terras rurais, Negrão (2001) diz que vários são decorrentes do acesso dos urbanos e de investimentos estrangeiros às áreas rurais no período pós-guerra:

O país entrava finalmente no pós-guerra possibilitando o acesso ao campo pelos urbanos e o retorno às terras de origem pelas famílias rurais e, o reajustamento estrutural abria novas perspectivas para o investimento nas zonas rurais pela via da re-privatização das explorações agrícolas estatais. Na região, o fim do regime do *apartheid* na África do Sul e a eminente queda do sistema fundiário no Zimbabwe, faziam antever a vinda de capitais e de empreendedores para Moçambique. Num ápice, o açambarcamento pelas elites urbanas das melhores terras para fins especulativos tomou forma e um pouco por toda a parte começaram a surgir conflitos de terras com as populações rurais (NEGRÃO, 2001, p.17).

Depois da promulgação da lei de terras nº 19/1997 reconheceu-se a necessidade de regulamentar de formas diferentes o acesso e uso da terra urbana e rural.

3.3 O acesso à terra em áreas urbanas

Como resposta da necessidade de regulamentar o acesso e uso da terra urbana, no ano de 1998, foi criada uma comissão interministerial para a revisão da legislação sobre a terra (JENKINS, 2001). Vários pontos foram discutidos pela comissão que propôs impostos escalonados conforme a categoria e a área urbana, com a possibilidade da existência de áreas para camadas sociais com maior capacidade financeira, que teriam custos e processos de urbanização diferentes. Porém, as propostas não avançaram (JENKINS, 2001).

Uma das razões do não avanço das propostas pode ser justificada pela falta de base legal clara, da mesma maneira como aconteceu anteriormente com os planos de estrutura e de ordenamento elaborados pelo Instituto Nacional de Planeamento Físico, desde o início da década de 1980. Alguns planos foram ignorados quando as propostas não se conformavam com os interesses das elites locais. Ou deviam ser adaptados para acomodar os seus interesses uma vez que a não aplicação de impostos sobre o uso da terra residencial no âmbito da primeira lei de terras conduziu a uma acumulação de terras por esses grupos (JENKINS, 2001).

A acumulação não somente aconteceu no setor de terras como salienta Jenkins (2001), mas também em diversos outros setores conforme Serrão *et al* (2015), dado que, o setor estatal como

forma superior de produção e propriedade de todo o povo foi utilizado para distribuir recursos às elites burocráticas e econômicas.

O sector estatal era, ideologicamente, a forma superior de produção, por ser propriedade de todo o povo. As empresas estatais tinham ainda uma função fundamental e primeira, a defesa e afirmação do poder e a distribuição de recursos às elites burocráticas. Elas eram o instrumento de aplicação da política económica, para exercer o controlo da economia, para concentrar a acumulação e, em muitos casos, um meio de facilitar a acessibilidade e a distribuição da riqueza pelas elites aquando das privatizações (SERRÃO *et al*, 2015, p. 295).

O fácil acesso às riquezas pelas elites contribuiu e contribui de certo modo para a não aprovação de algumas leis em Moçambique consideradas não favoráveis a própria elite. As leis aprovadas muitas das vezes apresentam fragilidades. Por exemplo, os problemas observados desde o início da implementação da lei de terras, por um lado, podem ser atribuídos à fragilidade da própria lei e por outro lado, resultam da falta de controle e monitoramento/fiscalização criando prejuízos para o Estado.

Com a criação de autarquias locais⁵² em 1998 surgem novos desafios sobre a gestão do solo urbano, conduzindo a elaboração e aprovação do Regulamento de Solo Urbano pelo Decreto nº 60/2006 de 26 de Dezembro. O objetivo do decreto é regulamentar o uso e aproveitamento de terras em áreas urbanas (cidades e vilas) legalmente existentes e nos assentamentos humanos ou aglomerados populacionais organizados por um plano de urbanização (BR, 2006).

No capítulo I do Decreto nº 60/2006 estão apresentadas as definições do solo urbano, agentes imobiliários, área urbanizada, área urbanizável, índices urbanísticos etc. No capítulo III do Decreto nº 60/2006 estão apresentados os tipos de planos de ordenamento de cidades, vilas e dos assentamentos humanos ou aglomerados humanos que são os planos de estrutura urbana, planos gerais e parciais de urbanização e os planos de pormenor.

Os planos são instrumentos que devem auxiliar no ordenamento do território, atividade a partir da qual regula-se a relação entre as pessoas e o espaço, permitindo gerir sua organização e dos recursos existentes no país de forma harmoniosa e sustentável (AR, 2007), constituindo-se em documentos estratégicos e normativos cujo objetivo é a produção de parcelas territoriais, estabelecidos com base em princípios e diretivas de ordenamento do território (BR, 2006). Tratando-se do espaço urbano o epicentro do poder político, socioeconómico etc., o Decreto

⁵² Pessoas coletivas públicas dotadas de órgãos representativos próprios que visam a prossecução dos interesses das populações respetivas, sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do Estado (Lei nº 2/97, Artigo 1, alínea 2).

60/2006, em seu Artigo 21 especifica três requisitos para a atribuição do DUAT: 1 – áreas urbanizadas ou com plano de urbanização, 2 – não podem ser atribuídos DUATs em zonas urbanizadas que não incluam áreas destinadas a equipamentos e serviços públicos e 3 – não podem ser atribuídos DUATs em áreas consideradas reservas do Estado.

Na prática, e segundo o que se constatou no trabalho de campo, o previsto nos 3 pontos, pouco se efetiva com rigor. Há cidadãos a quem são atribuídos DUATs na cidade da Matola em áreas proibidas. Quanto ao ponto 2, a maior parte dos bairros da cidade não possuem equipamentos e serviços públicos estruturados, mas neles atribuem-se DUATs. No que concerne ao ponto 3, as áreas consideradas reservas do Estado foram ou estão sendo ocupadas e pouco ou nada tem restado como reservas do Estado.

Um dos exemplos de ilegalidade na cidade da Matola é citado por Fael e Bibiane (2015), que revelam a atribuição de DUAT por um presidente do município cessante a uma dada empresa no talhão I-5, parcela 728/C, processo Foral nº 15.693 na zona conhecida por CMC. O edil autorizou a concessão mesmo com parecer adverso dos técnicos do município que mencionam que a parcela concedida não se destina para os fins que a empresa requereu, por se tratar de uma bacia de amortecimento das águas pluviais e que corresponderia a área de proteção do município, de acordo com o Plano Diretor de Drenagem.

Era do conhecimento do próprio edil que os terrenos em causa deveriam ser mantidos como zonas de proteção e na titularidade do município, sem a possibilidade de serem atribuídos a terceiros por DUAT, o que foi ignorado. Como consequência do fechamento das bacias de amortecimento das águas pluviais, vários bairros da cidade da Matola passaram a sofrer inundações nas épocas chuvosas (FAEL e BIBIANE, 2015).

Essa ilegalidade revela que a aquisição do DUAT pela empresa foi por meio de negociação particular, dado que nas áreas urbanas a aquisição de DUAT pode ser por meio de deferimento da atribuição, sorteio, hasta pública, negociação particular e ocupação de boa-fé (BR, 2006). No deferimento da atribuição, os pedidos para a atribuição de DUAT são feitos por requerimento do interessado, endereçados aos órgãos locais do Estado e autárquicos competentes. Esta modalidade somente é aceita para cidadãos e pessoas jurídicas nacionais.

O sorteio tem como objetivo atribuir DUAT em talhões ou parcelas localizadas em zonas de urbanização básica⁵³ e é aberto somente aos cidadãos nacionais (BR, 2006). A hasta pública tem por objetivo atribuir DUAT em talhões ou parcelas localizadas em zonas de urbanização completa⁵⁴ ou intermediária⁵⁵, destinadas à construção de edifícios para habitação, comércio e serviços (BR, 2006). No caso da negociação particular tem-se por objetivo atribuir DUAT em talhões ou parcelas destinadas a construção de habitação por iniciativa direta das cooperativas de habitação ou associações, instalação de unidades industriais e agropecuárias, instalação de unidades de comércio de grandes superfícies, terminais e entrepostos comerciais ou serviços que pelas suas características necessitam de superfícies de dimensão apreciável e construção de habitação associada a grandes projetos de investimentos (BR, 2006).

Por fim, a ocupação de boa-fé só é possível quando a ocupação esteja ou seja enquadrada no plano de ordenamento e que o ocupante assume o compromisso de respeitar regras nele estabelecidas (BR, 2006). Os municípios e outras instituições também se baseiam na lei de terras nº 19/1997 para a tomada de decisões de diferentes ordens em áreas urbanas. A título de exemplo, a Direção Provincial para a Coordenação da Ação Ambiental (DPCAA) da província de Maputo, para impedir a execução das obras da empresa atribuída ao talhão I-5, parcela 728/C recorreu a alínea g) do Artigo 8 da lei de terras nº 19/1997 por se tratar de zona de proteção parcial.

A empresa a qual foi concedido o talhão devia corrigir a distância que separa o muro da vedação das proximidades do canal de água e linha de transmissão de energia elétrica para uma distância de 50 m da faixa de proteção. Mesmo sendo uma área proibida, com documentos que confirmam a autorização pelo município da Matola a empresa proprietária da obra ganhou a causa junto ao Tribunal Administrativo da província de Maputo (FAEL e BIBIANE, 2015). Isso, mostra

⁵³ Urbanização básica: quando estão reunidas as seguintes condições: parcelas ou talhões destinados a vários usos estão fisicamente delimitados; existe fornecimento de água em quantidade e qualidade compatível com os usos através de fontes dispersos como fontanários públicos, poços ou furos; os arruamentos estão arborizados (BR, 2006, p. 56).

⁵⁴ Urbanização completa: quando parcelas ou talhões destinados a vários usos estão fisicamente delimitados; os arruamentos são acabados com solo de boa qualidade e estabilizado mecanicamente; existência de um sistema a céu aberto para drenagem de águas pluviais; o abastecimento de água é assegurado por uma rede com distribuição domiciliária; o abastecimento de energia elétrica é assegurado por uma rede com distribuição domiciliária; os arruamentos e zonas verdes estão completamente arborizados (BR, 2006, p. 56).

⁵⁵ Urbanização intermediária: quando parcelas ou talhões destinados a vários usos estão fisicamente delimitados; os arruamentos são acabados com asfalto ou betão, sendo limitados por lancis; a drenagem de águas pluviais é feita por rede apropriada; o abastecimento de água é assegurado por uma rede com distribuição domiciliária; o abastecimento de energia elétrica é assegurado por uma rede com distribuição domiciliária; os arruamentos e zonas verdes estão completamente arborizados; os passeios públicos são revestidos e as comunicações telefónicas asseguradas por redes apropriadas (BR, 2006, p. 57).

a falta de coordenação entre as instituições e falhas graves de diferentes ordens conforme é salientado por um funcionário do município.

No âmbito do parcelamento, o município devia envolver outras instituições como a do Meio Ambiente etc., que trabalham com a terra ou recursos relacionados a terra e também conhecem a realidade da cidade, para além de que essas instituições têm mapas antigos em que aparecem áreas que não podem ser construídas por serem caminhos de águas pluviais, áreas suscetíveis a inundações nas épocas chuvosas (Entrevista cedida por um funcionário do município no dia 14.10. 2019).

A aplicabilidade dos instrumentos de ordenamento do território deve necessariamente passar pela uniformidade em sua execução. A falta de uniformidade e coerência faz com que muitos governos locais com autonomia (os municípios) até mesmo tracem estratégias para ordenamento do território que vão contra os critérios definidos na lei de terras nº 19/97 e no regulamento do solo urbano, como ocorre no município da Matola pela não regularização de terra por ocupantes de boa fé e segundo normas e práticas costumeiras em espaços não ordenados, atribuição de DUATs em áreas de proteção, entre outras ilegalidades.

Após a abordagem dos diversos processos pelos quais a questão do acesso, posse e propriedade da gestão da terra tem passado em Moçambique desde o período antes e durante a colonização e, principalmente, após a independência, é possível afirmar que, embora haja instrumentos que regulam o direito de seus usos e aproveitamentos, ainda há necessidade de melhoria dos mesmos tanto para as terras rurais quanto para as terras urbanas.

Apelamos aqui a melhoria dos instrumentos considerando as disputas de terra constatadas entre o Estado e os naturais e/ou pessoas que ocupam a terra há muitos anos e sem a documentação exigida que estão a se agudizar conforme foi constatado na cidade da Matola, onde a população acusa as autoridades municipais de usurpar suas terras em favor de estrangeiros ou de pessoas de posse, mesmo a terra sendo propriedade do Estado. A maior parte da população, sobretudo a que se encontra em áreas de ocupação espontânea sente-se lesada no âmbito da requalificação por ser atribuída talhões em áreas distantes do centro, com ausência de equipamentos e infraestruturas básicas.

Frequentemente, à população são atribuídos talhões em áreas que ainda não possuem energia elétrica, sistema de abastecimento de água, vias de acesso, mercados etc., e é incentivada a regularização do direito de uso e aproveitamento. Por falta de condições básicas para a sobrevivência nos lugares de destino, algumas pessoas acabam por vender os terrenos atribuídos e

procuram outras áreas para habitar. Como será visto nos próximos dois capítulos, a questão da terra é bastante relevante para a compreensão seja dos processos de produção da cidade da Matola, seja em relação aos espaços residenciais fechados. A questão do acesso e usos da terra urbana constitui-se, assim, em elemento central na produção dos processos de autosegregação analisados.

CAPITULO IV. DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DA MATOLA

4.1. Breve historial e caracterização da cidade da Matola

Matola localizada no sul do país é a capital da província de Maputo. Historicamente, o nome Matola provém de *Matsolo* – povo bantu que se fixou na região a partir do século II. Em 1895 Matola é inserida na circunscrição civil de Marracuene que pertencia ao distrito de Lourenço Marques – atual Cidade de Maputo, quando Moçambique era colônia portuguesa (MUNICÍPIO DA CIDADE DA MATOLA – MCM, 2015). As circunscrições na era colonial em Moçambique referiam-se a:

Divisões administrativas imediatamente inferiores aos distritos consideradas na altura as principais unidades na hierarquia da divisão administrativa e eram dirigidas por um governador distrital. As circunscrições podiam ser denominadas também por conselhos se nelas vivessem mais de 2.000 civilizados⁵⁶ e, eram liderados por um administrador coadjuvado por um secretário, que tratava de questões burocráticas e o substituíam na sua ausência e por aspirantes administrativos, que representavam o primeiro escalão do quadro (CABAÇO, 2007, p. 101).

No dia 17 de Novembro de 1945 foi criado o posto administrativo da Matola, mas ainda integrado à circunscrição civil de Marracuene e era constituído por três centros populacionais: Boane – atualmente distrito da província de Maputo; Machava – posto administrativo da cidade da Matola e Matola Rio – posto administrativo do distrito de Boane.

Devido ao desenvolvimento que se registrava no posto administrativo da Matola, em 5 de Fevereiro de 1955 foi criado o conselho da Matola e em seguida a câmara municipal da Matola para o administrar (GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MAPUTO – GPM, 2017).

O conselho da Matola ou vila da Matola passou a se chamar vila Salazar com base em portaria de 20 de Abril de 1968, em homenagem a Antônio de Oliveira Salazar, na época o presidente do conselho de ministros de Portugal. A partir da portaria de 5 de Fevereiro de 1972 a vila da Matola ascende à categoria de cidade e passou a designar-se cidade Salazar, nome extinto

⁵⁶ Encarados pelo Estado colonial como sendo cidadãos portugueses e, como tal gozavam das mesmas prerrogativas que os colonos portugueses. Tinham que solicitar a condição de cidadão português, mediante as seguintes condições legais: a) Ter mais de 18 anos; b) Falar corretamente a língua portuguesa; c) Exercer profissão, arte ou ofício de que auferir rendimento necessário para sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim; d) Ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses; e) Não ter sido notado como refratário ao serviço militar nem dado como desertor (ESCOLA SUPERIOR COLONIAL, 1954, p.112 *Apud* MINDOSO, 2017, p. 75).

com a proclamação da independência nacional, sendo que a partir de então a cidade passou a designar-se cidade da Matola (MCM, 2015).

De 1975 até 1977 a câmara municipal da Matola era dirigida por um presidente nomeado pelo Governo Central de Moçambique, mas sem alterar o sistema de funcionamento estabelecido na era colonial. Em 1978, a câmara municipal foi abolida e substituída por um conselho executivo nomeado pelo Governo Central. Em 1980, a cidade da Matola perdeu a sua autonomia territorial e foi integrada na Cidade de Maputo (que adquiriu o estatuto de província) formando uma entidade territorial que passou a ser denominada de “Grande Maputo” (MCM, 2015).

Em 1988 Matola é desanexada da Cidade de Maputo e torna-se a capital da província de Maputo. Com a desanexação⁵⁷, a cidade da Matola enfrenta graves problemas com destaque para a exiguidade do Orçamento Geral do Estado – OGE (abalo provocado pelo fim do projeto de Grande Maputo) e retirada de técnicos e de capital humano importante (COELHO, 2004). Com a criação das autarquias locais pela lei nº 2/97 de 18 de Fevereiro, o município da Matola criado em 1990 foi transformado em autarquia e realizadas eleições em 30 de Junho de 1998 e instalados novos órgãos de poder local: a Assembleia municipal e o conselho municipal (MCD, 2015).

A cidade da Matola situada aproximadamente a 83 km da fronteira de Ressano Garcia (fronteira que limita Moçambique e África do Sul) é limitada a Norte pelo distrito de Moamba, a Sul pelo distrito de Boane e Cidade de Maputo, a Este pela Cidade de Maputo e pelo distrito de Marracuene e a Oeste pelo distrito de Boane (INE, 2012), conforme o Mapa 8.

⁵⁷ Desagregação, desmembramento, desintegração.

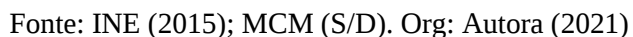
Mapa 8. Cidade da Matola: Situação geográfica



Fonte: INE (2015). Org: Autora (2020)

A cidade da Matola encontra-se dividida em 3 postos administrativos: Infulene, Machava e Matola Sede, liderados cada um deles por um chefe de posto. Por sua vez, os postos administrativos estão subdivididos por bairros (liderados por chefes de serviço – funcionários públicos e secretários dos bairros que antes eram nomeados e depois passaram a ser eleitos).

Mapa 9. Cidade da Matola: Divisão político-administrativa e classificação dos bairros



São considerados bairros urbanos “os que possuem vias de acesso planificadas e transitáveis, existência de infraestruturas sociais (escolas e hospitais), provimento de água encanada e energia elétrica” (MCM, S/D, p. 4). Muitos bairros considerados urbanos e periurbanos na cidade da Matola têm na sua maioria características que tendem mais para o rural do que para o urbano. A maior parte das ruas não são asfaltadas com exceção de algumas na área do centro consolidado na era colonial, mas também que tendem a processos de degradação por falta de monitoramento e manutenção.

Nas Fotos 1, 2 e 3 estão ilustradas algumas características de ruas em alguns dos bairros urbanos da cidade da Matola. A rua Eusébio da Silva Ferreira (Foto 1) no posto administrativo da Matola Sede, bairro Matola A era asfaltada e encontra-se em estado avançado de degradação por falta de manutenção. A avenida dos Heróis Moçambicanos (Foto 2) no posto administrativo da Matola Sede, bairro Matola C encontra-se em estado razoável de conservação, mas em alguns trechos os passeios estão degradados. A rua *Xilati* (Foto 3) no posto administrativo de Infulene, bairro Zona Verde nunca foi asfaltada e apresenta problemas de saneamento. É estreita e sem iluminação. De acordo com a entrevista cedida por um comerciante (no dia 02/04/2020), a falta de iluminação faz com que a rua seja perigosa nas noites, tendo havido roubos.

Foto 1. Vista parcial da rua Eusébio da Silva Ferreira



Fonte: Autora (19/11/2019)

Foto 2. Vista parcial da Avenida dos Heróis Moçambicanos



Fonte: Autora (27/11/2019)

Foto 3. Vista parcial da rua *Xilati*



Fonte: Autora (27/11/2019)

Por sua vez, os bairros periurbanos devem possuir “algumas vias de acesso planificadas, mistura de ocupação espontânea e planificada, no mínimo 50% de cobertura de água encanada, energia e infraestruturas. As infraestruturas encontram-se relativamente dispersas” (MCM, S/D, p. 4). Nestes bairros existem poucas ruas asfaltadas e pode ser verificado que mesmo em áreas como

Tchumene I, uma das áreas mais prestigiadas da cidade da Matola (o que será discutido adiante), no Bairro Matola Gare, onde residem segmentos socioeconômicos de rendas mais elevadas⁵⁸, as ruas não estão asfaltadas, conforme as Foto 4 e 5.

Foto 4. Vista parcial de rua em Tchumene I



Fonte: Autora (11/12/2019)

⁵⁸ Um talhão em promoção chega a custar 700.000 Meticais aproximadamente a 11 mil dólares norte-americanos (a câmbio de 1 dólar equivalente a 63.58 Meticais no dia 03/12/2019) ou mais. Durante o trabalho de campo, observou-se em Tchumene I a movimentação de pessoas que iam apreciar um terreno no valor de 700.000 Meticais. Segundo o intermediário responsável pela procura dos clientes, o terreno estava em promoção o que levou muitas pessoas de alto poder aquisitivo a se dirigir a Tchumene I para apreciar.

Foto 5. Vista parcial de rua em Tchumene I



Fonte: Autora (12/12/2019)

Conforme a Foto 4, é visível que a não pavimentação das ruas leva à criação de poças de água na época chuvosa, dificultando a circulação de pessoas e bens, mesmo sendo área habitada na sua maioria por segmentos socioeconômicos de maiores rendas.

Por fim, são considerados bairros rurais os que “não têm vias de acesso planejadas, apresentam ocupações espontâneas, com menos de 50% de cobertura de água encanada, energia e infraestruturas sociais, sendo as infraestruturas sociais existentes bastante dispersas” (MCM, S/D, p. 4). São bairros onde ainda são praticadas pequenas atividades agrícolas, conforme as Fotos 6, 7 e 8.

Foto 6. Vista parcial do bairro Mucatine



Fonte: Autora (01/04/2020)

Foto 7. Vista parcial do bairro Ngolhosa



Fonte: Autora (01/04/2020)

Foto 8. Vista parcial do bairro Muhalaze



Fonte: Autora (01/04/2020)

As Fotos 6, 7 e 8 permitem apresentar algumas características dos bairros Mucatine, Ngolhosa e Muhalaze, respectivamente, considerados rurais⁵⁹ no posto administrativo de Infulene na cidade da Matola. Há convivência entre usos urbanos e rurais da terra. A presença de áreas de cultivo nesses bairros revela os tipos de uso do solo residencial e agrícola, embora haja outros tipos de uso.

A divisão dos bairros é relevante para a apreensão sobre como se encontra estruturada a divisão social do espaço na cidade da Matola e como há concentração de diferentes tipos de atividades econômicas em poucos deles, principalmente os considerados urbanos.

São tomados como exemplos as localizações de indústrias, bancos e estabelecimentos comerciais, expostos nos Mapas 10, 11 e 12. A partir do mapeamento de algumas das principais atividades econômicas da cidade, é notório que o acesso diminui do centro para a periferia, permanecendo a lógica centro-periferia.

⁵⁹ Reforçando a ruralidade nesses bairros, há pessoas residentes em outros bairros da Cidade de Maputo e/ou Matola que possuem machambas nos bairros referenciados. No dia 1 de Abril de 2020, durante o trabalho de campo, foi encontrado um casal de idosos no bairro Muhalaze que reside na Cidade de Maputo, no bairro de Magoanine e que estava em Muhalaze somente por questões de machamba. Pela demanda de espaço tanto pelo município como por pessoas que procuram espaço para habitação, o casal acabou erguendo uma casa na machamba para garantir sua ocupação e impedir que terceiros dela se apassem, onde passa dois ou mais dias e depois regressa para a Cidade de Maputo onde tem a casa principal.

Mapa 10. Cidade da Matola: Localização das principais indústrias, 2020



Fonte: INE (2015); DPIC (2019). Org: Autora (2020)

O bairro com maior número de indústrias, ou seja, as atividades relacionadas à transformação industrial, é Matola A, seguido do bairro Machava, ambos urbanos. As de maior expressão são as indústrias alimentares, com destaque para a Companhia Industrial da Matola (CIM) e a *Merec Industries* que se dedicam ao processamento de cereais para a produção de farinhas de milho e trigo e produção de massas e bolachas. No período colonial, a maior parte das indústrias estava centrada nos postos administrativos da Matola e Machava principalmente no posto administrativo da Matola, no bairro Matola A onde se localiza o porto especializado para carvão, alumínio, cereais e açúcar para além de outros produtos (VENTURA *et al*, 2013), conferindo-lhe grandes vantagens em termos de localização.

Há também no posto administrativo da Matola Sede indústrias/empresas ao longo da Avenida Samora Moisés Machel e Avenida das Indústrias. Por fim, também no bairro Matola A são encontradas as salinas, ou seja, indústria extrativa, ao longo da baía de Maputo e do rio Matola. No posto administrativo da Machava, a maior parte das indústrias/empresas localizam-se no bairro da Machava, ao longo da Avenida Josina Machel e Avenida das Indústrias concretamente nos bairros do Trevo e da Liberdade.

As atividades econômicas concentradas no bairro Matola Gare ao longo da EN4 começaram a surgir principalmente entre os anos de 2004 e 2005. Isso mostra a expansão da indústria para áreas periféricas em detrimento dos pontos iniciais de concentração como nos bairros citados anteriormente. Quando nos referimos a áreas periféricas na cidade da Matola não nos restringimos somente à distância física ao centro, mas também a acessibilidade dos bairros ao centro da cidade, isso porque:

Esta depende essencialmente da existência de vias e meios de transportes e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com o objetivo de satisfazer necessidades reais ou sentidas como tais. Mas a incapacidade de acesso aos bens e serviços é, em si mesma, um dado suficiente para repelir o indivíduo, e também a firma, a uma situação periférica (SANTOS, 2004, p. 290).

Os centros da produção, a organização dos transportes e a acessibilidade física e financeira dos indivíduos aos serviços e bens desejados formam um conjunto que define, em contraposição, a situação de periferia ou de marginalização geográfica (SANTOS, 2004). No caso de algumas indústrias como a *Coca Cola Sabco, SA*, *Yaafico Industrial, LTDA*, *Mopani International, LTDA* mudaram as antigas instalações nos bairros da Machava e Bunhiça na Av. Josina Machel para o bairro Matola Gare próximo a circular que liga a EN1 e EN4 e ao longo da EN4. Essas mudanças

dos pontos de origem para áreas distantes, por um lado podem ser justificadas pela evolução dos meios de transporte e por outro lado pela necessidade de áreas com dimensões maiores.

Quanto a localização dos bancos⁶⁰, apresentados no Mapa 11, foram considerados aqueles que prestam todos os tipos de serviços desde saque, depósito até atendimento ao público em geral.

Mapa 11. Cidade da Matola: Localização de agências bancárias, 2020



Fonte: INE (2015); Autora (2020)

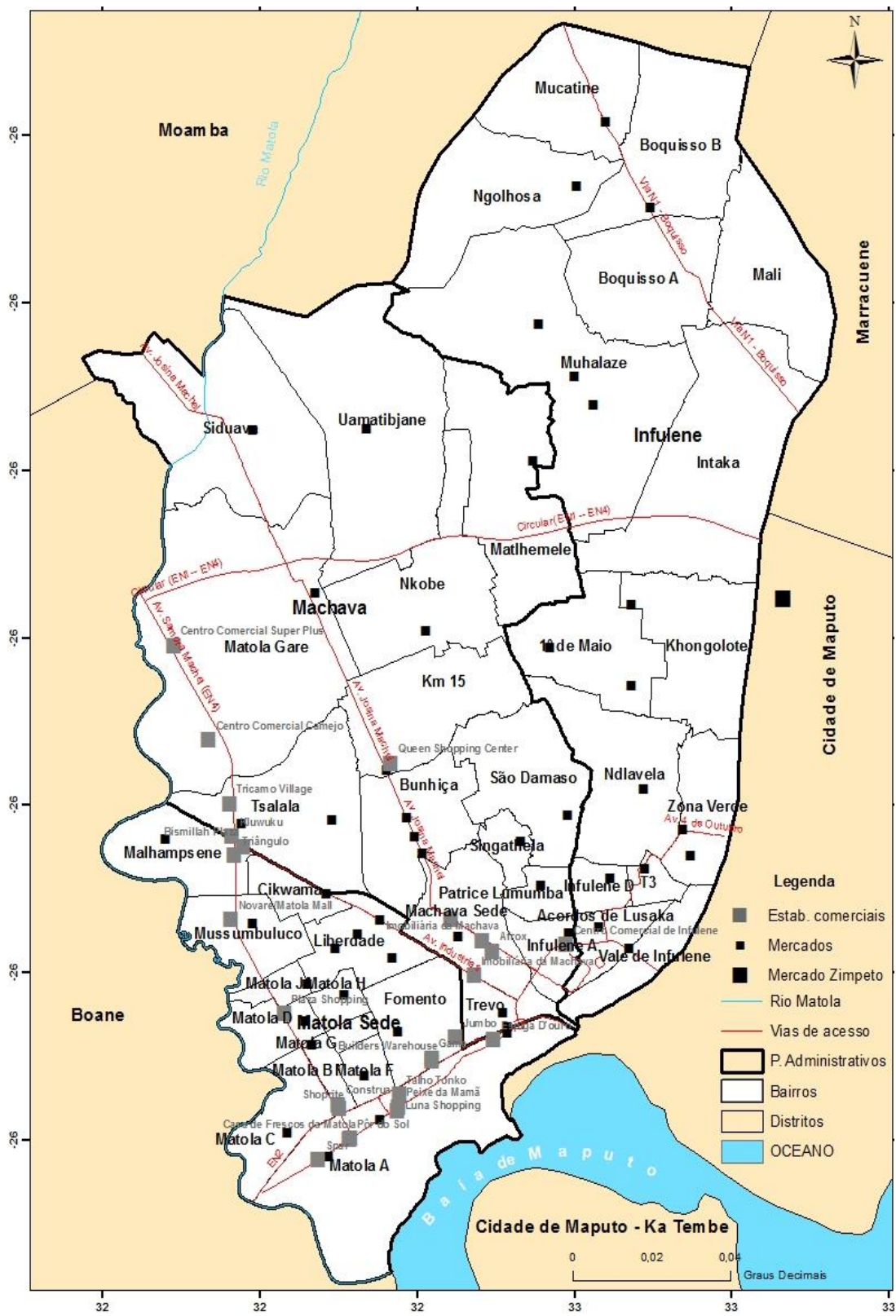
⁶⁰ Não foram mapeados caixas eletrônicos que não prestam todo tipo de serviço.

Foram identificados através de trabalho de campo no ano de 2020, onze bancos que totalizam quarenta agências na cidade da Matola. O banco com maior número de agências é o *Millennium bim* com doze agências, seguido do Banco Comercial de Investimento (BCI) com nove, Moza Banco com cinco, *Amalgamated Banks of South Africa (ABSA)*, Banco Único e *Standard Bank* com três cada um e, por fim, *Bayport*, MBC, SOCREMO, *First National Bank (FNB)* e *First Capital Bank* com uma agência cada.

O bairro com maior número de agências bancárias é Matola A com catorze, seguido de Machava com sete, Matola B e Matola G com três cada, Patrice Lumumba, Tsalala, Liberdade, T3 e Trevo com duas agências cada e, por fim, os bairros Acordos de Lusaka, Matola C e Matola D com uma agência cada. Assim, dos quarenta e dois bairros que compõem a cidade da Matola, trinta bairros não possuem nenhuma agência bancária que presta todo tipo de serviços. Somente doze bairros e todos ao sul é que têm agências bancárias que prestam todos os tipos de serviços aos clientes.

No comércio foram mapeados os principais estabelecimentos comerciais e mercados dos bairros, conforme o Mapa 12. A diferenciação entre uns e outros é relevante na medida em que, de um lado, representam o acesso ao consumo e abastecimento domiciliar cotidiano, de outro expressam grandes diferenças em relação aos heterogêneos tipos de consumidores que os frequentam, em função da renda de indivíduos e famílias.

Mapa 12. Cidade da Matola: Localização dos principais estabelecimentos comerciais e mercados, 2020



Fonte: INE (2015); Autora (2020)

Nos referimos a estabelecimentos comerciais como ilustrado na Foto 9, entre outros de grandes dimensões e devidamente equipados. Contudo, foram identificados vinte e quatro estabelecimentos comerciais (*Builders Warehouse, Game, Jumbo, Infulene, Queen Shopping center, Afrox, Imobiliária da Machava, Recheio, Triângulo, Casa de Frescos da Matola, Luna Shopping, Peixe da Mamã, Pôr do Sol, Spar, Talho Tonko, Construa, Shoprite, Plaza Shopping, Camejo, Super Plus, Novare/Matola Mall, Bismillah Plaza, Kluwuku e Tricamo Village*).

Foto 9. Vista parcial do centro comercial de Infulene



Fonte: Autora (02/04/2020)

O centro comercial de Infulene localiza-se no bairro Infulene A, no posto administrativo de Machava. Não é toda população da cidade da Matola com condições financeiras para aquisição de produtos em um estabelecimento comercial como ilustrado na Foto 9. A maior parte da população, principalmente a de menor poder aquisitivo recorre aos mercados existentes nos bairros onde os preços para a aquisição de produtos básicos são acessíveis.

Entretanto, na maioria das vezes os produtos vendidos nos tais mercados encontram-se em más condições de conservação, isto porque, são conservados em barracas muitas vezes sem ventilação e em condições inadequadas de higiene. Há também nos mercados os que vendem em barracas improvisadas e barracas construídas pelo município, conforme as Fotos 10 e 11.

Foto 10. Vista parcial das barracas improvisadas no mercado Matola Gare



Fonte: Autora (01/04/2020)

Foto 11. Vista parcial das barracas construídas pelo município no mercado municipal do bairro Infulene A



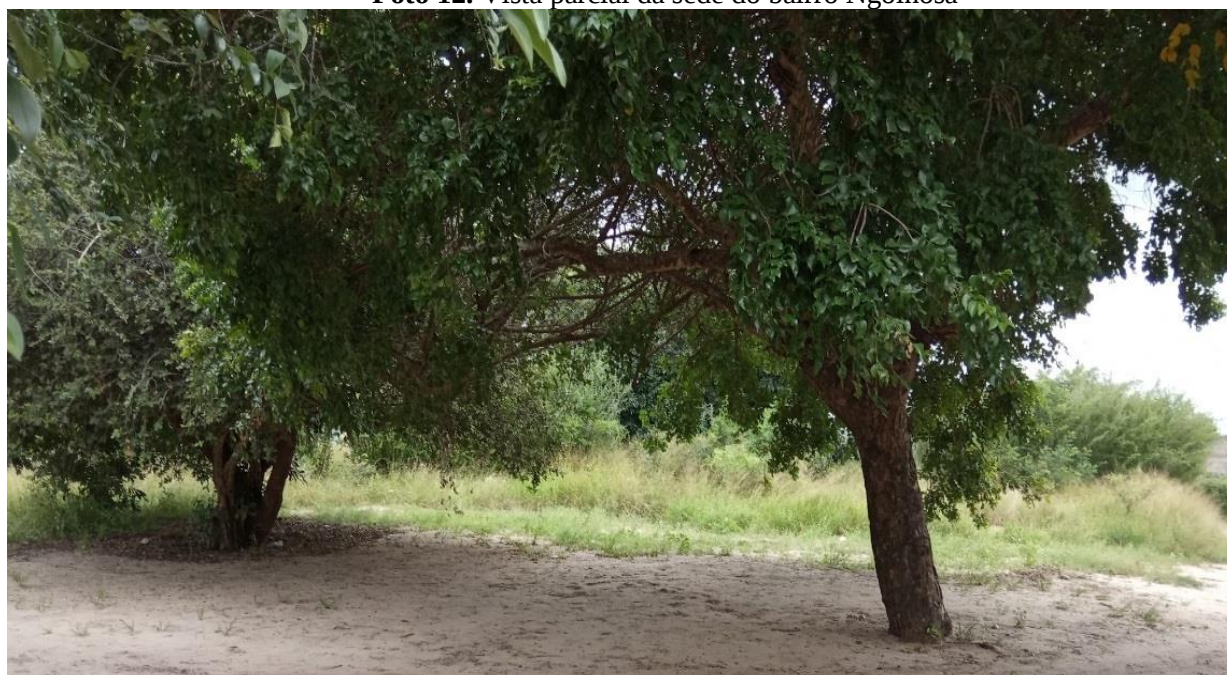
Fonte: Autora (02/04/2020)

Ainda nos mercados, outras pessoas vendem os seus produtos em contêineres (geralmente ocupados por estrangeiros – nigerianos, burundeses etc.) e, por fim, há os que vendem ao relento. Nos bairros sem mercados conforme ilustrado no Mapa 12, a população recorre a pequenos

comerciantes que montam negócios em suas casas e bairros vizinhos⁶¹. A escassa presença de principais atividades nos bairros periféricos da cidade da Matola faz com que os preços monetários cobrados na venda dos terrenos seja mais um dos elementos que os tornam mais acessíveis em relação aos preços cobrados em bairros com a implantação das principais atividades. Não só, por serem bairros menos equipados, há dificuldades também em prestar serviços públicos a população.

Com a introdução de chefes de serviços e técnicos do município nos bairros, que emitem declarações, cobrança de imposto autárquico etc., há necessidade da existência de infraestruturas para a prestação de serviços. Mas, em alguns bairros periféricos não há instalações como se observou no bairro Ngolhosa classificado como rural e os técnicos trabalham ao relento (debaixo de árvores, tal como é feito tradicionalmente), conforme a Foto 12, enquanto espera-se a construção da sede.

Foto 12. Vista parcial da sede do bairro Ngolhosa



Fonte: Autora (01/04/2020)

⁶¹ Muitos moradores da cidade da Matola recorrem ao mercado grossista do Zimpeto na Cidade de Maputo, sobretudo os bairros situados na zona norte.

A sede do bairro Ngolhosa é apelidada por moradores como *Ntitene*⁶². Outra situação alarmante vivenciada em bairros periféricos está relacionada aos meios de transporte⁶³. Para a população residente nesses bairros, ter acesso ao transporte público que vai aos centros das cidades de Maputo e Matola é sujeita a fazer duas ou mais conexões (conhecidas por ligações em Moçambique) em que cada uma é paga individualmente.

Sai mais caro para os moradores dos bairros como Mucatine, Ngolhosa, Muhalaze, entre outros, deslocarem-se para o centro da cidade da Matola onde se localizam importantes infraestruturas e equipamentos sociais que para o centro da Cidade de Maputo, devido ao elevado número de ligações (conexões). Pela carência de transporte, como alternativa as pessoas utilizam os chamados “my love⁶⁴” que são camionetes privadas que transportam pessoas, conforme ilustrado na Foto 13.

Foto 13. Transporte “my love”



Fonte: <https://jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/maputo/96213-operadores-de-my-love-multados> (2020)

⁶² Árvore silvestre que dá frutas chamadas *Ntita*. Por falta de infraestrutura para a prestação de serviços ao público, a população acabou por apelidar a sede por *Ntitene* em homenagem a uma das árvores que se encontra no local e que os funcionários usam como abrigo para a prestação de serviços aos moradores do bairro.

⁶³ Nos referimos aos machimbombos (ônibus), mini-bus (vans) de 15 lugares e a camionetes (os *my love*). Há bairros em que também circula comboio como transporte de passageiros.

⁶⁴ Nesses transportes as pessoas se abraçam para não cair quando a camionete estiver em circulação, daí o nome “*my love*”. E mais, pouco se reclama dos abraços ou encostes porque a resposta que por vezes recebe do outro passageiro é “compra teu”. Frisar que os “*my love*” não somente circulam em bairros periféricos, também circulam nos bairros centrais mesmo na Cidade de Maputo, principalmente na hora de ponta.

A circulação de camionetes para o transporte de passageiros tanto nas cidades da Matola e Maputo como em outras cidades moçambicanas cria um contraste na vida urbana e Santos (2004), aborda a coexistência de meios de transporte nos países subdesenvolvidos evidenciando que:

Por toda a parte nos países subdesenvolvidos, a simultaneidade dos meios de transportes de diferentes épocas é a regra: o ônibus moderno em geral, passa pela mesma rua que uma carroça ou um *cyclo-pouse*, os meios urbanos modernos estão em permanente concorrência com os meios tradicionais, incluindo-se aí o transporte de tração humana. Mas é nas zonas periféricas que esse amálgama é mais visível, acrescentando-se aí a tendência à especialização dos veículos em função da qualidade dos caminhos (SANTOS, 2004, p. 291).

Essa simultaneidade de meios de transporte de diferentes épocas em países subdesenvolvidos deve-se a escassos recursos para investimentos nas vias de circulação, o que leva a diminuição do acesso da população periférica aos centros de comercialização, abastecimento e serviços (SANTOS, 2004). Segundo o autor “por toda a parte, estar distante é sinônimo de ser prejudicado. Nos países subdesenvolvidos estar distante é ainda ser pior, é se condenar a pobreza” (SANTOS, 2004, p. 292).

Nos bairros periféricos da cidade da Matola, os veículos circulam em condições difíceis devido à não pavimentação das vias de acesso, conforme as Fotos 14, 15 e 16.

Foto 14. Vista parcial de uma rua no bairro Mucatine



Fonte: Autora (01/04/2020)

Foto 15. Vista parcial de uma rua no bairro Ngolhosa



Fonte: Autora (01/04/2020)

Foto 16. Vista parcial de uma rua no bairro Muhalaze



Fonte: Autora (01/04/2020)

As vias de acesso para além de não pavimentadas, não estão iluminadas. A falta de iluminação faz com que moradores tenham dificuldades em circular no período noturno. Uma moradora entrevistada no dia 01/04/2020 no bairro Ngolhosa afirmou que, quando desce do

transporte à noite e sem companhia, fica na paragem à espera de alguém para poder entrar no bairro, isto porque, da paragem à residência, a distância é longa.

4.1.1 População

Quanto à população, a cidade da Matola passou por diversas transformações tanto na sua evolução quanto em relação à sua distribuição desde o tempo colonial. A população foi aumentando gradualmente, conforme o Quadro 6.

Quadro 6. Cidade da Matola: Evolução da população de 1980 a 2017

Ano	Área de Residência	População Total	Percentagem (%)	Homens	Percentagem (%)	Mulheres	Percentagem (%)
1980		183.351	100	91633	49.98	91718	50.02
		População Total	Percentagem (%)	Homens	Percentagem (%)	Mulheres	Percentagem (%)
1997	Urbana	424.662	100	204.083	48.06	220.579	51.94
		População Total	Percentagem (%)	Homens	Percentagem (%)	Mulheres	Percentagem (%)
2007		671.556	100	323.819	48.22	347.737	51.78
		População Total	Percentagem (%)	Homens	Percentagem (%)	Mulheres	Percentagem (%)
2017		1.032.197	100	495.259	47.98	536.938	52.02

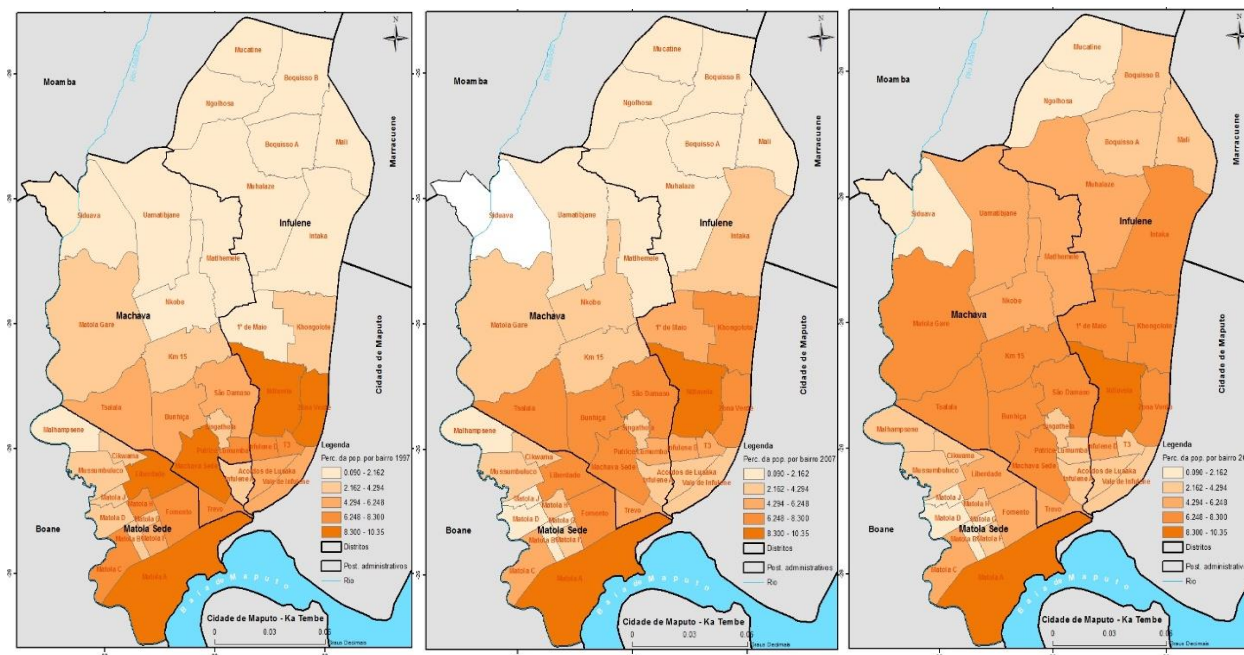
Fonte: Conselho Coordenador do Recenseamento – CCR (1983); INE (1999, 2010; 2019). Org: Autora (2020)

De 1980 a 2017 a cidade da Matola aumentou significativamente os seus habitantes. De 183.351 habitantes em 1980 passaram para 1.032.197 em 2017. O aumento significativo da população deve-se a vários fatores. Antes mesmo da independência no ano de 1975, a implantação de infraestruturas e equipamentos urbanos tornou a cidade da Matola atrativa e observou-se o aumento populacional na cidade.

Depois da independência, fatores como desastres naturais (seca de 1983), guerra civil (1976 – 1992), migrações (campo-cidade, cidade-cidade e internacionais) contribuíram para a intensificação do contingente populacional na cidade. Quanto à distribuição da população por bairros, observa-se uma distribuição bastante diferenciada tanto entre os bairros como entre as

zonas norte e sul. Os dados do Censo de 1980 não foram publicados. A publicação por bairros teve início no Censo de 1997, conforme Mapa 13.

Mapa 13. Cidade da Matola: Distribuição percentual da população por bairros em 1997, 2007 e 2017



Fonte. INE (1999; 2010; 2019). Org: Autora (2020)

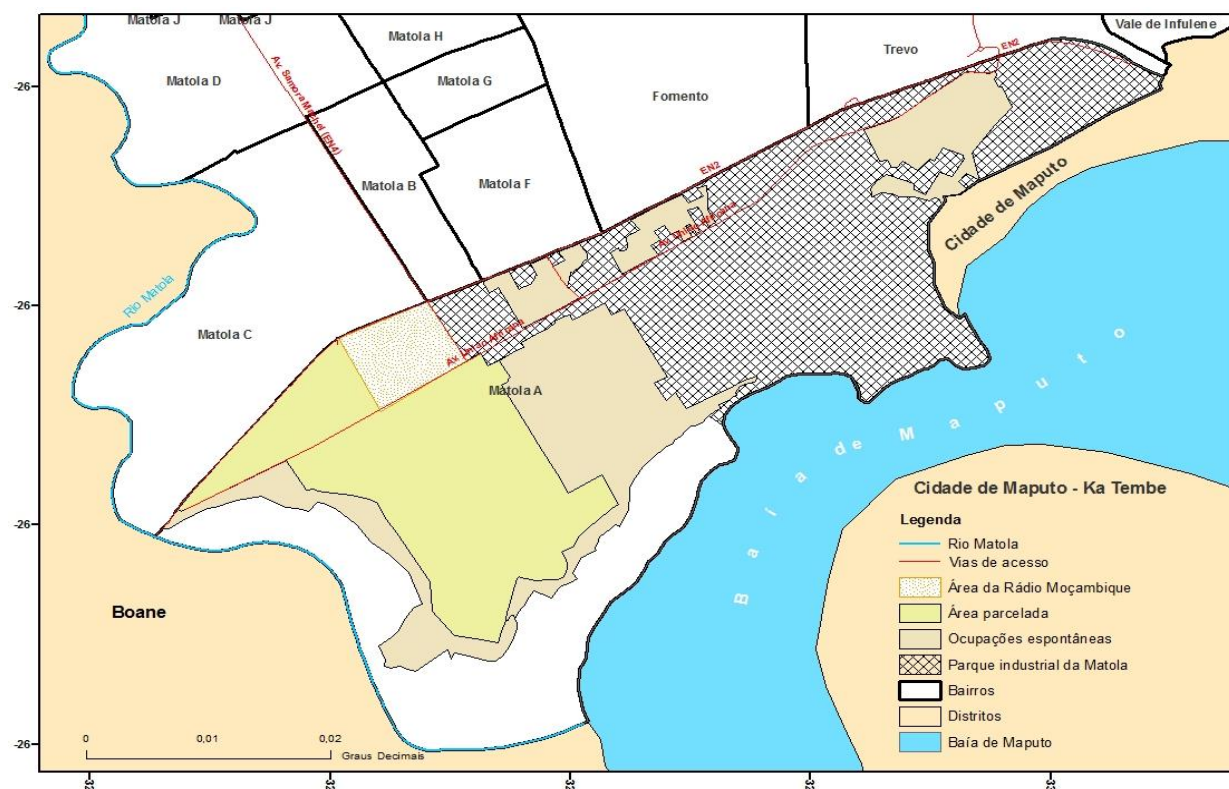
A população se concentra ao sul onde estão também a maioria dos bairros considerados urbanos, vai crescendo ao norte com o tempo e ao mesmo tempo mostra que há relação entre densidade e presença dos elementos citados anteriormente, eles são também mal distribuídos. Em 1997 os bairros mais populosos foram Ndlavela, Zona Verde, Machava Sede, Liberdade e Matola A. Os bairros da zona norte foram os menos habitados. Em 2007⁶⁵, os bairros mais populosos foram Ndlavela e Matola A e a zona norte manteve-se a menos populosa, mas com tendência de aumento da população nos bairros Intaka, 1º de Maio e Nkobe.

No Censo 2017, os bairros mais populosos continuam sendo Ndlavela e Matola A. A zona norte que era a menos populosa, tem um aumento significativo da população com exceção dos bairros Mucatine, Ngolhosa e Siduava que continuam com menos percentual populacional. O bairro Matola A, o segundo mais populoso depois do bairro Ndlavela apresenta maior número percentual de população desde o Censo de 1997, mesmo sendo o bairro onde está implantado o

⁶⁵ O bairro Siduava não teve a sua população publicada pelo Instituto Nacional de Estatística.

parque industrial da Matola, principais equipamentos e infraestruturas sociais e uma enorme área pertencente à Rádio Moçambique, conforme o Mapa 14.

Mapa 14. Cidade da Matola: Ilustração de alguns componentes no bairro Matola A



Fonte. INE (2015); Google Earth Pro (2020). Org: Autora (2020)

A elevada concentração populacional no bairro Marola A pode ser justificada pela presença de áreas de ocupações espontâneas densamente povoadas. A área parcelada representada no Mapa 14 desde o período colonial foi residencial. Alguns talhões têm dimensões de 50x50 metros e ou mais. Vários proprietários subdividiram e venderam para os interessados a preços altos. Comparando os dados de distribuição da população de 1997 a 2017 apresentados no Mapa 13, é evidente que a população está a aumentar significativamente em direção a bairros rurais, antes menos habitados.

O aumento da população é acompanhado por novos e diferenciados processos relativos à produção do espaço urbano. Embora a cidade esteja a aumentar o número de habitantes e da extensão da área habitada, passa a expressar problemas crescentes de habitação conforme salienta Natal (2015).

Enquanto as pessoas de maior poder aquisitivo se dirigem a certas periferias onde constroem casas de luxo ou se refugiam em ERFs, onde muitas vezes transformam a segunda casa em primeira, as de menor poder aquisitivo habitam periferias muitas das vezes ainda, na busca de uma única residência fora do centro da cidade e acabam segregadas em áreas desfavorecidas em termos de infraestruturas e equipamentos sociais, áreas degradadas onde o poder público fecha os olhos e os capitais empreendedores urbanos não consideram atrativas da perspectiva do lucro (NATAL, 2015).

4.2 Expansão territorial urbana da cidade da Matola

Muitos documentos que seriam de extrema importância para o conhecimento da expansão territorial da cidade da Matola foram destruídos depois da independência. Dos poucos que restaram, alguns estão em estado avançado de degradação e não permitem a sua leitura e interpretação. Outros estão em bom estado de conservação e permitem observar que a expansão territorial da cidade da Matola efetivou-se por fases, conforme a Planta 1⁶⁶ que permite iniciar a discussão sobre as três fases da expansão da cidade.

⁶⁶ As Plantas 1, 2, 3 e 4 foram desenhadas no período colonial em 1972 e mostram a composição da cidade da Matola pouco antes da independência.

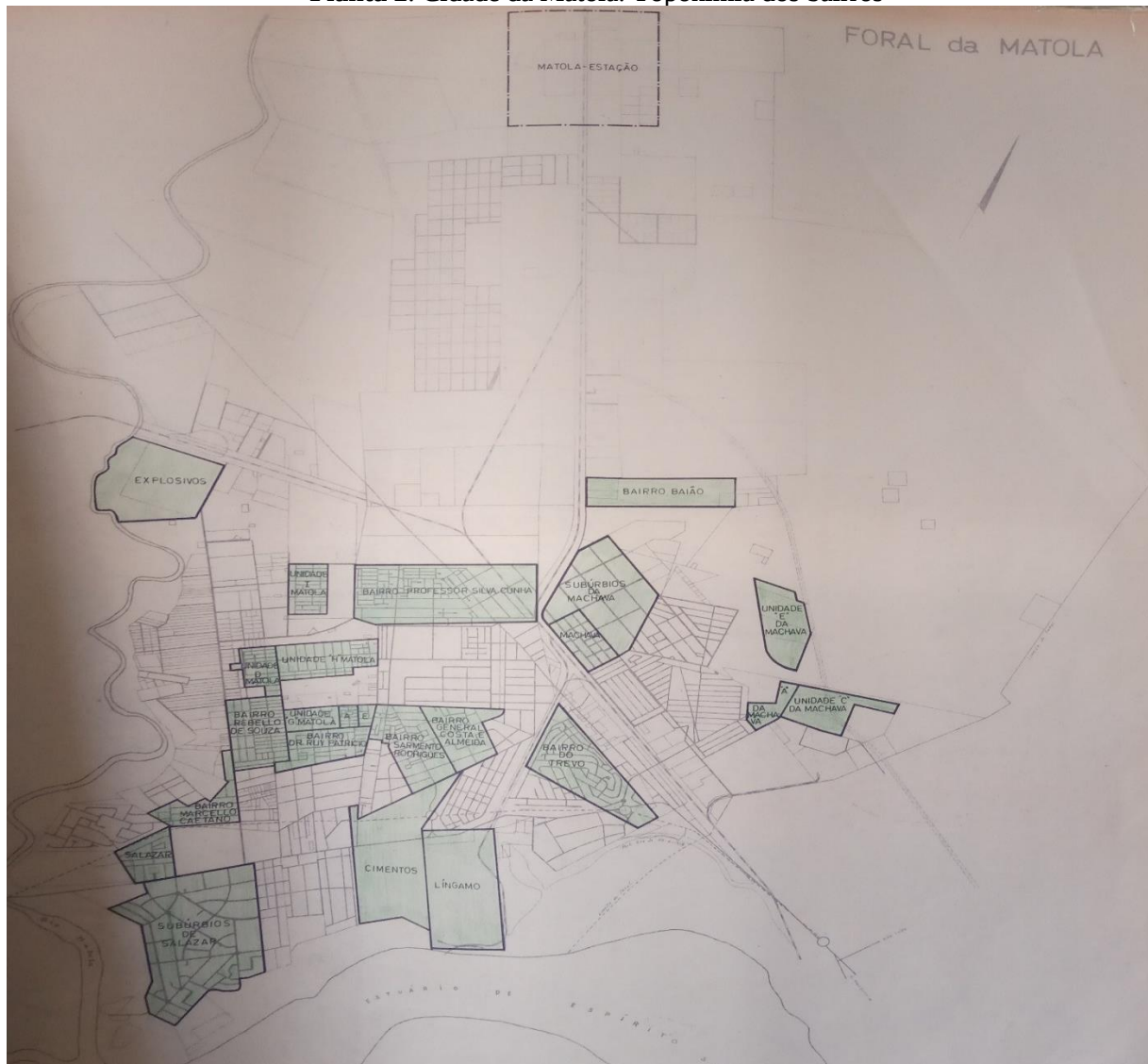
Planta 1. Cidade da Matola: Fases da expansão



Fonte: Fonseca (1972)

Não estão mencionados na Planta 1 os bairros ou unidades que fizeram parte das fases, assim como o período em que foram implementadas. Na falta da menção dos bairros, unidades e períodos em que foram implementadas as fases da expansão na Planta 1 foi necessário recorrer e analisar a Planta 2 referente a toponímia dos bairros.

Planta 2. Cidade da Matola: Toponímia dos bairros



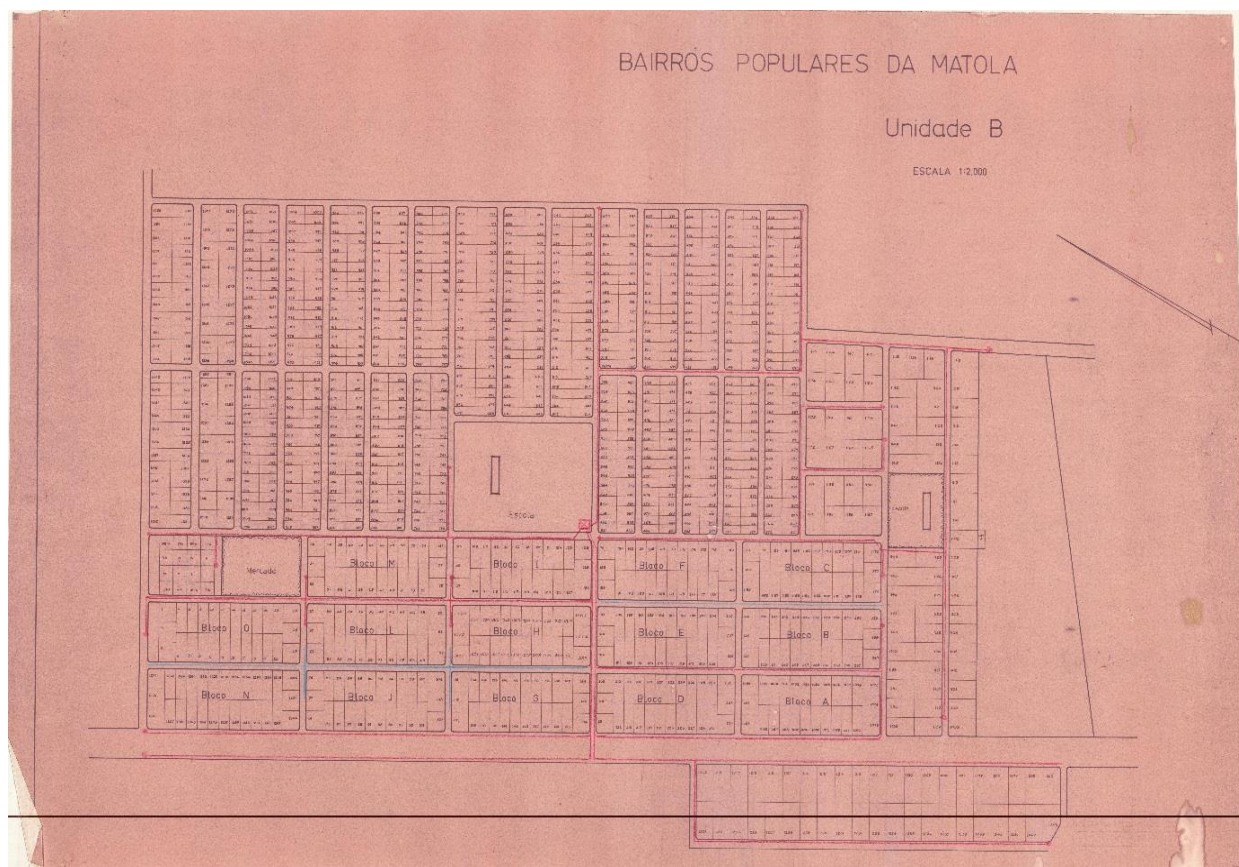
Fonte: Fonseca (1972)

A partir da análise das Plantas 1 e 2, podemos afirmar que a primeira fase da produção do espaço urbano compreendeu Salazar e Machava. A segunda fase compreendeu os denominados “subúrbios” de Salazar e da Machava e a terceira fase compreendeu a área de explosivos, Unidade “I” Matola, bairro professor Silva Cunha, Unidade “H” Matola, Unidade “D” Matola, bairro Rebello de Sousa, Unidade “G” Matola, Unidade “A” Matola, Unidade “E” Matola, bairro Sarmento Rodrigues, bairro general Costa e Almeida e bairro do Trevo⁶⁷. Para o conhecimento do

⁶⁷ Os nomes dos bairros que constam na Planta 2 foram alterados. A área de explosivos e arredores pertencem ao atual bairro Mussumbuluco. Uma parte da área de explosivos foi transformada em área residencial (habitações particulares) e construção de infraestruturas destinadas a vários fins como o centro comercial da *Novare/Matola Mall*, entre outros.

período da implementação das fases recorreu-se alguns documentos como o Plano Parcial da Unidade B – atual bairro Matola B, conforme a Figura 7, a Planta Geral do cemitério da Machava e os registros dos pedidos de concessão de terrenos no livro “Tombo de propriedades”.

Figura 7. Cidade da Matola: Plano Parcial da Unidade B



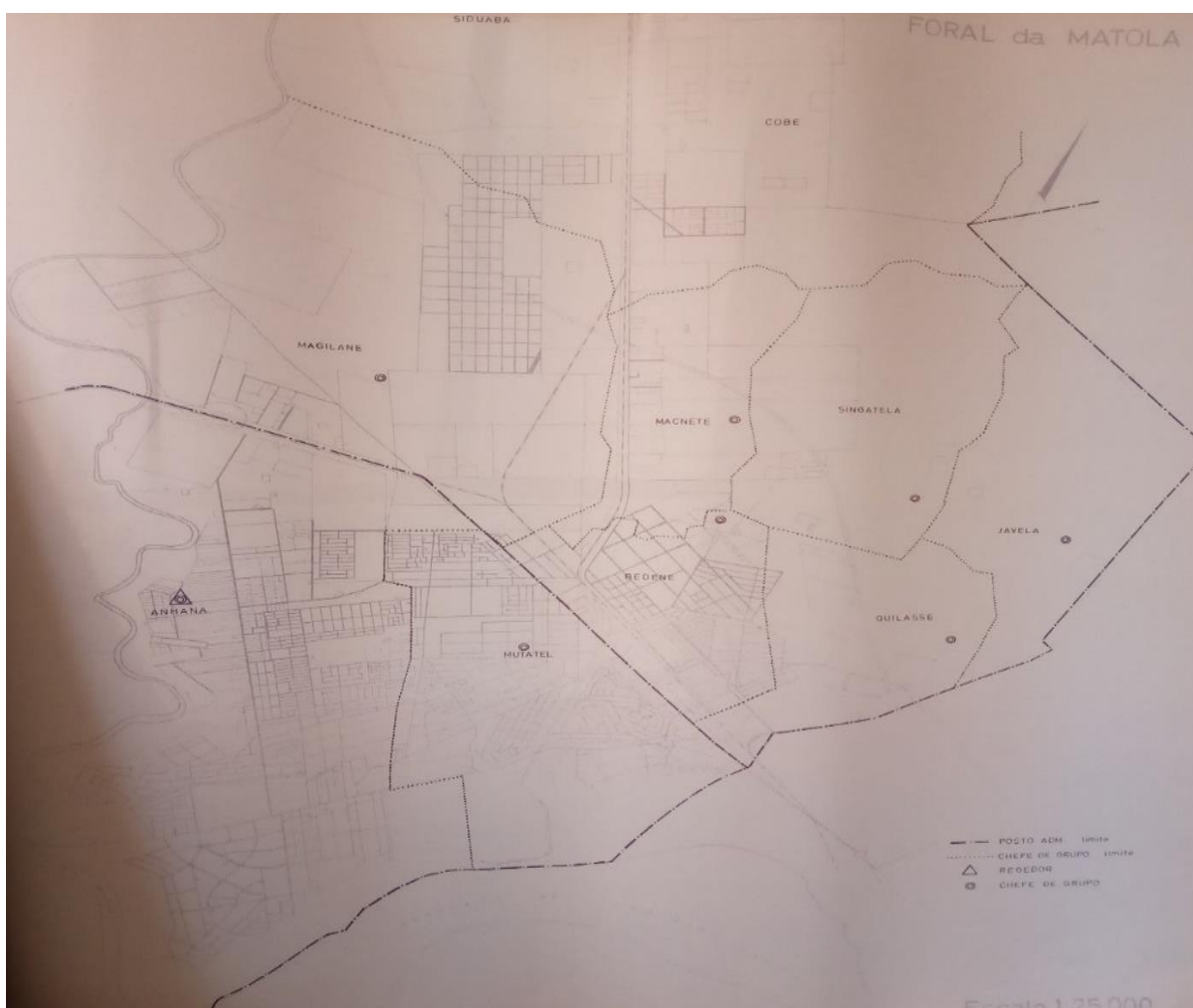
Fonte: Quintão (1965)

O Plano Parcial da Unidade B da Matola foi desenhado em 22 de Julho de 1965 e menciona a primeira fase. Na Planta Geral do cemitério da Machava menciona-se a fase 1 e foi desenhada em novembro de 1965. A partir da análise dos documentos observou-se que a implantação das infraestruturas urbanas na cidade da Matola antecede o ano de 1965 mencionado nos documentos

A unidade “I” Matola e bairro professor Silva Cunha formam o bairro da Liberdade, subúrbios da Machava e Machava formam Machava Sede, bairro Baião (está contido no bairro Bunhiça), Unidade “E” da Machava (Patrice Lumumba), Unidade “C” da Machava (Acordos de Lusaka), Unidade “A” da Machava (Infulene A), bairro do Trevo manteve e englobou áreas em redor aumentando a sua extensão, bairros general Costa e Almeida e Sarmento Rodrigues formam o bairro Fomento, bairro Dr Ruy Patrício (Matola F), Unidades A, E e G da Matola formam o bairro Matola G, Unidade “H” da Matola – mantém, Unidade “D” da Matola – também mantém, bairro Rebello de Sousa (Matola G e B), Salazar, subúrbios de Salazar, Cimentos e Lígamo formam o bairro Matola A.

analisados e o ano de 1963 marcado como o da intensificação da urbanização na cidade. No que concerne aos pedidos de concessão de terrenos, observou-se que em bairros que compõem a terceira fase, a concessão de terrenos teve início a partir de 1963. Lembrar que a concessão de terrenos nesses bairros pode ter iniciado antes, mas, devido à destruição de documentos, os registros no livro “Tombo de propriedades” indicam o ano de 1963. Os bairros em que foram implementadas as fases tinham uma toponímia oficial (Planta 2) e outra tradicional, conforme a Planta 3.

Planta 3. Cidade da Matola: Toponímia tradicional



Fonte: Fonseca (1972)

Tradicionalmente, faziam parte da cidade da Matola dez chefes de grupos: Siduaba, Cobe, Macnete, Singatela, Javela, Quilasse, Bedene, Magilane, Anhana e Mutatel. Cada chefe de grupo tinha sua área de jurisdição e todos chefes de grupo eram liderados por um regedor. Pelo fato dos

habitantes do chamado subúrbio não possuírem direito a uma administração equivalente à dos europeus, foram geridos por autoridades administrativas tradicionais em que:

Cabia a estas autoridades a gestão corrente, informar a administração sobre os problemas locais, resolver casos de direito privado, identificar indivíduos procurados, permitir a construção de abrigos provisórios e de casas de habitação no subúrbio e recebendo quantias dos interessados para facilitar a tarefa. Era também sob o escopo desta administração indireta proporcionada pelas autoridades tradicionais e pelo direito consuetudinário que se dirimiam os conflitos no subúrbio (DOMINGOS, 2020, p. 90).

A falta de direito a administração conjunta entre os europeus e os moçambicanos levou a criação de líderes tradicionais na periferia que mandavam implementar as regras e prestavam contas a administração colonial. Não só, também levou a uma certa divisão social do espaço, com surgimento de áreas destinadas somente para os naturais. O exemplo disso pode ser dado a partir da Planta de cadastro da cidade da Matola (Planta 4).

Planta 4. Cidade da Matola: Cadastro



Fonte: Fonseca (1972)

As parcelas 828 e 42 eram destinadas aos indígenas. Em 1919 foi aprovado o regulamento para a concessão de terrenos do Estado que permitia aos indígenas habitarem em reservas. A ocupação das reservas indígenas não lhes dava o direito de propriedade dos terrenos. Essa divisão da cidade da Matola em parcelas e algumas destinadas somente aos indígenas reforça as ideias de Sousa (2010) de que, a legislação do zoneamento em alguns países levou a exclusão de certos usos como também de alguns grupos sociais. O mesmo autor cita ainda como exemplo os EUA em que o zoneamento como instrumento de planejamento foi utilizado como meio de exclusão social de forma muito intensa.

Conforme as Plantas 1, 2, 3 e 4, é evidente que a produção e expansão da cidade da Matola é orientada por instrumentos de ordenamento do território (Planos de estrutura urbana, gerais e parciais de urbanização e de pormenor)⁶⁸. Mas, várias são as situações observadas que contrariam tais instrumentos.

4.3 Instrumentos de ordenamento do território na cidade da Matola: constatações e irregularidades na sua implementação

Conforme abordado no capítulo III dessa pesquisa, existem em Moçambique instrumentos de ordenamento de território como os planos diretores, planos de estrutura urbana, planos parciais e de pormenor. Na tentativa de entender a produção do espaço urbano da cidade da Matola a partir de tais instrumentos foram encontrados no município os seguintes instrumentos de ordenamento territorial: Plano Diretor de 1972, Plano de Estrutura Urbana de 2010 e Planos Parciais.

O Plano Diretor de 1972 com título “Normas diretoras para o plano de urbanização da Matola – Inquérito e Análise” foi desenhado por Manuel da Costa Fonseca em 1972. Constam no

⁶⁸ Planos de estrutura urbana – estabelecem a organização espacial da totalidade do território do município ou povoação, definem os parâmetros e normas para a sua utilização, tendo em conta a ocupação atual, as infraestruturas e os equipamentos sociais existentes e a implantar e a sua integração na estrutura espacial regional (LEI 19/2007 DE 18 DE JULHO, P. 7).

Planos gerais e parciais de urbanização – estabelecem a estrutura e qualificam o solo urbano tendo em consideração o equilíbrio entre os diversos usos e funções urbanas. Definem as redes de transporte, comunicações, energia, saneamento e equipamentos sociais, com especial atenção às zonas de ocupação espontânea como base socioespacial para a elaboração do plano (LEI 19/2007 DE 18 DE JULHO, p. 7).

Planos de pormenor – definem com pormenor a tipologia de ocupação de qualquer área específica do centro urbano, estabelecendo a concepção do espaço urbano dispondo sobre usos do solo e condições gerais de edificações, o traçado das vias de circulação, as características das redes de infraestruturas e serviços quer para novas áreas, quer para áreas existentes caracterizando as fachadas dos edifícios e arranjos dos espaços livres (LEI 19/2007 DE 18 DE JULHO, p. 8).

Plano as plantas de planeamento de todo Foral da Matola de escala 1: 25.000. O Plano Diretor visava dinamizar a cidade uma vez que antes era vila que ascendeu a categoria de cidade em Fevereiro de 1972. O Plano de Estrutura Urbana da cidade da Matola (PEUCM) foi elaborado pela Vereação de Planeamento Territorial e Urbanização (VPTU) do Conselho Municipal da Matola, Universidade Eduardo Mondlane e Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane). Foi aprovado em 30 de Abril de 2010 pela resolução número 31/10 na assembleia municipal e não se tem conhecimento no município da data da sua publicação no Boletim da República.

Em linhas gerais, o PEUCM apresenta o regulamento sobre a ocupação, uso e transformação do solo na cidade. O regulamento visa harmonizar o uso do solo mediante critérios estabelecidos pela lei e o acompanham as plantas de uso do solo. Fazem parte a planta de uso do solo de 2010, planta síntese de uso do solo com novas propostas de uso, a planta de ordenamento, mobilidade e acessibilidade, a planta de condicionantes de 2010, a planta com proposta de condicionantes, a planta de programação e execução das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) e a planta de qualificação do solo (PEUCM, 2010).

Quanto aos Planos Parciais, estes são elaborados pelos planificadores físicos, cartógrafos, topógrafos, entre outros. Diferentemente do Plano Diretor de 1972 que contempla todos os bairros e unidades que compunham o Foral da Matola ou as plantas que acompanham o PEUCM de 2010 que ilustram todos os bairros que compõe a cidade da Matola, os Planos Parciais são elaborados por bairro ou por parcelas.

No que concerne às constatações e irregularidades, no Plano Diretor de 1972, alguns mapas e plantas não apresentam legenda ou a legenda está incompleta o que dificulta o seu entendimento, exemplo do Mapa da situação da região e as plantas do relevo, cadastro e esquema viário proposto pela Junta Autónoma de Estradas de Moçambique (JAEM). Na planta em que aparecem ilustradas as fases de desenvolvimento da cidade da Matola não aparecem indicadas as datas e os bairros de implementação. No Plano de Estrutura Urbana estão estabelecidos critérios para a urbanização da cidade, mas na prática pouco se observa. Há construções em áreas que constituem zonas de proteção parcial.

Encontram-se áreas não parceladas e parceladas suscetíveis a inundações na cidade da Matola nas quais são implantadas habitações. Nos bairros parcelados as áreas suscetíveis a inundações têm sido em algumas vezes aquelas que antes eram destinadas a atividades

agropecuárias e agora assumem função residencial, sem a observância de abertura de valas de drenagem, aterros etc., para evitar enchentes nas épocas chuvosas. Há áreas conhecidas por antigos moradores que antes serviam para o escoamento das águas pluviais em épocas chuvosas que já são habitadas. Com o parcelamento e ou atribuição de áreas conhecidas como bacias de amortecimento das águas pluviais (conforme o exemplo citado no capítulo III), sem obedecer os instrumentos de ordenamento do território, muitas áreas na cidade da Matola tornam-se alagáveis. As Fotos 17 e 18 ilustram o caos que se vive em muitos bairros da cidade na época chuvosa dificultando tanto a circulação de pessoas quanto a circulação de bens.

Foto 17. Vista parcial da rua do mercado Matola Gare



Fonte: Autora (09/12/2019)

Foto 18. Vista parcial da rua da Igreja no bairro Tsalala



Fonte: Autora (15/02/2020)

Tanto o bairro Matola Gare quanto o bairro Tsalala são bairros com algumas áreas parceladas e outras não parceladas. A rua do mercado no bairro Matola Gare está em área não parcelada e a rua do bairro Tsalala está em área parcelada. Há áreas em que os técnicos municipais responsáveis pelo parcelamento têm conhecimento do risco, mas por ordens superiores acabam por parcelar e atribuir à população áreas não adequadas para a habitação. O incumprimento da legislação na implantação de infraestruturas, equipamentos e outras atividades deve-se segundo um funcionário a:

Falta de distinção do poder político na administração pública. Pesam mais as decisões políticas do que as técnicas. Tudo está “polítiquisado”, para além de que há desconfiança entre os dois poderes (político e técnico). Às vezes, nas áreas de risco os técnicos por decisões políticas são obrigados a parcelar. Por exemplo, as chamadas casas brancas em Nkobe, na parcela 721/A construídas pela Administração Nacional de Estradas (ANE), algumas estão em área susceptível a inundações. A área foi parcelada, foram construídas as casas e entregues as pessoas retiradas em áreas de construção e ampliação da EN4. Devido ao lençol freático muito próximo a superfície, na época chuvosa há casas que a água sai por baixo, isso fez com que algumas pessoas vendessem as casas, permanecendo lá os que não tem onde ir e comprando casas os que não sabem o que acontece nessas áreas em épocas chuvosas (Entrevista cedida por um funcionário do Município da cidade da Matola no dia 14.10.2019).

No período colonial, as parcelas 720 e uma parte da parcela 721 do bairro Nkobe estavam destinadas a agropecuária. Com as cheias do ano 2000, a parcela 720 e uma parte da parcela 721 ficaram inundadas. Os residentes dessas parcelas foram reassentados nas parcelas 966 e na zona alta da parcela 721. Dois anos depois as primeiras áreas voltaram a ser ocupadas. Há pessoas reassentadas que vendem os terrenos atribuídos e voltam a seus locais de origem.

Por vezes, a população ocupa propositadamente os espaços, mesmo sabendo que são de risco ou é proibido, por saber que tem proteção dos políticos sobretudo em anos próximos as eleições. Políticos os protegem para serem votados e não perderem as eleições (Entrevista cedida por um funcionário do Município da cidade da Matola no dia 14.10.2019). Essas decisões políticas fazem com que haja um ciclo vicioso de problemas a enfrentar na cidade da Matola. Tratando-se de decisões políticas que contrariam as técnicas, dificilmente os problemas serão colmatados.

Outra situação alarmante que merece atenção do governo é a vivenciada em algumas áreas do bairro da Liberdade nas épocas chuvosas. Na área conhecida como Matomane, por exemplo, algumas pessoas abandonam as casas e voltam depois da época chuvosa. Desde o período colonial a área é habitacional, existiam valas de drenagem que escoavam todas as águas vindas de outros bairros. A maior parte das valas foram invadidas por habitações e outras infraestruturas e a água não tem por onde passar. Entretanto, existem áreas na cidade da Matola antes destinadas a agropecuária como as quintas do bairro Matola D que não sofrem inundações. Quanto às plantas elaboradas que acompanham o PEUCM, essas são de difícil entendimento⁶⁹.

No que concerne aos planos parciais, não existe no município um plano parcial que contemple as parcelas de todos os bairros. Os mapas que contém informações de todas as parcelas da cidade da Matola são designados por 1, 2 e 3. Devido à má conservação, a falta de controle e a não valorização dos documentos, não foram localizados os mapas 1, 2 e 3 durante o trabalho de campo. Há falta de conhecimento da importância dos documentos por parte de muitos dirigentes, conforme relata um funcionário:

⁶⁹ Devido a vários detalhes que neles constam e uso de cores que confundem um determinado uso do solo com o outro. Nos documentos cartográficos a simbologia e a respetiva legenda são elementos fundamentais para a compreensão desses. Na falta desses elementos o documento cartográfico fica de difícil leitura ou torna-se inválido. Há elementos representados nos mapas que não aparecem legendados e vice-versa. Define-se no plano que o espaço urbanizado caracteriza-se pelo elevado nível de infraestruturas e concentração de edifícios onde o solo se destina predominantemente a construção. O espaço considerado como urbanizado de acordo com o PEUCM é o bairro Matola A, que é um bairro multifuncional com diferentes tipos de uso de solo desde habitação até indústria extrativa (salinas). Contudo na classificação dos bairros da cidade da Matola para além de Matola A, são classificados como bairros urbanos todos os bairros do posto administrativo da Matola Sede, alguns bairros do posto administrativo da Machava e Infulene conforme o abordado na divisão político-administrativa.

Houve um vereador em um determinado mandato que nos mandou deitar esse Plano Diretor de 1972. Dissemos a ele que esse livro não pode ser jogado fora. O problema é que cada dirigente que entra acha que os documentos que outro deixou não são importantes, só os documentos elaborados na fase de exercício de suas funções sim, esses é que são importantes. Quando pedimos para a manutenção de documentos antigos como esse livro “Tombo de Propriedades” que data do período colonial até o ano de 1993 dizem que temos que levar para o gabinete do presidente para eles analisarem. Como sabemos que quando eles levam não conservam ou podem desperdiçar por não saber da importância preferimos não enviar e ficar com ele aqui (Entrevista cedida por um funcionário do município em 14.10.2019).

Muitos dos planos parciais não apresentam as datas de elaboração, autores, escala e legenda. Para o entendimento do que vem ilustrado em muitos planos é necessário questionar aos funcionários do Departamento de Planeamento e Cadastro da Vereação de Planeamento Territorial e Urbanização (VPTU). Muitos funcionários são novos no setor e jovens por vezes com problemas também de interpretação dos planos, principalmente quando se trata de planos parciais elaborados antes destes terem iniciado a trabalhar no município ou quando se trata de planos parciais de bairros em que estes não trabalham.

A difícil interpretação de certos planos elaborados no tempo colonial ou em anos após a independência deve-se ao fato da ocorrência de mudanças na cidade tanto de nomes de unidades espaciais quanto de infraestruturas aliado a falta de elementos essenciais como a legenda que facilitaria a sua compreensão e interpretação. Não existe na VPTU um funcionário que domina o conhecimento sobre todos os bairros da cidade da Matola. Cada funcionário ou um grupo de funcionários são responsáveis por um certo número de bairros ou de um determinado posto administrativo. Na ausência de um ou dos que são responsáveis por uma determinada área não há como ter dúvidas esclarecidas exceto quando esteja presente alguém que também conhece a área em questão.

Outra constatação está relacionada com os documentos sobre um mesmo tema ou área e que, quando analisados, se contradizem. No mapa de limites administrativos aprovados pela resolução nº 009/2003 da assembleia municipal fazem parte da cidade da Matola 42 bairros. Na página 7 do plano de melhoria municipal elaborado em 2015 somente são mencionados 40 bairros, dos quais Matola I no posto administrativo da Matola Sede e Unidade A no posto administrativo da Machava não constam no mapa oficial aprovado em 2003. Todavia, dos 40 bairros mencionados somente 38 é que constam no mapa oficial.

Não constam no plano de melhoria municipal elaborado em 2015 os bairros Matola J no posto administrativo da Matola Sede, Infulene D no posto administrativo de Infulene, Infulene A, Patrice Lumumba, Siduava no posto administrativo da Machava mas constam no mapa oficial aprovado em 2003. Há bairros mencionados na página 7 que não aparecem no mapa oficial: bairros Matola I e E no posto administrativo da Matola Sede, Unidade A no posto administrativo da Machava e Unidade D no posto administrativo de Infulene. O bairro Boquisso no posto administrativo de Infulene não aparece especificado em A e B conforme o mapa oficial.

No mesmo sentido, os dados dos Censos de 1997 e 2007 sobre população total fornecidos pelo INE, estão disponíveis dados de 41 bairros que também não coincidem com os bairros mencionados no mapa oficial. Questiona-se como um bairro oficial aprovado em 2003 não aparece especificado no Censo 2007? Os bairros Siduava e Uamatibjane não aparecem especificados nos dados de Censo 1997.

No Censo 2007 está especificado o bairro Uamatibjane, mas não Siduava, enquanto consta no mapa dos limites oficiais da cidade da Matola e no Censo 2017 os bairros da cidade da Matola voltam a coincidir com os bairros do mapa oficial de 2003. Não foi possível obter respostas no município acerca das contradições em termos da designação dos bairros. Ficou-se sem saber quais são as unidades espaciais com as designações de Unidade A, Unidade D e Matola I. A não uniformização da informação, primeiro, nos documentos elaborados no próprio município⁷⁰ evidencia a falta de uma estrutura lógica na elaboração, revisão e divulgação dos documentos. Segundo, entre as instituições evidencia a falta de cooperação.

4.4 Concessão e regularização de terra para habitação particular, espaços residenciais fechados e outros usos na cidade da Matola

A terra urbana, como já visto, pode ser adquirida por meio da concessão do município, compra com os naturais ou com alguém que tenha adquirido e que esteja a vender. Quando em situações de aquisição direta com os naturais e de acordo com as entrevistas, há pessoas que conseguiram terrenos na cidade da Matola sendo atribuídas por famílias que herdaram dos seus

⁷⁰ Observou-se também a falta de escrita uniforme de nomes dos bairros em alguns documentos existentes no município. Exemplos: Mahlampsene – Malhapsene – Malhampsene, Ntchumene – Tchumene, Nkobe – Cobe, Intaca – Intaka, Muhalaze – Muhalazi, Mucatine – Makatine, Khongolote – Kongolote, Golhosa – Ngolhosa, Matlhomele – Matlemele, entre outros.

antepassados e/ou autoridades do bairro nos finais do século XX e princípio do século XXI sem nenhum pagamento.

Depois da atribuição, tais pessoas tradicionalmente eram apresentadas à liderança do bairro, portando presentes ou mesmo dinheiro, como forma de serem reconhecidas por tais lideranças. Tanto para os que compram ou para quem são cedidos a terra ou ainda que adquirem via município, a entrega de presentes na liderança do bairro se efetiva como forma de se apresentar e ser conhecido no bairro pelas estruturas locais.

Para adquirir a terra via município, o munícipe entra com um pedido de terra por meio de um requerimento redigido ao presidente do município. O pedido pode ser deferido ou indeferido dependendo das áreas e localizações pretendidas e disponíveis. A resposta ao pedido em geral demora (pode levar anos) o que leva muitos cidadãos a obter terrenos de formas consideradas ilegais. A compra ilegal deve-se a várias razões: controle formal e concentrado da terra pelas instituições e pela elite política e econômica; processo burocrático que exige o requerente dirigir-se a vários departamentos governamentais, em que cada um tem suas exigências e que acabam resultando em problemas como atrasos nos processamentos de registros, falta de capacidade e informação nos departamentos (JENKINS, 2001; MALAUENE *et al*, 2005 *apud* KIHATO *et al*, 2012).

Outros problemas estão relacionados com o custo de transporte que pesa ao cidadão pelas deslocações às repartições municipais, pagamentos na autenticação de documentos em notários e em taxas necessárias para o registro. Não só, exteriorizam que o processo formal é restrito à minoria (KIHATO *et al*, 2012). Não são todos os agregados familiares que conseguem arcar com os custos exigidos. A vantagem de obter terreno por via do município deve-se ao fato desse atribuir terrenos em espaços parcelados. Ao munícipe é atribuída uma senha onde constam os números da parcela e do talhão. Existem arruamentos, embora muitas vezes com ausência ou escassez de equipamentos e infraestruturas.

Com relação à venda diretamente entre pessoas e famílias e apesar da terra ser propriedade do Estado em Moçambique, cuja venda, penhora ou hipoteca é proibida (Artigo 109 da Constituição da República de Moçambique (CRM) e na lei de terras nº 19/1997 no seu capítulo 3, Artigo 3), observa-se que existe um mercado que funciona de maneira informal e através da comunicação direta entre os interessados, conforme os exemplos da Figura 8.

Figura 8. Anúncios de venda de terrenos, 2019



Fonte: Retirados nas vias públicas

O anúncio a esquerda no qual se anuncia a venda de terrenos e casas foi retirado na Avenida 4 de Outubro, bairro T3 na cidade da Matola. O da direita⁷¹ foi retirado em Tchumene II no bairro Matola Gare. Nos anúncios aparecem os contatos para quem estiver interessado mesmo sabendo que a CRM e a lei de terras proíbem a venda de terra, evidenciando desse modo a fragilidade na aplicação da lei.

Segundo Ussene (2019), o período do conflito armado que terminou em 1992, entre outros fatores levou a ocupação de áreas de expansão das grandes cidades. A população foi ocupando parcelas que estavam destinadas para determinados fins. Nas Cidades de Maputo e Matola, a intensificação da ocupação de áreas de expansão observou-se em período entre 1981 e 1992 em relação a outras capitais provinciais.

Muitos que adquiriram as parcelas e/ou os terrenos vende-as/os sem nenhuma infraestrutura que posteriormente também são vendidas/os para outros interessados a preços altos o que vai contra a lei, que proíbe a venda de terras em Moçambique.

O preço final de cada parcela de terra comercializada varia de acordo com as negociações entre os vendedores e compradores. Mais importante, porém, é perceber que tais preços são formados conforme o tamanho da parcela ou do terreno, da proximidade em relação a vias de

⁷¹ Belo Horizonte é um bairro conhecido como da elite, cujos terrenos são vendidos a preços altíssimos. Localiza-se na localidade de Gueguegue, posto administrativo de Boane Sede no distrito de Boane. As práticas de compra e venda de terrenos ocorrem em várias cidades e até na capital. Um estudo levado a cabo por Kihato *et al* (2012) nos bairros Hulene B e Luís Cabral na Cidade de Maputo evidencia a venda de terrenos. Do universo entrevistado na pesquisa, 50% adquiriram seus imóveis pela compra e 44% não. Os autores salientam ainda que observou-se maior número de compra de terrenos no bairro Hulene B (59%) em relação ao bairro Luís Cabral onde 39% dos agregados familiares entrevistados tinham comprado a sua casa (KIHATO *et al*, 2012).

acesso, início de parcelamento pelo conselho municipal, existência de árvores de frutas etc. (USSENE, 2019).

Por vezes, as negociações de venda ocorrem não apenas à margem da formalidade das citadas leis, mas também das próprias estruturas de poder de cada bairro, ocasionando conflitos entre os envolvidos na medida em que uma mesma parcela ou terreno pode ser vendido/a para mais de uma pessoa. Na compra de terra nestas circunstâncias não há observância de critérios de parcelamento ou ordenamento, mas há os que vendem terrenos parcelados nessas circunstâncias.

O incumprimento dos critérios de parcelamento faz com que os vendedores não reservem espaços para a implantação de equipamentos e infraestruturas básicas necessárias para a população. Na maioria das vezes, as vias de acesso são estreitas e dificultam a circulação de pessoas e bens. Há dificuldades em prover serviços de pronto atendimento como os serviços de bombeiros, ambulâncias entre outros.

Tanto aqueles a quem são concedidas parcelas de terra pelo município quanto os que comprem por outras vias devem regularizá-las, isto é, obter o título de direito de uso e aproveitamento de terra (DUAT). Ressalta-se que no município da Matola somente pessoas que ocupam espaços parcelados é que têm direito de regularização do DUAT. Assim, os que ocupam os espaços de forma espontânea sem ordenamento têm o direito de uso mas não tem o direito sob forma de título.

Para a regularização de terreno destinado a habitação particular, o cidadão que a adquire deve preencher as fichas de regularização e ocupação do terreno. Junto às fichas deve anexar uma declaração na qual se compromete a iniciar a construção dentro de seis meses e concluir no prazo de dois anos, cópia de Bilhete de Identidade (BI), declaração do bairro (onde se localiza o terreno a regularizar), cópia de Número Único de Identificação Tributária (NUIT) e comprovante de pagamento de Imposto Pessoal Autárquico (IPA).

Os documentos são submetidos no bairro onde existe um fiscal responsável pela vistoria (confirmação do número do terreno e parecer sobre o que existe no terreno). Conferidos os documentos e, feita a vistoria *in loco* o fiscal assina a ficha de regularização e os documentos são enviados para o posto administrativo a que pertence o bairro. No posto administrativo, os documentos são conferidos, verificados e a ficha de regularização é assinada pelo chefe do posto administrativo. Do posto administrativo, os documentos seguem para o município na secretaria da VPTU. Da secretaria os documentos são enviados para o setor do Cadastro para a verificação. Caso

se detecte alguma incongruência no processo deve-se resolver para depois seguir com os trâmites legais.

Do cadastro, e estando corretas todas as informações, o processo vai para o setor de Tombo para a atribuição do número do processo e depois volta para o cadastro para o lançamento. Na folha do lançamento constam a área do terreno, localização, tipo de uso e os elementos limítrofes. Há casos em que os problemas de um determinado processo são detectados depois da atribuição do número, o que paralisa seu processo de aprovação até que sejam sanados.

Após o lançamento, o processo passa para o diretor do setor de Planeamento e Cadastro para o parecer e assinatura. Com base nos pareceres do fiscal do bairro, do chefe do posto administrativo e do diretor do setor de Planeamento e Cadastro, o vereador da VPTU autoriza ou não autoriza. Assim, a autorização final e definitiva para a regularização de DUAT para habitação particular é concedida pelo vereador da VPTU.

Após a autorização por vereador, o processo é enviado à secretaria da vereação para a emissão de comunicação onde constam as taxas por pagar pela concessão de DUAT. Se o valor da taxa for igual ou superior a 6.000 Meticais ($\approx$ 84.13 USD, no câmbio de 71.32), o munícipe pode emitir um pedido por meio de um requerimento redigido ao presidente do município para pagar em prestações. Para a regularização de DUAT nos espaços residenciais fechados e outros usos, os documentos exigidos são os mesmos com a exceção da declaração do bairro. No lugar da declaração do bairro, o requerente submete o comprovante de renda e o anteprojeto. O pedido é autorizado pelo presidente do município.

Enquanto na regularização de terreno para habitação particular o pedido é autorizado pelo vereador, na regularização de terreno para espaços residenciais fechados e outros usos o pedido é autorizado pelo presidente do município. Concedido o DUAT, o proprietário tem seis meses para apresentar o projeto e iniciar a construção e terminar em dois anos. Quando a obra não termina em dois anos deve-se atualizar/renovar o DUAT mediante o pagamento de taxas conforme está evidenciado na Tabela 3. Geralmente, as taxas de atualização do DUAT têm sido inferiores às taxas de concessão dependendo dos investimentos realizados. Para os cidadãos nacionais são fixadas taxas preferenciais (LEI DE TERRA Nº 19/97, ARTIGO 28).

Quanto aos prazos estabelecidos, frequentemente a penalização recai para pessoas que não fazem parte da elite ou sem poder aquisitivo. No âmbito do trabalho de campo (10.03.2020) foi encontrado um documento que data de 18/03/2002 com nomes da elite política de alto escalão que

convocava esses a participarem em uma reunião que decorreu em 20/03/2002 cujos pontos de agenda foram: cumprimento do DUAT após a concessão oficial, projeto de aproveitamento urbanístico e diversos. A partir do documento tirou-se a conclusão de que a própria elite política “representante do povo” não cumpre com o que a lei estabelece.

Questionado um técnico sobre o porquê a convocação sabendo que são pessoas que conhecem a lei e que deviam seguir como ela manda, a resposta foi: tratando-se da elite política não houve coragem por parte dos dirigentes do município em aplicar diretamente a lei. O mecanismo encontrado foi marcar uma reunião que surtiu efeitos, pois, alguns começaram a fazer o uso e aproveitamento e outros venderam.

A venda e a apropriação de terra na cidade da Matola têm gerado conflitos entre os envolvidos. Vários são os exemplos que revelam conflitos de terra entre as autoridades do município e os naturais que herdaram/herdam terras por gerações. Os conflitos de terra ocorrem em todos bairros e a seguir, são evidenciados alguns conflitos entre as autoridades do município e os naturais em bairros rurais. Um deles é citado no jornal SAVANA de 27 de Julho de 2018, em que consta o seguinte:

O município atribuiu as terras dos camponeses do bairro Siduava transmitidas de geração em geração aos militares da VI brigada de tanques da Matola por meio de vias ilegais utilizando força. Para compensar as famílias que perderam as suas terras, o presidente do município prometeu parcelar 190 terrenos e atribuir as famílias afetadas, mas até aos 27 de Julho de 2018 dia da publicação do jornal SAVANA que arrola a situação a promessa não tinha sido cumprida pelo município. Houve várias tentativas por parte dos camponeses para resolver o problema mas não surtiram efeito (SAVANA, 2018, p.12).

O conflito acima referenciado é conhecido no bairro como “caso *Chilefane*⁷²”. De acordo com a entrevista cedida por um morador do bairro Siduava, o conflito deveu-se à falta de entendimento entre as partes conforme salienta:

A área designada por *Chilefane* era utilizada por militares de *Chilefane* para a produção de balas de caça. Quando saiu o português, a VI brigada ocupou a área e tinha chapa de proibição de entrada. Pela grandeza da área, a população viu a necessidade de pedir uma parte para fazer machambas em volta do quartel. A população foi autorizada e começou a fazer machambas no tempo de guerra civil. Com o fim da guerra, os militares da VI brigada solicitaram ao município para parcelar a área e atribuir terrenos aos militares e as pessoas que faziam machambas. Depois do parcelamento, os terrenos resultantes foram atribuídos aos militares e reassentadas as pessoas retiradas na área onde foi construída a circular

⁷² Chilefane (alcunha em Moçambique) é apelido atribuído a um português por ser barbudo. *Chilefane* significa barbudo em Ronga ou Changana, línguas faladas em Maputo e na Província de Gaza (Interpretação da Professora Dr^a Inês Macamo Raimundo em 3 de Março de 2021).

(estrada que liga EN1 a EN4) e não foram reconhecidas algumas pessoas que faziam machambas na área. Por falta de enquadramento, começaram a invadir a área dos militares e começou um *bang bang*. A negociação está sendo feita de forma individual com os donos das machambas. As pessoas estão sendo injustas porque foram emprestadas. O município fez o levantamento e até aqui não há conhecimento no bairro da atribuição dos 190 terrenos. Podíamos ter percebido porque estamos aqui no bairro (Entrevista cedida por um morador do bairro Siduava no dia 27/12/2019).

Até a data da entrevista o conflito envolvendo a população, o município e os militares da VI brigada estava sem desfecho. Na área conhecida por Manecas (antes pertencente também a um português chamado Manecas que deu nome à área) ainda no bairro Siduava, existe outro conflito de terra. Com a saída do Manecas, a área tornou-se reserva do Estado. A população invadiu e transformou-a em área residencial. O município demoliu as casas e as pessoas voltaram a reconstruir. O município passou a implantar parcelamento de terrenos com dimensões de 12x25 m para albergar todas as famílias que se encontram na área do Manecas. Se restarem terrenos vão ser atribuídos às famílias envolvidas no caso da VI brigada (Entrevista cedida por um morador do bairro Siduava no dia 27/12/2019).

O parcelamento da área de Manecas vai abarcar machambas do entorno. De acordo com um dos entrevistados no bairro Siduava, o problema está a ser resolvido mas persiste porque são as próprias autoridades e técnicos do município que parcelam e depois vendem os terrenos em detrimento dos naturais, conforme revela um morador:

Os técnicos do município estão envolvidos na venda de terrenos. Não fica bem sabermos que, da área parcelada no bairro, o presidente do município, vereadores e técnicos conseguiram terrenos e quintas enquanto os naturais não têm, fica mal isso. São as próprias autoridades que promovem irregularidades e nós zangamos. As vezes dizem que parcelam para dar aos outros que não têm, meia volta, a pessoa que vem ser seu vizinho te diz que comprou o terreno com um técnico do município. A comunidade já perdeu confiança com as autoridades e os técnicos do município porque não são sérios, não há seriedade, eles parcelam e usurpam os terrenos (Entrevista cedida por um morador do bairro Siduava no dia 27/12/2019).

No bairro Ngolhosa, também são enfrentados conflitos de terra entre a população residente e os militares. Há um quartel implantado entre os bairros Mucatine e Ngolhosa e é do lado de Ngolhosa que há conflito de terra. Os residentes clamam de desmandos dos militares nos seus terrenos e pedem a resolução do conflito, conforme elucidado por um dos moradores do bairro:

Chegaram e nos encontraram aqui. No período da guerra civil fomos informados que devíamos sair porque pretendiam minar a área para impedir a entrada dos inimigos. Depois da guerra fomos informados para retornar nas nossas áreas.

Começamos a construir, é quando fomos informados que já não devíamos porque é área militar. Quando a pessoa deixa material, os militares destroem, destroem as casas. Devido ao conflito, o município está a parcelar o bairro para atribuir terrenos as pessoas que se encontram na tal dita zona militar. O ministro da defesa disse que a responsabilidade é do município. O que nos deixa chateados é que quando parcelam os naturais não têm direito, não ganham nada. Trazem pessoas da cidade para aqui. Quando reclamamos dizendo aqui era minha terra, perguntam onde está o DUAT? Pedimos a quem é de direito para nos ajudar a resolver isso (Entrevista cedida por um morador do bairro Ngolhosa no dia 01/04/2020).

Nos bairros rurais os conflitos de terra devem-se, a existência ainda de terrenos para habitação e outras atividades, tornando-os polos atrativos para todos segmentos socioeconômicos: alto, médio e baixo. Exemplos que ajudam a clarificar a atração nesses bairros por pessoas de alto poder aquisitivo é a construção de casas de alto padrão. Referir que também há conflitos de terras em bairros considerados periurbanos e urbanos.

4.5 Dinâmicas socioespaciais na cidade da Matola

Na cidade da Matola, os bairros apresentam usos bastante diversificados (residencial, comercial, de serviços, industrial e até mesmo agropecuário). Devido à expansão do tecido urbano, as áreas antes destinadas a agropecuária estão passando por transformações, restando pequenas áreas destinadas a hortícolas. No período colonial, o cidadão português ou moçambicano com algum poder aquisitivo podia requerer uma extensa área de terra, sobretudo afastadas das áreas consideradas centrais, parcelar, definir o tipo de uso para cada área e vender para os interessados. Ao requerer a área era cobrado um determinado valor pela câmara municipal. O valor podia ser pago em parcelas ou na sua totalidade, dependendo do poder aquisitivo do requerente.

Quando os compradores dos terrenos pagassem a totalidade do valor exigido pelo proprietário tratava-se da documentação para a desanexação do terreno e mudança de nomes. No caso de terrenos adquiridos via câmara municipal e que eram usados como locais de moradia ou trabalho (em geral agrícola) pelos naturais, esses eram retirados das áreas e obrigados a procurar outras para morar.

Com a independência, a maior parte dos portugueses saiu do país e seus bens foram nacionalizados. Em bairros como Matola D, C, Machava Sede, Tsalala, Nkobe, Matola Gare, Siduava entre outros predominavam quintas ocupadas por tais portugueses, destinadas a agropecuária. Posteriormente, a maior parte das quintas foram transformadas em áreas residenciais.

As quintas de alguns proprietários foram transformadas devido ao incumprimento das normas como falta de pagamento das taxas estabelecidas.

Como exemplo de transformação de quinta em área residencial, pode ser citada a parcela 709 no bairro Tsalala, no posto administrativo da Machava que antes tinha função mista (residencial e agropecuária). Com a requalificação surgiram três parcelas: 709, 709 A e 709 B. Na parcela 709 ainda há presença de quintas, mas com predominância de terrenos residenciais. As parcelas 709 A e 709 B estão destinadas somente para habitação.

A necessidade de habitação, implantação de infraestruturas, equipamentos etc., faz com que pessoas singulares e/ou entidades se dirijam ao município a fim de pedir espaço para o desenvolvimento da (s) atividade (s) desejada (s). Nesse âmbito, a igreja católica, por exemplo, entrou com pedido de terra no município para a construção de dezesseis casas para pessoas carenciadas. O município identificou a área na parcela 709 B e o reservou para a construção das dezesseis casas, mercado, campo de jogos e a Escola Secundária Alfredo Namitete⁷³.

A área em que foram construídas as dezesseis casas tornou-se referência no bairro e na cidade e é reconhecida por “dezesseis casas”. As casas foram atribuídas a pessoas carenciadas do bairro Tsalala e as vítimas das cheias provenientes de outros bairros.

Antes desta mudança a área estava sob controle dos naturais (as famílias Siteo, Manjate, Vilanculos e Chilundu) e o município indenizou as famílias com terrenos que resultaram da delimitação. Nesses casos o Estado não indeniza as famílias em valores monetários porque acarreta custos, para além de que a terra é propriedade do Estado. A única coisa que o Estado faz é ordenar o espaço e dar às famílias alguns terrenos de acordo com a fala de um dos entrevistados:

No início, dependendo do número de terrenos que saiam no âmbito da divisão e do número dos membros do agregado familiar maiores de idade, à família era cedida um total X de terrenos e o resto passava para o Estado. Para o chefe do agregado familiar estavam garantidos dois terrenos. Quando o chefe do agregado fosse polígamo estavam garantidos mais que dois terrenos. Se na família houvesse filhos maiores de idade, devia-se comprovar mediante a identificação e cada filho tinha direito de um terreno. Quando o número de terrenos resultante da delimitação fosse inferior ao número dos membros do agregado familiar maiores de idade, aos restantes membros eram atribuídos terrenos identificados e delimitados em espaços de outras famílias. Com o tempo, os critérios de atribuição de terrenos aos naturais no âmbito de ordenamento foram sendo alterados (Entrevista cedida por um funcionário do município no dia 14/10/2019).

⁷³ Em homenagem ao ex. governador da província de Maputo – 2000-2005.

Durante o trabalho de campo, constatou-se que não estão claros os critérios de atribuição de terrenos no âmbito do parcelamento/ordenamento das terras sob controle dos naturais de acordo com as informações obtidas nas entrevistas. Embora o primeiro entrevistado citado anteriormente tenha alegado que os critérios foram sendo alterados com o tempo, o município já deveria ter um critério bem delineado para fazer face a essa situação.

No decorrer das entrevistas, um dos entrevistados demonstrou, ainda, a falta de homogeneidade nos critérios para a indenização das famílias naturais em posse de terra afirmando que:

Cada caso é um caso. Por vezes o município fica com 50% e a família 50%. Ou, depois da delimitação, o município fica com um terço e o resto fica com a família. Nesse caso, a família fica com uma percentagem relativamente maior em relação ao Estado. Quando o espaço a ordenar for maior e o município arrecada com as despesas de parcelamento (compra de marcos, transporte, combustível etc.) e há necessidade de implantação de equipamentos básicos como escola, mercado, cemitério, áreas comerciais, geralmente depois de parcelamento o município fica com 50% dos terrenos e a família 50%. A decisão de 50% para a família e 50% para o Estado baseou-se no fato de algumas famílias utilizarem a identificação dos filhos para receber terrenos e depois venderem para os não familiares. Os filhos reivindicavam os terrenos e os problemas chegavam ao município a busca de soluções. Com a mudança dos critérios, quando os terrenos atribuídos a família não correspondem ao número de membros do agregado familiar maiores de idade existentes, esses devem entrar com pedido de terra por meio de requerimento redigido ao presidente do município como fazem outros cidadãos (Entrevista cedida por um funcionário do município no dia 14/10/2019).

Percebe-se dos depoimentos que, embora a terra seja propriedade do Estado, no processo de delimitação das áreas antes sob controle dos naturais há negociação com as famílias. Porém, a negociação pode culminar com parcelamento da área sem indenização que envolve dinheiro. Isto se deve ao fato da indenização pelo Estado só se efetivar mediante a apresentação de documentos como DUAT e título de propriedade. No estabelecimento de indenizações, a negociação que o Estado faz com uma pessoa que tem somente DUAT e uma pessoa que tem DUAT e título de propriedade é diferente. Para a pessoa que tem somente DUAT o Estado impõe as condições de indenização. Quando a pessoa tem DUAT e título de propriedade essa impõe as condições ao Estado.

A maior parte dos moçambicanos não possui esses documentos por ocupar e/ou edificar em áreas sem seguir os procedimentos considerados legais, principalmente em habitações particulares. A ilegalidade surge devido aos fatores já mencionados como demora na tramitação da documentação, elevadas taxas exigidas que pesam nos bolsos dos cidadãos, fiscalização escassa,

entre outros. Na delimitação de áreas geralmente tem havido disputas entre os naturais e o município, conforme os depoimentos dos entrevistados no bairro Tsalala.

Nós lutamos. Queriam nos dar só um terreno de 15x30 m. Nós perguntamos esses menores de idade não vão crescer? Hoje estão grandes e não tem espaço. Fui comprar espaço enquanto tinha espaço. Só para nós os chefes de família ter dois terrenos foi uma guerra. Pedimos terrenos grandes espécie de quintas, negaram. Pedimos terrenos com dimensões de 20x40 m e/ou 30x30 m, também negaram. Só deram aos chefes de família dois terrenos de 15x30 m e para os filhos maiores de idade um terreno de 15x30 m. Dos meus 13 filhos, só dez tiveram terrenos, os restantes eram menores de idade e não foram dados (Entrevista cedida por um residente natural do bairro Tsalala em 11. 11.2019).

O município disse que os talhões eram para dar aos filhos e os netos, mas na prática não recebemos. Lá nas dezesseis casas só me atribuíram um talhão e dei a minha filha. Antes do município nos tirar o espaço fazíamos machamba. Para o chefe da família estavam garantidos dois terrenos e filhos maiores de idade um terreno. Eu tenho sete filhos, cinco receberam terrenos e dois não (Entrevista cedida por uma residente natural do bairro Tsalala em 11. 11.2019).

Os depoimentos são de famílias naturais que aceitaram o parcelamento das suas áreas pelo município e que se sentem lesadas por não terem sido indenizadas conforme esperavam. Enquanto em áreas não densamente povoadas o Estado faz o parcelamento, em bairros densamente povoados como Km 15 somente realiza-se a “requalificação” que consiste em ampliar as ruas, demolindo alguns muros e habitações para ordenar minimamente o espaço e facilitar a circulação. No âmbito das edificações, os moradores desses bairros não reservam áreas ao longo das vias de acesso para fácil circulação. Por serem bairros densamente povoados, no processo de requalificação não surgem áreas para reservas do Estado e implantação de infraestruturas e equipamentos.

Ainda no bairro Tsalala, existe uma parcela (a 708), talhão 82, antes pertencente à família Lumbela, que passou de uma propriedade agropecuária para uma área residencial. Vamos aqui em linhas gerais mostrar como ocorreu essa transformação que envolve disputa entre o Estado e a família Lumbela que remonta desde a independência do país. A família Lumbela (José Lumbela⁷⁴, sua esposa e filhos) reside no bairro Tsalala, talhão 82 desde 1966. Antes do nascimento dos filhos, o sr. José Lumbela e esposa já moravam na propriedade.

O sr. José trabalhava como técnico veterinário na propriedade que pertencia ao sr. Joaquim Parente casado com Inácia de Jesus Parente. Na propriedade criava-se gado leiteiro. O casal Joaquim e Inácia tinha outros negócios. Pela necessidade de alguém para os auxiliarem convidaram

⁷⁴ In memoriam

o sr. Manuel Carreira de Rosário Novo e a esposa Ana Ribeiro Parente (irmã de Joaquim Parente). O casal Manuel e Ana foi encarregado de gerir a propriedade do bairro Tsalala onde trabalhava e morava o sr. José Lumbela e sua esposa, no qual também passou a residir.

Mais tarde o casal Joaquim passou a propriedade para o casal Manuel e Ana. Não houve tramitação de documentos, a propriedade manteve-se registrada em nome de Inácia de Jesus Parente. A família Lumbela manteve-se na propriedade com o casal Manuel e Ana até a independência. Nos últimos dois anos antes da independência o sr. Lumbela trabalhou sem receber os seus salários. O sr. Manuel dizia que o sr. José Lumbela era filho de casa e que havia de lhe pagar e nunca mais foi pago.

O casal Manuel vendeu todo gado e junto ao casal Joaquim voltaram para Portugal depois da independência de Moçambique. O sr. Manuel fez uma procuração e deixou a propriedade na posse do sr. José Lumbela garantindo que voltaria e trabalhariam juntos novamente. Tanto o casal Joaquim como o Manuel nunca mais voltaram a Moçambique. O casal Lumbela manteve-se na propriedade, apresentou a procuração ao chefe do quarteirão que concordou. Mas quando levaram a procuração a Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE) foi rejeitada, conforme o depoimento da viúva:

Por que os portugueses não vos passaram essa procuração em 1950? Essa propriedade é sangue do povo moçambicano. Tivemos que entregar a propriedade ao Estado mas morando aqui como inquilinos da APIE a pagar todos impostos exigidos. Tomamos conhecimento de que os patrões tinham deixado dívidas. Habitados a morar na propriedade e interessados em recuperar os dois anos de salários não pagos, tivemos que trabalhar duro criando suínos, frangos, coelhos, patos, plantar árvores de frutas como laranjeiras, tangerineiras, limoeiros, ateiras para garantir o sustento da família. Conseguimos pagar as dívidas que os patrões deixaram (Entrevista cedida pela viúva de José Lumbela em 16/11/2019).

Anos depois, a família Lumbela conseguiu comprar a propriedade e foi-lhes entregue o título e a certidão. Entretanto, a batalha da família Lumbela não terminou. Depois da compra da propriedade, sem conhecimento da data, apareceram quadros do governo a pedir que a família Lumbela vendesse uma parte da propriedade para a construção de casas para reassentar pessoas que seriam retiradas de uma área conhecida por bananeiras no bairro Trevo. Houve negociação conforme o depoimento da viúva de José Lumbela:

O meu marido disse: a terra em Moçambique não se vende. Como vou vender? Essa terra garante sustento da minha família por isso não posso vender. Prometeram que iam construir um pavilhão com capacidade para 5000 pintos, oferecer bebedouro, eletrobomba, reabilitar a casa porque já estava degradada e murar o resto da propriedade. Depois de construir o pavilhão iriam dar os 5000

pintos com todos insumos necessários na primeira fase da implementação do projeto. Trouxeram os homens que parcelaram a propriedade e saíram 64 talhões de 15x30 m (Entrevista cedida pela viúva de José Lumbela em 16/11/2019).

Nos terrenos resultantes do parcelamento da propriedade da família Lumbela foram construídas casas, conforme a Foto 19.

Foto 19.Exemplo de casas para reassentamento construídas na antiga propriedade da família Lumbela



Fonte: Autora (16/11/2019)

As casas foram rejeitadas pelos moradores alvos devido à falta de qualidade e compartimentos pequenos que não são confortáveis para acomodar as famílias. Mesmo assim, foram atribuídas a alguns funcionários do Ministério da Saúde e outras pessoas. Das promessas feitas à família Lumbela, nenhuma foi cumprida. Os residentes na propriedade não conseguem regularizar as casas porque precisam do aval da família Lumbela para a desanexação e mudança de nomes, uma vez que, a propriedade está em nome da família e tem documentos que comprovam.

A complicação na regularização das casas resulta na falta de entendimento entre a família Lumbela, o Estado e os outros moradores na propriedade. O Estado não conseguiu indenizar a família Lumbela pela área apropriada. Há famílias que se aperceberam do problema e para se livrar venderam as casas. Os moradores que se mantêm, e os novos, estão a ampliar e edificar casas para melhor comodidade, conforme as Fotos 20, 21 e 22. A propriedade está localizada próximo as principais vias de acesso e permite uma fácil mobilidade.

Foto 20. Ampliação de casa de reassentamento na antiga propriedade da família Lumbela



Fonte: Autora (16/11/2019)

Foto 21. Casa em construção na antiga propriedade da família Lumbela



Fonte: Autora (02/01/2020)

Foto 22. Casa em construção na antiga propriedade da família Lumbela



Fonte: Autora (02/01/2020)

No âmbito do parcelamento da propriedade, a família Lumbela ficou com uma pequena área, conforme as Figuras 9 e 10.

Figura 9. Propriedade da família Lumbela, 2002



Fonte: *Google Earth Pro*. Org: Autora (2020)

Figura 10. Situação da propriedade da família Lumbela, 2019



Fonte: *Google Earth Pro*. Org: Autora (2020)

Até o ano de 2002, a propriedade da família Lumbela já tinha sido parcelada e construídas muitas unidades habitacionais. Nota-se com base nas Figuras 9 e 10 que a maior parte da propriedade foi apropriada. Mesmo assim, a família Lumbela continuava a pagar os impostos na totalidade. Mediante reclamação, a família passou a pagar imposto somente da parcela que ocupa. Pela falta de entendimento entre a família Lumbela e o Estado, ou, pela falta de indenização à família Lumbela pelo Estado, uma vez que essa apresenta todos documentos, a mesma recuperou alguns terrenos na antiga propriedade.

Com o parcelamento foram abertas ruas na propriedade, existem serviços como farmácia, igreja evangélica Assembleia de Deus, uma empresa de segurança e barracas destinadas à venda de produtos básicos. A batalha da família Lumbela pela indenização continua mesmo após a morte do sr. José e o processo continua tramitando na justiça. A partir do que foi apresentado constata-se que a propriedade localizada na zona sul, em um bairro classificado como periurbano passou por grandes transformações.

No mesmo sentido, existem bairros de expansão na cidade da Matola, sobretudo os da zona norte, que estão a passar por diversas transformações, resultantes da delimitação de novas áreas tanto para fins residenciais (de forma particular ou por reassentamentos) como para implantação de infraestruturas e equipamentos públicos e/ou privados, alterando os processos de produção do

espaço e a consequente expansão do tecido urbano. Tais transformações, ainda, implicam que a curto, médio ou longo prazo as áreas em redor se tornem atrativas e ocupadas por outras pessoas.

Em alguns bairros da cidade da Matola há reassentamentos tanto de pessoas vítimas de calamidades naturais (cheias) como por conta de atividades econômicas ou de implantação de infraestruturas. Nos reassentamentos, são observados diferentes tipos e processo de realocação de moradores e suas famílias. Somente os reassentados devido às atividades econômicas em Moçambique têm direito à habitação e está legislado. De acordo com BR (2012), os reassentados devido a atividades econômicas têm os seguintes direitos:

Ter restabelecido o seu nível de renda igual ou superior ao anterior, ter restaurado o seu padrão de vida igual ou superior ao anterior, ser transportado com os seus bens para o novo local de residência, viver em um espaço físico infraestruturado com equipamentos sociais, ter espaço para praticar as suas atividades de subsistência e dar opinião em todo processo de reassentamento (BR, 2012, Artigo 10, p. 325).

Assim, está legislado que às famílias reassentadas devido as atividades econômicas têm direito de serem atribuídas residências em áreas com infraestruturas e equipamentos sociais, mas na prática a realidade tem sido outra. As famílias que residiam no bairro Matola A na área conhecida por Santos, embora não parcelada, contavam com energia, água encanada, mercado etc. No bairro Siduava para onde foram reassentadas, não havia energia, água encanada etc. Tais condições estão sendo implantadas apenas após a ocupação e em ritmo lento, o que levou alguns reassentados a se negarem a residir na área de reassentamento.

Os reassentados vítimas das cheias não tem direito a habitação. Os únicos que se beneficiaram de habitação foram os que foram reassentados no bairro Khongolote, um bairro que antes das cheias de 2000 era pouco habitado e na sua maioria por naturais que praticavam a agricultura. As cheias de 2000 levaram ao parcelamento massivo do bairro para albergar as vítimas das cheias, conforme mencionado por um funcionário do município:

O parcelamento, resultou em 18.000 talhões e ainda existem no bairro áreas não parceladas mas ocupadas. Em 2000 o bairro recebeu pessoas de diversos bairros da cidade da Matola vítimas das cheias. Os primeiros reassentados em Khongolote tiveram benefício de uma casa de um quarto e sala e foram as últimas. De 2000 em diante, as vítimas das cheias só recebem terreno dado pelo município e em algumas vezes tendas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC). A partir do parcelamento do bairro Khongolote surge o bairro 1º de Maio (Entrevista cedida por um funcionário do município em 16/11/2019).

As vítimas das cheias do ano 2000 no bairro Khongolote, ou seja, as famílias reassentadas em casas com dois compartimentos (um quarto e uma sala), em geral são compostas por agregados familiares com mais de dois membros. As casas não são muradas, não possuem cozinha interna e banheiro, sendo que a ampliação dos restantes compartimentos ficou na responsabilidade do reassentado. Para vedar o terreno, as famílias de segmento socioeconômico baixo recorrem a planta chamada espinhosa, conforme a Foto 23.

Foto 23. Casa de vítima das cheias do ano 2000 no bairro Khongolote



Fonte: Autora (03/04/2020)

As famílias com algum poder aquisitivo ampliaram ou estão a ampliar as casas. Com a intensa procura de terrenos para habitação na periferia, estão a ser erguidas casas de alto padrão em torno das casas de baixo padrão de pessoas vítimas das cheias do ano 2000. No bairro Muhalazi, por exemplo, foram reassentadas várias famílias no ano de 2014 devido às obras da via pública designada circular, que liga a EN1 a EN4. Em 2016 foram reassentadas vítimas das cheias provenientes de Ndlavela, Fomento, Acordos de Lusaka, Vale de Infulene entre outros bairros.

No bairro Nkobe há pessoas reassentadas nas chamadas casas brancas, no âmbito da ampliação da EN4. Ainda no bairro Nkobe, existe uma área chamada bairro novo em que foram reassentadas as pessoas no âmbito da construção de uma central térmica no bairro Fomento. No bairro Matola Gare na área de Tchumene II, há alguns terrenos em que foram reassentadas pessoas retiradas das suas áreas no âmbito da construção e ampliação da EN4.

No bairro Siduava, há reassentamentos de antigos combatentes da guerra civil e da luta de libertação nacional (esses também tiveram direito a habitação), de vítimas das cheias e de atividades econômicas. Os reassentamentos de vítimas das cheias no bairro Siduava foram apelidados pela população por *matendene*⁷⁵, *massaquene*⁷⁶ entre outros. A maior parte das vítimas reassentadas em tendas e os que só receberam terrenos e improvisaram casas feitas de sacos está a erguer casas com material convencional. Aos reassentados em Siduava no âmbito de atividades econômicas, retirados do bairro Matola A, na área conhecida por Santos, foram atribuídas casas. Cada agregado familiar recebeu uma casa de acordo com as dimensões e compartimentos da antiga casa.

Nos reassentamentos, sobretudo no âmbito de atividades econômicas têm havido muitos problemas relacionados aos valores das indenizações. Para as pessoas que são indenizadas em valores monetários, essas se consideram lesadas uma vez que, recebido o valor, não tem sido suficiente para erguer nova habitação no lugar de destino, conforme saliente um morador:

Fui dado outro terreno aqui na Matola Gare, no quarteirão 4. O dinheiro de indenização era calculado de forma arbitrária sem consultar os donos das casas demolidas. Gastei o dinheiro para construir nova casa mas não foi suficiente, só construí, cobri com chapas, coloquei janelas e uma porta. Não consegui rebocar, montar tijoleira, fazer banheiro interno e o dinheiro acabou (entrevista cedida por um reassentado no âmbito da construção da circular no bairro Matola Gare no dia 19/12/2019).

Muitas áreas de reassentamentos no município da Matola antes eram destinadas a prática agrícola. Depois do parcelamento, as famílias que praticavam agricultura nessas áreas foram atribuídas alguns terrenos e os restantes ficaram na posse do município que atribuiu aos necessitados. A falta de critérios claros na atribuição das indenizações cria constrangimentos para os lesados no lugar de destino. Para as famílias que estavam na posse da área onde está implantada a nova fábrica da Coca-Cola, as indenizações não envolveram altos valores monetários porque a área era utilizada para a prática agrícola, sendo que nela ninguém residia. As indenizações variaram: os que tinham árvores de frutas receberam valor diferente dos que não as tinham.

Para além dos reassentamentos, a ocupação de terrenos livres em alguns bairros já consolidados, as mudanças no uso do solo, isto é, mudanças de atividades em determinadas áreas que levam ao surgimento de outras atividades, criam novas dinâmicas. Alguns exemplos que

⁷⁵ O apelido *matendene* surgiu pelo fato de vítimas das cheias serem atribuídas tendas pelo INGC para morar.

⁷⁶ O apelido *massequene*, surgiu pelo fato de vítimas das cheias terem improvisado casas feitas de sacos para morar, uma vez que somente receberam terrenos e não tiveram acesso às tendas ou materiais de construção.

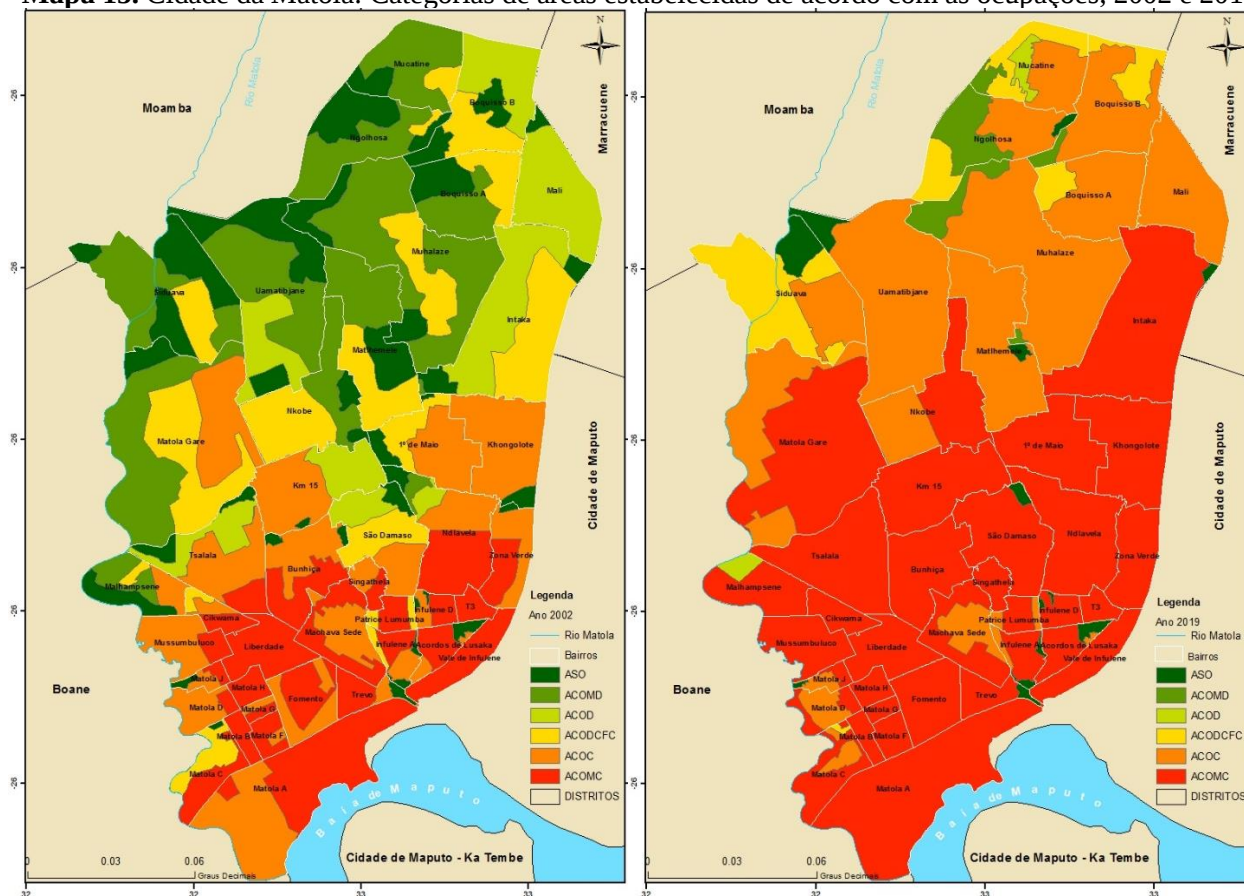
podem ser citados no município da Matola que levaram às mudanças de atividades dando lugar a outras são: no espaço antes ocupado pela CERES – indústria alimentar de bolachas e massas, atualmente funciona o centro comercial da Matola (*Shoprite*), no bairro Matola B, posto administrativo da Matola Sede.

O parque dos poetas no bairro Matola A, posto administrativo da Matola Sede passou a desempenhar função mista. Passou a funcionar também no parque o centro comercial *SPAR*. O centro comercial *Matola Mall/Novare* no bairro Mussumbuluco também no administrativo da Matola Sede foi implantado no espaço pertencente à antiga fábrica de explosivos. O espaço no qual foi implantada a nova fábrica da Coca-Cola no bairro Matola Gare antes era aproveitado por algumas famílias para a prática agrícola.

Como estratégia para a apresentação das mudanças que ocorrem na cidade da Matola que levam a sua expansão, foram mapeadas com base em imagens de satélite áreas correspondentes aos anos 2002 e 2019 e agrupadas em seis categorias: áreas sem ocupação (ASO), áreas com ocupações muito dispersas (ACOMD), áreas com ocupações dispersas (ACOD), áreas com ocupações dispersas com focos de concentração (ACODCFC), áreas com ocupações concentradas (ACOC) e áreas com ocupações muito concentradas (ACOMC), conforme Mapa 15.

Em 2002 em todas as categorias aqui mencionadas ainda existiam áreas não ocupadas embora de forma distinta para cada categoria. No ano 2019, a maior parte das áreas livres que existiam em 2002 já tinham sido ocupadas, levando a maior concentração.

Mapa 15. Cidade da Matola: Categorias de áreas estabelecidas de acordo com as ocupações, 2002 e 2019



Fonte: INE (2015); Google Earth Pro. Org: Autora (2021)

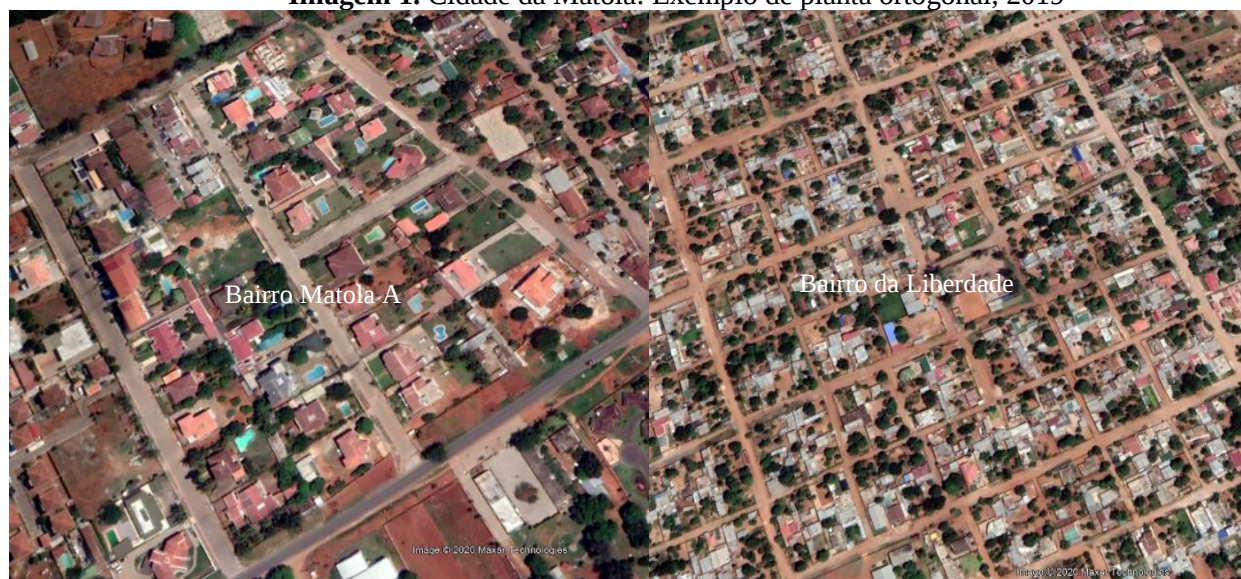
De acordo com as categorias de áreas estabelecidas, observa-se que no ano 2002 predominavam na cidade da Matola áreas sem ocupação e de ocupações dispersas (dispersas, muito dispersas, dispersas com focos de concentração) todas na zona norte e na parte central, enquanto que, as poucas áreas com ocupações concentradas e muito concentradas encontravam-se na zona sul.

Em 2019, já predominavam na cidade da Matola áreas com ocupações concentradas e muito concentradas revelando desse modo a expansão da cidade⁷⁷ e sua ocupação para áreas antes menos habitadas e consequentemente a valorização de terra no norte da cidade onde ainda existem os chamados bairros rurais e periurbanos.

⁷⁷ Um dos fatores que também pode ser citado que leva a expansão da cidade da Matola é a vantagem que essa oferece em termos de distância e transporte por estar conurbada a Cidade de Maputo onde a maioria da população realiza as atividades diárias formais e/ou informais.

A expansão do tecido urbano da cidade da Matola em direção à zona norte leva ao surgimento de novas formas com a inserção de novos conteúdos obedecendo plantas ortogonal e irregular, conforme as Imagens 1 e 2.

Imagem 1. Cidade da Matola: Exemplo de planta ortogonal, 2019



Fonte: Google Earth Pro

Imagem 2. Cidade da Matola: Exemplo de planta irregular, 2019



Fonte: Google Earth Pro

A planta irregular é observada em áreas de ocupações espontâneas. Em bairros ordenados também existem áreas de ocupações espontâneas, exemplo dos bairros Matola A e Liberdade

ilustrados. De acordo com a Direção Nacional de Urbanização e Habitação (DNUH, 2016), as áreas de ocupação espontânea na sua maior parte são de risco.

São registradas as dificuldades de circulação de viaturas de transporte tanto de passageiros quanto de bens, a disposição das casas não facilita o acesso a diversos serviços como bombeiros, viaturas fúnebres, ambulâncias, fornecimento de água potável e energia elétrica, falta de segurança de posse e de difícil implantação de sistema de drenagem e saneamento, sendo as ruas estreitas. Entretanto, as áreas de ocupação ordenada são ideais para todo tipo de situação mencionado nas áreas de ocupação espontânea. Tanto nas áreas de planta ortogonal quanto nas áreas de planta irregular o tipo de construção predominante na cidade da Matola é horizontal, em sistema de autoconstrução.

Os exemplos aqui citados mostram como estão sendo efetivadas as dinâmicas da produção da cidade da Matola. Elas ocorrem por meio de requalificação das áreas para fins residenciais de forma individualizada (sistema de autoconstrução) que é predominante tanto em áreas parceladas, não parceladas ou em áreas antes marginalizadas ou para fins residenciais por meio de promotores imobiliários, assentamentos para vítimas de cheias ou de atividades econômicas, para implantação de infraestruturas e equipamentos sociais, mudanças de atividades etc.

Um outro fator não menos importante nas dinâmicas da produção da cidade da Matola é o surgimento de espaços residenciais fechados. De acordo com Morange *et al* (2012), a disseminação de ERFs desenvolveu áreas cada vez mais desiguais caracterizadas por grandes mudanças na estrutura social bem como nos padrões de segregação. Como será visto, a justificativa mais ouvida sobre seu surgimento diz respeito a uma possível reação ao fracasso das autoridades públicas na prestação de serviços e em particular a segurança.

Os ERFs começaram a ser implantados em Moçambique a partir da década de 1990, sobretudo no período pós-guerra (MORANGE *et al*, 2012). Na cidade da Matola, com a implantação desse tipo de habitação destinada às pessoas com alto poder aquisitivo, foram sendo ocupadas algumas áreas da cidade de forma legal pelo município dando surgimento a fortes processos de autossegregação.

CAPÍTULO V. CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS NA CIDADE DA MATOLA

O capítulo V está organizado em quatro eixos. O primeiro apresenta o surgimento dos ERFs, o segundo mostra a localização e situação geográfica dos 70 ERFs identificados, o terceiro analisa os 17 ERFs e o quarto faz referência aos espaços residenciais fechados sob várias perspectivas.

5.1 Surgimento dos espaços residenciais fechados

Seja a partir de registros administrativos, entrevistas ou mesmo através de imagens de satélite é difícil identificar uma data precisa a partir da qual são instalados os primeiros espaços residenciais fechados na cidade da Matola.

Com relação ao trabalho de campo, foram identificados setenta (70) ERFs, sendo que 17 deles apresentados e caracterizados com base em processos administrativos, visitas de campo e entrevistas, isto é, dos setenta ERFs identificados e visitados, foram selecionados dezessete⁷⁸ para uma análise mais detida e cinquenta e três não foram analisados. Com base nos processos administrativos, dos 17 ERFs caracterizados, o mais antigo é o ERF do PETROMOC cujo pedido para sua implantação data do ano 2000.

Do conjunto das entrevistas realizadas, apenas o administrador do ERF Matola *Village* mencionou o ano de 1998 como o do início da construção e o administrador do ERF do PETROMOC, o ano de 1999. Outros entrevistados mencionaram o ERF *Little Québec* (mais conhecido como ERF da MOZAL) como sendo o primeiro ERF a ser implantado na cidade da Matola, mas sem o conhecimento do ano da sua implantação.

Por fim, o uso das imagens de satélite, devido a sua qualidade e nitidez, só puderam ser utilizadas a partir do mês de Maio do ano de 2002. Com base nas imagens de satélite do ano 2002, observou que os ERFs *Little Québec*, Cimentos de Moçambique, Parque dos Eucaliptos 1 e 2 já se encontravam com as residências erguidas e todas cobertas naquele ano, enquanto que, os ERFs Casa Blanca, da PETROMOC, Matola *Village* e Esperança no bairro Matola A estavam em obras. Nesses espaços algumas residências já se encontravam cobertas.

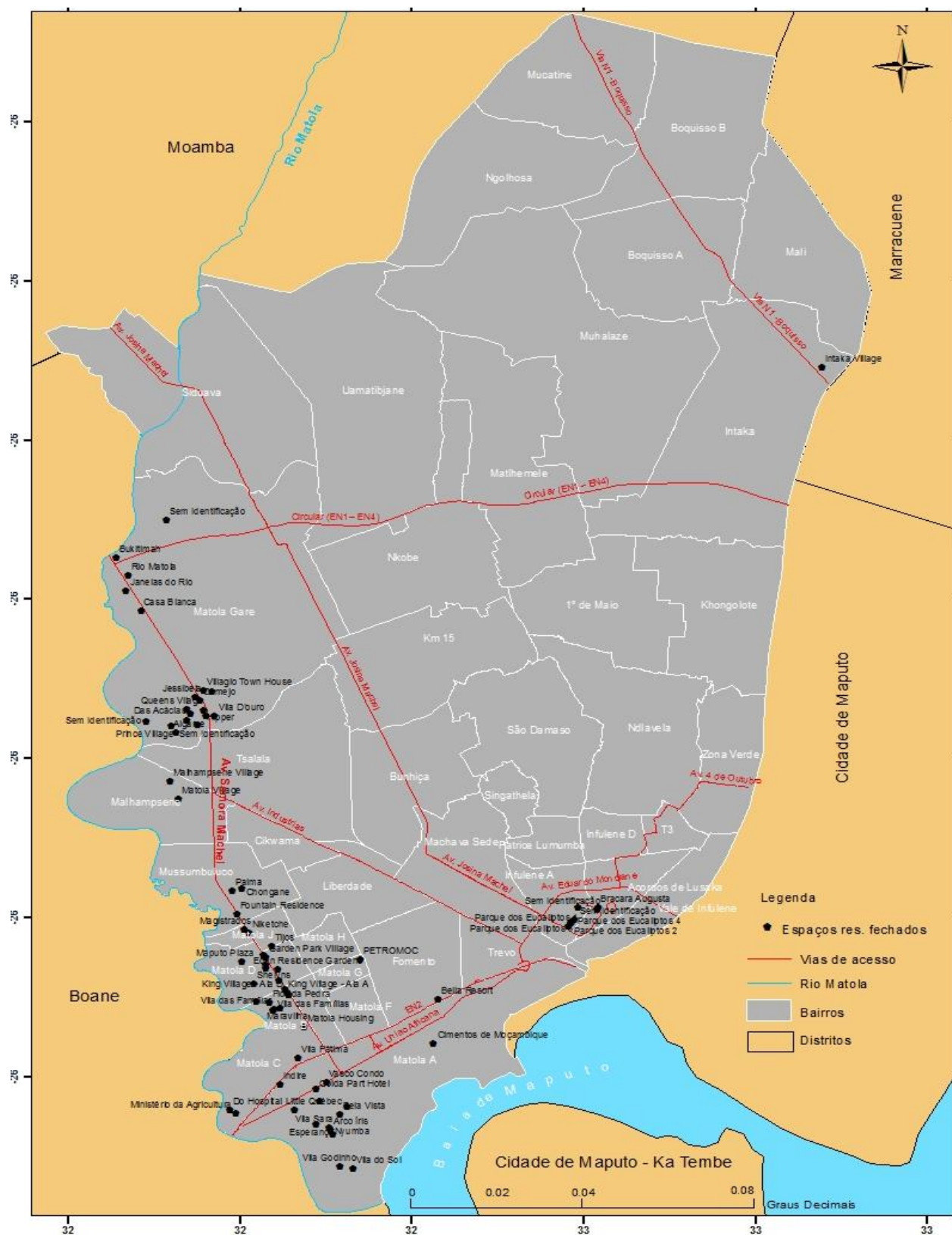
⁷⁸ O ERF Vila das Famílias aparece repetido no Mapa 16 pelo fato de ser composto por dois blocos separados por uma rua. Assim sendo, foram coletadas as coordenadas nos dois blocos.

5.2 Localização e situação geográfica dos ERFs

Os 70 ERFs identificados na cidade da Matola (Mapa 16), estão concentrados majoritariamente em eixos, nos quadrantes Oeste e Sul, mas principalmente ao longo da Av. Samora Moisés Machel e nas proximidades do rio Matola, que limita a cidade da Matola e o distrito de Boane.

Apenas um ERF localiza-se ao longo da Via N1 – Boquisso que liga os bairros Intaka, Mali, Boquisso A, Boquisso B e Mucatine, no quadrante nordeste da cidade da Matola. A Av. Samora Moisés Machel (mais conhecida por *Witbank* ou Estrada Nacional Número 4 – EN4) liga Moçambique a África do Sul pela fronteira de Ressano Garcia e trata-se, de uma via de ligação que para além do espaço local e regional, tem relevância internacional.

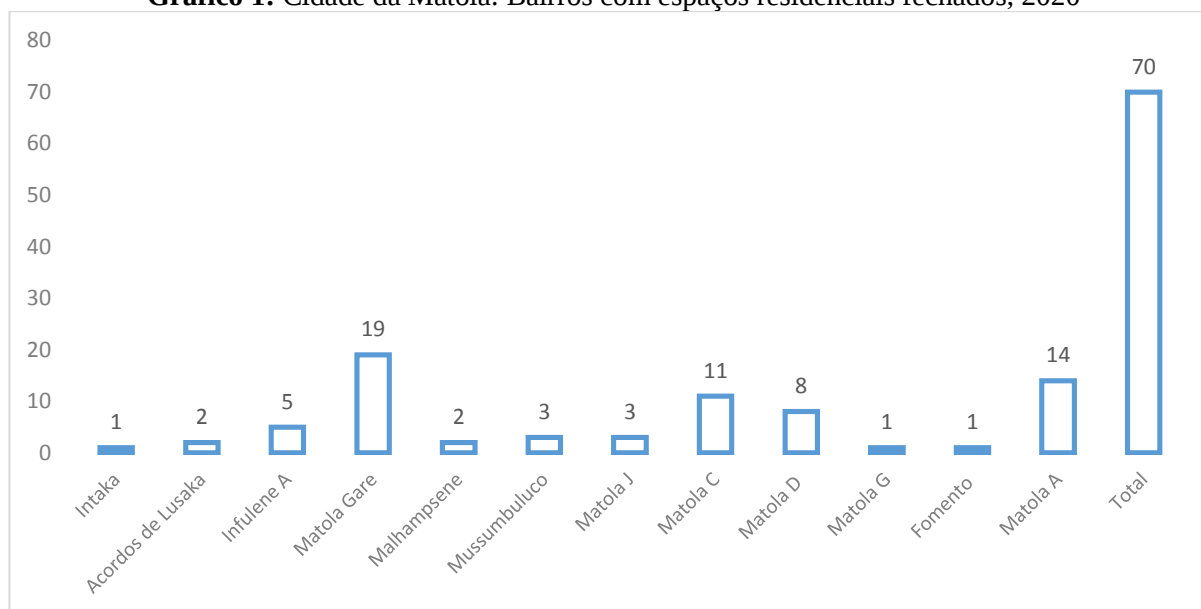
Mapa 16. Cidade da Matola: Situação geográfica dos espaços residenciais fechados, 2020



Fonte: INE (2015); Autora (2020)

Considerando a classificação dos bairros da cidade da Matola em urbanos, periurbanos e rurais, classificação essa apresentada no capítulo IV, todos os setenta espaços residenciais fechados identificados estão em bairros urbanos e periurbanos. Os bairros que contêm espaços residenciais fechados na cidade da Matola são: Matola Gare, Matola A, Matola C, Matola D, Infulene A, Mussumbuluco, Matola J, Malhampsene, Acordos de Lusaka, Matola G, Fomento e Intaka, conforme o Gráfico 1 e o Quadro 7, bem como o Mapa 16.

Gráfico 1: Cidade da Matola: Bairros com espaços residenciais fechados, 2020



Fonte: Autora (2020)

Quadro 7. Cidade da Matola: Espaços residenciais fechados identificados, 2020

Localização (Bairro)	Nomes dos ERFs	Observação
Matola Gare	<i>Bukitimah</i> , Rio Matola, Janelas do Rio, Casa Blanca, <i>Villagio Town House</i> , Esperança, Jessibela, Camejo, <i>Hipper</i> , Vila D'ouro, Algarve, <i>Queen's Village</i> , Das Acácias e <i>Prince Village</i> (mais conhecido por César Guitunga) e mais cinco ⁷⁹ cujos nomes não foram identificados durante o trabalho de campo.	O ERF das Acácias e os cinco sem identificação dos nomes estão em construção e ainda não habitados.

⁷⁹ Dos cinco sem identificação, um localiza-se no quarteirão treze, próximo a fábrica da Coca-Cola e os outros quatro localizam-se em Tchumene I (quarteirão 28) próximo aos espaços residenciais fechados *Queen's Village* e *Prince*

Matola A	Cimentos de Moçambique, Vasco Condo, <i>Golda Part Hotel</i> , Santa Barbara, Ivete Village, Bela Vista, <i>Little Québec</i> , Esperança, Vila Sara, Arco Íris, <i>Nyumba</i> , Vila Godinho, Vila do Sol e Indire.	O ERF Vasco Condo está em construção e não habitado.
Matola C	<i>Kings Village</i> Ala A, <i>Kings Village</i> Ala D, Jardins do Rio, Flor da Pedra, Vila das Famílias, Maravilha, Matola <i>Housing</i> (conhecido por Vila Safira), Vila Fátima, do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura e <i>Elite Residence</i> ou <i>Elite Village</i> .	O ERF Jardins do Rio encontra-se não habitado.
Matola D	<i>Garden Park Premium</i> , <i>Garden Park Village</i> , Maputo Plaza, Matola <i>Dreams</i> , <i>Dhorsan</i> , <i>Eden Residence Gardens</i> , <i>Monomotapa</i> e <i>Shelyns</i> .	Maputo Plaza em fase de construção e não habitado.
Infulene A	Parques dos Eucaliptos 1, 2, 3, 4 e um sem identificação.	O ERF sem identificação está em construção e ainda não habitado.
Matola J	Dos Magistrados, <i>Niketche</i> e Tijos	Todos habitados
Mussumbuluco	<i>Chongane</i> , Palma e <i>Fountain Residence</i> .	O ERF <i>Fountain Residence</i> está em construção e não é habitado.
Acordos de Lusaka	Bracara Augusta e o segundo não identificado o nome.	Habitados
Malhampsene	Malhampsene Village e Matola Village	Todos habitados
Fomento	<i>Bella Resort</i> mais conhecido por espaço residencial fechado da CMC (<i>Cooperativa Muratori Cementisti</i>).	Habitado
Intaka	Intaka Village	Habitado
Matola G	ERF do PETROMOC	Habitado

Fonte: Autora (2020)

Dos setenta espaços residenciais fechados, apenas quatro são de propriedade estatal e os restantes de propriedade privada. São de propriedade estatal os espaços residenciais fechados Rio

Village. Dos dezenove ERFs identificados no bairro Matola Gare, treze espaços residenciais fechados estão implantados em Tchumene I – área de elite do bairro Matola Gare.

Matola⁸⁰ pertencente ao Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH), do Ministério da Saúde, dos Magistrados e do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural⁸¹.

5.3 Os espaços residenciais fechados pesquisados

Dos 70 ERFs identificados, a escolha dos 17 ERFs que serão aqui aprofundados se deve ao acesso do material necessário para a análise. Os 17 espaços residenciais fechados analisados mais a fundo são: Camejo, *Queen's Village*, Vila D'ouro, *Fountain Residence*, *Niketché*, *Eden Residence Gardens*, *Shelyns*, *Kings Village Ala A*, *Kings Village Ala D*, *Elite Residence*, Flor da Pedra, Vila das Famílias, *Matola Housing*, PETROMOC, Vila Sara, Arco Íris e *Intaka Village*, conforme o Mapa 17.

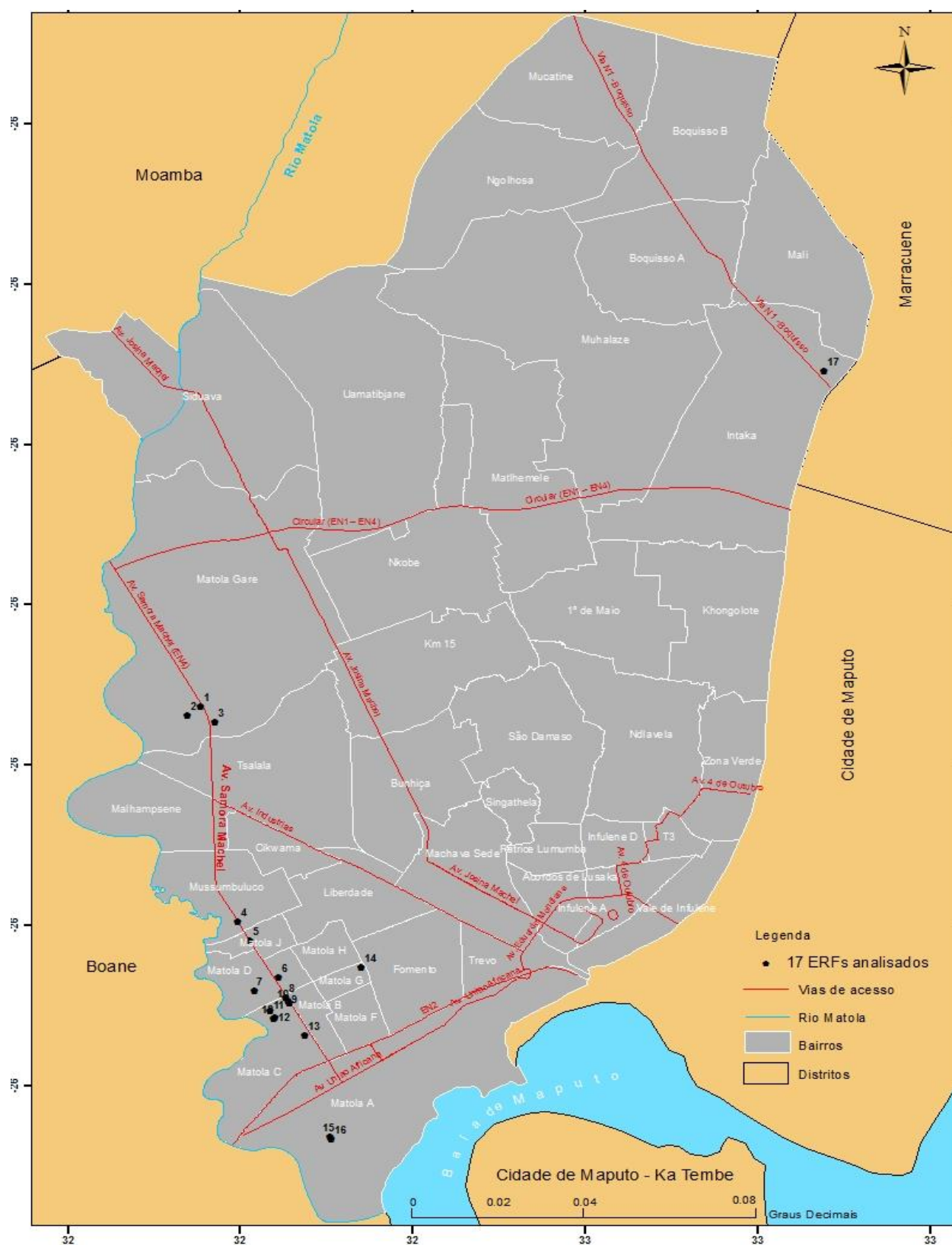
⁸⁰ As casas no espaço residencial fechado Rio Matola estão sendo vendidas para os funcionários residentes do Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos.

⁸¹ No espaço residencial do Ministério da Agricultura o sistema de construção é de autoconstrução, onde a planta arquitetônica é diferenciada para os moradores.

Observação: Muitos ERFs habitados na cidade da Matola ainda estão em construção.

Os espaços residenciais fechados Vila das Famílias, Maravilha e *Shelyns* são habitados somente por pessoas de origem indiana. São famílias que na sua maioria se dedicam ao comércio.

Mapa 17. Cidade da Matola: ERFs analisados, 2020



Fonte: INE (2015); Autora (2020)

A seguir, cada um dos 17 ERFs (Mapa 17), são caracterizados através da exposição de informações que detalham suas localizações, as habitações neles construídas, os agentes responsáveis por suas produções e alguns elementos que permitem conhecer os seus proprietários.

5.3.1 Espaço residencial fechado Vila Camejo

É um espaço residencial que se encontra no bairro Matola Gare (número 1 do Mapa 17), pertencente à Joaquim José Camejo, de nacionalidade portuguesa. Em 2002, antes da construção do ERF, a área apresentava características tipicamente rurais. A EN4 que liga Moçambique e África do Sul pela fronteira de Ressano Garcia ainda não tinha sido ampliada. Com a construção do ERF, a área ganhou nova forma e conteúdo, conforme a Figura 11 que apresenta a situação nos anos de 2002 e 2019.

Figura 11. Visualização da área do ERF Vila Camejo, 2002 e 2019



Fonte: *Google Earth Pro. Org*: Autora (2020)

Antes da implantação do ERF Vila Camejo predominavam na área árvores, caminhos que eram utilizados para a circulação e algumas unidades habitacionais dispersas. A construção teve início em 2011 e começou a ser habitado em 2012. Foi construído pela construtora “Joaquim Camejo Construções” representada pelo seu sócio gerente – Joaquim José Camejo. As casas são de dois pisos, conforme as Fotos 24 e 25.

Foto 24. Entrada do ERF Vila Camejo



Fonte: Autora (11/12/2019)

Foto 25. Vista parcial da parte interna do ERF Vila Camejo



Fonte: Autora (11/12/2019)

De acordo com o Processo nº 13.996, a construção do espaço residencial está sendo efetivada por etapas, conforme apresentado na Figura 11. A construção das unidades habitacionais teve início na parte frontal próximo a EN4. Na parte traseira a área ainda está sem uso e aproveitamento do solo. Foram construídas no espaço cinquenta e seis casas, inicialmente vendidas

a cento e trinta e cinco mil (135.000 USD) dólares norte-americanos equivalentes à três milhões e setecentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos Meticaís (3.758.400 MTN)⁸².

Com a crise econômica em Moçambique que antecede o ano de 2016, as casas no espaço residencial baixaram de preço e passaram a ser vendidas por cem mil (100.000 USD) dólares norte-americanos. Existem no espaço residencial fechado Vila Camejo casas de cinco e três quartos respetivamente. O sistema de segurança é garantido por um muro sem cerca elétrica e homens de segurança contratados pelos próprios moradores. No projeto estão previstas mais construções que incluem moradias e áreas de lazer, mas devido à crise econômica nacional as obras estão estagnadas.

As áreas de lazer, contratação de homens de segurança e outros acabamentos como cerca elétrica, pavimentação das vias de acesso são da responsabilidade dos moradores. As vias dentro do ERF não são pavimentadas. Na entrevista cedida pelo administrador da construtora “Joaquim Camejo Construções”, datada de 17/12/2019, o mesmo comentou que a falta de espaços de lazer deve-se a não união dos moradores que não contribuem com o pagamento de taxas, até mesmo para a coleta de lixo. De acordo com o PEUCM (2010), o ERF Vila Camejo está implantado em área urbanizável, de baixa densidade, onde predomina o uso residencial unifamiliar em edifícios de um piso. Em áreas urbanizáveis de baixa densidade podem encontrar-se funções não residenciais tais como comércio e serviço conforme o artigo 52, alínea f do PEUCM.

5.3.2 Espaço residencial fechado *Queen's Village*

O espaço residencial fechado *Queen's Village* (número 2 do mapa 17), com área aproximada de 358.000 m², está implantado no bairro Matola Gare, na parcela 3379/B. É de propriedade da empresa chinesa Construções C.C.M, LTDA, que é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada representada pela sociedade *Ruijian Housing & Construction* LTDA de capital moçambicano e chinês, vocacionado na construção civil (PROCESSO N° 13.973). No ano de 2002, a área na qual está implantado o ERF era praticamente inabitada. A implantação do ERF levou a mudança do uso de solo, de área de cultivo e habitações dispersas e em número bastante reduzido para uma área parcelada, com habitações concentradas e início da ocupação de seu entorno, conforme a Figura 12.

⁸² O valor em Meticaís foi calculado com base no câmbio de 1 USD norte-americano equivalente a 27.84 Meticaís em Julho de 2012, ano em que começou a ocupação das casas no espaço residencial fechado Vila Camejo (http://www.bancomoc.mz/FILES/DES/zmc213_06072012.pdf)

Figura 12. Visualização da área do ERF *Queen's Village*, 2002 e 2019.



Fonte: *Google Earth Pro*. Org: Autora (2020)

Observa-se na Figura 12 a esquerda, a presença de árvores e áreas de cultivo. Também há algumas unidades habitacionais dispersas e caminhos que permitiam a circulação. A construção do empreendimento teve início em 2015 e começou a ser habitado em 2017. O espaço residencial tem construções horizontais (vivendas), verticais (apartamentos) além de quinze lojas localizadas na parte frontal. As Fotos 26, 27, 28, 29 e 30 apresentam as lojas na parte frontal, portão principal, as vivendas e os apartamentos no espaço residencial *Queen's Village*.

Foto 26. Vista parcial das lojas no ERF *Queen's Village*



Fonte: Autora (10/12/2019)

Foto 27. Vista parcial das lojas no ERF *Queen's Village*



Fonte: Autora (28.05.2020)

Foto 28. Entrada principal do ERF *Queen's Village*



Fonte: Autora (28.05.2020)

Foto 29. Vista parcial dos apartamentos no ERF *Queen's Village*



Fonte: Autora (28.05.2020)

Foto 30. Vista parcial das vivendas e dos apartamentos no ERF *Queen's Village*



Fonte: Autora (28.05.2020)

As lojas pertencem à construtora Construções C.C.M, LTDA e são vendidas ou alugadas aos interessados. Segundo informações obtidas no documento sem data durante as entrevistas em 10/12/2019, as quinze lojas variam de área e de preços, conforme a Tabela 4.

Tabela 4. Áreas e preços das lojas para venda no ERF *Queen's Village*, 2019

Nº da loja	Área (m ²)	Preço em MT*	Nº da loja	Área (m ²)	Preço em MT
Loja 1	72.01	4.000.000,00	Loja 9	100.19	6.500.000,00
Loja 2	70.69	4.000.000,00	Loja 10	71.42	4.500.000,00
Loja 3	71.61	4.250.000,00	Loja 11	70.62	4.500.000,00
Loja 4	71.35	4.250.000,00	Loja 12	70.75	4.250.000,00
Loja 5	70.75	4.500.000,00	Loja 13	71.41	4.250.000,00
Loja 6	72.60	4.500.000,00	Loja 14	71.68	4.000.000,00
Loja 7	142.56	9.250.000,00	Loja 15	69.37	4.000.000,00
Loja 8	46.75	3.250.000,00			

Fonte: Informação obtida em um documento no espaço residencial em 10/12/2019

*MT – Meticais

Até a data das entrevistas nenhuma loja havia sido comprada. Quatro estavam alugadas e em funcionamento e onze estavam fechadas. Em uma das lojas são comercializados produtos alimentares, de limpeza, entre outros. Em outra foi estabelecida uma farmácia, na terceira loja existe um salão de beleza e na quarta um escritório de vendas do espaço residencial fechado. As lojas não abastecem na totalidade os moradores do ERF. Esses, recorrem a outros estabelecimentos comerciais fora do ERF.

Um inquilino de uma das lojas abertas reclamou do alto valor de aluguel (mensal) correspondente a 10.000,00 MTN equivalente à cento e cinquenta e sete e quarenta e oito dólares norte- americanos (157.48 USD)⁸³. As vivendas e os apartamentos possuem três quartos. São noventa e seis vivendas, cada uma com área aproximada de 135.02 m² e quarenta e oito apartamentos, cada um com área aproximada de 106.50 m². São dois os prédios de apartamentos, cada um com quatro pisos (rés-do-chão, primeiro, segundo e terceiro andares). Cada prédio tem 24 apartamentos. São, portanto 144 unidades habitacionais.

Os preços das vivendas e dos apartamentos diferem. Uma vivenda custa em média sete milhões e trezentos e vinte mil Meticais (7.320.000 MTN) equivalente a cento e quinze mil e duzentos e setenta e seis (115.276 USD) dólares norte-americanos. Um apartamento custa cinco

⁸³ A taxa de câmbio de um dólar Norte-Americano/Metical no mês de Novembro de 2019 em Moçambique oscilou entre 62.11 a 63.50 Meticais. Isto é, um dólar norte-americano no mês de novembro de 2019 custou no mínimo 62.11 Meticais e máximo 63.50 Meticais. Os valores em dólares norte-americanos para lojas, apartamentos e vivendas no espaço residencial fechado *Queen's Village* foram calculados com base no câmbio de 1 USD equivalente à 63.50 MTN no mês de Novembro do ano 2019. (<https://freecurrencyrates.com/pt/exchange-rate-history/USD-MZN/2019>).

milhões de Meticais (5.000.0000 MTN) equivalente a setenta e oito mil e setecentos e quarenta (78.740 USD) dólares norte-americanos. As vivendas têm a mesma planta arquitetônica (Entrevista cedida pelo responsável do espaço residencial fechado em 10/12/2019).

Por questões de segurança, de acordo com as informações obtidas na mesma entrevista, o espaço é cercado por muro com cerca elétrica, câmeras de vigilância e homens de segurança pertencentes à empresa *Capital Security* com sede na cidade da Matola. Até a data da entrevista, o espaço residencial não possuía área de lazer. Porém, foi relatada a previsão da construção de um campo multifuncional para atividades desportivas. De acordo com o PEUCM (2010), o ERF *Queen's Village* está implantado em área urbanizável, de baixa densidade, onde predomina o uso residencial unifamiliar em edifícios de um piso. Em áreas urbanizáveis de baixa densidade podem encontrar-se funções não residenciais tais como comércio e serviço conforme o artigo 52, alínea f do PEUCM.

5.3.3 Espaço residencial fechado Vila D'ouro

Situado no bairro Matola Gare (número 3 do Mapa 17). A área em que está implantado o espaço residencial fechado Vila D'ouro era utilizada por algumas famílias para a prática agrícola. Foram construídas no espaço residencial vinte e uma casas de um piso, das quais quinze são casas com três quartos e seis são casas de dois quartos, conforme a Figura 13.

Figura 13. Visualização da área do ERF Vila D'ouro, 2002 e 2019



Fonte: *Google Earth Pro*. Org: Autora (2020)

O proprietário de nome Cassamo M. C. Valy, entrou com pedido no município e foi concedido o espaço. Os antigos ocupantes que serviam a área para machambas não tinham DUAT que lhes garantisse a posse. Para a construção do espaço as pessoas foram indenizadas pelo proprietário de nacionalidade moçambicana (Entrevista cedida por responsável do espaço residencial fechado Vila D'ouro no dia 24.12.2019). As Fotos 31 e 32 mostram o espaço residencial fechado Vila D'ouro.

Foto 31. Vista parcial da parte frontal do ERF Vila D'ouro



Fonte: Autora (28.05.2020)

Foto 32. Vista parcial da parte interna do ERF Vila D'ouro



Fonte: Autora (28.05.2020)

A construção teve início em 2002 e a ocupação iniciou em 2006 e foi faseada. Todas as casas foram vendidas, algumas compradas por estrangeiros (chineses e sul africanos) de acordo com as informações obtidas no campo. Os preços variaram entre (120.000 a 134.000) dólares norte-americanos. Paga-se uma taxa fixa no espaço de 5.000 Meticais que é destinada ao pagamento dos trabalhadores que cuidam do espaço, manutenção da piscina, pagamento de corrente elétrica e água dos lugares públicos, aquisição de produtos de limpeza para áreas comuns, fertilizantes, pulverização, coleta de lixo, entre outras despesas.

O sistema de segurança é garantido por muro com cerca elétrica, sistema de alarme e os serviços de uma empresa privada de segurança denominada Segurança S.S.P (Serviços de Segurança e Proteção) sediada na Cidade de Maputo. De acordo com o PEUCM (2010), o ERF Vila D'ouro está implantado em área urbanizável, de baixa densidade, onde predomina o uso residencial unifamiliar em edifícios de um piso. Em áreas urbanizáveis de baixa densidade podem encontrar-se funções não residenciais tais como comércio e serviço conforme o artigo 52, alínea f do PEUCM.

5.3.4 Espaço residencial fechado *Fountain Residence*

Este ERF está situado no bairro Mussumbuluco (número 4 do Mapa 17), na parcela 545, ainda em construção e não habitado. A construção está sendo faseada, conforme a Figura 14.

Figura 14. Visualização da área do ERF *Fountain Residence*, 2002 e 2019



Fonte: *Google Earth Pro*. Org: Autora (2020)

É visível na Figura 14 que antes da implantação do ERF *Fountain Residence* era uma área extensa com predominância de árvores. As únicas construções na área estavam na parte frontal próximo a EN4. Praticamente, a área restante era utilizada para a prática agrícola. A parcela 545 foi adquirida primeiramente por Artur Marques Catarino em 1970 através de auto de arrematação da câmara municipal da Matola. A base de licitação foi de mil e oitocentos e noventa escudos (1890200). O valor pago por Artur Marques Catarino foi de 1990200. Com a nacionalização após a independência, o imóvel passou para APIE (Administração do Parque Imobiliário do Estado). Em 1980 Helena Matola entrou com pedido de concessão da parcela 545 para efeitos de criação de gado porcino a título familiar (PROCESSO N° 6456).

Em 2010, Helena Matola transferiu a parcela para Mamad Sahid Aly Mamad. Por sua vez, Mamad Sahid Aly Mamad após deter a posse da mesma, transferiu-a em favor de Hussein Yahfoufi. A parcela está na posse de Hussein Yahfoufi e Ali Mohamed Ali Yahfoufi naturais do Líbano e residentes em Moçambique (PROCESSO N° 6456). Em 2017, Hussein Yahfoufi submeteu um pedido para aprovação do projeto de construção de um espaço residencial fechado

(*Fountain Residence*). O projeto foi aprovado e teve início a construção de vinte e quatro unidades habitacionais, conforme a Foto 33.

Foto 33. Vista parcial da parte frontal do ERF *Fountain Residence*



Fonte: Autora (28/02/2020)

O espaço residencial é cercado por muro e complementado por grades em madeiras. De acordo com os Processos números (6456 e 7.012), a parcela tem área de 16.226,59 m². Para se efetivar a construção a parcela foi desanexada (subdividida em talhões). O desmembramento deu origem a vinte e quatro talhões destinados à construção de vinte e quatro casas de dois pisos (rés-do-chão e primeiro andar). Do total das casas projetadas foram construídas até o momento de trabalho de campo doze casas, das quais seis estão cobertas e as restantes seis ainda não cobertas.

Cada casa tem área de 240,17 m²; um terreno para uma guarita com área aproximada de 19,01 m² e um ginásio com área aproximada de 576 m². De acordo com PEUCM (2010), a parcela 545 enquadra-se em áreas residenciais de baixa densidade – área atualmente ocupada, destinada a edificação, delimitada por vias asfaltadas, onde predomina o uso residencial em edifícios de um piso. Nestas áreas podem-se encontrar funções não residenciais tais como comércio e serviços.

5.3.5 Espaço residencial fechado Niketche

O espaço residencial fechado Niketche está no bairro Matola J (número 5 do Mapa 17), parcela 506 com uma área de 24.400 m². O primeiro ocupante da área foi Tito Augusto Francisco de Sousa Pereira, através de auto de arrematação da câmara municipal da Matola, que requereu em

1969 ao presidente da câmara municipal a concessão da parcela para efeitos de construção de uma moradia e pequena agricultura (PROCESSO N° 6269). O pedido foi deferido a favor do mesmo por deliberação da 44ª sessão ordinária da então câmara municipal da Matola – realizado no dia 29/10/1969. A base de licitação da parcela 506 foi de dois mil e trezentos e quarenta escudos (2.340~~200~~). A parcela 506 foi arrematada por Tito Augusto Francisco de Sousa Pereira no valor de dois mil e quatrocentos e quarenta (2.440~~200~~) escudos (PROCESSO N° 6269). Deste primeiro arrematador, a parcela passou para APIE depois da independência (PROCESSO N° 6269).

A partir de então, a parcela passou por vários ocupantes e transformações até a implantação do espaço residencial fechado *Niketche*. Foi desmembrada e resultou em parcelas 506 e 506 A. O espaço residencial fechado *Niketche* está implantado na parcela 506 com área de 16.051, 895 m². Os restantes 8.648,423 m² pertencem à família Nhantumbo que reside no local desde 1952 na parcela 506 A (PROCESSO N° 6269). A família Nhantumbo ainda pratica atividade agrícola, dedicando-se a produção de hortícolas que são vendidas na Cidade de Maputo. Também fizeram uso da parcela Emelina Zefanias Zandamela para efeitos de agropecuária e construção de uma moradia unifamiliar.

O outro ocupante foi a Cooperativa 3 de Fevereiro composta por membros da União Geral das Cooperativas representada por Catarina Eugênio Zitha. A cooperativa requereu em 1983 a regularização de parte da referida parcela para efeitos de ocupação provisória com vista à realização de uma atividade agrícola (PROCESSO N° 6269). A União Geral das Cooperativas por acordo mútuo cedeu toda a parcela 506 a Alcido Eduardo Nguenha (ex. Ministro da Educação entre 2001 a 2005). Esse, solicitou a aprovação do projeto “Sociedade Amigos Construções LTDA” que é uma empresa de construção civil representada pelo seu sócio gerente Jiangbo Dou, de nacionalidade chinesa (PROCESSO N° 6269).

Alcídio Eduardo Nguenha e esposa constituíram Jiangbo Dou como procurador representante da Sociedade Amigos Construções LTDA, a quem “conferiram todos os poderes para tratar de todos assuntos relacionados com o imóvel bem como representá-los junto as autoridades, entidades, repartições públicas como APIE, Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Registro Predial e Finanças de modo a tratar os assuntos relacionados com a sua legalização” (PROCESSO N° 6269). Para a construção do espaço residencial fechado, a parcela 506 foi desmembrada e passou a constituir trinta e três talhões que variam de 218,5 m² a 529,5 m² conforme ilustrado na Tabela 5.

Tabela 5. Talhões e áreas resultantes do desmembramento da parcela 506

<i>Talhão</i>	<i>Área (m²)</i>	<i>Talhão</i>	<i>Área (m²)</i>	<i>Talhão</i>	<i>Área (m²)</i>
1	529,5	6	417,10	11	438
2	417,10	7	435,8	12	417,10
3	423,7	8	417,10	13	440
4	417,10	9	431	14	417,10
5	431	10	417,10	15	445
16	417,10	22	417,10	28	417,10
17	447	23	455	29	457
18	417,10	24	417,10	30	417,10
19	454	25	457	31	457
20	417,10	26	417,10	32	417,10
21	457	27	457	33*	218,5

Fonte: Processo nº 6269

33* - Prédio mãe com área de 218,5 m²

O espaço residencial Niketche foi projetado em 2010. As Fotos 34 e 35 mostram vista parcial da parte frontal e o interior do espaço residencial.

Foto 34. Vista parcial da parte frontal do ERF Niketche



Fonte: Autora (20/02/2020)

Foto 35. Vista parcial da parte interna do ERF Niketche



Fonte: Autora (20/02/2020)

O sistema de segurança é garantido por uma empresa denominada por Homens de Segurança (HS) com sede na cidade da Matola e conta com muro com cerca elétrica. Interessante perceber que há moradores que implantaram seus próprios sistemas de segurança, que incluem cercas elétricas, câmeras de vigilância e seguranças próprios. As piscinas são individuais, os imóveis apresentam fechamento por muros e grades e a única via interna é pavimentada. Há disputa judicial que data desde 2010 entre a família Nhantumbo e a Sociedade Amigos Construções LTDA. A Figura 15 apresenta as duas parcelas em disputa antes e depois da construção do ERF Niketche.

Figura 15. Parcelas 506 e 506/A antes e depois da implantação do ERF Niketche, 2002 e 2019



Fonte: *Google Earth Pro*. Org: Autora (2020)

Em 2002, ainda não tinha sido construído o ERF Niketche. Existia na parcela uma unidade habitacional na parte frontal próximo a EN4 e a restante área era utilizada para a prática agrícola. Na parcela 506 A também existia uma unidade habitacional na parte central com predominância de árvores. Nas imagens obtidas no *Google Earth Pro* que datam do ano 2019, já está implantado o ERF Niketche. Na parcela 506 A surgiram outras unidades habitacionais pertencentes aos dois filhos do antigo proprietário/ocupante. A unidade habitacional implantada na parte central da parcela 506 A reside sua viúva. A disputa foi descoberta no âmbito da consulta aos processos administrativos no conselho municipal da cidade da Matola em 2019.

Para melhor entendimento recorreu-se a família Nhantumbo. Uma das pessoas encontradas foi um dos filhos do antigo proprietário, responsável pela submissão de requerimento para aquisição de documentos da segunda via. No âmbito da entrevista, revelou que:

Perderam-se os documentos da parcela 506 A. Quando meu pai faleceu, meu tio que vivia naquela primeira casa onde se vende piri piri⁸⁴ é que levou os documentos da casa e os comprovativos de pagamento de imposto predial. Após a morte dele é quando eu já começo a escrever ao município para aquisição de novos documentos da parcela. Entrei com pedido pela primeira vez, não houve resposta. Fiz requerimento pela segunda vez, já estava a se formar o processo e eu estava à espera de fiscais para virem fazer medições, o processo desapareceu. Já começava uma confusão porque a Sociedade Amigos Construções LTDA apareceu com uma certidão falsa que abrangia desde a estrada até aqui e isso criou uma confusão. A Sociedade Amigos Construções LTDA adquiriu o espaço com Alcido Nguenha e a certidão de Alcido Nguenha que está no município não tem

⁸⁴ Pimenta – Malagueta de sabor picante

essas medidas, então significa que a família Nhantumbo não tem nada a ver. Fomos ao tribunal mas é um pouco difícil lutar com alguém que tem dinheiro. O que a Sociedade Amigos Construções LTDA fez foi, contratar uma segurança, escavadora e demoliram aquela casa. Nisso tudo, paralisamos o assunto do município (aquisição de novos documentos) e o problema parou no tribunal e ganharam a sentença por ter apresentado certidão falsa. Eu recorri e tive a sentença no ano passado vinda do tribunal de recursos. Não concordando com a sentença, a Sociedade Amigos Construções LTDA voltou a recorrer e o processo está no tribunal supremo já há um ano. Então, a história de lá até aqui ainda está a decorrer, são dez anos (Entrevista cedida pelo filho do falecido José Nhantumbo em 24/04/2020).

A disputa aqui evidenciada entre a família Nhantumbo e a “Sociedade Amigos Construções LTDA” assemelha-se a disputa entre a família Lumbela e o Estado anteriormente mencionado. A diferença é que a família Lumbela está em disputa com o Estado enquanto que a família Nhantumbo está em disputa com um promotor imobiliário, mas ambas as disputas relacionadas a conflitos de terra. Essas disputas de terra na cidade da Matola mostram claramente que as pessoas de poder aquisitivo ou pessoas ligadas ao poder usurpam terras das pessoas de segmento socioeconômico baixo. E a resolução dos problemas leva anos devido a morosidade dos tribunais. Como consequência muitos morrem antes do desfecho.

De acordo com o PEUCM (2010), o ERF *Niketche* está implantado em área urbanizável, de baixa densidade, onde predomina o uso residencial unifamiliar em edifícios de um piso. Em áreas urbanizáveis de baixa densidade podem encontrar-se funções não residenciais tais como comércio e serviço conforme o artigo 52, alínea f do PEUCM.

5.3.6 Espaço residencial fechado *Eden Residence Gardens*

Implantado no bairro Matola D (número 6 do Mapa 17), parcela 476. Em 1969 a parcela foi requerida por Elamano José Gomes de Freitas Morna com objetivo de construir um anexo⁸⁵. Em 1971 a parcela passou para Armindo Pires Alencão com finalidade de construção de uma moradia e anexos e um pavilhão para criação de galinhas (primeira fase de um aviário). A parcela tem uma área de 9.205,93 m² (PROCESSO N° 5.866). Após a independência a parcela passou para APIE e depois para a Cooperativa Paulo Samuel Kamkomba. Em 2011 a Cooperativa Paulo Samuel Kamkomba vendeu as infraestruturas e benfeitorias implantadas na parcela para Rahema Bai Cassim – moçambicana no valor de dois milhões (2.000.000,00) de Meticais. Antes da implantação do ERF *Eden Residence Gardens*, havia no terreno algumas infraestruturas isoladas.

⁸⁵ Anexo é o mesmo que edícula, dependência.

A maior área estava vazia com presença de algumas árvores. Com a implantação do ERF, a área passou por grandes transformações, conforme a Figura 16.

Figura 16. Visualização da área do ERF *Eden Residence Gardens*, 2002 e 2019



Fonte: *Google Earth Pro*. Org: Autora (2020)

Em 2015 celebraram contrato de compra e venda de imóvel localizado na parcela 476 Rahema Bai Cassim representada pela MARABIL Limitada – sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada de direito moçambicano e a *Building Fidelity LTDA* – sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada de direito moçambicano (PROCESSO Nº 5.866). A MARABIL neste ato foi representada pelos seus sócios Marina Xavier Fordoma Mangué e Abílio Chicanequisso Mangué (ambos moçambicanos) designada por promitente vendedor. *Building Fidelity LTDA* foi representado pelo seu administrador Liu Yong – chinês, designada por promitente compradora (PROCESSO Nº 5.866).

O imóvel custou à *Building Fidelity LTDA* novecentos e trinta mil (930.000) dólares norte-americanos equivalentes a aproximadamente trinta milhões (30.000.000,00)⁸⁶ de Meticais ao câmbio da data de pagamento de acordo com a cotação que vigorava no BCI – Banco Comercial

⁸⁶ Pagos da seguinte maneira: primeiro – na data de assinatura do contrato – pagamento de cinquenta mil (50.000) dólares norte-americanos, segundo – até 31 de Agosto de 2015 – pagos quinhentos e oitenta mil (580.000) dólares norte-americanos (PROCESSO Nº 5.866). O remanescente, isto é, a quantia de trezentos mil (300.000) dólares norte-americanos foi convertida em dois apartamentos de tipologia três (três quartos) devidamente concluídos, não mobilados com a cozinha equipada. Os apartamentos têm cada uma área de 127 m², localizados na cidade da Matola, Estrada Nacional Número 4, complexo residencial *Kings Village* Ala D, edifício 13. Cada apartamento é avaliado em cento e cinquenta mil (150.000) dólares norte-americanos (PROCESSO Nº 5.866).

de Investimentos. A *Building Fidelity* LTDA implantou na parcela um espaço residencial fechado denominado *Eden Residence Gardens*, apresentado nas Fotos 36,37, 38 e 39.

Foto 36. Vista parcial do ERF *Eden Residence Gardens*



Fonte: Autora (19/02/2020)

Foto 37. Vista parcial do ERF *Eden Residence Gardens*



Fonte: Autora (19/02/2020)

Foto 38. Vista parcial do ERF *Eden Residence Gardens*



Fonte: Autora (19/02/2020)

Foto 39. Vista parcial da parte interna do ERF *Eden Residence Gardens*



Fonte: Autora (19/02/2020)

Trata-se de um espaço residencial fechado com 27 moradias unifamiliares com três pisos –

um piso térreo e dois pisos elevados (PROCESSO Nº 5.866). Existem no espaço catorze moradias com aproximadamente 213 m² de área de construção cada; doze moradias com aproximadamente 214 m² de área de construção cada e por fim uma moradia com 292 m² de área de construção, resultando em uma área de construção total da parcela de 5.842 m² e uma área de implantação do projeto de 2463 m² (PROCESSO Nº 5.866). O espaço é cercado por muro com cerca elétrica e conta com os serviços de empresa de segurança privada denominada Homens de Segurança (HS). Para além do muro externo existem muros interiores que separam as casas, mas, esses não possuem cerca elétrica, sendo ainda que, todas as casas têm piscinas.

De acordo com o PEUCM (2010), o ERF *Eden Residence Gardens* está implantado em área para equipamentos sociais e serviços públicos. Essas áreas são destinadas a localização de equipamentos de interesse público ou coletivo, de iniciativa pública ou privada. Incluem-se no conceito de equipamento, entre outros, os serviços públicos, os empreendimentos turísticos, os estabelecimentos de restauração e de bebidas e postos de abastecimento de combustíveis, conforme o artigo 63, pontos 1 e 2 do PEUCM, demonstrando portanto o desvio de uso.

5.3.7 Espaço residencial fechado *Shelyns*

Consta no Processo nº 12.842 que a parcela 271/A, no bairro Matola C, na qual está implantado o espaço residencial fechado *Shelyns* (número 7 do Mapa 17) tratava-se de área considerada de zona verde. Quando do requerimento, nela habitavam famílias de forma espontânea em instalações precárias sem regularização e que foram retiradas mediante indenizações por Leonardo Langa. Uma parte da parcela 271/A foi desanexada em favor de Joaquim Fernando Lamugio, primo daquele em 1999 e a restante correspondente à parcela 271/A passou para Momed Hamed Mahomed, comerciante. Em 2005, Momed Hamed Mahomed entra com um pedido no município para o desmembramento da parcela 271/A da qual resultaram as parcelas 271/A e 271/A/1 com áreas aproximadas de 14.500m² e 5000m² respetivamente. As parcelas 271/A e 271/A/1 estavam destinadas a agropecuária (PROCESSO Nº 12.842).

Em 2012, Momed Hamed Mahomed pede o desmembramento da parcela 271/A e mudança de atividade de agropecuária para residencial com objetivo de desenvolver um projeto imobiliário (implantação de um espaço residencial fechado designado *Shelyns*). Do desmembramento resultaram 36 talhões, dos quais, uns destinados à habitação e outros ao comércio, conforme as Tabelas 6 e 7.

Tabela 6. Área por talhão residencial resultante da desanexação da parcela 271/A

<i>Talhão</i>	<i>Área (m²)</i>	<i>Talhão</i>	<i>Área (m²)</i>
271/A/1	5000	271/A/19	604,5
271/A/2	302,25	271/A/20	302,25
271/A/3	*	271/A/21	302,25
271/A/4	302,25	271/A/22	302,25
271/A/5	604,5	271/A/23	302,25
271/A/6	*	271/A/24	302,25
271/A/7	302,25	271/A/25	302,25
271/A/8	302,25	271/A/26	302,25
271/A/9	302,25	271/A/27	302,25
271/A/10	302,25	271/A/28	302,25
271/A/11	302,25	271/A/29	302,25
271/A/12	302,25	271/A/30	604,5
271/A/13	302,25	271/A/31	302,25
271/A/14	302,25	271/A/32	302,25
271/A/15	302,25	271/A/33	302,25
271/A/16	302,25	271/A/34	302,25
271/A/17	302,25	271/A/35	302,25
271/A/18	302,25	271/A/36	302,25
271/A	302,25		

Fonte: processo nº 12.842

* As áreas desses talhões não estão descritas no processo

Tabela 7. Área por talhão comercial resultante da desanexação da parcela 271/A

<i>Talhão</i>	<i>Área (m²)</i>
271/A/C1	487,60
271/A/C2	293,396
271/A/C3	293,396
271/A/C4	293,396
271/A/C5	487,60
271/A/C6	*

Fonte: processo nº 12.842

No momento da implantação do ERF *Shelyns*, a parcela 271/A não era habitada, sendo utilizada apenas para a prática agrícola com árvores no seu interior, conforme a Figura 17.

Figura 17. Visualização da área do ERF *Shelyns*, 2002



Fonte: *Google Earth Pro*. Org: Autora (2020)

Foram construídas na parcela casas geminadas e unifamiliares, conforme a Figura 18

Figura 18. Visualização da área do ERF *Shelyns*, 2019



Fonte: *Google Earth Pro*. Org: Autora (2020)

Consta no Processo nº 12.842 que há casas compradas no espaço residencial fechado por dois milhões (2.000.000,00) de Meticais em 2011. O sistema de segurança é garantido por muro com cerca elétrica e os serviços de uma empresa de segurança privada denominada *Capital Security*. Nesse espaço não foi possível tirar fotografias devido ao controle de segurança. Com base em coordenadas coletadas nos extremos do espaço residencial por meio de GPS foi possível sobrepor as coordenadas à imagem de satélite, identificar e delimitar o espaço. O ERF tem piscina e quadras. De acordo com o PEUCM (2010), o ERF *Shelyns* está implantado em área urbanizável, de baixa densidade, onde predomina o uso residencial unifamiliar em edifícios de um piso. Em áreas urbanizáveis de baixa densidade podem encontrar-se funções não residenciais tais como comércio e serviço conforme o artigo 52, alínea f do PEUCM.

5.3.8 Espaço residencial fechado *Kings Village* Ala A

O espaço residencial fechado *Kings Village* Ala A está implantado no bairro Matola C (número 8 do mapa 17), na parcela 191/293. A parcela dispõe de um total de onze hectares, dos quais, sete foram alocados a CODEMA LTDA (Companhia de Desenvolvimento da Matola) – uma sociedade comercial por quotas sediada na Cidade de Maputo e quatro hectares foram alocados a Universidade *PIAGET* (PROCESSO Nº 13.423). A sociedade tem como objetivos a promoção de investimentos em construção de infraestruturas públicas e privadas, investimentos em compra e venda de propriedades, investimentos em imobiliária, estabelecimentos em parcerias ou intermediações comerciais, comércio a grosso e a retalho, promoção do estabelecimento de indústrias e promoção e criação de infraestruturas turísticas (PROCESSO Nº 42.092).

Em 2009, a CODEMA LTDA entrou com pedido no conselho municipal para a construção de um complexo habitacional e comercial na parcela 191/293, sob responsabilidade de Weiping He de nacionalidade chinesa que assumiu o projeto para todos os efeitos legais, inclusive pela segurança e solidez da obra. O projeto foi concebido para a construção de um hotel com cinquenta e seis quartos e vinte e três escritórios em uma área de construção de 8.113,26 m². (PROCESSO Nº 13.423). Também seriam construídas quarenta e cinco casas (vivendas) de quatro quartos em área de 305,5 m² cada e cento e sessenta apartamentos de quatro quartos em área de 164,73 m² cada, mais um clube de dois pisos em área de 2.306 m², dois campos de ténis em área de 13.380 m², uma piscina em área de 540 m² e parques de estacionamento, além das ruas, áreas verdes e

guarita em área de 50.520,16 m² (PROCESSO N° 13.423). É ilustrado na Figura 19 o espaço da CODEMA antes da construção dos ERFs *Kings Village* Alas A e D.

Figura 19. Visualização da área antes da implantação dos ERFs *Kings Village* Alas A e D, 2002



Fonte: *Google Earth Pro. Org: Autora (2020)*

Para que o projeto fosse implementado na sua totalidade, a CODEMA submeteu um pedido ao município, para que fosse autorizado, em regime de troca os quatro hectares pertencentes a Universidade *PIAGET* por terreno em Tchumene ou por um outro que o conselho municipal achasse conveniente para o exercício da atividade de ensino (PROCESSO N° 42.092). Devido à insuficiência de espaço para implementar o projeto na sua totalidade, o projeto está sendo fracionado e implementado por fases. Na primeira fase foi construído o espaço residencial fechado designado por *Kings Village* Ala A, conforme a Figura 20 e Fotos 40 e 41.

Figura 20. Visualização da área do ERF *Kings Village* Ala A, 2019



Fonte: *Google Earth Pro. Org*; Autora (2020)

Foto 40. Entrada do ERF *Kings Village* Ala A



Fonte: Autora (19/02/2020)

Foto 41. Vista parcial do ERF *Kings Village* Ala A



Fonte: Autora (20/02/2020)

De acordo com a entrevista cedida pelo responsável do espaço residencial fechado no dia 20/02/2020, o espaço residencial *Kings Village* Ala A é composto por dez edifícios de quatro andares e oito apartamentos. Também foram construídas onze moradias unifamiliares com dois pisos, conforme as Fotos 42 e 43.

Foto 42. Vista parcial das moradias no ERF *Kings Village* Ala A



Fonte: Autora (19/02/2020)

Foto 43. Vista parcial das moradias no ERF *Kings Village* Ala A



Fonte: Autora (20/02/2020)

75% das moradias unifamiliares têm piscinas, o que não se verifica em relação aos edifícios com apartamentos. Existe ainda no espaço residencial um parque infantil. A segurança é garantida por uma empresa de segurança privada denominada *Capital Security* sediada na cidade da Matola, muro com cerca elétrica e câmeras de vigilância. As casas começaram a ser ocupadas entre 2014 e 2015 e custaram em torno de cento e trinta e cinco mil (135.000) dólares norte-americanos cada. Todas as casas no espaço residencial fechado *Kings Village* Ala A foram vendidas. Na segunda fase foi construído o espaço residencial fechado designado por *Kings Village* Ala D.

5.3.9 Espaço residencial fechado *Kings Village* Ala D

O espaço residencial *Kings Village* Ala D, está implantado no bairro Matola C (número 9 do mapa 17), na parcela 191/293. Pertence à CODEMA, LTDA e o investidor é CCM *King Jee Real Estate*, LTDA. O empreiteiro da obra é Construções CCM, LTDA e o técnico responsável pela obra He Weiping. O espaço residencial *Kings Village* Ala D é composto por vinte e um edifícios. Catorze edifícios têm oito apartamentos cada com quatro pisos (rés-do-chão, primeiro, segundo e terceiro andares). Os restantes sete edifícios têm doze apartamentos cada com quatro pisos totalizando 196 apartamentos, conforme a Figura 21 e Foto 44.

Figura 21. Visualização da área do ERF *Kings Village* Ala D, 2019



Fonte: *Google Earth Pro*. Org: Autora (2020)

Foto 44. Vista parcial do ERF *Kings Village* Ala D



Fonte: Autora (20/02/2020)

Até a data da entrevista os apartamentos não estavam todos vendidos. Existe um parque infantil, não foram construídas moradias unifamiliares. Há projeto de construção de piscina e pequenas lojas. O sistema de segurança é garantido por muro sem cerca elétrica, câmeras de

vigilância e uma empresa de segurança privada denominada *Proteseg LTDA – Universal Security* com sede na cidade da Matola (Entrevista cedida por responsável do espaço residencial fechado no dia 24/04/2020).

De acordo com o PEUCM (2010), os ERFs *Kings Village* Alas A e D estão implantados em área de indústria, armazenagem e reparação. As áreas de indústria, armazenagem e reparação são destinadas a localização predominante de atividades industriais e de armazenagem. Admite-se também nessas áreas a instalação de outras atividades como comerciais, de equipamento e de serviços, de apoio a atividade industrial e de armazenagem, bem como depósitos de sucata. Excepcionalmente, admite-se nessas áreas a localização de equipamentos de interesse público, conforme o artigo 68, pontos 1 e 3 do PEUCM.

5.3.10 Espaço Residencial fechado *Elite Residence*

Este ERF encontra-se localizado no bairro Matola C (número 10 do Mapa 17). A empresa responsável pela implantação e pela obra é Diego Investimentos e Construção Limitada. Antes da implantação do ERF, existiam na área algumas construções e árvores, conforme a Figura 22.

Figura 22. Visualização da área do ERF *Elite Residence*, 2002 e 2019



Fonte: *Google Earth Pro. Org*; Autora (2020)

Com o projeto do ERF foram construídas várias unidades habitacionais, conforme as Fotos 45 e 46.

Foto 45. Entrada do ERF *Elite Residence*



Fonte: Autora (20.02.2020)

Foto 46. Vista parcial da parte interna do ERF *Elite Residence*



Fonte: Autora (20.02.2020)

O sistema de segurança é garantido por muro com cerca elétrica e homens de segurança sob gestão do próprio espaço residencial. De acordo com o PEUCM (2010), o ERF *Elite Residence* está implantado em área de indústria, armazenagem e reparação. As áreas de indústria, armazenagem e reparação são destinadas a localização predominante de atividades industriais e de armazenagem. Admite-se também nessas áreas a instalação de outras atividades como comerciais, de equipamento e de serviços, de apoio a atividade industrial e de armazenagem, bem como depósitos de sucata. Excepcionalmente, admite-se nessas áreas a localização de equipamentos de interesse público, conforme o artigo 68, pontos 1 e 3 do PEUCM.

5.3.11 Espaço residencial fechado Flor da Pedra

O espaço residencial fechado Flor da Pedra encontra-se no bairro Matola C (número 11 do mapa 17), parcela 828, talhão nº 24. A parcela 828 estava destinada a agropecuária⁸⁷ e fazia parte da reserva indígena. Tais reservas, tal como mencionado no capítulo IV constituíram-se em áreas destinadas a habitação somente dos moçambicanos no período colonial. No ano de 1987, a fábrica de vestuário Zora representada pelo seu diretor Dimitre Vladimirov Soultanov de nacionalidade Búlgara requereu a parcela para fins agrícolas e criação de pequenas espécies⁸⁸ que, de acordo com as informações obtidas no Processo nº 53.298, tinham como objetivo abastecer o centro social dos trabalhadores da fábrica.

Quando a fábrica de vestuário Zora requereu a ocupação da parcela, havia 35 famílias e machambas familiares pertencentes aos residentes dos bairros circunvizinhos. A fábrica propôs-se a indenizar essas famílias e tornar alguns de seus membros em trabalhadores da machamba, mas a fábrica não avançou com o projeto. Em 1988 a parcela 828 foi subdividida em quarenta e um talhões, de acordo com a Figura 23.

⁸⁷ Segundo a Ata nº 2 da repartição técnica de agrimensura datada de 1946 que se encontra no Processo nº 112, existia na parcela 828 setenta e um limoeiros de diferentes qualidades, setenta e dois pessegueiros, três macieiras, um marmeleiro, catorze goiabeiras, quarenta e uma laranjeiras, três tangerineiras, vinte papaieiras, sete mangueiras, nove bananeiras e várias outras plantas de fruta. Também havia na parcela um curral registrado sob nº 183, três bois de lavoura, seis vacas e sete vitelos, vinte e quatro suínos, cento e cinquenta galinhas de raça e doze patos. Era semeado na parcela milho e abóboras.

⁸⁸ Havia também proposta de introduzir a atividade pesqueira no rio Matola (PROCESSO Nº 53.298). Para a implementação da atividade pesqueira seria importado um barco pesqueiro da Bulgária.

[illegible]

Em 2002, antes da implantação do ERF Flor da Pedra, no talhão 24 eram produzidas hortícolas, existiam algumas árvores e infraestrutura. Com a implantação do ERF, do uso agrícola passou para o uso habitacional, conforme a Figura 24.

221

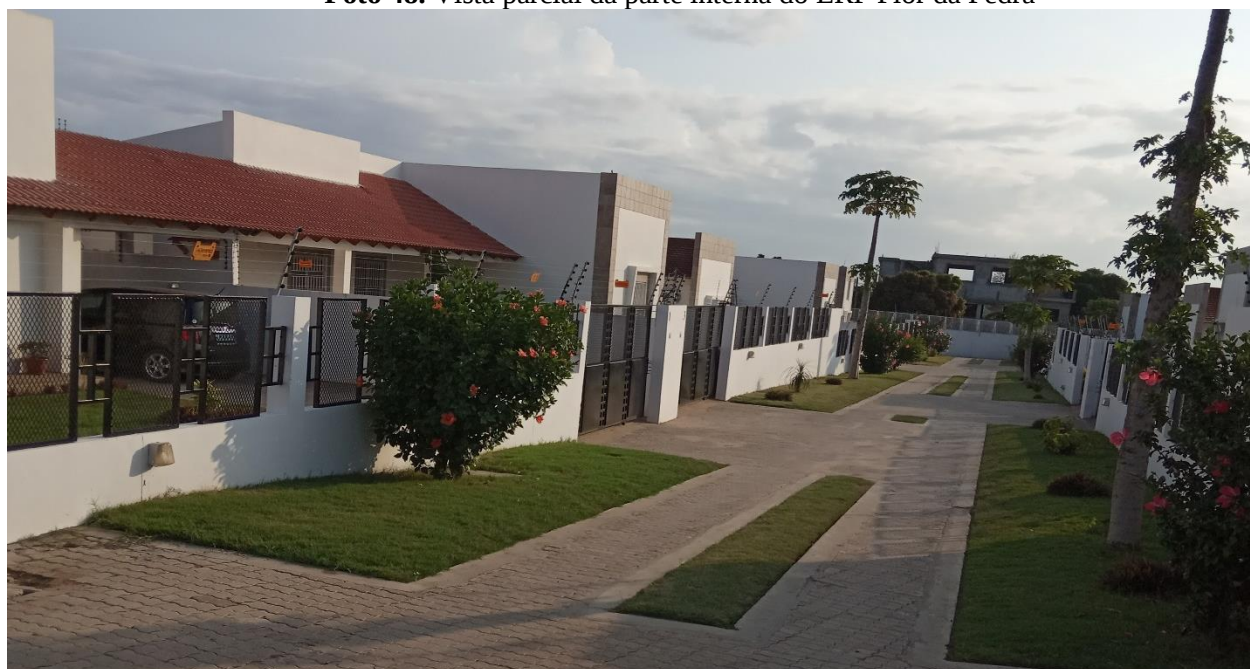
Vários ocupantes ainda fizeram o uso do solo agrícola do talhão 24 até que Basílio Macupulane Dengo transferiu os seus direitos de uso e aproveitamento de terra para a sociedade Flor da Pedra (Moçambique) Limitada que implantou o espaço residencial fechado conforme as Fotos 47 e 48.

Foto 47. Vista parcial da parte frontal do ERF Flor da Pedra



Fonte: Autora (19/02/2020)

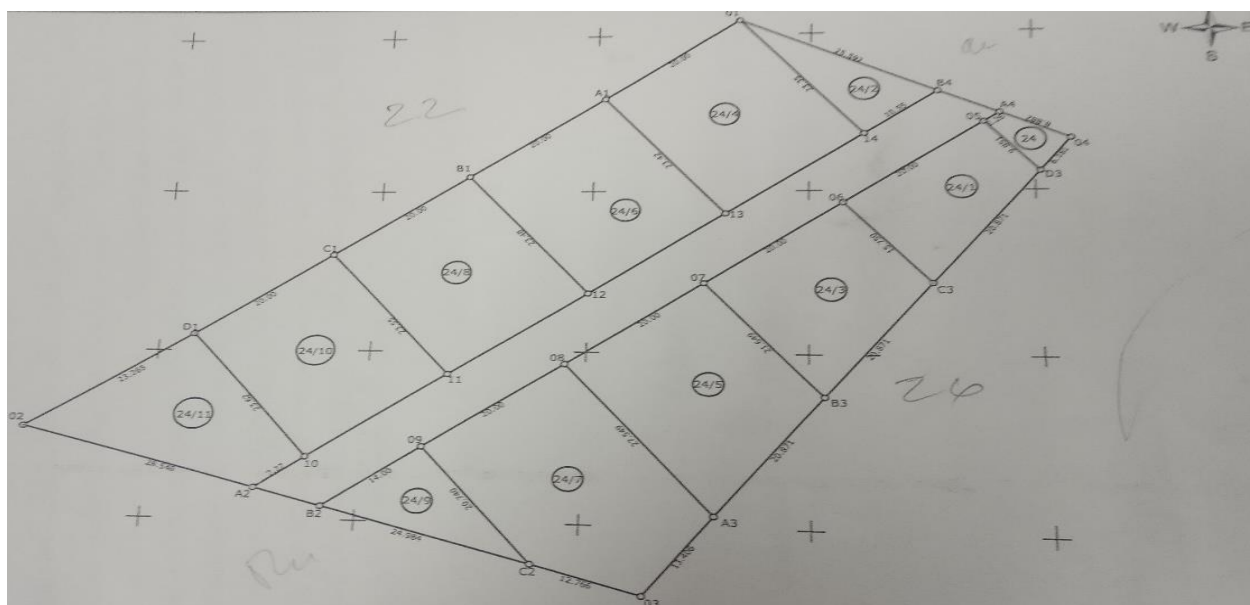
Foto 48. Vista parcial da parte interna do ERF Flor da Pedra



Fonte: Autora (19/02/2020)

A Sociedade Flor da Pedra tem como ações: preparação de estudos e projetos de reabilitação e remodelação de edifícios e habitações, decoração de interiores, compra e venda de bens imóveis e a revenda dos adquiridos, bem como, a gestão e arrendamento de bens imóveis. O pedido para construção e gestão de um espaço residencial fechado foi submetido em 2015, com valor mínimo de investimento de cento e vinte e oito mil e setecentos e cinquenta (128.750) dólares norte-americanos aplicado no projeto no prazo de dois anos contados a partir da data de ratificação da autorização. Para a construção do espaço residencial fechado, o talhão nº 24 foi desmembrado e resultou em doze talhões de várias dimensões conforme a Figura 25 e Tabela 8.

Figura 25. Subdivisão do talhão 24 da parcela 828



Fonte: Processo nº 53.298

Tabela 8. Talhões e áreas resultantes da divisão do talhão nº 24

<i>Número do talhão</i>	<i>Área (m²)</i>	<i>Número do talhão</i>	<i>Área (m²)</i>
24	0.38,3401	24/7	564,4999
24/1	256,0192	24/8	471,3555
24/2	123,2290	24/9	145,1880
24/3	373,9896	24/10	471,7080
24/4	467,6506	24/11	360,8886
24/5	491,9600	Rua	678,3724
24/6	469,0031	Total	4.912,2040

Fonte: processo nº 53.298

Em 2015, o valor da venda de casa neste espaço era de sete milhões e quinhentos mil (7.500.000,00)⁸⁹ Meticais (PROCESSO Nº 17.227). O espaço é cercado por muro com cerca elétrica, reforçado com arame. Os homens de segurança são contratados pelos próprios moradores e não se trata de uma empresa privada de segurança armada. Os moradores, dentro de espaço residencial, também têm muros com cerca elétrica, alguns com segurança privada pessoal e cães. De acordo com o PEUCM (2010), o ERF Flor da Pedra está implantado em área urbanizável, de baixa densidade, onde predomina o uso residencial unifamiliar em edifícios de um piso. Em áreas urbanizáveis de baixa densidade podem encontrar-se funções não residenciais tais como comércio e serviço conforme o artigo 52, alínea f do PEUCM.

5.3.12 Espaço residencial fechado Vila das Famílias

Situa-se no bairro Matola C (número 12 do Mapa 17), parcela 828, nos talhões 34, 35 e 36/2. O talhão 34 tem uma área aproximada de 3.047 m² e está anexado ao talhão 36/2 com área de 600 m². Os talhões 34 e 36/2 perfazem um único talhão com área aproximada de 3.647 m². Em 1988, o talhão 34 foi requerido por Lourenço Matsinhe para fins agropecuários⁹⁰ (PROCESSO Nº 13.702). Ainda em 1988, quando da fiscalização no talhão 34, observou-se que não existia casa, somente machambas familiares. O pedido de Lourenço Matsinhe foi deferido em 1989 com observação de que não havia inconveniência quanto ao aproveitamento do talhão. No ano de 2018, tal talhão passou a constar em nome de Nuruddin Badrudin Vazir e outros⁹¹.

O talhão 35 foi requerido por Beatriz Ezequiel Chitsembe também em 1988 para a prática de agropecuária⁹² (PROCESSO Nº 17.235). Na altura da concessão do talhão 35 existia no terreno uma casa de caniço coberta de chapa de zinco que pertencia a Domingos Mário Chioze que residia na mesma. Beatriz Ezequiel Chitsembe morava na Cidade de Maputo no bairro Polana Central e

⁸⁹ Aproximadamente a 132.961 USD em 2015. Com a taxa de câmbio de 1 USD equivalente a 56,45 Meticais.

⁹⁰ Consta no plano de produção deste a produção de hortícolas como couve, cebola, tomate, alface, alho, amendoim, mandioca, berinjelas e milho. No que concerne à pecuária, seriam criadas galinhas, patos, gansos, coelhos, porcos e leitões.

⁹¹ Nuruddin Badrudin Vazir e outros – um grupo de 12 famílias de origem indiana representados por Nuruddin Badrudin Vazir com autorização permanente em Moçambique. Os outros conferiram a Nuruddin Badrudin Vazir através da procuração outorgada a seu favor no dia 28 de Maio de 2014, no primeiro cartório notarial da cidade de Maputo para que possa representar todos os coproprietários em todos atos e contratos, incluindo contratar empreiteiros, obter licenças de construção, proceder a anexação e desmembramento, efetuar registos prediais, assinar escrituras de compra e venda, contrato promessa dos imóveis construídos e dos prédios desanexados, materializando tudo o que for necessário para o bom e cabal desempenho do seu mandato (PROCESSO Nº 13.702).

⁹² Estava previsto no plano de produção, a produção de hortícolas (couve, cebola, tomate, alface, alho, amendoim, mandioca, berinjelas e milho). Também pretendia criar galinhas, patos, gansos, coelhos, porcos e leitões.

era concessionária do talhão 118/C dos subúrbios da Matola (Matola A), o qual se destinava a habitação – fins residenciais (PROCESSO Nº 17.235). Mesmo com a existência de um ocupante no terreno que, segundo as condições descritas da casa no próprio processo era desprovido de poder aquisitivo e documentos comprovativos de ocupação do espaço, como o DUAT, o despacho do Gabinete das Zonas Verdes favoreceu a Beatriz Chitsembe. No despacho do ano de 1989, vem mencionado que “para os devidos e legais efeitos, informa-se que o talhão nº 35 da parcela 828, solicitado por Beatriz Ezequiel Chitsembe tem condições para agricultura e para a criação de pequenas espécies. No mesmo despacho lê-se nas observações que “ não há inconveniência quanto ao aproveitamento do talhão” (PROCESSO Nº 17.235).

Em 2014, Beatriz Ezequiel Chitsembe vendeu o imóvel a Nuruddin Vazir e outros pelo preço de 5 milhões e quinhentos mil (5.500.000,00) Meticais equivalente a cento e sessenta e um mil e setecentos e dezessete (161.717 USD)⁹³ dólares norte-americanos. O talhão 36/2 resultou do desmembramento do talhão nº 36 que pertencia a Jorge Raul Matola e praticava a agricultura. Jorge Matola escreveu ao município que o talhão nº 36 era um corredor de águas pluviais, o que levou a degradação e empobrecimento do solo levando à baixa produtividade, inviabilizando a prática da agricultura. Assim sendo, Jorge Matola concedeu uma parte do terreno a dois amigos para a construção de habitação.

Um dos amigos que ficou com uma parte do talhão foi Silvestre que ocupou o talhão 36/2, onde não existia algum aproveitamento (PROCESSO Nº 42.178). O parecer encontrado no Processo nº 13.702 datado de 2008, é favorável à mudança de atividade agropecuária para habitacional devido à salubridade da água do rio Matola. Em 2012, Silvestre solicita a transferência da concessão do talhão nº 36/2 da parcela 828 apenso ao Processo nº 42.178 do foral da cidade da Matola a favor de Nuruddin Badruddin Vazir, a quem pretendia transferir todos os direitos que lhe foram conferidas pela licença nº 11/FC/2012 de 23 de Janeiro de 2012. O pedido foi deferido mas com a condição de que fosse realizado pagamento “mediante uma taxa de desistência correspondente a quinze mil (15.000) Meticais”. A Figura 26, apresenta uma situação antes da implantação do ERF.

⁹³ O valor em dólares norte-americanos foi calculado com base na maior taxa de câmbio que atingiu 34.01 Meticais em 2014. Isto é, 1 USD oscilou entre 29.79 à 34.01 Meticais em 2014.

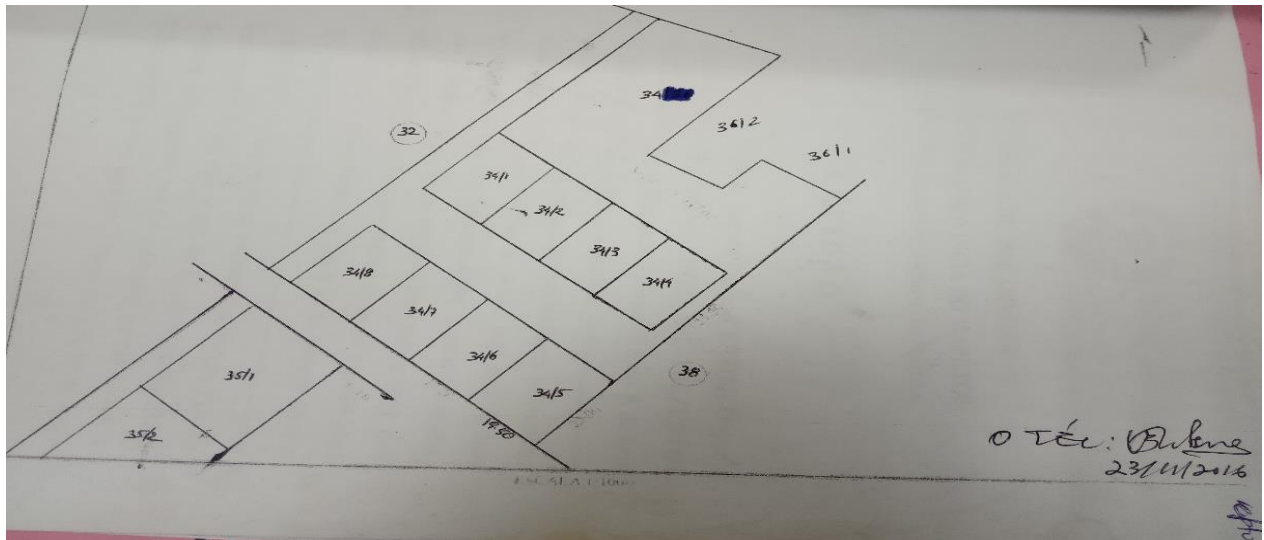
Figura 26. Visualização da área do ERF Vila das Famílias, 2002



Fonte: Google Earth Pro. Org: Autora (2020)

Em 2014, os coproprietários Nuruddin Vazir e outros entraram com pedido de mudança de atividades nos talhões acima referenciados antes destinados a agropecuária para atividade habitacional que resultaria na implantação do espaço residencial fechado. Em 2016, por unanimidade tomaram a decisão de requerer o desmembramento dos talhões, sendo estes subdivididos conforme as Figuras 27, 28 e 29 e as Tabelas 9 e 10.

Figura 27. Subdivisão do talhão nº 34 da parcela 828



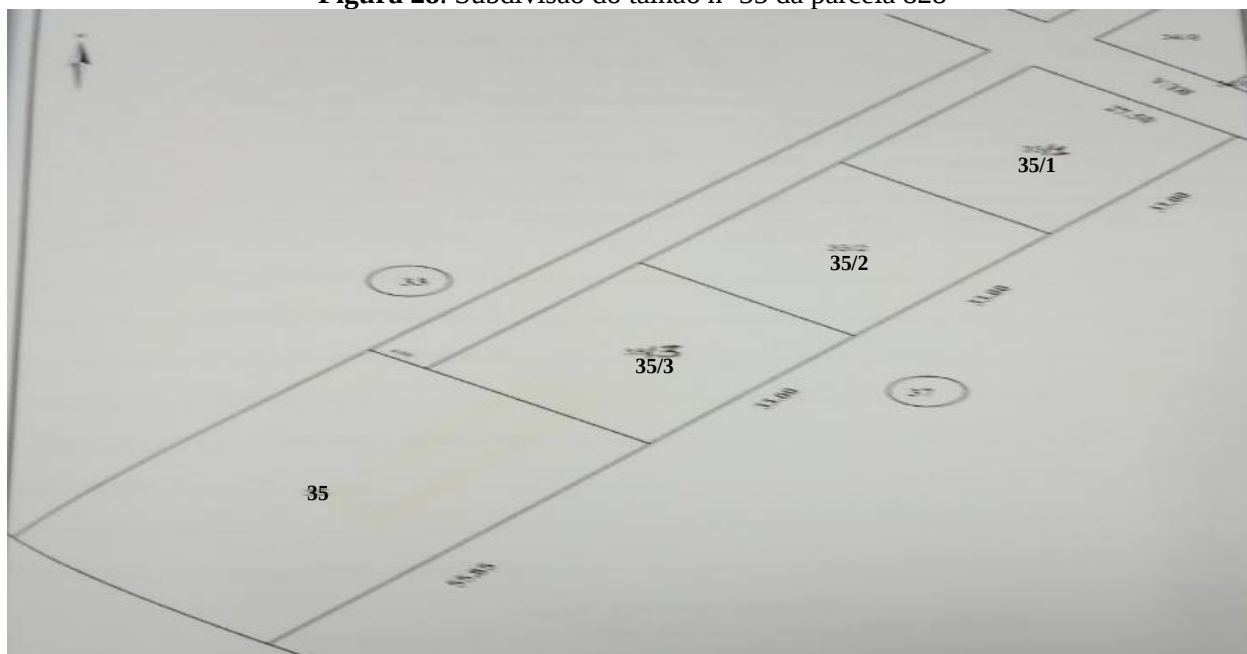
Fonte: Processo nº 13.702

Tabela 9. Talhões e áreas resultantes da subdivisão do talhão nº 34

<i>Talhão</i>	<i>Área (m²)</i>
34/1	487,50
34/2	487,50
34/3	430
34/4	430
34/5	430
34/6	430
34/7	430
34/8	430
34 – prédio mãe	3.047

Fonte: Processo nº 13.702

Figura 28. Subdivisão do talhão nº 35 da parcela 828



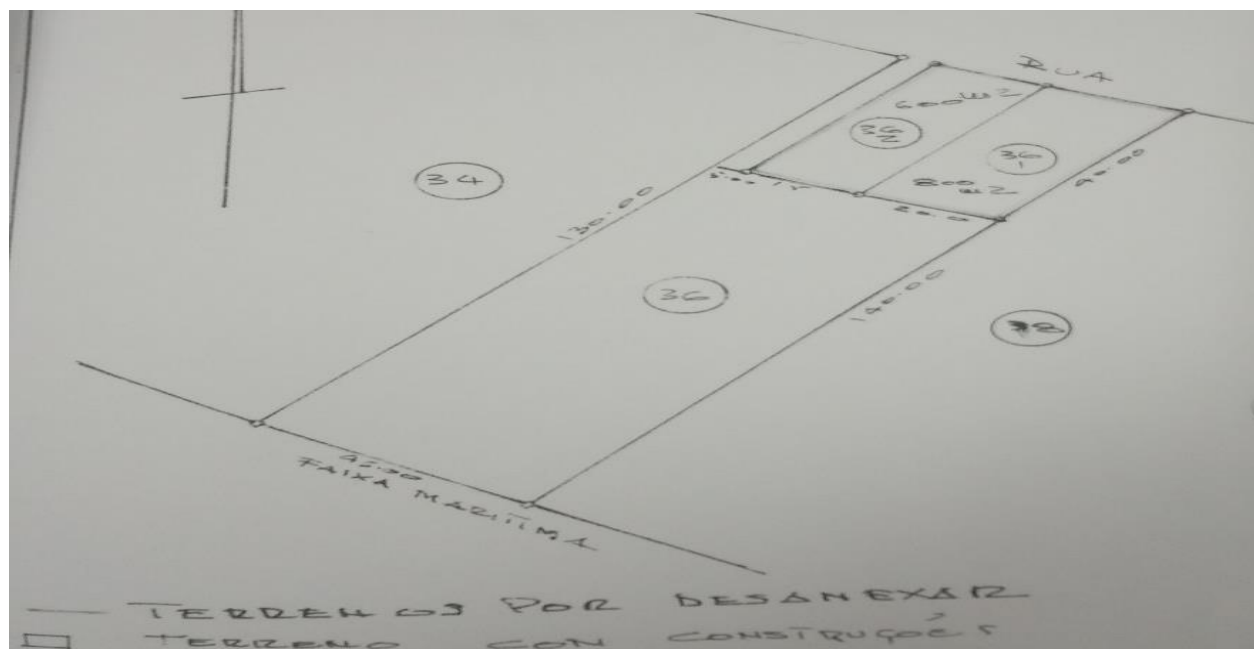
Processo nº 13.704

Tabela 10. Talhões e áreas resultantes da subdivisão do talhão nº 35

<i>Talhão</i>	<i>Área (m²)</i>
35/1	907,5 m²
35/2	907,5 m²
35/3	907,5 m²
35	1.715,21 m²

Fonte: Processo nº 13.704

Figura 29. Subdivisão do talhão nº 36 da parcela 828



Fonte: Processo nº 13.704

O espaço residencial Vila das Famílias é composto por doze residências unifamiliares construídas em dois blocos, conforme a Figura 30.

Figura 30. Visualização da área do ERF Vila das Famílias, talhões 34, 35 e 36/2, 2019



Fonte: Google Earth Pro. Org: Autora (2020)

O primeiro bloco construído nos talhões 34 e 36/2 é composto por oito casas de um piso e o segundo bloco no talhão nº 35 com quatro casas de dois pisos cada (rés-do-chão e primeiro andares). As Fotos 49 e 50 ilustram as partes frontal e o interior do ERF Vila das Famílias nos talhões 34 e 36/2 e as Fotos 51 e 52 ilustram as partes frontal e o interior do ERF Vila das Famílias no talhão 35.

Foto 49. Vista parcial da parte frontal do ERF Vila das Famílias nos talhões 34 e 36/2



Fonte: Autora (19/02/2020)

Foto 50. Vista parcial da parte interna do ERF Vila das Famílias nos talhões 34 e 36/2



Fonte: Autora (19/02/2020)

Não foi possível tirar fotografias das casas no interior dos talhões 34 e 36/2 devido à presença e proibição por seguranças do uso de máquina fotográfica no local.

Foto 51. Vista parcial da parte frontal do ERF Vila das Famílias no talhão nº 35



Fonte: Autora (19/02/2020)

Foto 52. Vista parcial da parte interna do ERF Vila das Famílias no talhão nº 35



Fonte: Autora (19/02/2020)

Os dois blocos estão separados por uma rua. Neste caso, cada coproprietário custeia a sua própria obra e o terreno está em seu nome individual. Os espaços comuns como ruas, mesquita construída no talhão 34/36/2, jardins, entre outros estão em nome dos doze coproprietários (PROCESSO N° 13.704). Durante o trabalho de campo este ERF ainda estava em obras, tanto no talhão 34 e 36/2 como no talhão n° 35.

No projeto cada casa tem sua piscina. A segurança do espaço residencial é garantida por uma empresa denominada S.S.A Segurança e tem muro cercado por arame e garrafas partidas. É um espaço residencial fechado habitado somente por famílias de origem indiana.

De acordo com o plano de estrutura urbana da cidade da Matola, o espaço residencial está implantado em área urbanizável de baixa densidade, com habitação de uso residencial familiar de um piso. Nessas áreas podem encontrar-se funções não residenciais tais como comércio e serviços de acordo com o artigo 52, alínea f do PEUCM.

5.3.13 Espaço residencial fechado Matola *Housing*

A parcela 69 A no bairro Matola C (número 13 do Mapa 17), na qual foi construído o espaço residencial Matola *Housing* pertenceu antes a Artur Banon Lopes que abandonou o país em 1975 pouco depois da independência. Antes de abandonar o país vendeu as benfeitorias implantadas na parcela a João de Canto de nacionalidade moçambicana. Em 1975, após a compra da parcela, João do Canto iniciou atividades de fabrico de blocos e venda de materiais de construção para além de fazer algumas construções (PROCESSO N° 22.843). A parcela 69 tinha três ocupantes. Em 1991, João do Canto pede a divisão que resultou em três parcelas, conforme a Figura 31.

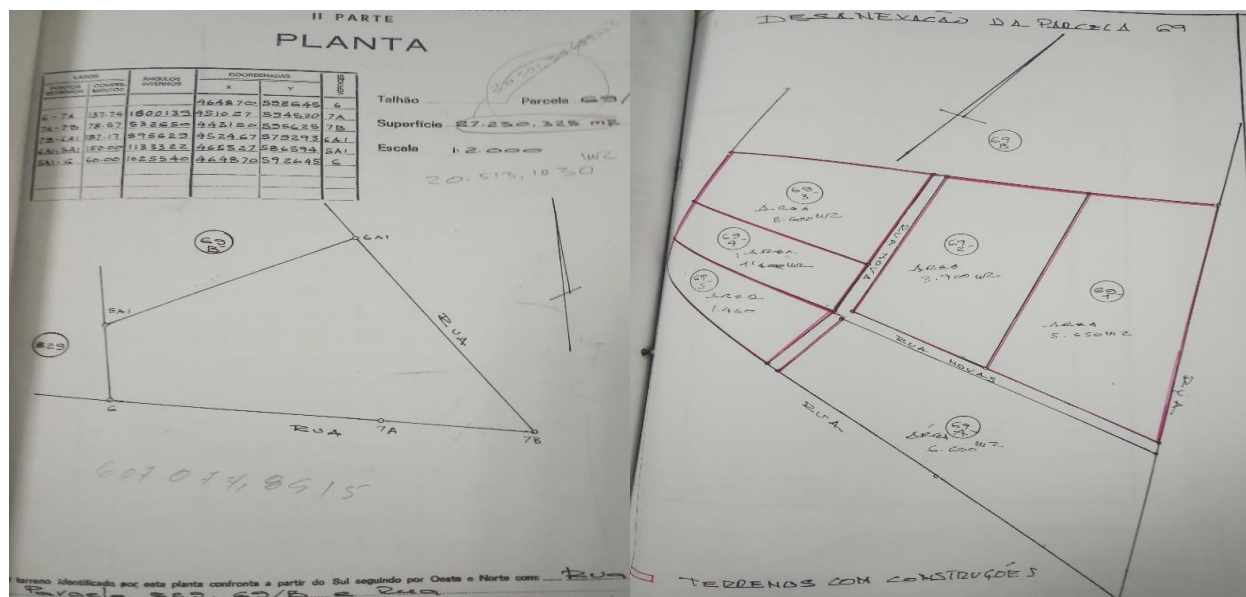
Figura 32. Visualização da área do ERF Matola Housing, 2002



Fonte: Google Earth Pro. Org: Autora (2020)

As construções encontravam-se no fundo da parcela enquanto que a parte frontal estava vazia. Em 2005 João do Canto requereu ao presidente do conselho municipal da cidade da Matola mudança de atividades – de estaleiro para área residencial em virtude de possuir um outro estaleiro na Matola Rio no distrito de Boane (PROCESSO N° 22.843). Em 2006 João do Canto pede a divisão da parcela 69/A em favor dos seus 5 filhos. Da divisão resultaram seis terrenos (69/1, 69/2, 69/3, 69/4, 69/5 e 69/A), conforme na Figura 33.

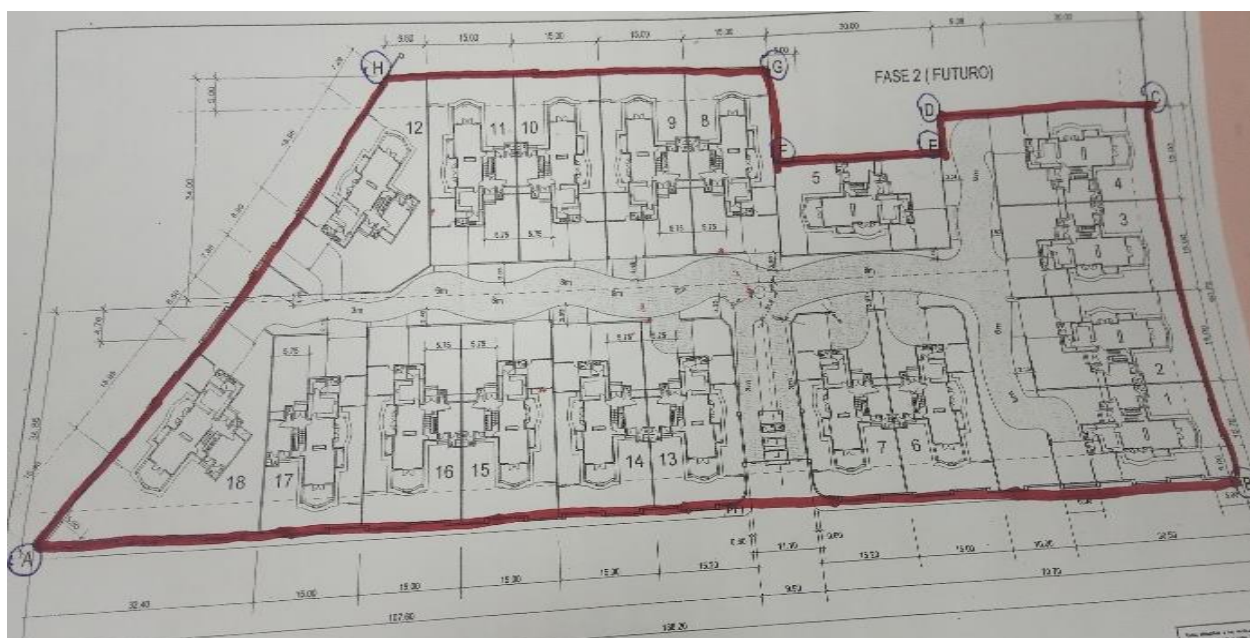
Figura 33. Subdivisão da parcela 69 A



Fonte: Processo n° 22.843

Em 2008, João do Canto vendeu o talhão 69/A para a empresa Investimentos Imobiliários Limitada (AGM), sediada na Cidade de Maputo ao preço de dois milhões e quatrocentos mil (2.400.000,00) Meticais. No ato de compra, AGM LTDA foi representada pelo seu sócio gerente Abdul Magid Ibrahim de nacionalidade portuguesa e no mesmo ano, a AGM LTDA pede autorização para construção de um espaço residencial fechado com designação *Matola Housing* (PROCESSO Nº 22.843). No projeto foram contemplados 36 edifícios e sua implementação por fases. A primeira fase já foi inicialmente implementada e é composta por 18 casas, conforme a Figura 34.

Figura 34. Esboço de implementação do ERF *Matola Housing* na fase I



Fonte: Processo nº 13.223

Das dezoito edificações, sete são geminadas, totalizando catorze, enquanto que quatro são isoladas (PROCESSO Nº 13.223). Cada edificação é composta por dois pisos (rés-do-chão e primeiro andar), conforme a Figura 35 e as Fotos 53, 54, 55 e 56.

Figura 35. Implementação da fase I do ERF Matola *Housing* na Parcela 69, 2019



Fonte: *Google Earth Pro*. Org: Autora (2020)

Foto 53. Vista parcial da parte frontal do ERF Matola *Housing*



Fonte: Autora (21/02/2020)

Foto 54. Vista parcial das casas no ERF Matola *Housing*



Fonte: Autora (21/02/2020)

Foto 55. Entrada do ERF Matola *Housing*



Fonte: Autora (21/02/2020)

Foto 56. Vista parcial da parte interna do ERF Matola *Housing*



Fonte: Autora (21/02/2020)

A segurança do espaço é garantida por um muro com cerca elétrica e os serviços de uma empresa de segurança privada denominada Homens de Segurança (HS). Existem dois portões na parte frontal para a entrada e saída de peões e carros. De acordo com o PEUCM (2010), o ERFs Matola *Housing* está implantado em área para equipamentos sociais e serviços públicos. Essas áreas são destinadas a localização de equipamentos de interesse público ou coletivo, de iniciativa pública ou privada. Incluem-se no conceito de equipamento, entre outros, os serviços públicos, os empreendimentos turísticos, os estabelecimentos de restauração e de bebidas e postos de abastecimento de combustíveis, conforme o artigo 63, pontos 1 e 2 do PEUCM.

5.3.14 Espaço residencial fechado do PETROMOC

Este ERF encontra-se localizado no bairro Matola G, na parcela 42 (número 14 do mapa 17). A área ocupada pelo ERF do PETROMOC antes pertenceu a Sociedade Nacional de Refinação de Petróleos (SONAREP). Em 1959, a SONAREP encaminhou solicitação ao governador geral de Moçambique para a ocupação da referida parcela com quatro hectares de área. O objetivo era montagem de uma estação de bobagem de água destinada à limpeza de tanques e outras operações que exigem grandes caudais na refinaria do porto da Matola (PROCESSO N° 2.483).

O terreno requerido pela SONAREP situa-se na área que era considerada reserva indígena nº 6 destinada à construção de casas para indígenas. Para o deferimento do pedido, a SONAREP comprometeu-se a fornecer gratuitamente água para consumo aos indígenas e foi obrigada a indenizar os indígenas que ocupavam a área requerida. Para a concessão da parcela, realizou-se o concurso para adjudicação por aforamento por dez mil escudos (10.000€00) (PROCESSO Nº 2.483), sendo a parcela arrematada por 10.100 escudos.

Em 2000, o PETROMOC entra com pedido no município para fazer uso combinado na parcela 42, isto é, manter a estação de bombagem de água e construir um espaço residencial fechado gerido pela empresa. No ano de 2002 a parcela ainda estava registrada em nome da SONAREP e há registro do PETROMOC (nova denominação da SONAREP) de pedido de mudança de nome – de SONAREP para PETROMOC. Embora no ano de 2002 a parcela ainda estivesse registrada em nome da SONAREP, já havia iniciado a construção do ERF do PETROMOC, conforme Figura 36.

Figura 36. Visualização da área do ERF do PETROMOC, 2002 e 2019



Fonte: Google Earth Pro. Org: Autora (2020)

A construção do espaço residencial fechado visou solucionar o acesso à habitação dos funcionários sêniores da empresa. De acordo com o Processo nº 2.483, o pedido ao município de uso combinado na parcela 42 custou aos cofres da PETROMOC dois milhões e quinhentos mil

(2.500.000,00) Meticais em 2001. Foram projetadas na parcela 48 habitações⁹⁴ em diferentes tipologias de um, dois três e quatro quartos, de um ou dois pisos e mais um centro de conferências com capacidade para 150 participantes em plenária, facilidades para cinco grupos de trabalho, uma creche com quatro salas de aulas, um pequeno parque infantil, uma piscina, uma pequena lavandaria, um pequeno *bar-club*, um mini-campo de futebol de salão ou *basketball*, uma estação de serviço e uma loja de conveniência, uma pequena clínica com capacidade de quatro enfermarias, com uma cama cada, uma sala de serviços de emergência e pequeno laboratório e uma sala de tratamento médico (PROCESSO Nº 2.483).

No levantamento feito no campo em 25/04/2020, para além da estação de bombagem de água, foram construídas 48 casas⁹⁵, uma piscina, ginásio, *bar-club* e salão de cabelereiro. Nas Fotos 57, 58, 59 e 60 são apresentadas algumas das características do espaço residencial fechado do PETROMOC.

Foto 57. Vista parcial do ERF do PETROMOC



Fonte: Autora (25/04/2020)

⁹⁴ Com as seguintes características: tipo A: duas habitações de um quarto com um piso, tipo B e B1: cinco habitações de dois quartos e um piso, tipo C1 e C2: dezenove habitações de três quartos com dois pisos, tipo D, D1 e D2: doze habitações de três quartos com um piso e Tipo E: dez habitações de quatro quartos com dois pisos.

⁹⁵ Uma casa de um quarto com um piso, cinco casas de dois quartos com um piso, doze casas de três quartos com um piso, dezenove casas de três quartos com dois pisos e onze casas de quatro quartos com dois pisos.

Foto 58. Vista parcial do ERF do PETROMOC



Fonte: Autora (25/04/2020)

Foto 59. Vista parcial da entrada do ERF do PETROMOC



Fonte: Autora (25/04/2020)

Foto 60. Vista parcial da parte interna do ERF do PETROMOC



Fonte: Autora (25/04/2020)

As casas já não pertencem a PETROMOC porque todas foram vendidas para os trabalhadores. A gestão é feita pelos próprios moradores. O sistema de segurança é garantido por muro com cerca elétrica, câmeras de vigilância e empresa de segurança privada denominada Múltipla Segurança com sede na Cidade de Maputo. A estação de bombagem de água ainda abastece água a refinaria do PETROMOC no porto da Matola. De acordo com o PEUCM (2010), o ERF do PETROMOC está implantado em área urbanizável, de média densidade, onde predomina o uso residencial unifamiliar em edifícios de um piso. Em áreas urbanizáveis de média densidade podem encontrar-se funções não residenciais tais como comércio e serviço especialmente no piso térreo, conforme o artigo 52, alínea d do PEUCM.

5.3.15 Espaço residencial fechado Vila Sara

O espaço residencial fechado Vila Sara encontra-se no talhão nº 162, bairro Matola A (número 15 do Mapa 17). É conhecido por espaço residencial fechado Chissano por pertencer a Marcelina Rafael Chissano – esposa do ex. presidente de Moçambique Joaquim Alberto Chissano. O talhão nº 162 foi requerido primeiramente em 1953 por Mário de Almeida Trindade que residia

em Quelimane (capital da província da Zambézia – na região central do país) e desejava obter um terreno para a construção de uma habitação (PROCESSO N° 595).

Por se encontrar distante, Mário de Almeida Trindade constituiu a sogra “Capitolina Loureiro do Nascimento” como procuradora para tratar da construção. Em fevereiro de 1953, Capitolina requereu ao governador geral da província de Moçambique o talhão 348 dos subúrbios da povoação da Matola Rio. Desistiu do talhão 348 e em Agosto do mesmo ano requereu um outro talhão. Em novembro de 1953 foi solicitada para a escolha de um novo talhão quando escolheu o talhão n° 162. Em maio de 1954, Capitolina requereu ao senhor inspetor – chefe dos serviços geográficos e cadastrais para que fosse autorizada a demarcação definitiva do talhão n° 162 (PROCESSO N° 595).

Em Julho de 1954 foi comunicada sobre a demarcação provisória e informada por despacho o seguinte: “é um terreno arenoso e impróprio para a agricultura, não tem palhota nenhuma dentro dele, não tem vestígio de cultura, não tem nascentes e nem cursos de água, não tem vestígio de ocupação anterior. Esta administração não vê qualquer inconveniente na sua concessão”. Após a ocupação por Mário de Almeida Trindade, o talhão n° 162 foi ocupado por Mário José Loureiro do Nascimento Trindade e depois por Marcelina Rafael Chissano (PROCESSO N° 595). Em 2002, já existiam no referido talhão algumas construções, conforme a Figura 37.

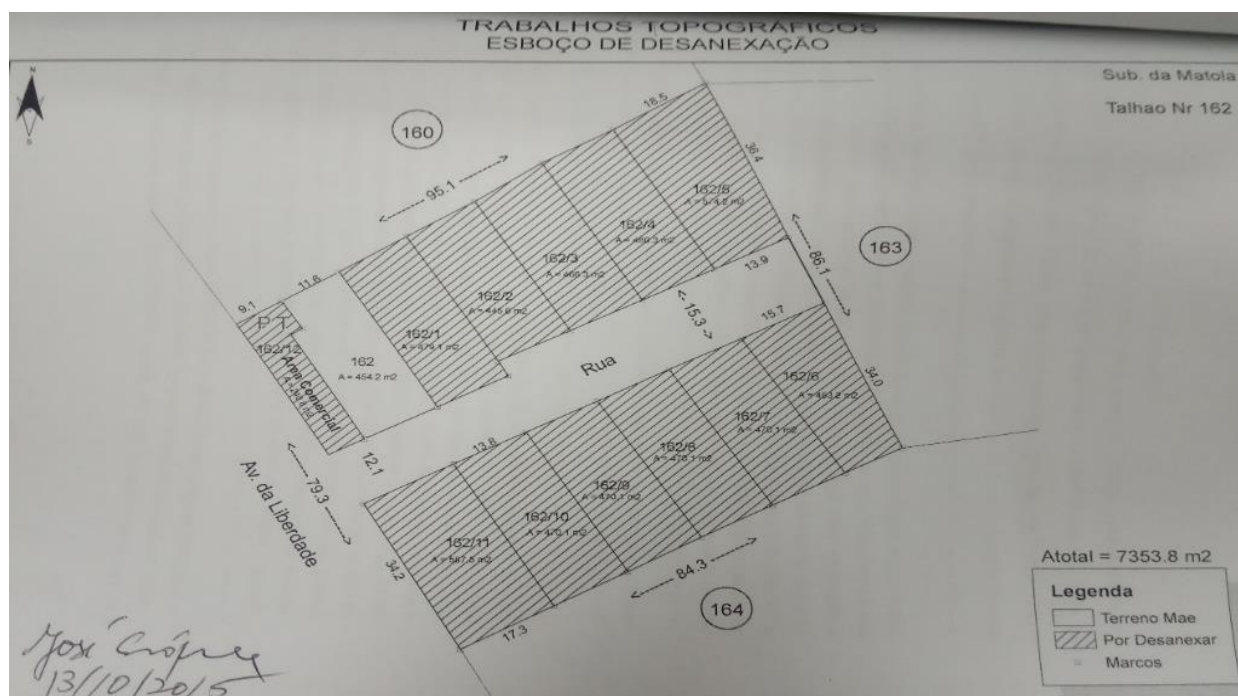
Figura 37. Visualização da área do ERF Vila Sara, 2002



Fonte: *Google Earth Pro*. Org: Autora (2020)

Em 2003, Marcelina Rafael Chissano endereçou um pedido ao presidente do município da Matola para a construção de três residências, aviário e serviços de apoio em alvenaria. Em 2011 entrou com outro pedido para a construção de doze moradias unifamiliares sendo esse autorizado. No mesmo ano foi autorizada a demolição de sua residência e anexos implantados (PROCESSO Nº 303). Em 2015, Marcelina Chissano pede o desmembramento do talhão nº 162 a favor de Jean Pierre Quéré, natural da França de nacionalidade moçambicana. A desanexação resultou em doze talhões residenciais e sete comerciais conforme a Figura 38 e a Tabela 11.

Figura 38. Esboço do desmembramento do talhão 162



Fonte: Processo nº 595

Tabela 11. Áreas de talhões residenciais e comerciais no talhão nº 162

Talhões residenciais	Área (m²)	Talhões comerciais	Área (m²)
162/1	479,1	162/12	20,6
162/2	445,6	162/12/1	27,6
162/3	466,3	162/12/2	27,6
162/4	480,3	162/12/3	27,6
162/5	574,2	162/12/4	27,6
162/6	453,2	162/12/5	27,6
162/7	470,1	162/12/6	27,6

162/8	470,1
162/9	470,1
162/10	470,1
162/11	587,5
162	454,2

Fonte: Processo nº 303

O casal Joaquim e Marcelina Chissano constituíram como procurador Jean Pierre Quéré com poderes bastantes para tratar de toda a documentação necessária junto ao município da Matola e respetivo registro predial relativo ao processo de:

Demolição do imóvel construído no prédio supra referido, podendo contratar empreitada para a construção de imóveis em regime de propriedade horizontal sobre o mesmo prédio, registrá-los em nome dos mandantes, onerar e ou alienar pelo valor e nos termos e demais condições que entender por convenientes os referidos imóveis a construir no prédio acima melhor identificado e ainda os poderes necessários para tendo por base os referidos imóveis, assinar qualquer contrato de arrendamento ou de compra e venda e as respetivas escrituras, pagar ou receber tudo o que for devido, dar as respetivas quitações, podendo celebrar negócios consigo mesmo nos termos do artigo 261 do código civil (PROCESSO Nº 595).

As casas têm a mesma planta arquitetônica, com dois pisos (rés-do-chão e primeiro andar), e em sua parte frontal foram construídas lojas comerciais, conforme a Figura 39 e as Fotos 61 e 62.

Figura 39. Visualização da área do ERF Vila Sara, 2019



Fonte: *Google Earth Pro. Org*: Autora (2020)

Foto 61. Vista parcial da parte interna do ERF Vila Sara



Fonte: Processo nº 303

Foto 62. Vista parcial das lojas comerciais na parte frontal no ERF Vila Sara



Fonte: Processo nº 303

O sistema de segurança é garantido por muro com cerca elétrica e uma empresa de segurança privada denominada *Executive Protection* com sede na Cidade de Maputo. Até no momento de trabalho de campo nenhuma loja estava operacional. De acordo com o PEUCM (2010), o ERF Vila Sara está implantado em área urbanizada, onde predomina a função habitacional, em que são permitidas outras ocupações ou utilizações, desde que compatíveis com a função habitacional, conforme o artigo 34.

5.3.16 Espaço residencial fechado Arco Íris

O terreno ocupado pelo espaço residencial fechado Arco Íris está localizado no bairro Matola A, parcela 732, talhão 164 (número 16 do Mapa 17), com área aproximada de 5.118,87 m². O primeiro ocupante do talhão foi José Rodrigues dos Santos com objetivo de construção de um telheiro (barracão para fabrico de blocos de cimento) em 1955. Havia em 2002 no talhão 164 algumas construções e árvores. A implantação do ERF Arco Íris levou às transformações da área e surgimento de novas construções, conforme a Figura 40.

Figura 40. Visualização da área do ERF Arco Íris, 2002 e 2019



Fonte: *Google Earth Pro. Org*; Autora (2020)

Consta no Processo (385) que para além de José Rodrigues dos Santos também fizeram uso do talhão 164 Romeu Ivens Ferraz de Freitas, Manuel Fernandez Vieira de Sá, Produtos Agrícolas Limitada – sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Com a construção do espaço residencial fechado Arco Íris houve mudanças no tipo de uso, conforme as Fotos 63 e 64.

Foto 63. Vista parcial da parte frontal do ERF Arco Íris



Fonte: Autora (24/02/2020)

Foto 64. Vista parcial da parte interna do ERF Arco Íris



Fonte: Autora (24/02/2020)

O espaço residencial conta com um sistema de segurança que envolve muro externo com cerca elétrica, muros interiores também com cercas elétricas e segurança privada não armada sob gestão dos próprios moradores. O espaço residencial tem sete unidades habitacionais de um piso e pertence a senhora Argentina Nhantumbo Maciaia (Informação coletada no espaço residencial no dia 24/04/2020). De acordo com o PEUCM (2010), o ERF Arco Íris está implantado em área urbanizada, onde predomina a função habitacional, em que são permitidas outras ocupações ou utilizações, desde que compatíveis com a função habitacional, conforme o artigo 34.

5.3.17 Espaço residencial fechado Intaka Village

O espaço residencial fechado Intaka *Village* no bairro Intaka (número 17 do Mapa 17), é o único na zona norte. Foi construído em parceria entre o Fundo de Fomento para Habitação – FFH (organismo público tutelado pelo Ministério de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos – MOPHRH) e a imobiliária chinesa *Henan Guoji*, LTDA. 85% do capital investido é estrangeiro e 15% nacional (Entrevista cedida por responsável do espaço residencial fechado Intaka *Village* no

dia 03/04/2020). O espaço era reserva⁹⁶ do Estado destinado para habitações. Em 2002, a área era inabitada, conforme a Figura 41.

Figura 41. Visualização da área do ERF Intaka Village, 2002



Fonte: *Google Earth Pro*. Org: Autora (2020)

Pelo interesse do FFH e a imobiliária *Henan Guoji*, LTDA em fomentar a habitação em um projeto faseado de cinco mil casas, conforme a Figura 42, foram cedidos o espaço pelo Município da Matola em 2012, ano em que iniciou a construção das primeiras casas.

⁹⁶ Existem no bairro Intaka áreas que constituem reservas do Estado, destinadas a implantação de complexos universitários de várias instituições de ensino, entre outros. Algumas áreas que constituem reservas do Estado estão sendo invadidas por pessoas para habitação (Entrevista cedida por um funcionario do municipio no dia 03/04/202).

Figura 42. Visualização da área do ERF Intaka Village, 2019



Fonte: *Google Earth Pro*. Org: Autora (2020)

O projeto abarca vivendas de um, dois, três e quatro quartos, apartamentos de um, dois e três quartos. Foram edificadas, ainda, vinte e sete lojas que ocupam uma parte da área frontal. As Fotos 65, 66 e 67 apresentam a entrada, a vista parcial das residências unifamiliares e das lojas comerciais.

Foto 65. Entrada do ERF Intaka Village



Fonte: Autora (03/04/2020)

Foto 66. Vista parcial das residências unifamiliares no ERF Intaka *Village*



Fonte: Autora (03/04/2020)

Foto 67. Vista parcial das lojas comerciais na parte frontal do ERF Intaka *Village*



Fonte: Autora (03/04/2020)

Não estão ilustrados os edifícios de apartamentos porque não foram permitidas fotografias no local, exceto as anteriores, à distância. As vivendas (em sete tipologias, dependendo da área e número de quartos) e os apartamentos (em três tipologias com os mesmos critérios) diferem entre si também em relação aos preços de venda: para as residências unifamiliares entre 40.000 e 136.000 dólares norte-americanos e para os apartamentos entre 46.000 e 102.000 dólares norte-americanos, aproximadamente, conforme as Tabelas 12 e 13.

Tabela 12. Tipologias, áreas e preços das vivendas no ERF Intaka *Village*

<i>Tipo</i>	<i>Tamanho (m²)</i>	<i>Preço de venda/USD</i>
<i>T1</i>	45	\$40.500
<i>T2A</i>	76	\$68.400
<i>T2B</i>	81	\$72.738
<i>T3A</i>	114	\$102.600
<i>T3B</i>	124	\$111.600
<i>T3C</i>	104	\$93.492
<i>T4</i>	152	\$136.503

Fonte: FFH – *Henan Guoji imobiliária*, LTDA (03/04/2020)

Tabela 13. Tipologias, áreas e preços dos apartamentos no ERF Intaka *Village*

<i>Tipo</i>	<i>Tamanho (m²)</i>	<i>Preço de venda/USD</i>
<i>ST1</i>	51	\$45.900
<i>ST2</i>	83	\$74.700
<i>ST3</i>	113	\$101.700

Fonte: FFH – *Henan Guoji imobiliária*, LTDA (03/04/2020)

Na primeira fase foram construídas 374 casas. Na segunda foram construídas 142 casas e na terceira fase construídas 166 casas todas prontas a habitar. O projeto ainda está no processo de implementação e nem todas as residências haviam sido comercializadas no momento do levantamento de campo. O sistema de segurança é garantido por muro com grade e homens de segurança pertencentes a empresa Pro-Segurança com sede na Cidade de Maputo. De acordo com o PEUCM (2010), o ERF Intaka *Village* está implantado em área urbanizável, não planificada e sem ocupação.

5.4 Espaços residenciais fechados sob várias perspectivas

Nesse quarto eixo vamos abordar os ERFs quanto ao acesso diferenciado a terra, a produção da autossegregação socioespacial, as opções por morar em ERF que se resumem em segurança e privacidade e desejo de casa própria, espaçosa e com quintal, relações sociais entre moradores dos ERF e os do entorno e os trabalhadores domésticos e da segurança nos ERF.

5.4.1 Terra urbana e os ERFs: acesso diferenciado

Durante as entrevistas com moradores de ERFs vários aspectos foram mencionados e observados elementos que demonstram diferenças entre os ERFs em termos de poder econômico, desde os mais elitizados com forte sistema de segurança montado até aqueles com as ruas não calçadas e fraco sistema de segurança.

Há ERFs construídos na cidade da Matola de forma ilegal em conexão com alguns dirigentes fazendo com que os moradores desses espaços demorem na regularização das suas moradias. De acordo com um dos entrevistados no município, a demora na tramitação de documentos deve-se ao incumprimento dos critérios estabelecidos para a construção:

Há ERFs na cidade construídos sem obedecer os critérios exigidos. Uns constroem de forma ilegal em conexão com alguns dirigentes, não pagam impostos e quando o tal dirigente perde o cargo a situação complica e as multas ficam pesadas. Outros constroem, vendem as casas e passam uma certidão para os compradores mas com situação pendente no município. Sucede que uns constroem e registram em nomes de terceiros (Entrevista cedida por um funcionário do município no dia 14/10/2019).

Mediante os problemas, os moradores são obrigados a tratar todo processo desde o pedido do DUAT, submissão do projeto para construção e todos outros passos subsequentes. Constituem-se assim no município processos individuais para os moradores desses ERFs. Entretanto, há ERFs construídos legalmente cujos processos de regularização são individuais pela opção dos promotores imobiliários e dos moradores.

Pela análise dos processos observou-se que a construção dos ERFs na cidade da Matola é ditada por uma relação da qual Cordeiro (2016, p. 162) considera “dialética entre poderes e favores” em que há troca de favores entre as partes. Essa dialética pode ser explicada pela presença da elite moçambicana nos registros de alguns espaços residenciais fechados. Por exemplo, os ERFs

Garden Park Premium e *Garden Park Village*⁹⁷ estão registrados em nome de Atanásio Salvador Mtumuke (ex-ministro da defesa). É um espaço conhecido na cidade como pertencente aos turcos, é gerido pelos turcos mas registrado em nome de moçambicano.

Em outros ERFs a elite moçambicana aparece como sócia do empreendimento, membro dirigente das empresas que os controlam ou dirigem. Na implantação dos ERFs Vila Sara, Matola *Dreams*, *Monomotopa*, *Niketche* etc constam moçambicanos como sócios, diretores etc., que posteriormente foram substituídos por outros moçambicanos e ou por estrangeiros. Essa substituição mostra que a elite moçambicana aparece como intermediária para facilitar a implementação do negócio no país, mesmo que isso seja considerada questão de lei ou soberania.

O envolvimento da elite moçambicana na implantação de ERFs com capital estrangeiro e restritos para a minoria reforça a ideia de que a elite africana que se desenvolveu sob o colonialismo é a mesma que se beneficia depois da independência, do neocolonialismo mantendo as estruturas socioeconômicas capitalistas. Serve uma força econômica devido a sua estreita ligação com os interesses capitalistas financeiros e comerciais das potências estrangeiras. É uma elite que venera as instituições e organizações do mundo capitalista e copia os seus antigos mestres coloniais, de quem está bem decidido a preservar o estatuto e o poder que herdou (NKRUMAH, 1977).

Contudo, a atuação da elite moçambicana na implantação de ERFs na cidade da Matola está a criar mudanças profundas. A maioria das terras onde estão implantados os ERFs tinham uso rural, como foi observado. Mesmo a terra sendo propriedade estatal, há que estava na posse de alguns agregados familiares, herdada de gerações com um modo de organização social diferente da capitalista que interfere de forma avassaladora fazendo mudanças profundas. Era considerada livre, comum e de uso para a vida onde muitos obtinham algum sustento.

A presença de novos elementos nessas áreas reprime os antigos moradores, tornando-os incompatíveis com novos usos (HARVEY, 2004). A interferência na terra antes sob posse dos naturais gera conflitos entre o poder político e as famílias envolvidas. Os conflitos podem ser justificados pela falta de redistribuição de terra aos moçambicanos depois da independência conforme revela Mandamule (2017):

Apesar do ideal de “libertação da terra e dos homens”, não houve no Moçambique pós-independência uma redistribuição justa da terra pelas famílias rurais. Pelo contrário, assistiu-se a uma dependência da trajetória marcada pela reprodução

⁹⁷ São ERFs de alto padrão, em que o preço de venda de cada moradia não estava abaixo dos 500 mil dólares norte-americanos em 2013, ano em que alguns moçambicanos envolvidos nas dívidas ocultas compraram moradias nesses ERFs. Funciona nesses espaços uma escola internacional denominada *Willow International School*.

das práticas administrativas das antigas potências coloniais, transformação das propriedades agrícolas privadas em machambas estatais, socialização do campo nas cooperativas e aldeias comunais, e confiscação das terras dos camponeses e pequenos produtores privados (NORTON, 2005; CAHEN, 1987; GAZIBO e JENSON, 2004 *apud* MANDAMULE, 2017, p. 47).

A falta de redistribuição faz com que cada família se sinta proprietária da terra herdada por gerações. Aliado à falta de conhecimento da terra como propriedade do Estado por parte de muitos moçambicanos, os conflitos vão se intensificando. Independentemente dos conflitos, quando urge a necessidade de terra para levar a cabo determinadas atividades, a estrutura responsável (distrito, município etc.), seleciona as áreas para a implementação das mesmas. Dos processos analisados no município da Matola observou-se que os espaços residenciais fechados estão sendo implantados em:

a) Áreas antes ocupadas pelos naturais e sem a documentação exigida para a posse de terra como Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT). Um exemplo de área que antes era ocupada pelos naturais e foi transformada em área residencial de elite (econômica e política) com a implantação de espaços residenciais fechados e moradias de alto padrão é Tchumene I no bairro Matola Gare, conforme ilustrado nas Fotos 4 e 5. Tchumene I (quarteirão 28) é o quarteirão com maior número de ERFs que totalizam 13. Como forma de demonstrar a transformação de Tchumene I que antes era habitado por naturais e passou a ser habitado por elite política e econômica, trazemos aqui alguns exemplos.

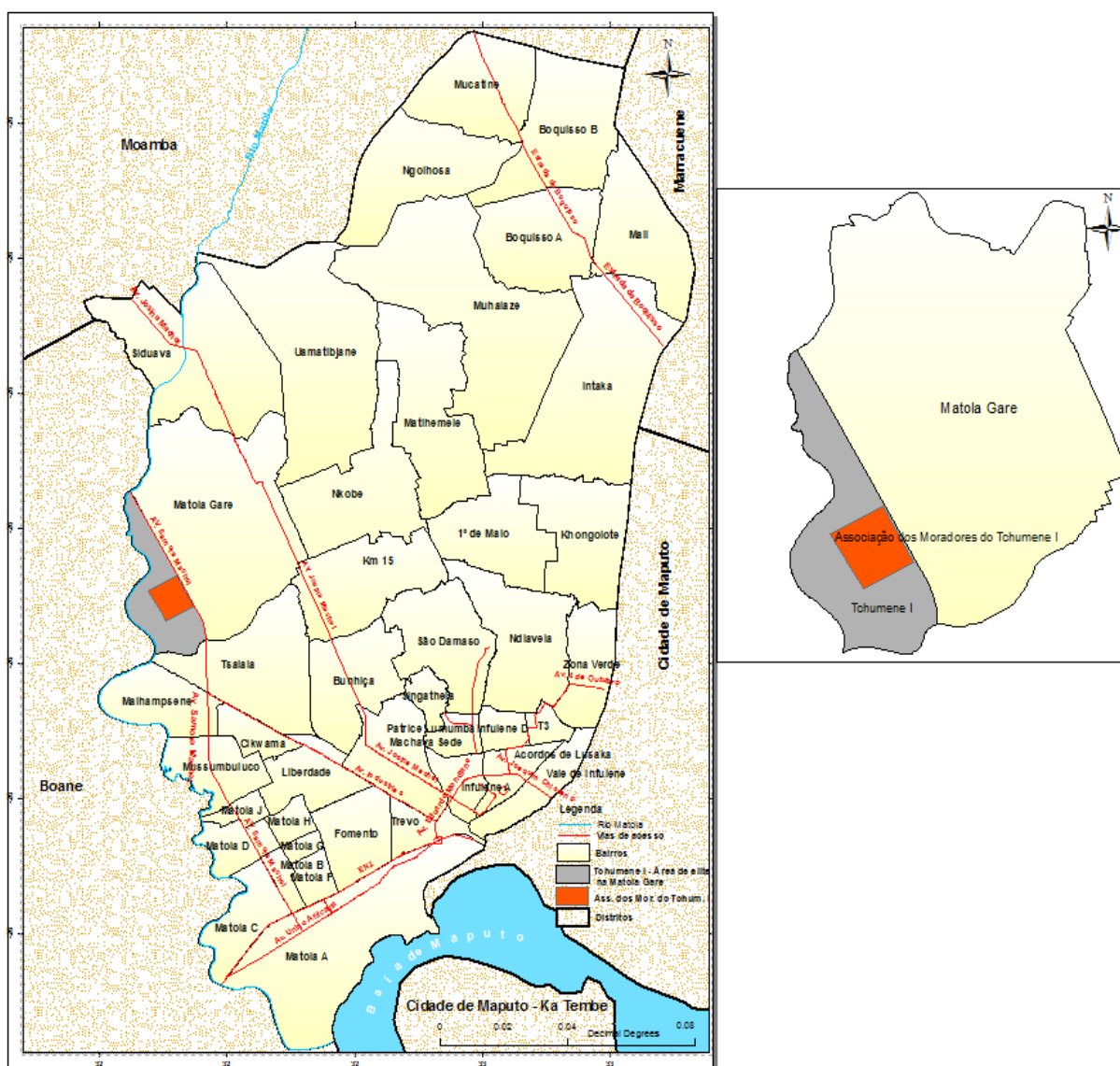
De acordo com as entrevistas realizadas no bairro Matola Gare apurou-se que, antes de Tchumene I ser transformado em área de elite e implantação de espaços residenciais fechados e moradias de alto padrão, as pessoas rejeitavam talhões cedidos porque era área coberta de mata, com falta de transporte o que tornava a área de difícil acesso e havia escassez de água. A água consumida pelos naturais era insalubre adquirida em poços artesanais nas margens do rio Matola ou em lagoas que eram alimentadas pelas águas das chuvas. Não só, os naturais que residiam em Tchumene I atravessavam a EN4 para lugares que tinham água ou se dirigiam à estação da Matola Gare onde o fornecimento de água era feito por comboio que transportava água nos tanques da Cidade de Maputo. Este fenômeno perdurou até a década de 1990 (Entrevista cedida por morador de Tchumene I em 10/12/2019).

No âmbito das entrevistas, ficou evidente que com a transformação de Tchumene I em área residencial de elite, a maior parte dos naturais foram retirados e alocados em outros bairros tendo restado somente quatro famílias. Constatou-se que as quatro famílias não tinham acesso a água

potável. Obtinham água comprando com os privados, o que lhes acarretava custos, visto que, cada mil litros custavam-lhes quinhentos Meticais (500 MT). Segundo um morador, deu a entender que, a área foi concebida para abrigar pessoas com posses, porque tinha sido reservada uma área nas proximidades do rio Matola para ser campo de golfe.

Com a morte do ex. presidente (Carlos Tembe), o seu sucessor barrou esse projeto. O espaço reservado para campo de golfe, comércio e áreas de lazer foi parcelado e distribuído a outra elite. Um aspecto que chama atenção ainda em Tchumene I é a existência de uma área exclusiva e vedada em nome da Associação dos Moradores do Tchumene I, conforme Mapa 18.

Mapa 18. Localização da Associação dos Moradores do Tchumene I



Fonte: INE (2015); Autora (2020)

A associação evidencia a autossegregação socioespacial entre os próprios moradores de Tchumene I embora pela vista exterior possa parecer que todos têm poder aquisitivo e comungam dos mesmos ideais. É um quarteirão com elite dividida (dentro e fora da vedação). A associação conta com um escritório e funcionários que velam pelos assuntos dos moradores, uma empresa privada de segurança – VIP Segurança, um trator para a coleta de lixo, um posto policial construído pela própria associação, mas entregue ao Governo.

Os homens da lei e ordem que trabalham no posto policial não só velam pelos moradores da associação mas também por outros moradores fora da associação. Os moradores do espaço vedado pagam taxa mensal no valor de 2.250 Meticais para o funcionamento da associação. A taxa paga serve para prestação de serviços comuns como coleta de lixo, pagamento aos funcionários que trabalham para a associação, empresa de segurança etc. Os que pagam taxa entram na associação pela entrada frontal utilizando controle remoto, conforme as Fotos 68 e 69.

Foto 68. Vista parcial da entrada principal da Associação dos Moradores do Tchumene I



Fonte: Autora (11/12/2019)

Foto 69. Vista parcial da entrada principal da Associação dos Moradores do Tchumene I



Fonte: Autora (17/12/2019)

Os moradores da associação que não pagam as taxas sofrem sanções. Uma das sanções é entrar na associação por meio do portão lateral destinado a devedores e caminhões pesados, sem direito de segurança abrir e fechar a cancela, conforme ilustrado na Foto 70.

Foto 70. Entrada para os devedores e caminhões pesados na Associação dos Moradores do Tchumene I.



Fonte: Autora (23.12.2019)

Durante o trabalho de campo observou-se que alguns moradores descem, abrem a cancela, entram e não voltam para fechar. O segurança é obrigado a fechar porque o devedor não o fez. O fechamento da área criou problemas, a vedação era sempre vandalizada. Para solucionar o problema foram abertas entradas nas laterais, de modo a facilitar a circulação de peões com vários destinos, conforme a Foto 71.

Foto 71. Vista parcial da vedação e entrada e saída de peões na Associação dos Moradores do Tchumene I



Fonte: Autora (28.05.2020)

As entradas laterais são fechadas às 22 horas e os peões são obrigados a entrar pelo portão frontal da associação. As mudanças em Tchumene I levam, por um lado, os naturais a agradecerem pelas infraestruturas implantadas, conforme o depoimento de um dos entrevistados:

Houve mudanças grandes nessa zona. Aqui era mato, as casas eram uma aqui outra lá. Para ir em casa do vizinho levávamos 15 minutos. Agora vemos construções a partir da EN4, tem iluminação, ruas embora sem pavimento. Muitas pessoas não queriam vir para aqui porque não tinha água. Eu vim para aqui porque tinha curral e comprava água de vez em quando para animais e consumo (Entrevista cedida por um morador de Tchumene I no dia 12.12.2019).

Por outro lado, a evolução de Tchumene I está a criar um mal-estar entre os naturais e os novos moradores devido à falta de convivência e algumas restrições impostas.

Estou aqui desde 1978, vivia na Cidade de Maputo com meu marido, divorcamos, vendemos a casa e eu vim aqui para cultivar. Tudo isso era dos meus avós maternos, eram machambas, era mato aqui, não tinha ninguém éramos nós só os naturais. Vivíamos bem, com a vinda deles tudo mudou. Antes as pessoas se visitavam, hoje vizinho é aquele que mora fechado, basta sair de carro não está a ver ninguém. Você só ouve que está chegar ou sair por causa de carro. Pode gritar ninguém sai para ver o que se passa, pelo menos cumprimentar bom dia. Não sei, faz de contas que nós somos de outro bairro enquanto somos do mesmo quarteirão. Eles são eles, nós somos nós também, o que fazer? Antigamente aqui

era bom, vivíamos bem. Agora cada qual fica em casa dele. Como conviver com eles enquanto somos separados? Basta te ver parece você é de longe. Vieram e nos encontraram aqui, eles são grandes, é só reparar. Esse aqui (vizinho) tinha deixado um lugar para eu entrar no quintal dele para tirar água, disse vizinha não pode sofrer água mas fechou e agora não tenho como entrar para tirar água aí. Estou aqui porque gosto do lugar, podia ter vendido e sair mas gosto daqui, sou daqui e herdei essa terra dos meus avôs maternos. Nem mercado para comprar tomate temos. Falecido Carlos Tembe⁹⁸ tinha deixado área para equipamentos como mercado, escola, campo de futebol e estabelecimentos comerciais, já não temos essa área, parcelaram e venderam os terrenos para habitação das pessoas com dinheiro. Queriam que saíssemos daqui para dar lugar os que têm dinheiro, onde já se viu isso? Eu resisti e já tenho DUAT, o meu filho que está na África do Sul vai começar a construir aqui (Entrevista cedida por uma moradora de Tchimene I no dia 11.12.2019).

No depoimento acima, a moradora fala da transformação de área que estava destinada para a implantação de equipamentos em área residencial evidenciando o incumprimento na implementação dos instrumentos de ordenamento de território pelas autoridades municipais, tal como aconteceu na implantação dos ERFs *Matola Housing, Kings Village Alas A e D* etc., onde houve desvio de uso de solo. Não só, em uma área onde antes era habitada por naturais que conviviam, com a chegada dos novos ocupantes observam-se mudanças no modo de vida, não há mais convivência entre os moradores antigos e os novos.

b) Áreas que desde o período colonial estavam destinadas para a habitação tanto para os colonizadores como para os indígenas. Um dos bairros que podemos citar como destinado a habitação é o bairro Matola A que, para além de ser bairro habitacional para os colonizadores também era destinado a implantação de indústrias, serviços, áreas de lazer, entre outros. No período colonial, pelo fato do bairro possuir solo arenoso considerado impróprio para agricultura, não eram atribuídos talhões às pessoas cujo objetivo era a prática agropecuária.

A não aptidão do solo para agricultura nesse bairro é citada no Processo nº 595, do talhão nº 162 em que o requerente pretendia um talhão para a construção de moradia. No despacho que data de 1954 o requerente foi informado que “a terra era inapta para agricultura, sem nascentes e cursos de água”. Um dos exemplos de ERFs implantados nessa área é Vila Sara no bairro Matola A, segundo bairro que concentra maior número de ERFs depois de Matola Gare e segundo também em termos da população depois do bairro Ndlavela conforme é evidenciado nos dados do IV Censo.

⁹⁸ Primeiro presidente do município da Matola falecido em Dezembro de 2007, vítima de doença.

c) Reservas indígenas – quanto à implantação de espaços residenciais fechados em áreas antes destinadas a indígenas citamos, como exemplo, as parcelas 42 onde está implantado o espaço residencial fechado do PETROMOC (Petróleos de Moçambique) e 828 onde estão implantados os espaços residenciais fechados Vila das Famílias e Flor da Pedra. As duas parcelas no período colonial constituíam reservas indígenas, eram destinadas para habitação dos naturais. Essa reserva de área na cidade da Matola somente para habitação de indígenas no período colonial já revela a segregação socioespacial em que os colonizadores habitavam em áreas específicas diferentes dos naturais.

d) Áreas antes destinadas à agropecuária designadas por “zonas verdes”⁹⁹. Eram áreas destinadas à criação de animais de pequena espécie e atividade hortícola. Em alguns processos analisados as zonas verdes mantiveram-se até por volta do ano 2000. Depois de 2000, proprietários com áreas destinadas à agropecuária pediram mudança de atividades, de agropecuária para habitacional. Nas fichas de ocupação de terreno da Direção de Construção e Urbanização encontradas nos processos de pedido de terreno, nas zonas verdes não era permitida a edificação de infraestruturas definitivas. Antes do despacho final de autorização para concessão de terreno, a ficha de pedido passava por dois pareceres, um parecer urbanístico e outro parecer agrícola.

Também constam na ficha de ocupação de terreno as seguintes notas sobre zonas verdes:

I) A construção de infraestruturas definitivas nos terrenos concedidos deve ser requerida a Direção de Construção e Urbanização. Geralmente não é permitida a construção de habitações definitivas nas zonas verdes.

II) Conforme as zonas de atribuição de terrenos nas zonas verdes do despacho de Presidente do dia 27/8/82, estão previstas as seguintes categorias:

- 1) Qualquer tipo de aproveitamento (inclui a exploração agrícola e criação de qualquer tipo de animais de pequena espécie).
- 2) Qualquer tipo de aproveitamento excluindo a criação de suínos, patos e gansos.

e) Áreas que constituem reservas do Estado para a implantação de habitação, infraestruturas e equipamentos. Exemplo da área ocupada pelo espaço residencial fechado *Intaka Village*.

⁹⁹ Todos cidadãos que pretendiam ocupar as zonas verdes entravam com pedido para a prática de agropecuária. Um aspecto que chama atenção nos pedidos de espaços para agropecuária está relacionado com o ponto 2, referente as zonas de atribuição de terrenos nas zonas verdes do despacho de sr. Presidente do dia 27/8/82 no qual proíbe-se a criação de suínos, patos e gansos. Mas em processos analisados os requerentes pedem espaços e mencionam nos seus planos de atividade a criação dos animais proibidos no ponto 2 e foram concedidos.

Baseando-se em Plano de Estrutura Urbana da cidade da Matola que distingue o uso dominante do solo em 7 categorias (espaço urbanizado, espaços urbanizáveis, espaços industriais, espaços de indústria extrativa, espaço para atividade agrícola, espaço afeto a estrutura ecológica e espaços canais), os ERFs analisados localizam-se em áreas (urbanizada, urbanizável, urbanizável de baixa densidade, residencial de baixa densidade, para equipamentos sociais e serviços públicos e de indústria, armazenagem e reparação).

A implantação de ERFs na cidade da Matola em áreas para equipamentos sociais e serviços públicos e de indústria, armazenagem e reparação demonstra o desvio de uso pelo Estado. O poder do Estado é usado para impor as regras que na sua maioria contrariam os instrumentos de ordenamento do território e a vontade da população. Toma-se a terra, retiram-se os naturais como aconteceu em Tchumene I para dar lugar a novos intervenientes (produtores) do espaço. As áreas antes tratadas como zonas verdes destinadas à prática agropecuária, com proibição de construções definitivas, foram transformadas em áreas residenciais de construções definitivas. Por se encontrarem bem localizadas em relação ao centro da cidade da Matola são áreas ocupadas por pessoas de poder aquisitivo tanto nacionais como estrangeiros tendendo a estrangeirização¹⁰⁰ da terra embora essa seja propriedade estatal.

O que nos leva a mencionar a estrangeirização de terra e internacionalização na implantação de ERFs na cidade da Matola é a presença de muitos estrangeiros (chineses, portugueses, indianos etc.) nesse processo como sócios, diretores, arquitetos entre outras funções. Sendo Moçambique um país subdesenvolvido, poucos nacionais têm a capacidade de investir em ERFs. A terra sendo estatal e que não pode ser vendida, os estrangeiros têm acesso com a intermediação dos moçambicanos. Podem adquirir de acordo com Pereira (2019) por intermédio de empresas nacionais, contratos de parceria, contratos de gaveta, terras registradas em nomes de laranjas. Pereira (2019, p. 76), já salienta que “as transações que envolvem terras nem sempre são transparentes e compreendem uma gama de agentes que nem sempre aparecem nos negócios”.

Concordando com Harvey (2004), o que está a acontecer na implantação dos ERFs na cidade da Matola é a conversão dos direitos de propriedade do Estado em direitos exclusivos a favor dos promotores imobiliários mediante a retirada de posse da terra e supressão dos direitos e de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo dos naturais.

¹⁰⁰ Processo histórico que consiste em apropriação do território por agentes (trans) nacionais cujo objetivo é garantir a acumulação de capital (PEREIRA, 2019).

5.4.2 Espaços residenciais fechados: a produção da autosegregação socioespacial na cidade da Matola

O conceito de autosegregação tal como formulado nessa tese, pode agora ser retomado. Afirmamos que a autosegregação é expressa pela implantação de ERFs.

Um primeiro ponto a ser tratado é o fato de que os ERFs representam produtos inacessíveis para a imensa maioria, seja em relação ao preço das habitações em si, seja em relação aos demais elementos que os acompanham, como, por exemplo, os serviços de segurança, as áreas comuns como piscinas e áreas esportivas. Os custos a serem pagos periodicamente para tais acessos claramente são resultantes e ao mesmo tempo impõem desigualdades, dados os baixos salários, a informalidade e mesmo o desemprego da grande maioria da população.

Aliado a isto, um segundo e relevante fator são os intrincados e complexos processos não apenas de acesso à terra mas também o domínio que sobre ela exercem certos segmentos da sociedade moçambicana, seja por origem familiar, seja pela ocupação de cargos públicos, seja ainda pelo acesso diferenciado às estruturas dos poderes locais ou nacionais.

Em terceiro lugar, não deixa de ser notável, a presença crescente de estrangeiros no comando sobre parcelas de terras ou na produção de habitações, em especial nos ERFs. Mesmo que de maneiras veladas ou através de associação com moçambicanos, esta crescente estrangeirização indica claramente mudanças de patamares sobre como a terra e moradia tem sido tratadas no país.

Para além destes três fatores cruciais apontados, faz necessário avançar na compreensão sobre quem são os moradores desses espaços, quais relações estabelecem com os moradores do entorno e qual a percepção dos moradores do entorno em relação aos moradores dos espaços residenciais fechados. Para elucidar as questões levantadas as entrevistas foram muito importantes e sua análise subsidiará a investigação a partir deste ponto da tese.

O ponto de partida levado, aqui, em consideração é o de que quem adquire uma moradia em espaço residencial fechado em Moçambique é pessoa com certo poder aquisitivo de acordo com a renda individual ou familiar¹⁰¹. Como exemplos, que também incluem a cidade da Matola

¹⁰¹ Referir que Moçambique não é caso excepcional em que os imóveis em ERFs são adquiridos por pessoas com poder aquisitivo. Mas, os preços aplicados em Moçambique tornam-se exorbitantes levando em consideração os salários usufruídos no aparelho do Estado, assim como as condições socioeconômicas da população que na sua maioria vive do comércio informal. Há a salientar que, existem países como Brasil em que já se observa a implantação de ERFs para pessoas de baixa renda o que ainda não se observa em Moçambique.

vamos nos basear em fatos arrolados no jornal SAVAVA de 29 de Março de 2019 intitulado “ A malta que levou o país à desgraça: turma dos *gangsters*”. Na segunda página desse jornal com o subtítulo “dívidas ocultas¹⁰²: como se gasta o dinheiro fácil” arrola-se como as pessoas envolvidas em Moçambique nas chamadas dívidas ocultas, que datam de 2013, gastaram o dinheiro.

Muitos deles investiram em viaturas de luxo, viagens, festas e imóveis de alto padrão em diversas cidades do país. No mesmo jornal, foram citados três moçambicanos (A, B e C) que usaram uma parte do dinheiro para aquisição de habitações em ERFs a preços bastante elevados. Dos três citados, o moçambicano **A** adquiriu um imóvel em um espaço residencial fechado de luxo (não foi mencionado o nome do espaço no jornal) na Cidade de Maputo por um preço de um milhão e cem mil (1.100.000) dólares norte-americanos equivalente aproximadamente a trinta e quatro milhões (34.000.000)¹⁰³ de Meticais em 2013 (SAVANA (2019, p. 2).

O segundo cidadão moçambicano **B**, adquiriu dois apartamentos no espaço residencial fechado *Garden Park Village*, na cidade da Matola ao preço de quinhentos mil (500.000) dólares norte-americanos cada, equivalentes aproximadamente a trinta milhões e novecentos e dez mil (30.910.000) Meticais os dois imóveis (SAVANA, 2019, p. 2).

O terceiro cidadão moçambicano **C** também adquiriu dois imóveis no espaço residencial fechado *Garden Park Village* na cidade da Matola por um milhão e cinquenta e cinco mil (1.055.000) dólares norte-americanos, equivalentes aproximadamente à trinta e dois milhões (32.000.000) de Meticais (SAVANA, 2019, p. 3).

Para fins de comparação, os salários usufruídos em Moçambique sobretudo no aparelho do Estado tornam-se inviáveis para adquirir um imóvel em um ERF. Para sustentar essa afirmação, ilustramos o Quadro 8 com os valores de salários mínimos estabelecidos entre 2013 à 2016. Mas, os valores que nos interessam agora analisar são os de 2013, pelo fato deste, ser o ano em que foram adquiridos os dois imóveis no espaço residencial fechado *Garden Park*.

¹⁰² Esquema de corrupção no Estado Moçambicano que lesou o povo. Na contração da dívida externa no valor estimado em 350 milhões de dólares norte-americanos cujo objetivo era a proteção da zona costeira, alguns moçambicanos receberam comissões ilícitas e o valor excedeu a 2 mil milhões de dólares norte-americanos. Em Moçambique, vários políticos estão envolvidos sendo o ex. ministro das Finanças Manuel Chang preso na África do Sul em 2018 um deles. O ex. ministro das Finanças dispôs-se a assinar garantias para avalizar os empréstimos, em troca de subornos milionários (CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA – CIP, 2019).

¹⁰³ O valor em Meticais foi calculado mediante a variação do dólar¹⁰³ em Moçambique no ano de 2013.

Quadro 8. Moçambique: Salários mínimos por setores entre 2013 à 2016

Sector de atividade		Salário mínimo em MT			
		2013	2014	2015	2016
Sector 1	Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	2.500	3.183	3.183	3.298
Sector 2	Pesca industrial	2.850	3.500	3.500	3.815
Sector 2-a	<i>Kapenta</i>	2.645	3.000	3.000	3.375
Sector 3	Indústria de extração de minerais	4.651	5.643	5.643	6.213
Sector 3-a	Pedreiras	3.888	4.539	4.539	4.907
Sector 3-b	Salinas	3.888	4.176	4.176	4.476
Sector 4	Indústria transformadora	3.943	4.815	4.815	5.200
Sector 4-a	Sector da panificação	3.195	3.790	3.790	3.985
Sector 5	Produção e distribuição de eletricidade, gás e águas	4.107	5.402	5.402	6.036
Sector 5-a	PME	4.107	4.851	4.851	5.421
Sector 6	Construção	3.495	4.483	4.483	4.886
Sector 7	Atividades dos serviços não financeiros	3.826	4.676	4.676	5.050
Sector 8	Atividades financeiras	6.817	8.050	8.050	8.750
Sector 8-a	Microfinanças e micro-seguradoras	6.817	7.800	7.800	8.400
Sector 9	Administração pública, defesa e segurança	2.780	3.302	3.302	3.535

Fonte: Langa; Uqueio (2016).

MT – Metical

Observa-se no Quadro 8 que, em 2013, o ano de aquisição dos imóveis os valores estabelecidos para os salários mínimos em Moçambique variaram entre o mínimo de dois mil e quinhentos Meticais (2.500 MT) nos setores da agricultura, pecuária, caça e silvicultura e o máximo dos mínimos foi de seis mil e oitocentos e dezessete Meticais (6.817 MT) nos setores de atividades financeiras e micro-finanças e micro-seguradoras. Nesse mesmo ano o câmbio de dólar norte-americano em Moçambique oscilou¹⁰⁴. O salário mínimo em dólar norte-americano no país variou entre 81 a 232 dólares.

¹⁰⁴ O valor mínimo foi de 29,43 Meticais observado nos meses de Fevereiro e Junho, isto é, um dólar norte americano nos meses de Fevereiro e Junho comprava 29,43 Meticais. O valor máximo foi alcançado em Abril, onde um dólar norte americano alcançou 30,91 Meticais. (<https://freecurrencyrates.com/pt/exchange-rate-history/USD-MZN/2013/yahoo>).

Levando em consideração que Moçambique é um país pobre¹⁰⁵ no qual a maior parte da população vive com menos de 2 dólares norte-americanos por dia, índice de analfabetismo elevado e a maior parte da população trabalhando no mercado informal de acordo com INE (2015; 2019); Maposse (2011), um moçambicano recebendo mensalmente um salário mínimo de 81 dólares norte-americanos sem contar com despesas que garantem a vida necessitaria de aproximadamente 514 anos para comprar uma moradia que custa 500.000 mil dólares norte-americanos em um ERF.

Em um país com as condições acima descritas morar em um espaço residencial fechado é sinônimo de riqueza, de quem tem poder, de pertencer a elite tanto política como econômica e, que passa a se distinguir dos demais também com base no modo de vida diferente dos que não pertencem a esse seguimento de classe e, portanto não tem acesso a esses espaços. Para além dos preços elevados na aquisição de imóveis nos ERFs, o habitar nesses espaços também requer custos mensais (as taxas), para além de serem espaços normados cuja vivência é baseada em regras específicas diferentes dos demais espaços vividos na cidade da Matola evidenciando a clara distinção.

As regras são impostas aos moradores, trabalhadores¹⁰⁶ e visitantes. Dentre as normas impostas aos moradores se destacam: proibido buzinar no espaço, há limite de velocidade, proibido praticar desporto nas áreas comuns, proibido barulho (música alta, gritos etc.), proibido consumo de álcool em espaços comuns, proibido urinar nas áreas comuns, proibido ocupar ou estacionar na estrada principal, pagamento de taxa entre os dias 1 a 15 de cada mês, não receber muita visita sem informar a direção, para a efetivação de obras deve-se informar a comissão, tomar banho antes de entrar na piscina (para os ERFs que têm piscinas).

Em alguns ERFs como o do PETROMOC, é proibido criar cachorros. Para os ERFs que permitem a criação de cachorros, estes não são permitidos circular no ERF sem acompanhante, entre outras regras.

Quando se trata de trabalhadores eventuais (os que são contratados para a prestação de serviços como pedreiros, canalizadores, eletricitas etc.) os moradores devem comunicar com antecedência que receberão alguém que vai realizar certo tipo de trabalho. Quando a pessoa chega,

¹⁰⁵ A pobreza em Moçambique apresenta diferenças regionais, provinciais e áreas (rural e urbana). Em termos regionais, as regiões centro e norte são mais pobres em relação a região sul. As províncias com maiores níveis de pobreza são Niassa, Nampula e Zambézia e, as de menores níveis de pobreza são Província de Maputo e Cidade de Maputo. Na área rural, 56% das famílias são pobres e na área urbana as famílias pobres rondam os 41.1%. Em cada dez habitantes pobres, oito residem na área rural (BANCO MUNDIAL, S/D).

¹⁰⁶ Nos referimos aos empregados domésticos e aos trabalhadores eventuais.

deve deixar a identificação na guarita e recolhe na hora de saída. Para as visitas, essas só entram no espaço residencial após identificarem-se e confirmação do morador.

5.4.3 As opções por morar em um ERF

Na cidade da Matola, inúmeras são as razões que levaram pessoas a optarem por morar em espaços residenciais fechados que apesar de algumas diferenças, têm muitos pontos em comum. Uns alegam que a casa foi cedida pelo empregador, outros alegam necessidade de um lugar tranquilo depois da aposentadoria, segurança e privacidade, a procura de melhores condições e desejo de casa própria, espaçosa com quintal etc. Pelas respostas obtidas, a questão segurança e privacidade são fundamentais pela escolha desses espaços que por vezes tornam-se apenas aparentes¹⁰⁷ depois de adquirir o imóvel.

Outros elementos atrativos que também seriam importantes para a escolha de habitar em um ERF como áreas de lazer (piscinas, parques infantis, campos multifuncionais, entre outros), não existem em muitos ERFs da cidade da Matola, indicando que mesmo entre universo dos ERFs existem diferenças, heterogeneidades. Dentre várias razões vamos destacar aqui duas: segurança e privacidade e desejo de casa própria, espaçosa com quintal.

5.4.3.1 Segurança e privacidade

Dos entrevistados, a segurança e privacidade foram alguns dos principais fatores que os levaram a residir em espaços residenciais fechados. Os moradores se sentem seguros em relação ao mundo exterior devido aos sistemas de segurança montados. Afirmam que os filhos podem brincar a vontade e, quando tentam sair até a rua sem o conhecimento dos pais são impedidos pelos seguranças, por exemplo. A segurança ostentada nos espaços residenciais fechados é garantida por sistema composto por muro, muitas vezes com cercas elétricas e por vezes reforçados com garrafas partidas, arames, picos, grades, câmeras de vigilância, contratação de empresas privadas de segurança (profissionais) ou seguranças contratados e sob controle dos próprios moradores.

Tanto os serviços profissionais de segurança, prestados por empresas formais, quanto aqueles mais pessoais são responsáveis pela guarnição do espaço e controle de saídas e entradas de moradores, trabalhadores e visitantes. Porém, os espaços residenciais fechados que optam por não contratar uma empresa privada de segurança deve-se ao aumento dos custos financeiros. Para

¹⁰⁷ Tornam-se aparentes porque em alguns espaços residenciais fechados como Esperança na Matola Gare, Jessibela etc., durante as entrevistas os moradores relataram ocorrência de assaltos. Questão que não será aqui tratada.

garantir a segurança, contratam homens sob a gestão dos próprios moradores por meio da comissão de moradores. Arco Íris e Camejo são exemplos de espaços residenciais fechados com homens de segurança sob gestão dos próprios moradores.

De acordo com as informações obtidas, o não contratar empresa privada de segurança deve-se ao comportamento de certos moradores resistentes ao pagamento de taxa/s¹⁰⁸ exigidas. A cerca elétrica, por exemplo, que também constitui um dos sistemas de segurança requer custos que devem ser suportados pelas taxas pagas pelos moradores. Durante o trabalho de campo observou-se que não são todos espaços residenciais fechados na cidade da Matola com muro equipado com cerca elétrica. São exemplos de espaços residenciais fechados sem cerca elétrica de uso comum a Vila Camejo, Vila das Famílias, *Intaka Village*, *Kings Village* Ala D, entre outros. Como síntese de sistema de segurança, está ilustrado no Quadro 9 o sistema de segurança nos dezessete ERFs analisados.

Quadro 9. Sistema de segurança nos dezessete ERFs

N. de Ordem	Nome do ERF	Sistema de segurança
1	<i>Intaka Village</i>	Muro com grade e homens de segurança pertencentes a empresa Pro-Segurança
2	Vila D'ouro	Muro com cerca elétrica, sistema de alarme e homens de segurança pertencentes a empresa S.S.P
3	Vila Camejo	Muro sem cerca elétrica e homens de segurança sob gestão do próprio ERF
4	<i>Queen's Village</i>	Muro com cerca elétrica, câmeras de vigilância e homens de segurança pertencentes a empresa <i>Capital Security</i>
5	<i>Fountain Residence</i>	Muro com grade
6	<i>Niketché</i>	Muro com cerca elétrica e homens de segurança pertencentes a empresa Homens de Segurança (HS)

¹⁰⁸ As taxas pagas nos espaços residenciais fechados são gastas em manutenção e/ou prestação de serviços para o bem estar de todos moradores. É com base nas taxas que se pagam as empresas privadas de segurança ou homens que são contratados para garantir a segurança, pagamento das contas de energia e água dos lugares comuns dentro do espaço, pagamento à empresa ou pessoas que recolhem lixo, aos trabalhadores que velam pela limpeza, entre outras despesas. O não pagamento das taxas tem consequências, pois, existem regras estabelecidas para os devedores. O valor das taxas varia para cada espaço residencial fechado. Na maioria dos espaços residenciais fechados não foi revelado.

7	<i>Eden Residence Gardens</i>	Muro com cerca elétrica e homens de segurança pertencentes a empresa Homens de Segurança (HS)
8	<i>Shelyns</i>	Muro com cerca elétrica e homens de segurança pertencentes a empresa <i>Capital Security</i>
9	Flor da Pedra	Muro com cerca elétrica, reforçado com arame e picos e homens de segurança sob gestão do próprio ERF
10	Vila das Famílias	Muro cercado de arame e garrafas partidas e homens de segurança pertencentes a empresa S.S.A Segurança
11	<i>Kings Village Ala A</i>	Muro com cerca elétrica, câmeras de vigilância e homens de segurança pertencentes a empresa <i>Capital Security</i>
12	<i>Kings Village Ala D</i>	Muro sem cerca elétrica, câmeras de vigilância e homens de segurança pertencentes a empresa <i>Proteseg LTDA – Universal Security</i>
13	<i>Matola Housing</i>	Muro com cerca elétrica e homens de segurança pertencentes a empresa Homens de Segurança (HS)
14	<i>Elite Village</i>	Muro com cerca elétrica e homens de segurança sob gestão do próprio ERF
15	Arco Íris	Muro com cerca elétrica e homens de segurança sob gestão do próprio ERF
16	Vila Sara	Muro com cerca elétrica e homens de segurança pertencentes a empresa <i>Executive Protection</i>
17	PETROMOC	Muro com cerca elétrica, câmeras de vigilância e homens de segurança pertencentes a empresa Múltipla Segurança.

Fonte: Autora (2020)

Adicionalmente e para além de sistema de segurança comum, há moradores em ERFs que montam em suas casas seu próprio sistema de segurança como Homens de segurança de empresas privadas, câmeras de vigilância, muro com cerca elétrica e cães como reforço, segundo depoimento de um dos moradores:

Desde que fui assaltado montei muro com cerca elétrica, cães, câmeras de vigilância, Homens de segurança privada. Quero montar grades mas a minha casa vai perder estética estou a pensar como fazer, quero montar sensores. Viver em espaço residencial fechado acaba saindo mais caro porque alguns não contribuem e acabam sobrecarregando os outros. Quando me assaltaram procurei mudar para outro espaço residencial fechado, acabei desistindo porque lá também houve assalto naquela mesma semana (Entrevista cedida por um morador do espaço

residencial fechado Esperança em Tchumene II, bairro Matola Gare no dia 23.12.2019).

Pela fala do entrevistado entende-se que é um morador com poder aquisitivo, isso porque, pelo assalto que sofreu pensou de imediato em mudar de casa que é comprada para um outro ERF, levando em consideração que as casas em ERFs são caras. Não só, o sistema de segurança que o mesmo morador montou desde cerca elétrica até Homens de segurança privada é caro para o manter, para além do sistema de segurança comum que também exige custos. Embora ocorrerem assaltos em ERFs, os que antes moravam em outras áreas ou em prédios e depois passaram a morar nesses espaços alegam a falta de segurança e privacidade nos espaços vividos anteriormente.

Viver na cidade¹⁰⁹ e no prédio era complicado, ambiente caracterizado por muito barulho, vendedores ambulantes por tudo que é canto. Pessoas que moram na cidade não estão felizes, por isso, a primeira oportunidade que lhes aparece estão a sair (Entrevista cedida por um morador do espaço residencial fechado Esperança – em Tchumene II, bairro Matola Gare no dia 23.12.2019).

Observa-se na fala do entrevistado a negação dos vendedores ambulantes, que sobrevivem de comércio informal, setor que garante o sustento de muitas famílias moçambicanas. Para o entrevistado, a existência de vendedores ambulantes nas áreas centrais não traz segurança, cria agitação o que perturba o ambiente. Há rejeição dos outros, optando por pessoas do mesmo segmento socioeconômico.

Na prática, o depoimento acima citado não se alinha com a realidade vivida por imensa maioria dos moçambicanos. Existem muitas pessoas que almejam morar em bairros centrais (bairros de cimento) pelas facilidades que esses oferecem em termos de transporte, serviços, estabelecimentos comerciais, áreas de lazer, mas, não podem porque os custos do aluguel, aquisição de apartamento ou moradia são bastante elevados e não podem ser suportados por qualquer cidadão. Enquanto alguns optam por morar em bairros centrais pelas facilidades que oferecem, há os que optam pelos ERFs independentemente da distância que os separa dos bairros centrais, movidos pelo desejo de se afastarem e portanto de se diferenciarem.

5.4.3.2 Desejo de casa própria, espaçosa e com quintal

Assiste-se nas cidades moçambicanas a saída de pessoas com poder aquisitivo dos bairros de cimento para certas periferias onde adquirem terrenos de grandes dimensões que lhes permitem

¹⁰⁹ Bairros da cidade de cimento, áreas centrais da cidade.

construir as luxuosas moradias com áreas de lazer. Enquanto isso, a população sem poder aquisitivo se refugia em outras áreas da periferia por falta de condições que lhes possam permitir morar nos bairros de cimento. Como nos referíamos anteriormente, não são todos os moradores dos espaços residenciais fechados na cidade da Matola com elevado poder aquisitivo.

O desejo das pessoas com maior poder aquisitivo de morar em casa própria, espaçosa e com quintal surge na medida em que essas pessoas moravam em apartamentos e/ou casas próprias, alugadas ou cedidas sem quintal ou com quintal pequeno ou comum, e enfrentavam alguns problemas que lhes levaram a optar por morar em ERF.

Morava no prédio, segundo andar e a minha mãe já é crescida. Havia muito barulho, não havia privacidade, problemas de esgoto. Ter casa com quintal é muito bom, ter seu próprio quintal. Único problema daqui é distância são 30 a 45 minutos para a cidade. A EN4 não oferece segurança por causa de caminhões, os motoristas são indisciplinados. Mas também, há moradores sem cultura de morar em espaços residenciais fechados, até aqui tem isso, temos que pagar os guardas, limpeza, mas alguns não aceitam contribuir (Entrevista cedida por uma moradora no espaço residencial fechado Esperança no bairro Matola Gare em Tchumene II no dia 23.12.2019).

Para muitas famílias morar em uma residência espaçosa evidencia *status*, é uma das formas de ostentar o poder e garantir o bem estar da família.

Antes de eu morar aqui, morava na Cidade de Maputo em um prédio, na casa própria no 11º andar e não tinha elevador, até então não tem elevador. O prédio não oferecia boas condições para além de que se fazia barulho. A casa era pequena, precisava de um espaço maior (Entrevista cedida por uma moradora no espaço residencial fechado Malhampsene *Village* no dia 07.01.2020).

É notório em alguns relatos no decorrer do texto que morar em um espaço residencial fechado não significa necessariamente que todos têm posse e que a convivência entre eles é boa. Existem nos ERFs os que também apresentam dificuldades em termos financeiros e não comungam os mesmos ideais quando se trata de prestação de contas.

5.4.4 Relações sociais entre moradores dos ERF e os do entorno

A relação de vizinhança entre os moradores dos ERFs com os do entorno é marcada por ausente ou escassa convivência, o que será analisado em seguida. Porém, observou-se também o mesmo entre os moradores dos ERFs. De acordo com as entrevistas, as relações de convivência são praticamente inexistentes, dependendo de amizades. Muitos são os vizinhos que não se conhecem, conforme o depoimento taxativo de um morador: “não conheço meus vizinhos, não falo com eles. Não há convivência” (Entrevista cedida por um morador do espaço residencial fechado Esperança

no bairro Matola Gare no dia 23.12.2019). O fato de não conhecer o vizinho, mostra que aquele ideal de ERF como comunidade de iguais não se realiza.

Há ainda aqueles que se conhecem, mas não convivem.

Conheço meus vizinhos, a relação é boa, mas não até ao ponto de conviver (Entrevista cedida por uma moradora do espaço residencial fechado *Queens Village* no dia 10.12.2019).

Conheço meus vizinhos, mas outros não os conheço pelos nomes. Não há convívio com vizinho. Não há tempo, cada um chega na sua casa, tranca porta e solta os cães. Os amigos conhecemos a muito tempo, esses são conhecidos. Os amigos ficaram nos bairros antigos. Nas festas de crianças convidam-se. Nas festas de adultos outros não vem por causa de orgulho, dizem que se não, vão pensar que vou para comer (Entrevista cedida por um morador do espaço residencial fechado Jessibela no dia 12.12.2019).

Conheço os meus vizinhos porque sou da comissão. Temos boa relação mas não convivemos. Não convivo com vizinhos, nunca fez parte da minha educação, cresci em um ambiente assim. Para frequentar algum lugar ou casa tinha que ser amigo da família. Tinha casa muito grande, meu marido era empresário e a minha profissão não permitia. Quando estava em casa era para descansar mesmo. Pode-se convidar também pessoas mas não tenho esse hábito. (Entrevista cedida por uma moradora do espaço residencial fechado Vila Camejo no bairro Matola Gare no dia 11.12.2019).

Para além da falta de convivência, por vezes há conflitos entre os moradores dos ERFs que resultam devido ao incumprimento das regras estabelecidas por parte de alguns moradores como, por exemplo, o pagamento das taxas que acaba inviabilizando a prestação de serviços em espaços comuns, conforme relato de um dos moradores:

Viver no espaço residencial fechado requer ter condições. Há contribuições que outros não conseguem, há diferenças sociais. A maior parte dos moradores daqui são funcionários de bancos que conseguiram casa via empréstimo porque tem juros baixos por serem trabalhadores do banco e não tem dinheiro para outras despesas exigidas aqui. Estamos com as vias de acesso aqui dentro não asfaltadas, se eu pudesse punha pavê mas não adianta tenho que esperar todos estarmos na mesma sintonia, contribuirmos todos para depois montarmos os pavês (Entrevista cedida por um morador do espaço residencial fechado Esperança – em Tchumene II no bairro Matola Gare no dia 23.12.2019).

O incumprimento no pagamento das taxas constitui um dos aspetos negativos em morar em um ERF na cidade da Matola. No que diz respeito a relação entre os moradores dos espaços residenciais fechados e os moradores do entorno, várias entrevistas evidenciam novas relações sociais que, em vários casos se transformam em conflitos. Há ERFs implantados em áreas onde o entorno é habitado por pessoas com poder aquisitivo como, por exemplo, Vila Sara, *Queen's*

Village, Camejo etc., ou cercados por empresas (ERF Vila D'ouro), nesses raramente ocorrem conflitos, porém, quando ocorrem, são resolvidos de forma pacífica por ambas partes.

Porém, as entrevistas permitiram identificar, ainda, outras situações, como as de moradores de espaços residenciais fechados que não convivem com os moradores do entorno e outros até que se consideram rejeitados pelos moradores do entorno:

Há choque entre nós e os moradores do entorno. Eles pensam que quem vive aqui é rico, há um pouco de exclusão, pensam que somos de alto nível, sem saber que há pessoas que moram aqui e não tem dinheiro para pagar a taxa, nos vem com outros olhos” (Entrevista cedida por uma moradora do espaço residencial fechado Malhampsene *Village* no dia 07.01.2020).

Foram identificados moradores dos ERF que relataram boa convivência com os moradores do entorno. Outros alegaram que rezam no bairro, pertencem e frequentam mesmo núcleo onde se encontram e convivem. Nos espaços residenciais fechados onde se observam conflitos entre os moradores e do entorno, geralmente são ERFs implantados em áreas onde predominam pessoas de baixo poder aquisitivo, em que no passado para além de serem habitadas de forma dispersa, também eram áreas utilizadas como machambas pelos moradores do bairro ou de outros bairros para a produção agrícola.

Com a implantação dos espaços residenciais fechados as pessoas perderam as machambas e deixaram de produzir o pouco que lhes ajudava a garantir o sustento familiar.

Antigamente a área ocupada por aquele espaço residencial fechado (Matola *Village*) era utilizada para fazer machambas. Tínhamos nossas machambas aí. Não só, haviam caminhos que permitiam a circulação das pessoas. Com a construção, as machambas e os caminhos foram bloqueados. Outras pessoas que tinham árvores de frutas não foram indenizadas, não receberam nenhuma compensação das árvores. Para além da área atribuída pelo município para a construção do espaço residencial fechado, o proprietário começou a usurpar outras áreas que não lhe foram atribuídas sem falar com a população. A população reclamou no município e o município embargou as obras iniciadas em áreas usurpadas (Entrevista cedida pelo morador entorno do espaço residencial fechado Matola *Village* no dia 03.01.2020).

A transformação de áreas de cultivo em áreas residenciais ocorreu quase por toda a cidade da Matola. Em muitos bairros da cidade praticava-se a agropecuária mesmo antes da independência do país. Em áreas antes designadas por zonas verdes em bairros como Matola C e D estão implantados ERFs e habitações de alto padrão. Nas áreas onde os naturais praticavam as atividades agrícolas, foram transformadas em áreas residenciais com a implantação de ERFs ou mesmo habitações particulares, caso concreto de Tchumene I onde para além de concentração de ERFs

também predominam habitações de alto padrão. Há também aqueles bairros onde predominavam quintas que foram transformadas em áreas residenciais.

As acusações de falta de boa convivência foram evidenciadas em ambas as partes (moradores e moradores do entorno dos ERFs). Para os moradores do entorno dos espaços residenciais fechados, sobretudo os de baixo segmento socioeconômico, no que concerne à convivência e relação de vizinhança com os moradores dos espaços residenciais fechados, realçaram mais aspectos negativos que positivos, embora a implantação de um ou mais espaços residenciais fechados tenha trazido mudanças que denominam de desenvolvimento porque com a implantação dos ERFs foram abertas as ruas, beneficiaram-se da eletricidade, encanação de água, parcelamento etc.

A falta de convivência entre ambos os grupos faz com que uns se sintam rejeitados em relação aos outros. A seguir, estão apresentados relatos de dois moradores do entorno do ERF *Matola Village* no qual são expressos sentimentos de falta de convivência.

Tudo que desaparece aí dentro a culpa é atribuída a nós. Não participam nas cerimônias fúnebres da vizinhança, não aceitam ajudar os moradores aqui fora quando morre alguém sem família ou sem condições, há falta de convivência. Qualquer situação de mal que acontece lá dentro eles dizem que somos nós. Quando convocamos para uma reunião não participam, dizem que tem reunido com o presidente deles mas, quando querem documento do bairro o presidente deles já não dá e recorrem a nós (Entrevista cedida pelo morador do entorno do espaço residencial fechado *Matola Village* no dia 03.01.2020).

No relato, é evidente a falta de confiança dos moradores do ERF em relação aos moradores do entorno por atribuir culpa aos moradores do entorno em tudo que é roubado dentro do ERF. Em contraparte, os moradores do entorno não se conformam com as atitudes dos moradores do ERF em não participar em atos de solidariedade, principalmente quando se trata de falecimentos. Para os moradores do entorno, é de costume prestar apoio a família enlutada mesmo que não seja em termos monetários ou materiais, mas sim em termos morais.

Para as famílias desprovidas de condições tem havido contribuições de vizinhos em dinheiro, alimentos, utensílios, força de trabalho etc., para ajudar a família enlutada, o que não se observa com os vizinhos residentes nos ERFs, pois esses não participam. Outra situação está relacionada com ausência nas reuniões do bairro pelos moradores dos ERFs. Os moradores dos ERFs somente se dirigem as estruturas do bairro quando necessitam de um documento que é emitido no bairro, o que não agrada a estrutura do bairro, mas acaba cedendo.

No segundo relato, a entrevistada vai além e expressa o sentimento de que os moradores do ERF comportam-se como não habitantes do planeta terra.

Não há convivência, não há nem tão pouco. Não devia ser assim. Eles pensam que não estão na terra quando estão aí. Eu prefiro viver assim, aquela vida é como se estivesse na cadeia. Viver aí é outra coisa porque estou a ver má convivência, gostaria de saber como eles vivem aí dentro. Não conheço ninguém aí, não há socorro vindo daí, até fizeram questão de levantar mais o muro. Não há aspetos positivos em ser vizinho desses aí. Nem conheço pessoas de lá. Para entrar lá é difícil, não há comunicação, está tudo fechado. Você me perguntar nome de alguém lá, não conheço. Falta de comunicação, não nos conhecemos. Há pessoas que entram aí dentro e saltam por aqui, mas como não conhecemos eles lá dentro como alertar? Outras pessoas saltam e são recebidos por cão daqui em casa, só reparamos e voltam a pular para lá dentro. Podemos não entrar lá dentro mas haver comunicação. Eu posso tocar rádio aqui enquanto lá dentro estão a chorar, por falta de comunicação isso pode acontecer. Um dia acordei com lixo onde faço minha machamba. Pôs uma cadeira quando o muro era pequeno, vi uma empregada chamei e disse o que tinha acontecido. A empregada chamou a senhora e disse que alguém tinha lançado um saco de lixo na minha machamba, a senhora começou a insultar. Ela disse que não sabia com que estava a lidar e eu fiquei e calei. Saí fui ao portão para pedir desculpas, o guarda disse que não precisava e voltei para casa (Entrevista cedida por moradora do entorno do espaço residencial fechado Matola *Village* no dia 03.01.2020).

A entrevistada compara a vida no ERF a uma vida em prisão. Inclusive, a entrevistada gostaria de se inteirar como vivem dentro do espaço, uma vez que, são pessoas que não convivem com os vizinhos. Mesmo em casos de aflições não há como pedir ajuda dentro do ERF. Para reforçar a segurança dentro do ERF e isolar-se dos vizinhos do entorno, os moradores do ERF optaram por elevar o muro que impede os moradores do entorno em ver o que há ou acontece dentro do ERF.

O muro para além de ser um símbolo de divisão, estabelece barreira que impede a comunicação entre eles. Mesmo com a elevação do muro, há ladrões que entram no ERF que são vistos pelos moradores do entorno e que esses pela falta de convivência não alertam os moradores do ERF. Com base nos relatos, nota-se que a falta de convivência entre os moradores entorno e os dos espaços residenciais fechados deve-se e produz também às desigualdades sociais e as amplia.

Em suma, os ERFs na cidade da Matola apresentam semelhanças e diferenças entre si. Em termos de semelhanças, em todos os ERFs para adquirir um imóvel os preços são altos, apesar de uns venderem a preços mais altos que outros, mas, em todos os ERFs os preços são inacessíveis para a maioria da população. Em todos os ERFs há sistema de segurança que difere de ERF para outro. Quanto às diferenças, existem ERFs com sistema de segurança composto por profissionais

de empresas privadas, muros, cerca elétrica, câmeras de vigilância, garrafas partidas, arames etc., enquanto que os outros ERFs o sistema de segurança é composto por homens de segurança sob controle dos ERFs, ausência de cerca elétrica e câmera de vigilância etc.

Pelas entrevistas realizadas, constatou-se que existem aspetos negativos e positivos em morar nos ERFs. Os aspetos positivos estão relacionados com a segurança, privacidade, controle e a facilidade de alguns pais se ajudarem no transporte escolar dos filhos¹¹⁰. Como aspetos negativos está a falta de pagamento de taxas que leva a conflitos internos, pois é a partir das taxas que são pagas as despesas comuns, o pagamento de valores altos quando se trata de trabalhos efetivados por trabalhadores eventuais, entre outros.

5.4.5 Os trabalhadores domésticos e da segurança nos ERF

Pelo senso comum e levando em consideração o que aparentam os moradores dos ERFs, pensa-se que os trabalhadores domésticos e os vigilantes que garantem a segurança 24/24 horas nesses espaços usufruem de melhores condições quanto ao tratamento como em salários diferentes dos que trabalham fora desses espaços. Como salienta Kohn (1989) *apud* Poupart *et al* (2008), o pesquisador não conhece o campo antes da sua pesquisa, assim como, os atores não conhecem o pesquisador.

E ainda, o pesquisador, deve tentar se comportar como um estranho para evitar (apesar de ser impossível em sua totalidade) às suas interferências pessoais, como uma pessoa que viaja para um lugar estranho e observa tudo, pergunta a todos até conhecer o lugar. Deve-se buscar ser esse estranho, para evitar os preconceitos e verdades pré-concebidas que o pesquisador pode ter. É necessário que o pesquisador tenta evitar que suas crenças interfiram no objeto e na análise da pesquisa (OLIVEIRA, 2010).

O trabalho de campo permitiu obter informações sobre as condições de trabalho sujeitas aos trabalhadores domésticos e os homens que garantem a segurança em alguns espaços residenciais fechados durante 24 horas. As informações obtidas diferem com o que se pensa no senso comum. Quanto aos trabalhadores domésticos, as regras têm sido severas em alguns ERFs, isto porque, são revistados/as na hora de saída, conforme o depoimento:

Para os empregados/as domésticos/as há revistas no portão pelos seguranças no fim de cada jornada. Se a senhora (patroa) deu alguma coisa, a mesma deve ligar

¹¹⁰ De acordo com os entrevistados, muitas crianças estudam nas mesmas escolas (Escola Secundária Lusíadas, *Willow International School*, *Trichandt school*, Colégio Simba, , *Hamza International School*, *Maputo International College* etc.) e quando há problemas com transporte escolar alguns pais têm se ajudado no transporte das crianças.

antes para o celular dos seguranças e informar os bens que deu o empregado/a. No caso da patroa não ligar antes, quando o empregado/a chega no portão deve ligar para a patroa e por sua vez a patroa ligar para os seguranças. Raras vezes, empregados/as são surpreendidos com pequenos produtos como tomate, cebola. Geralmente, isso acontece nos primeiros dias de trabalho quando os/as empregados/as não conhecem as regras da casa (Entrevista cedida por encarregado¹¹¹ de um ERF no dia 07.01.2020).

As revistas aos trabalhadores/as domésticos/as revelam a estratificação social.

Para além das revistas na hora de saída, há moradores dos ERFs que não respeitam os seus trabalhadores conforme salienta um entrevistado.

Não é fácil trabalhar com moradores dos ERFs, há os que têm nariz levantado, que não cumprimentam, mas há os que têm consideração por outras pessoas. Vejo aqui as empregadas são maltratadas, mas fazer o quê, queremos trabalhar. Há pessoas que não pensam nos outros, é preciso ter paciência, muita paciência mesmo (Entrevista cedida por administrador de um ERF no dia 07.01.2020).

Os salários para trabalhadores domésticos tanto fora como nos ERFs não são uniformes, depende daquilo que os patrões podem oferecer.

Com relação aos Homens de segurança, para melhor entendimento, realizou-se entrevista na empresa privada Homens de Segurança (HS) e conversou-se com dois grupos de seguranças: primeiro – seguranças que estão sob a gestão de empresas privadas de segurança e segundo – os seguranças que estão sob gestão dos próprios moradores dos espaços residenciais fechados. Tentou-se mas sem sucesso dirigir-se às outras empresas privadas de segurança que prestam serviços em alguns espaços residenciais fechados. Os depoimentos dos seguranças foram assustadores devido às más condições de trabalho que são expostos.

A empresa Homens de Segurança não aceitou falar sobre as condições de trabalho dos seus trabalhadores, limitou-se apenas em fazer a publicidade dos serviços que a mesma presta. As respostas não satisfatórias da empresa HS tendem a clarificar os depoimentos dos seguranças que clamam pelas más condições de trabalho em que são submetidos, conforme o relato de um dos seguranças:

As condições de trabalho não são boas. Trabalho por falta de emprego. Há atrasos nos pagamentos de salários. O salário de um mês entra nos dias 16 ou 17 de outro mês. Recebo 5.300 Meticais, moro no bairro T3, gasto 1.500 Meticais de chapa¹¹² mensalmente. Saio de T3 para Ceres (paragem do centro comercial da *shoprite*) e

¹¹¹ Os encarregados ou administradores dos espaços residenciais fechados são pessoas contradas pelos moradores para prestarem serviços. Geralmente não residem no espaço. Quando não existe um administrador no espaço residencial, a comissão de moradores é que desempenha as funções de administrador.

¹¹² Transporte

pago 12 Meticais. Da *shoprite* para o posto de trabalho são 10 Meticais. Nos dias de trabalho gasto 44 Meticais para transporte. A alimentação é individual, trago marmita de casa. Assinei um contrato indeterminado. Trabalho há 2 anos e a receber 5.300 Meticais, nunca tive aumento. Comecei a trabalhar em Janeiro de 2018. Quando vamos falar com patrão, ele diz nunca devi a ninguém, se não quer trabalhar deixa uniforme e vai para casa. O proprietário é moçambicano de origem indiana. Trabalhamos em vários lugares, até hotéis. Trabalho 24 horas e folgo 24 horas – um dia sim outro não (Entrevista cedida por um segurança da empresa Homens de Segurança no dia 24.04.2020).

Apurou-se durante as entrevistas com os seguranças da empresa Homens de Segurança que uma falta no trabalho o desconto é de 700 Meticais, mas quando o segurança duplica turnos somente recebe 300 Meticais. Para receber os 300 Meticais da duplicação de turnos há muita burocracia enquanto que para o desconto dos 700 Meticais é automático. Os salários dos seguranças não são uniformes tanto nas empresas quanto nos ERFs. As más condições de trabalho relatadas por seguranças de empresas privadas também são relatadas por seguranças que trabalham sob gestão dos moradores de alguns ERFs. Os salários são baixos, sem direito a marmitas, transporte entre outras condições, conforme o depoimento de um dos seguranças:

Foram eles que nos admitiram aqui, prometeram condições mas até aqui nada. Quando chove entra água na guarita, não tem vidros nas janelas nós é que colocamos isso aí (papelão). O salário dele é uma miséria, são 3.500 Meticais. Trabalho 24 horas e fico 48 horas em casa. Não temos casa de banho (banheiro), não temos acesso a água para beber. Não temos acesso as casas deles, o único que nos ajuda é o senhor que administra o espaço. Ele nos dá água quente para tomar chá. Estamos a trabalhar só porque não temos onde ir, não estamos satisfeitos. Para fazer necessidades vamos lá atrás onde tem mato. São três guardas que trabalham aqui 24/48 horas, vivemos de pão simples que compramos. Antes trazíamos comida para cozinhar na lenha, eles zangavam, diziam que estávamos a sujar as casas deles e paramos. Assim, esta água fui tirar naquela barraca aí, eles não nos querem nas casas deles. Quando está quente, a senhora daquela barraca diz para nós irmos pôr água no congelador, mas aqui nada. Não temos uniforme e o único instrumento de trabalho que temos é *chamboco*¹¹³ que o senhor dessa casa nos deu. Eu não sei se ele é polícia ou das alfândegas, mas ele faz parte da autoridade. Pedimos apito para trabalhar não nos deram, pedimos celular para lhes contatar quando chega alguém que pretende ir nas casas deles, negaram nos dar. Era para quando chegar pessoa que diz vou para casa de senhor tal fulano nós ligarmos para confirmar, mas negaram. Moro no bairro Inhagoia na Cidade de Maputo e para chegar aqui faço ligações. Em cada viagem gasto 22 Meticais, ida e volta são 44 Meticais, por mês trabalho 12 dias (Entrevista cedida por um segurança do espaço residencial fechado Algarve no dia 11.11.2019).

Para além dos baixos salários, ausência de subsídios para alimentação e transporte, a guarita que serve de abrigo nos dias de trabalho não se encontra em condições e quando chove a situação

¹¹³ Chicote

torna-se mais difícil. As Fotos 72 e 73, ilustram as condições da guarita onde os seguranças do ERF Algarve se acomodam nos dias de trabalho.

Foto 72. Vista parcial da guarita do ERF Algarve



Fonte: Autora (11.11.2019)

Foto 73. Vista parcial da parte interna do ERF Algarve



Fonte: Autora (11.11.2019)

A guarita não está em condições de uso devido à falta de banheiro para higienização e água canalizada para o consumo. Esse fato não só se vivencia no ERF Algarve. Em muitos ERFs não existem banheiros para a higienização dos seguranças. Esses são obrigados a trabalhar durante 24 horas sem tomar banho. O salário mais baixo foi o relatado no ERF Algarve que é de três mil e quinhentos Meticais (3.500 MTN) equivalente a aproximadamente cinquenta e seis (56 USD) dólares norte-americanos. E o mais alto foi o relatado no ERF *Little Quebec* pelo segurança da empresa *Arkhe Risk Solutions* que é de dez mil Meticais (10.000 MTN) equivalente a cento e quarenta e nove e trinta e dois (149.32 USD) dólares norte-americanos.

A diferença em termos salariais dos seguranças nos ERFs é alarmante. Referir que muitos trabalham sem assinatura do contrato e mantem-se nos postos por falta de oportunidades. Para os moradores dos ERFs na cidade da Matola, a segurança e privacidade são essenciais. São esses fatores que os motivaram a optar por morar nesses espaços. Mas de acordo com os relatos expostos e observação *in loco*, os homens que garantem a alegada “segurança” passam por situações difíceis em termos de condições de trabalho.

De um modo geral podemos afirmar que a urbanização em curso motivada por aumento da população e o surgimento de novos agentes sociais produtores do espaço está intensificando a produção da cidade, expandindo o seu perímetro e trazendo novas formas de habitar a cidade antes inexistentes, os espaços residenciais fechados concentrados na zona sul em relação à zona norte tal como acontece com os equipamentos e infraestruturas sociais e os serviços. Encontram-se implantados em áreas antes denominadas por zonas verdes, áreas antes sob posse dos naturais, áreas que já assumiam funções habitacionais, reservas do Estado etc.

As zonas verdes estavam destinadas à prática da agropecuária. Nessas zonas as pessoas interessadas requeriam e mencionavam as atividades que pretendiam desenvolver que eram basicamente a agricultura e criação de animais. Tratando-se de área urbana e em um país onde predomina a agricultura de subsistência, consideramos que a agricultura praticada era de pequena escala. Atualmente, as zonas verdes assumem o tipo de uso residencial o que, em realidade, ao impedir o uso anterior, impõem de certo modo obstáculos à própria sobrevivência de seus antigos ocupantes.

Algumas pessoas que adquiriram parcelas nas zonas verdes no passado, venderam/vendem para singulares ou investidores tanto nacionais como estrangeiros cuja intenção é a produção imobiliária, implantação de equipamentos e infraestruturas ou outras atividades. Por exemplo, as

áreas onde estão implantados a maior parte dos ERFs nos bairros Matola D, C entre outras, antes eram consideradas zonas verdes onde se praticava a agricultura e se criavam animais. As áreas como Tchumene I e II no bairro Matola Gare, Malhampsene etc., estavam na posse dos naturais, em que alguns, para além de praticar a agropecuária, também nelas habitavam.

Nas áreas de grandes dimensões, antes na posse dos naturais sem os documentos de uso e aproveitamento como o DUAT e o título de propriedade, geralmente o próprio Estado lhes retira a posse de uma parte das áreas em favor de singulares, de investidores nacionais e/ou estrangeiros. Muitas das vezes, a retirada de posse dos naturais gera conflitos, mesmo a terra sendo propriedade do Estado.

No que concerne à implantação de ERFs em áreas que já assumiam função habitacional, o bairro Matola A é um dos exemplos. Desde o período colonial o bairro Matola A tem função mista: residencial, industrial, serviços, lazer etc. Nas áreas onde há habitações, com exceção de áreas de ocupação espontânea que predominam ao longo da baía de Maputo e do rio Matola, os terrenos eram de dimensões maiores. Alguns proprietários repartiram e venderam para os interessados. Nos terrenos resultantes foram construídas habitações particulares, ERFs etc.

Quanto à área que constituía reserva do Estado, o exemplo é do espaço onde está implantado o ERF Intaka *Village*, que antes de sua implantação tinha a terra nessa condição. Pela necessidade de fomento da habitação, a terra foi cedida pelo município para o Fundo para o Fomento de Habitação e a *Guoji* Imobiliária, LTDA para a construção de cinco mil casas de forma faseada. O processo de construção ainda está em curso.

Com a implantação de ERFs e a ocupação de pessoas de médio e alto segmentos sócio econômicos em áreas antes não ocupadas da cidade da Matola estão a surgir focos com concentração de pessoas de um determinado segmento socioeconômico. Observa-se também em determinadas áreas da cidade uma mistura de pessoas de segmentos socioeconômicos baixo, médio e alto. A implantação de ERFs em algumas áreas específicas na cidade leva a alteração das formas e conteúdos nessas áreas e na cidade em geral. As evidências apresentadas apontam para a distinção e produção diferenciada do espaço urbano que é condição e, resultam da desigualdade social que por sua vez aprofunda os processos de autosegregação socioespacial.

CONCLUSÕES

Esta tese pesquisou e interpretou as dinâmicas socioespaciais e a implantação dos espaços residenciais fechados na cidade da Matola em Moçambique como elementos que confluem no sentido da implantação e ampliação de processos de autoss segregação, alterando a vida da cidade, seja no que se refere à sua produção e consumo, em geral, seja em relação à habitação em particular. Após a realização da pesquisa, sintetizamos os argumentos centrais para apresentar ao leitor de modo a auxiliar no entendimento das dinâmicas como das desigualdades socioespaciais a partir dos ERFs e podemos concluir que:

Em relação aos processos de urbanização e produção do espaço, sendo processos que se generalizaram a partir da revolução industrial na Europa, trazem mudanças na organização do espaço. Têm uma dimensão espacial na cidade onde se materializam de forma diferenciada desde os níveis global ao local. As diferenças devem-se a vários fatores e há observância da falta de generalização das boas condições de vida para os cidadãos.

A falta de homogeneidade e a diferenciação nos processos de urbanização não somente foram observados no período da revolução industrial na Europa. Os processos de urbanização continuam não sendo homogêneos e são diferenciados para cada lugar. Em muitos países designados como do terceiro mundo ou subdesenvolvidos como os do continente africano, os processos de urbanização não ocorreram ou ocorrem sob alicerces da revolução industrial mas sim, a outros fatores principalmente ligados a colonização. Isso fez com que cada potência em África desenhasse próprias estratégias para a urbanização como para a industrialização.

Moçambique que era uma colônia portuguesa pouco evoluiu no que concerne à urbanização. A indústria que impulsionou a urbanização na Europa, em Moçambique pouco evoluiu tornando agricultura a principal atividade econômica, com limitação de tecnologias e sendo essa de subsistência na sua maioria. A maior parte das áreas urbanas (cidades e vilas) produzidas estão concentradas no litoral e são carentes em infraestruturas e equipamentos sociais com a exceção da Cidade de Maputo que é capital que se encontra minimamente equipada comparada a restantes cidades. Indo a cidade da Matola, a urbanização teve início na zona sul devido a sua localização estratégica em relação ao porto que tem um papel preponderante não somente para a cidade mas sim para o país. A urbanização está em curso com novos intervenientes no processo ocasionando grandes transformações levando a ocupação de áreas antes menos habitadas. Essas transformações estão sendo efetivadas tanto por nacionais como por estrangeiros.

Quanto a propriedade e acesso à terra em Moçambique, referir que antes da formação do território hoje conhecido como Moçambique a terra era comunitária, sujeita a normas costumeiras ou consuetudinárias locais (MACARINGUE, 2017). No período colonial, a terra passa ao domínio do Estado português e a ela tinham acesso os brancos e negros assimilados (JUNIOR, 2017). A maioria dos moçambicanos era excluída do acesso a este bem fundamental.

Após a independência, a terra passou para o Estado moçambicano. Mesmo assim, o acesso à terra é diferenciado. A elite política e econômica tem facilidades no acesso à terra em relação aos moçambicanos de baixo segmento socioeconômico. Essas diferenciações no acesso à terra desde o período colonial, que se refletem até ao momento atual, também criam condições para o uso diferenciado, sobretudo nas áreas urbanas e consequentemente na produção e reprodução da autosegregação socioespacial.

Partindo da premissa de que a terra é propriedade do Estado (sistema convencional), e de uso comum ou coletivo no sistema consuetudinário (comunitário), podemos afirmar que observam-se grandes mudanças em termos de mentalidade e da própria visão em relação à terra. Para sustentar essa afirmação vários exemplos podem ser citados a partir da cidade da Matola. O município que representa o Estado atribui terras para os nacionais e estrangeiros para habitação como para investimentos. Os naturais ou não naturais que possuem parcelas de terras vendem aos interessados que investem para habitação ou para outros fins.

Como exemplo de mudança de mentalidade e visão sobre a questão da terra podemos nos basear em Tchumene I no bairro Matola Gare que antes era habitado na sua maioria por naturais e passou a ser habitada por pessoas com poder aquisitivo e detém um número significativo de ERFs. É ao nosso ver uma passagem de terras familiares rurais à terra urbana destinada a um grupo específico diferente do anterior. Percebe-se uma mudança de apropriação para propriedade (embora a terra seja propriedade do Estado) que se realizou em vários modos diferentes, inclusive entre aqueles que são por herança, que se imaginam por herança detentores dos direitos de propriedade sendo que não havia instituição da propriedade. Eles reclamam porque as terras eram dos seus ancestrais (antepassados).

Podemos entender que não reclamam o direito de uso, mas sim, o direito de propriedade que partiu das ações do próprio Estado que não apenas foi conivente como propiciou que houvesse o uso exclusivo para alguns empreendedores que não são antigos herdeiros do uso, que não eram herdeiros da propriedade mas que agora reclamam esse direito como também reclamam uma

monetarização pela desapropriação. Essas mudanças são substanciais e não se trata apenas de mudanças espaciais mas também políticas pelo papel do Estado, culturais, sociais ou mesmo geracionais levando em consideração os atores envolvidos, demonstrando desse modo uma passagem de sociedade rural para urbana em Moçambique no geral e em particular na cidade da Matola.

No que concerne as Dinâmicas socioespaciais na cidade da Matola, essas ocorrem motivadas por diferentes agentes. A possibilidade de reflexão sobre a produção das cidades em Moçambique, especificamente em Matola, nos permite, nesse momento, formular algumas considerações argumentadas ao longo dos cinco capítulos, sobretudo o capítulo IV. A partir das informações demográficas, cartográficas, fotográficas etc., apresentadas ao longo da pesquisa pudemos averiguar que desde o período colonial a cidade foi produzida de forma desigual, sendo a zona sul a melhor equipada em relação à zona norte.

É na zona sul onde estão implantados a maior parte de equipamentos, infraestruturas, serviços públicos e privados, melhores habitações e as áreas de lazer. De acordo com as entrevistas realizadas no âmbito do trabalho de campo aferimos que, desde o período colonial, os bairros localizados na zona norte (os periféricos) eram praticamente habitados na sua maioria por naturais que se dedicavam a agricultura e criação de animais. Habitavam também os colonizadores e moçambicanos considerados na época como assimilados que ocupavam extensas áreas para a prática agropecuária. Como referenciado no texto, no período colonial uma área urbana (cidade ou vila) em Moçambique era segmentada em duas, resultando em uma denominada cidade de cimento e a outra cidade de caniço.

Com base nas diferenças entre as zonas sul e norte podemos afirmar que, a zona sul correspondia a cidade de cimento, considerada branca onde foram implantados equipamentos e infraestruturas sociais, enquanto que, a zona norte é a que era designada de cidade de caniço, habitada por naturais e com escassez de equipamentos e infraestruturas sociais.

Essa diferenciação na produção da cidade se mantém. A zona norte continua dependente da zona sul sobretudo quando se trata de setores de prestação de serviços como cartórios, bancos entre outros, apesar do surgimento de alguns equipamentos e infraestruturas que de certo modo minimizam os movimentos pendulares da população residente na zona norte.

Os vestígios deixados pelos colonizadores nos bairros periféricos são quintas e algumas casas dispersas. A maior parte das quintas mudou do tipo de uso, de agropecuário para uso

residencial. As casas, algumas foram ocupadas por pessoas singulares e outras são utilizadas para a prestação de serviços públicos dentre outros usos. A partir do século XXI, a cidade da Matola começa a registrar novas dinâmicas no uso e ocupação do solo. Os bairros antes menos concorridos passaram a ser ocupados tanto por pessoas singulares como por investidores nacionais e estrangeiros, enquanto agentes econômicos.

Com base em imagens de satélite do ano 2002 observamos que ainda existiam na cidade da Matola bairros na zona sul com terrenos disponíveis e na zona norte a existência de bairros com vastas áreas utilizadas como machambas e habitações dispersas. Até 2010 a zona sul já se encontrava densamente ocupada. A zona norte foi sendo ocupada de forma gradual mas, até 2015 já apresentava áreas ocupadas embora algumas de forma dispersa, com tendências de concentração e outras com ocupações concentradas. A inserção de equipamentos e infraestruturas sociais na zona norte, mesmo sendo de forma lenta mostra a tendência de superação da lógica centro-periferia na cidade da Matola que marcou também o processo de estruturação das cidades latino-americanas principalmente na segunda metade do século XX (SPOSITO, 2019).

A demanda de áreas tanto para habitação como para o desenvolvimento de atividades econômicas ou de outros usos indica que a cidade da Matola está a passar por diversas transformações, levando à sua densificação caracterizada na maior parte por presença de ocupações espontâneas. Os que ocupam o espaço de forma espontânea são na sua maioria pessoas singulares (os que não estão em condições de adquirir terrenos em áreas parceladas) como forma de resolver o problema de habitação, dado que no país em geral e na cidade da Matola em particular, enfrentam-se problemas sérios de habitação fazendo com que o sistema de autoconstrução seja predominante.

Ainda que o sistema de autoconstrução predomine, surgem na cidade da Matola nos finais da década de 1990 novos elementos, os espaços residenciais fechados, habitados por pessoas de segmentos socioeconômicos médio e alto, embora com a presença (em alguns casos) de moradores sem tanto poder aquisitivo mas que conseguiram suas casas pelas facilidades ofertadas pelos empregadores. Porém, da pesquisa realizada, foi possível observar que em sua maioria são ocupados por segmentos de mais altas rendas, indicam processos de aprofundamento da diferenciação e desigualdades socioespaciais, podendo ser considerados como resultantes de processos em curso, como a apropriação seletiva da terra urbana, mas também como condição para o próprio aprofundamento das desigualdades.

Analisados os processos existentes no município e as entrevistas realizadas permitiram observar que nos setenta ERFs identificados em específicas áreas da cidade constam promotores imobiliários na sua maioria estrangeiros (chineses, portugueses, turcos, libaneses, irlandeses, indianos etc.,) com moçambicanos como sócios. Nessas sociedades, supõe-se que muitos moçambicanos (elite) somente figuram no processo de implantação de ERFs para facilitar o acesso à terra e a tramitação de documentos. Há também ERFs que foram declarados como sendo de moçambicanos pelas pessoas encontradas no local durante o trabalho de campo. O que leva a escassa presença de moçambicanos como donos nesse negócio é o custo elevado da sua produção, sendo poucos os que têm a capacidade para implantar um ERF.

Com a mudança de pessoas com poder aquisitivo dos bairros centrais para as áreas periféricas e a implantação de ERFs na cidade da Matola observa-se uma hibridação de pessoas de segmentos socioeconômicos baixo, médio e alto em algumas áreas fazendo com que a distância física que os separa seja imposta por sistemas de segurança (muros, câmeras de vigilância, segurança estática etc.), representando assim uma das formas de autosegregação por serem seletivos, adquiridos por uma minoria de determinado segmento socioeconômico. São os sistemas de segurança agregados à privacidade ou mesmo a exclusividade que levam determinados grupos de pessoas a optarem por morar em ERFs, para além de que os mesmos impõem limites, com relação aos moradores do entorno.

Foi possível observar em alguns casos que não existe boa relação de vizinhança entre os moradores dos ERFs e os moradores do entorno, isto é, não há convivência, mesmo sendo os moradores do entorno por vezes os primeiros a residir na área antes não valorizada. Indicam-se, assim, transformações em curso nas relações sociais produzidas pelos e através dos ERFs. É relevante, ainda, destacar que a presença de pessoas de segmentos socioeconômicos médio e alto em áreas antes ocupadas por pessoas de baixo segmento socioeconômico ou em bairros periféricos antes menos concorridos da cidade, não significa necessariamente que a área central esteja em estado de decomposição e que é habitada por pessoas de baixo segmento socioeconômico.

O centro, ainda se mantém um lugar de *status*, habitado por pessoas com algum poder aquisitivo. Isso deve-se ao fato dos preços para a aquisição de imóveis ou valores do aluguel serem altos, ainda que, em comparação com os imóveis na Cidade de Maputo, capital do país, os preços sejam razoáveis. Consideramos que o processo de autosegregação por meio da implantação de

espaços residenciais fechados apontou que os ERFs estão sendo implantados em áreas específicas com envolvimento de estrangeiros e moçambicanos.

As casas são vendidas por preços altos, geralmente em dólares. Os preços altos ostentam o *status* dos moradores, fazendo com que sejam habitados por pessoas de alto e médio segmentos socioeconômicos, embora haja algumas pessoas sem tanto poder aquisitivo, que não têm conseguido honrar com algumas obrigações estabelecidas nos ERFs, principalmente quando se trata de pagamento de taxas, que são utilizadas para a prestação de serviços comuns. O fato dos ERFs serem habitados por pessoas que ostentam *status* diferentes dos mais moradores da cidade, faz com que a vivência nesses espaços seja baseada em regras tanto para moradores como para trabalhadores e visitantes.

Outro aspecto a considerar em ERFs está relacionado com as diferenças entre eles em termos de infraestruturas, equipamentos, sistemas de segurança entre outros elementos. Há ERFs que carecem de elementos considerados básicos como parques infantis, piscinas etc. A segurança e privacidade que são alguns dos elementos essenciais para a escolha em morar nos ERFs por vezes tornam-se aparentes porque tem ocorrido assaltos nesses espaços.

A ocorrência de assaltos pode ser explicada pelo fraco sistema de segurança em alguns ERFs, como a falta de câmeras de vigilância, muro sem cerca elétrica, segurança estática garantida por homens não armados contratados pelos próprios moradores, entre outros fatores. As condições de trabalho submetidos aos homens que garantem a segurança e os trabalhadores domésticos em alguns dos ERFs não têm sido das melhores, mesmo os moradores desses espaços aparentarem ser da elite e com condições financeiras.

Em linhas gerais, consideramos que estamos presenciando grandes transformações na cidade da Matola, o que requer análises mais aprofundadas a seguir. Esperamos que essa tese incentive novas pesquisas que avancem na concepção desses processos e também que o conhecimento aqui adquirido possa sensibilizar e influenciar na tomada de decisões para que tais processos não aprofundem as desigualdades e que as autoridades de diferentes níveis nacional, regionais e locais passem a se preocupar mais com a produção das cidades e os seus reflexos sobre a vida quotidiana dos seus habitantes.

REFERÊNCIAS

ACIOLY JR, Claudio. *The challenge of slum formation in the developing world*. In: **Land lines. Lincoln Institute of land policy**, 2007.

AGUIAR, João António. Plano geral de urbanização de Lourenço Marques: perspectiva do centro cívico. In: **Urbanismos de influência portuguesa**. União das cidades capitais de língua portuguesa. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Setembro de 2020. Disponível em: https://issuu.com/uccla/docs/urbanismos_catalogo_online. Acesso: 19/03/2021.

ALBUQUERQUE, Mousinho de. **Moçambique: 1896-1898**. República Portuguesa, Ministério das colônias. Biblioteca colonial portuguesa, 1934.

ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. **As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano**. Cidades, volume 9, número 16 – Grupo de Estudos Urbanos, 2011.

ALVAREZ, Marcos César. **Cidadania e direitos num mundo globalizado**. Perspectivas, São Paulo, n. 22, 95-107, 1999.

AMORIM, Flávia Pereira; TANGARI, Vera. **Estudo tipológica sobre a forma urbana: conceitos e aplicações**. Paisagem Ambiente: ensaios - n. 22 - São Paulo - p. 61 - 73 – 2006.

ANTUNES, João. **Geografia, 11º Ano. Portugal: Potencializar os Recursos, Realidades e Utopias**. Plátano Editora, 1994.

ARAÚJO, Manuel M. G. de. **Os Espaços Urbanos em Moçambique**. *GEOUSP, Espaço e Tempo*, São Paulo N º 14, pp. 165- 182, 2003.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 19/2007**. Publicada na 1ª série do BR nº 29, de 18 de Julho de 2007.

BAIA, Alexandre Hilário Monteiro. **Os Conteúdos da Urbanização em Moçambique: considerações a partir da expansão da cidade de Nampula**. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana no Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=alexandre+monteiro+hilario+baia&oq=alexandre+monteiro+hilario+baia&aqs=chrome..69i57j33i10i160.8553j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>
Acesso: 17.03.2021.

BANCO MUNDIAL. **Moçambique, avaliação da pobreza: crescimento forte, mas não partilhado**. Maputo, S/D. Disponível em:

<http://documents1.worldbank.org/curated/en/600731554132409626/pdf/Overview.pdf>.

Acesso: 09/05/2021.

BATISTA, Carlos Roberto Rodrigues. **O caminho da ecologia humana para um mundo em crescimento**. Universidade Federal Fluminense, 2013.

BOLETIM DA REPÚBLICA. **Publicação Oficial da República de Moçambique**. 2º **Suplemento**. Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 59. 26 de Março de 2020.

BOLETIM DA REPÚBLICA. **Publicação Oficial da República de Moçambique**. Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 71. 4 de Setembro de 2015.

BOLETIM DA REPÚBLICA. **Publicação Oficial da República de Moçambique**. Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 32. 08 de Agosto de 2012.

BOLETIM DA REPÚBLICA. **Publicação Oficial da República de Moçambique**. 3º **Suplemento**. Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 51. 26 de Dezembro 2006.

BOLETIM DA REPÚBLICA. **Publicação Oficial da República de Moçambique**. Suplemento. Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 51. 22 de Dezembro de 2004.

BOLETIM DA REPÚBLICA. **Publicação Oficial da República de Moçambique**. Suplemento. Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 20. 19 de Maio de 2003.

BOLETIM DA REPÚBLICA. **Publicação Oficial da República de Moçambique**. 2º Suplemento. Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 7. 18 de Fevereiro de 1997.

BOLETIM DA REPÚBLICA. **Publicação Oficial da República de Moçambique**. Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 28. 15 de Julho de 1987.

BOLETIM DA REPÚBLICA. **Publicação Oficial da República de Moçambique**. 2º Suplemento. Imprensa Nacional de Moçambique. I SÉRIE – Número 16. 25 de Abril de 1987.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. **Urban worlds: the ‘urban age’ in question**. International Journal of Urban and Regional Research, USA, 2013.

BRUCE, John W. ***Land Tenure Dualism in China: how the dichotomy between state and collective ownership has shaped urbanization and driven the emergence of wealth inequality***. Washington DC, 2017.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. Da “Organização” a “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. “In” **A produção do espaço urbano, agentes e processos, escalas e desafios**. Editora contexto, 2011.

_____. Da “Geografia Abstrata” a “Geografia Concreta”. In: Mendonça, Francisc; Lowen-Sahr, Cicilian Luiza; Silva, Márcia da. **Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Universidade Federal do Paraná. Encontro Nacional da ANPEGE (Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia), Curitiba, 2009.

_____. **A diferenciação socioespacial**. Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia. Cidades, v. 4, n. 6, 2007, p, 45-60. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/download/569/600>. Acesso: 06/02/2019.

_____. **A Cidade**. Editora Contexto, 1992.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Indústria e industrialização em Moçambique: análise da situação actual e linhas estratégicas de desenvolvimento**. Novembro de 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284720139_Industria_e_industrializacao_em_Mocambique_analise_da_situacao_actual_e_linhas_estrategicas_de_desenvolvimento_I_Quaderni_della_Cooperazione_Italiana_32003. Acesso: 22/03/2021.

CASTILHO, Augusto de. A Fortaleza de São Caetano em Sofala. In: **Brasil – Portugal**. Número 155, julho de 1905. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/1905_1906/N155/N155_master/N155.pdf. Acesso: 18/03/2021.

CENACARTA. **Cartografia da Divisão Administrativa de Moçambique**. 2012. Disponível em: WWW.cenacarta.com. Acesso: 24/04/2019.

CEPALUNI, Gabriel; MENDONÇA, Filipe. **As razões da guerra civil: necessidade, crença e ganância**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 27, p. 205-209, nov. 2006.

CHILUVANE, Armando Amâncio; JAMÚ, Hafiz; CHILAULE, Jiel; DIOGO, Nildo Eugénio. **Roteiro turístico da Ilha de Moçambique**. Edição: 2019. Disponível em: https://issuu.com/uccla/docs/guia_turismo_ilha_de_mo_ambique_online. Acesso: 19/03/2021.

CIP. **Antigo diretor do credit suisse conta como surgiram as dívidas ocultas**. Maputo, 6 de Novembro de 2019. Disponível em: <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2019/11/COMO-SURGIRAM-AS-DI%CC%81VIDAS-OCULTAS.pdf>. Acesso: 05/01/2021.

COELHO, Vasco André Ferreira Dinis Seco. **Cooperação descentralizada e participativa entre Portugal e moçambique: o exemplo do município da Matola.** Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Maio/2004.

COMMINS, Stephen. **A Fragilidade Urbana e a Segurança em África.** Centro de Estudos Estratégicos de África, 2011.

Disponível em: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASB12PT-A-Fragilidade-Urbana-e-a-Seguran%C3%A7a-em-%C3%81frica.pdf>. Acesso: 12/04/2018.

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA ILHA DE MOÇAMBIQUE. **História.** Ilha de Moçambique, 2021. Disponível em: <https://www.ilhademocambique.co.mz/content/historia>. Acesso: 19/03/2021.

CONSELHO COORDENADOR DE RECENSEAMENTO. **1º Recenseamento Geral da População.** Informação pública. Ano do IV Congresso. República Popular de Moçambique, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial. “In” **A cidade contemporânea: segregação espacial.** Editora Contexto, 2013.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: Um texto para discussão. “In” **A produção do espaço urbano, agentes e processos, escalas e desafios.** Editora contexto, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: Um conceito chave da Geografia.** In Geografia: Conceitos e Temas. 7ª Edição, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2005 – Brasil.

_____. **O espaço urbano.** Editora Ática, São Paulo, 1989.

Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/264974785>. Acesso: 26/07/2019.

COSSA, Lurdes José. **A autoridade tradicional em Moçambique no século XX: estudo dos distritos de Mandlakaze e Chibuto – província de Gaza.** Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/293614806.pdf>. Acesso: 17.03.2021.

COSTA, Geraldo M. “Construções teóricas da problemática urbana brasileira: rupturas, permanências, transcendências e convergências”. In: COSTA, Geraldo M.; COSTA, Heloísa S. M.; MONTE-MOR, Roberto (org.) **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana.** Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 19 a 40.

DARCH, C. **Notas Sobre Fontes Estatísticas Oficiais Referente à Economia Colonial Moçambicana: Uma Crítica Geral**. Maputo, 1983 – 1985.

DIAS, Carlos Magno M.; LIMA, Cassia Helena Pereira. **Clientelismo, lideranças comunitárias e construção de estrutura de oportunidades**. São Paulo, 2009.

Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS3234.pdf>. Acesso: 17/07/2021.

DINIZ, Clélio Campolina. **Dinâmica Espacial e Ordenamento do território**. CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIB). LC/BRS/R.165/e-1 Janeiro de 2006.

DIREITO, Bárbara Pinto Teixeira. **Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942**. Tese apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Ciência Política na Universidade de Lisboa em 2013. Disponível em:

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8723/1/ulsd65982_td_Barbara_Direito.pdf. Acesso: 15/07/2021.

DOMINGOS, Nuno. **A desigualdade como legado da cidade colonial: racismo e reprodução de mão-de-obra em Lourenço Marques**. 03-Colonial.indd, 2020.

ELETRICIDADE DE MOÇAMBIQUE. Contador Credelec. S/D.

Disponível em: <https://www.edm.co.mz/pt/products/contador-credelec>. Acesso: 29/04/2021.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Versão digital, Tradução Analia C. Torres. Edições afrontamento. Porto, 1975.

FAEL, Baltazar; BIBIANE, Anastácio. **Arão Nhancale cometeu ilegalidade/irregularidade ao autorizar a construção de obras num canal de escoamento de águas pluviais**. Centro de Integridade Publica, edição nº 6, 2015.

FAO – **Formulação de um Programa Para a Implementação da Convenção Das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) Nos Países da CPLP**. Relatório Nacional de Consultoria de Moçambique, 2009.

FERNANDES, Mário. G.; MENDES, Rui. **A Dicotomia Urbana em Moçambique: a cidade de cimento vs cidade de caniço**. *Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

FILHO, Cândido Malta Campos. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil.** 3ª edição. São Paulo, Studio Nobel, 1999.

FONSECA, Manuel da Costa. **Normas diretoras para o plano de urbanização da Matola: inquérito e análise.** Farol da Matola, 1972.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Editora Atlas S.A., 6ª edição. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/>. Acesso: 16/04/2019.

GIZEM CANER, Fulin Bölen. ***Implications of socio-spatial segregation in urban theories.*** Istanbul Technical University, Urban and Regional Planning Department, Istanbul, 2014. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/e427/bc2e98244f70db675ac11b370db3b9d5000a.pdf>. Acesso: 26/07/2019.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço.** Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MAPUTO. **Matola: perfis distritais.** 2017. Disponível em: www.pmaputo.gov.mz. Acesso: 22/11/2018.

HARVEY, David. **Urbanismo Possível:** O capitalismo trabalhou muito bem o tema de mudar a urbanização. Passou de Paris a Nova York e agora chega à China inteira. Revista Mirada Global © Copyright, 2009.

_____. **Os limites do capital.** Versão digital, tradução Magda Lopes, BOITEMPO EDITORIAL, 2006.

_____. **O novo imperialismo.** Tradução, Maria Stela Gonçalves. Edições Loyola, 2004.

HIC. **Lei de terras na China: uma visão geral.** 2020. Disponível em <http://www.hic-gs.org/articles.php?pid=1553>. Acesso em 24/12/2020.

HIDROTÉCNICA PORTUGUESA. Plano orientador da região da Ilha de Moçambique. In: **Urbanismos de influência portuguesa.** União das cidades capitais de língua portuguesa. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Setembro de 2020. Disponível em: https://issuu.com/uccla/docs/urbanismos_catalogo_online. Acesso: 19/03/2021.

IIED. **Segurança dos direitos à terra em África: abordagens inovadoras.** Síntese informativa, 2006.

INE. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017**. Resultados Definitivos – Moçambique. Maputo, 2019.

INE. **Manuel de instruções para atualização cartográfica, Censo 2017**. Maputo, 2015.

INE. **Relatório final do inquérito ao orçamento familiar – IOF 2014/15**. Maputo, 2015.

INE. **Estatísticas do distrito de cidade da Matola**. Maputo, Moçambique, 2012.

Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-territorias-distritais/maputo-provincia/marco-de-2012/estatisticas-do-distrito-de-cidade-da-matola.pdf/view>. Acesso: 20/10/2019.

INE. **III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007**. Resultados Definitivos – Moçambique. Maputo, 2010.

INE. **II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997**. Resultados Definitivos – Moçambique. Maputo, 1999.

JENKINS, Paul. **Mercado de terras urbanas no Moçambique pós-socialismo, seu impacto sobre a população vulnerável**: alternativas para melhorar o acesso à terra e o processo de desenvolvimento urbano. UEM, 2001.

JORGE, Silvia. **A lei e sua execução**: o caso dos bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo. Revista de direito da cidade. Vol. 08, nº 4, 2016.

JÚNIOR, Lindberg Nascimento. **Riscos climáticos e vulnerabilidade em áreas urbanas de clima tropical: análise comparativa entre Santos (Brasil), Maputo (Moçambique) e Brisbane (Austrália)**. Tese apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Geografia na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2017.

JÚNIOR, Orlando Moreira. **Cidade partida: segregação induzida e autosegregação urbana**. Caminhos de Geografia, 2010.

KIHATO, Caroline Wanjiku; ROYSTON, Lauren; RAIMUNDO, José Alberto e RAIMUNDO, Inês Macamo. **Multiple land regimes: rethinking land governance in Maputo’s peri-urban spaces**. Springer, 2012. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/257771757_Multiple_Land_Regimes_Rethinking_Land_Governance_in_Maputo's_Peri-urban_Spaces. Acesso: 21/04/2021.

LALL, Somik Vinay; HENDERSON, J. Vernon; VENABLES, Anthony J.; AGUILAR, Juliana; AGUILERA, Ana; ANTOS, Sarah; AVNER, Paolo; D’Aoust, Olivia; HUANG, Chyi-Yun;

JONES, Patrícia; GRACIA, Nancy Lozano e NAKAMURA, Shohei. **Cidades Africanas: Abrindo as Portas ao Mundo, Visão Geral**. Washington, 2017.

LANGA, Domingos Júlio; UQUEIO, Teodato de Alegria Pinto. **Estudo sobre salários mínimos em Moçambique**. Prelo Classico, 2016. Disponível em:
<http://www.iscos.eu/it/wp-content/uploads/2017/09/Estudo-Salario-Mocambique-Salary-Survey.pdf>. Acesso: 11/04/2019.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Tradução: Maria Idalina Furtado. Biblioteca Ulisseia do conhecimento atual, 1972.

LEI DE TERRAS. Lei nº 17/97 de 1 de Outubro

LEMONS, Amália Inês Geraiges. Prólogo. “In” **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. Editora Contexto, São Paulo, 2001.

LEMONS, Anabela; RIBEIRO, Daniel; LEMON, Janice; Manna, Ruben; MONDLANE, Samuel e CABANELAS, Vanessa. **Atentado a saúde pública em Malhampsene**. Justiça ambiental, Julho de 2016. Disponível em: <https://landportal.org/node/62606>. Acesso: 17/03/2019.

LIMA, João Carlos Mendes. **Conflito entre saberes na urbanização: as tradições das comunidades e o planeamento territorial na cidade de Mocuba**. Maputo, 2016. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação de Geografia da Faculdade de Ciências da Terra da Universidade Pedagógica.

LUMBROSO, Darren; RAMSBOTTOM, David. *Sustainable flood risk management strategies to reduce rural communities' vulnerability to flooding in Mozambique*. *Journal of Flood Risk Management*, 2008. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/229899427_Sustainable_flood_risk_management_strategies_to_reduce_rural_communities'_vulnerability_to_flooding_in_Mozambique. Acesso: 26/04/2021.

MACARINGUE, Ernesto Jorge. **Modernização dos espaços agrários em Moçambique versus expropriação de terras: reflexão em torno das políticas agrárias implementadas entre 1975 – 2015**. Campus Iporá – UEG, 2017. Disponível em:
<https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/7320>. Acesso: 17/07/2021

MAIA, Carlos Eduardo Santos. Segregação residencial urbana: trilhando os estudos clássicos. **Versão digital. Paco Editorial, 2020.** Disponível em:

https://play.google.com/books/reader?id=Zw0FEAAQBAJ&hl=pt_BR&pg=GBS.PT37.w.0.2.17.0.1. Acesso: 10/11/2020.

MALOA, Joaquim Miranda. **A urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação.** São Paulo, 2016. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana no Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/46363020-A-urbanizacao-mocambicana-uma-proposta-de-interpretacao.html>. Acesso: 06/06/2020.

MANNING, P. **Escravidão e Mudança social na África.** Novos estudos, volume 21, São Paulo, 1988. 29 p.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Maputo, Moçambique, 2017.

MAPOSSE, Adelina Hercília Sete. **O papel do comércio informal na ocupação da força de trabalho em Moçambique.** Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em População e Desenvolvimento da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** Editora atlas, 5ª edição, são Paulo, 2003. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso: 01/03/2019.

MARRE, Jacques A. L. **A Construção do Objeto Científico na Investigação Empírica.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.

MASSEKO, Felizardo Gabriel. **A guerra dos 16 anos em Moçambique: causas nacionais ou internacionais?** Revista Nordestina de História do Brasil, Cachoeira, v. 2, n. 3, p. 120-136, jul./dez. 2019.

Disponível em: <https://ojs.historiadaamericalatina.com.br/index.php/rnhb/article/view/21/5>. Acesso em: 19/10/2021.

MEDEIROS, Isabel M. **Tendências da urbanização na África ao sul do Sahara: Notas de leitura.** *Finisterra*, XLI, 81, 2006, pp. 191-203

MEDEIROS, Eduardo. **A evolução demográfica da cidade de Lourenço Marques (1894 –**

1975): estudo bibliográfico. Revista Internacional de Estudos Africanos. Nº 3, Janeiro-Dezembro, 1985. Disponível em:

<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11570/1/Eduardo%20Medeiros.pdf>. Acesso: 23/03/2021.

MELLAZO, Everaldo Santos. **Expansão territorial e estruturação do espaço urbano: referências teóricas.** São Paulo – Brasil, 1997.

MENDES, Luís. **Cidade pós-moderna: gentrificação e a produção social do espaço fragmentado.** Cad. Metrop. São Paulo, v. 13, n. 26, pp. 473-495, jul/dez 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14765>. Acesso: 14/05/2018.

MINDOSO, André V. **Os Assimilados de Moçambique:** Da situação colonial à experiência socialista. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Curitiba, 2017. (TESE).

MORANGE, Marianne; FOLIO, Fabrice; PEYROUX, Elisabeth; VIVET Jeanne. ***The spread of a transnational model: gated communities in three southern African cities (Cape Town, Maputo and Windhoek).*** *International Journal of Urban and Regional Research*, 2012.

MUELLER, Bernardo. **A evolução histórica dos direitos de propriedade sobre terras no Brasil e nos EUA.** História econômica & história de empresas IX.1 (2006), 23-54.

MUNICIPIO DA CIDADE DA MATOLA. **Plano de melhoria municipal.** Agosto de 2015.

MUNICIPIO DA CIDADE DA MATOLA. **Vereação de obras e vias municipais: gabinete de endereçamento, posto administrativo da Matola Sede.** S/D

NEGRÃO, José. **A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres.** MSU *Paper* No.24, 2001.

NEGRÃO, José. **Sistemas costumeiros da terra em Moçambique.** CEA/CES, Maputo/Coimbra, vol. 2, pp.10.1-10.43, 2000.

NKRUMAH, Kwame. **A luta de classes em África.** Cadernos livres nº 10. Tradução de Maria Nazaré Campos. Livraria Sá da Costa Editora – Lisboa. 1977.

NOGUEIRA, Isabel. **Estado e capital em uma China com classes.** Revista de Economia Contemporânea (2018) 22(1): p.1-3. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/rec/v22n1/1415-9848-rec-22-01-e182211.pdf>. Acesso em 24/12/2020.

OLIVEIRA, Almir Almeida de. **Observação e Entrevista em Pesquisa Qualitativa.** Universidade Federal de Alagoas. Revista FACEVV | Vila Velha | Número 4 | Jan./Jun. 2010.

Ombe, Zacarias Alexandre; LIMA, João Carlos Mendes. **As cidades moçambicanas em tempos de mudanças: a dupla pressão da globalização e das mudanças climáticas**. Rio de Janeiro, 2017.

PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. **Formas urbanas – a dissolução da quadra**. Alexandre Salvaterra. *Bookman*, 2013.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"Urbanização na África"**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/urbanizacao-na-Africa.htm>. Acesso:01/04/ 2021.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra no brasil: notas teóricas e metodológicas**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS – nº 29 – Ano 15, Maio de 2019.

PITCHER, M. Anne. **Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique**. *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), 2003, 793-820. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218791363I3gSX5sc0Tn03TK0.pdf>. Acesso: 16/07/2021.

PLANO DE ESTRUTURA URBANA DA CIDADE DA MATOLA. III regulamento. Matola, 2010.

POUPART, Jean; Deslauriers, Jean-Pierre; Groulx, Lionel H.; Laperrière, Anne; Mayer, Robert; Pires, Álvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PROCESSO Nº 112. Conselho Municipal da Cidade Da Matola. Tombo geral da propriedade.

PROCESSO Nº 303. Conselho Municipal da Cidade Da Matola. Posto administrativo do foral da Matola, 2018.

PROCESSO Nº 385. Conselho Municipal da Cidade Da Matola. Ano 1955.

PROCESSO Nº 595. Conselho Municipal da Cidade Da Matola. Tombo geral de propriedade, Talhão – 162. Situação: Subúrbios da Matola. Requerido por: Mário de Almeida Trindade.

PROCESSO Nº 2483. Câmara Municipal do Conselho da Matola. Tombo geral da propriedade. Parcela 42, Situação: Comp. XII (concessão de 4 hectares). Requerido por SONAREP

PROCESSO Nº 5866. Câmara Municipal do Conselho da Matola. Tombo geral da propriedade, parcela 476.

PROCESSO Nº 6269. Câmara Municipal do Conselho da Matola. Tombo geral da propriedade.

PROCESSO Nº 6456. Câmara Municipal da Matola. Tombo geral da propriedade.

PROCESSO Nº 7.012. Conselho Municipal da Cidade da Matola.

PROCESSO Nº 12.842. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Tombo geral da propriedade. Parcela 271/A, situação: Foral da Matola, ano 2015.

PROCESSO Nº 13.223. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Tombo geral de propriedade. Parcela – 69/A, ano: 2008.

PROCESSO Nº 13.423. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Parcela – 191/293, Talhão – 191/293, ano: 2009.

PROCESSO Nº 13.702. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Tombo geral da propriedade. Parcela 828, Talhão nº 34.

PROCESSO Nº 13.704. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Tombo geral da propriedade. Parcela 828, talhão nº 35.

PROCESSO Nº 13.973. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Localização do prédio: Foral da Matola, 2010.

PROCESSO Nº 13.996. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Localização do prédio: Foral da Matola, 2010.

PROCESSO Nº 14.866. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Tombo geral da propriedade.

PROCESSO Nº 14.870. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Tombo geral da propriedade.

PROCESSO Nº 14.871. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Tombo geral da propriedade.

PROCESSO Nº 16851. Câmara Municipal do Conselho da Matola. Tombo geral da propriedade, parcela 476.

PROCESSO Nº 17.227. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Ano: 2016

PROCESSO Nº 17.227. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Ano 2015.

PROCESSO Nº 17.235. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Parcela 828, talhão 35, ano, 2015

PROCESSO Nº 22.843. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Tombo geral de propriedade. Parcela – 69/A.

PROCESSO Nº 42.092. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Tombo geral de propriedade. Parcela – 191/293.

PROCESSO Nº 42.178. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Tombo geral da propriedade – Talhão nº 36/2, Parcela 828.

PROCESSO Nº 53.298. Conselho Municipal da Cidade da Matola. Tombo geral da propriedade. Talhão nº 24/1, Parcela 828.

Província de Moçambique. **Livro de tombo de propriedade**. Câmara municipal da Matola, 1971. QUINTÃO, Júlio. **Foral da Matola**. 1965.

RAMOS, Natália; NETO, Ana; FERREIRA, Maria Júlia. **Desafios e Oportunidades da Gestão das Cidades – O Caso de Angola**. GeoINova, 2004.

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. Ministério de estado na presidência. Comunicado sobre alteração da toponímia, 1976.

REZENDE, Gervásio Castro de.; GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro. **Formação histórica dos direitos de propriedade da terra no Brasil e nos Estados Unidos e sua relação com as políticas agrícolas atualmente adotadas nesses dois países**. São Paulo, 2008.

RIBEIRO, Ester Tomás Natal; De Sá, Lucilene Antunes Correia Marques. **Mapeamento histórico sobre tráfico de escravos em África**. Revista Brasileira de Cartografia (2015), edição de cartografia histórica: 905-911, Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto. ISSN: 1808-0936.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. “In” **A cidade contemporânea: segregação espacial**. Editora Contexto, 2013.

RUFINO, Mara Beatriz Cruz. Reestruturação do setor imobiliário e mudanças no padrão espacial de reprodução do capital: a produção imobiliária como elemento central na *reconfiguração das cidades brasileiras*, 2013.

SALGUEIRO, T. B. **Cidade pós-moderna: cidade fragmentada**. Revista TERRITÓRIO, ano 111, nº 4, jan./jun. 1998.

SAMPAIO, Thiago Henrique. **Portugal em África: as Companhias de Concessão Majestática em Moçambique (1890-1910)**. Unicamp, 2015.

SANTOS, Flávio Cabreira dos; ANDRADE, Vicentina Socorro da Anunciação. **A influência do processo de produção do espaço urbano da cidade de Aquidauana-ms/Brasil no clima e na origem e evolução da leishmania longipalpis**. VI Seminário Latino Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero Americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra, Maio de 2010.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Tradução: Myrna T. Rego Viana, 2ª edição, Edusp, 2004.

_____. **Manual da Geografia urbana.** Tradução de Antônio Dea Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. Segunda edição. EDITORA HUCITEC, São Paulo, 1989.

_____. **A urbanização desigual.** A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. 2ª edição. Petrópolis, editora Vozes Ltda., 1982.

SANTOS, Wanderson Oliveira; FERRAZ, Ana Emília De Quadros. **Urbanização e produção do espaço urbano em Vitória da Conquista – BA: novas formas e conteúdos.** *Brazilian Journal of Development.* Brasil, 2020.

SAVANA. Independência e integridade. 21 de Junho de 2019, Ano XXVI. 1328, Maputo, Moçambique.

SCOTT, Allen J. **Metrópole ressurgente: economia, sociedade e urbanização em um mundo interconectado.** Universidade da Califórnia. September 2008, p.548–64. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ijur.2008.32.issue-3/issuetoc>. Acesso: 20 de Novembro de 2017.

SERRA, Carlos. **Para a história da arte militar moçambicana (1505-1920).** Cadernos tempo, 1983.

SERRÃO, José Vicente; Direito, Bárbara; Rodrigues Eugénia; Miranda, Susana Münch. **Direitos de propriedade, terra e território nos impérios ultramarinos europeus.** Portugal, 2015.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** Editora brasiliense, 1973.

SOBARZO, Oscar A. S. **A segregação sócio-espacial em Presidente Prudente: o caso dos condomínios horizontais.** 1998. 112f. Relatório de Qualificação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 1998.

SOUSA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2013.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos.** BERTRAND BRASIL, 6ª edição, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação, Fragmentações. In: **Fragmentações, segregações, violência e urbidício nas cidades brasileiras.** Palestrantes: Jorge Barbosa (UFF),

Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP/PP), Cesar Ricardo Simoni Santos (USP), Debatedor: Marcio Piñon (UFF), 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. “In” **A cidade contemporânea: segregação espacial**. Editora Contexto, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. Editora Contexto, 1994.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Bertrand Brasil, 1988.

UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Urbanismos de influência portuguesa**. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Setembro de 2020. Disponível em: https://issuu.com/uccla/docs/urbanismos_catalogo_online. Acesso: 19/03/2021.

UN-DESA. **World Urbanization Prospects: The 2014 Revision**. New York, 2015.

UN-HABITAT. **Urbanization and development: emerging future**. World Cities Report 2016.

UNESCO. História Geral da África. VIII: África desde 1935. Brasil 2010.

UNESCO. **Grande monumento nacional do Zimbabué**. S/D. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/364/gallery/>. Acesso: 17/03/2021.

USSENE, Abu Mário. Mecanismo para harmonização da transmissão de terra face ao Artigo 109 da CRM. Publicado em 2019.

Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/74566/mecanismo-para-harmonizacao-da-transmissao-de-terra-face-ao-artigo-109-da-crm>. Acesso: 21/04/2021.

VASCONCELOS, Pedro de almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: Pedro de Almeida Vasconcelos; Roberto Lobato Corrêa; Silvana Maria Pintaudi. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. 1ed.São Paulo: Contexto, 2013, v. 1, p. 17-37.

VENTURA, A. G.; PAZERO, R.; HOELICH, S.; BENNATON, A.; LLOP, J. M. **Perfil dos dados básicos das cidades de Moçambique**. Projeto de melhora das capacidades institucionais em gestão do desenvolvimento e da consolidação de autoridades locais e redes de AL do Brasil e Moçambique como atores de cooperação descentralizada. Brasília, 2013.

VIANA, David L. **Maputo: entre a cidade compacta, difusa e sem forma.** *Escola Superior Gallaecia, Vila Nova de Cerveira, Portugal.* Ano 7. Edição 63 - 19/11/2010.

VIEIRA, Alexandre Bergamin; MELAZZO, Everaldo Santos. **Introdução ao conceito de segregação socioespacial.** Marco de 2003. Disponível em:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1118>. Acesso: 04/02/2019.

VICENTE, Jose Gil. **Políticas públicas e governança na educação: a constituição da História como disciplina em Moçambique.** Florianópolis-SC, 2015. Disponível em:

1439484733_Arquivo_Artigo_Anpuh_2015_2_GV.pdf. Acesso: 17/07/2021.

VILLAÇA, Flávio. **São Paulo: segregação urbana e desigualdade.** Estudos avançados 25 (71), 2011.

TRINDADE, João Carlos; SALOMÃO, Alda. **Avaliação da governação de terras em Moçambique.** Maio, 2016.

Disponível em: http://www.ctv.org.mz/publicacao/LGAF_RELATORIO%20FINAL.pdf. Acesso: 26/06/2020.

YUMA, Hedrick-wong; ANGELOPULO, George. **The Challenges of Urbanization in Sub-Saharan Africa: A Tale of Three Cities.** Master Card worldwide Insights, 3Q, 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo.** Tradução: Lúcia Osório Silva, Canadá, 1998. Disponível em:

https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo66Artigo%202.pdf.

Acesso: 29/05/2021.

SITES E DEMAIS MÍDIAS DIGITAIS:

<https://planningtank.com/settlement-geography/multiple-nuclei-model-1945-harris-ullman-model>.

http://www.bancomoc.mz/FILES/DES/zmci213_06072012.pdf

<https://www.un.org/ga/Istanbul+5/50.pdf>

<https://dicionario.priberam.org/palhota>

APÊNDICES

TÍTULO DA PESQUISA: DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E AUTOSSEGREGAÇÃO NA CIDADE DA MATOLA – MOÇAMBIQUE

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: ESTER TOMÁS NATAL RIBEIRO

DATA:

ANEXO 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO DA MATOLA

SEÇÃO A – ENDEREÇO DE TRABALHO DO ENTREVISTADO

A1. Província – Maputo
A2. Distrito – Matola
A3. Posto Administrativo –
A4. Bairro –
A5. Quarteirão –
A6. Rua –

SEÇÃO B – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

B1. Nome (opcional)
B2. Idade
B3. Naturalidade
B4. Nível acadêmico
B5. Profissão
B6. Cargo que exerce

Seção C – Instrumentos reguladores

- C1. Quais são os instrumentos de planejamento e gestão urbana disponíveis/existentes na cidade e quais suas datas de aprovação?
- C2. A cidade da Matola tem documentos cartográficos (mapas, cartas, plantas) que datam desde a sua criação? Se não, porquê?
- C3. Os planos, ações, políticas incorporam/incorporaram demandas populares em sua elaboração? Se sim, quem são e de que modo os populares participam? Caso não, porquê?
- C4. O município tem código de posturas? Se sim, quando foi aprovado?
- C5. Como estão organizados os diferentes setores administrativos que “cuidam” das questões urbanas?
- C6. Quais são as ações do município para o desenvolvimento e planejamento da cidade da Matola?
- C7. Existem áreas de risco mapeadas e ocupadas na cidade? Se sim, que medidas estão sendo tomadas para desocupar a população dessas áreas e qual será o destino?

Seção D – Uso e aproveitamento de terra

- D1. Em Moçambique a terra é propriedade do Estado. O município enfrenta problemas em relação ao uso e aproveitamento de terra? Se sim, quais são?
- D2. Como é feita a gestão da terra na Cidade da Matola?
- D3. Quais são os critérios para a atribuição de terrenos para habitação, comércio, etc.?
- D4. Quais são os critérios para aquisição de terreno para construção dos ERFs?
- D5. Como os moradores adquirem o direito de uso e aproveitamento de terra (DUAT)? E os dos ERFs?

Seção E – Política de habitação

- E1. Existe política de fomento de habitação no município da Matola? Se sim, é regulamentada?
- E2. O sistema de construção no município é estatal, privado, estatal/privado ou autoconstrução?
- E3. Quantos ERFs há no município? Quem são os produtores dos ERFs?
- E4. Desde quando a sua existência (ano) ou quando foram construídos?
- E5. Investimento – o capital utilizado para a construção dos ERFs é público, privado ou público/privado?

- E6. Quantos ERFs existem de capital público?
E6.1. Quantos ERFs existem de capital privado?
E6.2. Quantos ERFs existem de capital público/privado?
E7. Onde estão localizados os ERFs?
E8. Qual é o preço pelo apartamento, vivenda ou terreno no ERF?
E9. Os habitantes da cidade da Matola pagam taxas relativas à habitação? Se sim, quais são? Se não, porquê?
E10. Como é feito o pagamento de taxas relativas à habitação nos ERFs?

Seção F – Sistema de abastecimento de água

- F1. Qual é a fonte de água que abastece a cidade? Desde quando e onde se localiza? Qual é a empresa responsável pelo abastecimento?
F2. Onde é tratada a água até chegar na cidade da Matola?
F3. Quantas ligações existem na cidade, ou todas casas tem acesso a água potável?

Seção G – Sistema de esgoto sanitário

O sistema de esgoto é:

- G1. Subterrâneo,
G2. Fossas
G3. Latrinas,
G4. Outros

Seção H – Resíduos sólidos

- H1. Como é feita a coleta e tratamento de lixo? Qual é o destino final?

Seção I – Serviços prestados à população

- I1. Quais são os serviços prestados à população pelo município?
I2. Esses serviços são prestados na sua totalidade? Se sim, de que maneira? Se não, Porquê?
I3. Quais os desafios que o município enfrenta e quais são as perspectivas futuras?

TÍTULO DA PESQUISA: DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E AUTOSSEGREGAÇÃO NA CIDADE DA MATOLA – MOÇAMBIQUE

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: ESTER TOMÁS NATAL RIBEIRO

DATA:

ANEXO 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA FUNCIONÁRIOS DA DIREÇÃO PROVINCIAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SEÇÃO A – SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DA SEDE DO MUNICÍPIO

A1. Província – Maputo
A2. Distrito – Matola
A3. Posto Administrativo –
A4. Bairro –
A5. Quarteirão –
A6. Rua –

SEÇÃO B – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

B1. Nome (opcional)
B2. Idade
B3. Naturalidade
B4. Nível académico
B5. Profissão
B6. Cargo que exerce

Seção C – Roteiro de entrevista

C1. Quais são as principais atividades económicas (indústrias, serviços e comércio) na cidade da Matola?

C1.1. Onde se localizam?

C2. Houve alguma alteração de localização das principais atividades industriais desde a sua implantação?

C3. Existem indústrias, serviços e estabelecimentos comerciais implantados na periferia, que não passaram por antigas áreas de localização das principais atividades económicas?

C3.1. Se sim, quais são

C3.2. Onde se localizam

TÍTULO DA PESQUISA: DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E AUTOSSEGREGAÇÃO NA CIDADE DA MATOLA – MOÇAMBIQUE

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: ESTER TOMÁS NATAL RIBEIRO

DATA:

ANEXO 3: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA MORADORES DOS ERFs

SEÇÃO A – SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DA HABITAÇÃO

A1. Província – Maputo
A2. Distrito – Matola
A3. Posto Administrativo –
A4. Bairro –
A5. Quarteirão –
A6. Rua –

SEÇÃO B – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

B1. Nome (opcional)
B2. Idade
B3. Naturalidade
B4. Nível acadêmico
B5. Profissão
B6. Cargo que exerce
B7. Nome e localização da empresa onde exerce a profissão
B8. Estado civil
B9. Total de membros no agregado familiar

Seção C – Roteiro de entrevista

- C1. Há quanto tempo mora nesse ERF/casa?
- C1.1. A casa é alugada, própria ou cedida?
- C1.2. Se comprada, foi via parcelamento ou à vista?
- C2. Quantos compartimentos tem a casa?
- C3. Em que cidade ou bairro morava antes de morar no ERF?
- C4. Quais são as razões que o/a levaram a sair da antiga casa para o ERF?
- C5. Desde o período que adquiriu o imóvel até ao momento atual houve aumento de preço, manteve ou baixou?
- C6. Para além da casa no ERF tem mais casas? Se sim, quantas e onde?
- C7. Há quem estuda nessa casa? Se sim, onde?
- C8. Como é a convivência com outros moradores do ERF?
- C9. Como é a convivência com moradores entorno do ERF?
- C10. Quais são para você os aspetos positivos e/ou negativos em morar no ERF?
- C11. O ERF tem comissão de moradores? Se sim, tem havido reuniões, com que frequência?
- C12. Você participa nas reuniões? Se sim, o que costumam debater nas reuniões? Se não, porquê?
- C13. Pretende mudar para outro local? Se sim, porquê?

Seção D – Transporte

- D1. Que meio de transporte a família utiliza com mais frequência para:
 - D1.1. Serviço/trabalho
 - D1.2. Escola
 - D1.3. Lazer
 - D1.4. Outros
- D2. Tem utilizado transporte público? Se sim, qual? Caso não, porquê?
- D3. Quais são os bairros da cidade da Matola que mais frequenta e quais são aqueles que não frequenta? Porquê?

Seção E – Lazer

E1. O ERF tem áreas de lazer? Se sim, quais são?

E2. Tem frequentado essas áreas? Se sim, com que frequência? Caso não, porquê?

E3. Frequenta áreas de lazer fora do ERF?

E3.1. Porquê a preferência por essas áreas?

E4. Os lugares de lazer que a família frequentava antes de morar no ERF continuam sendo os mesmos?

Seção F – Serviços

F1. Que serviços o ERF oferece aos seus moradores?

F2. Dos serviços ofertados pelo ERF, gostaria que houvesse melhorias ou mudanças? Se sim, quais e porquê?

F3. De um modo geral, como se sente em relação aos serviços públicos oferecidos/prestados pelo município da Matola? Caso a resposta seja negativa, justificar porquê e detalhar os problemas que enfrenta no município. Caso a resposta seja positiva, justificar porquê e detalhar os aspectos positivos que observa e vive no município da Matola.

Seção G – Segurança

G1. Que sistema de segurança existe nesse ERF?

G2. Para além do sistema de segurança do ERF, você e sua família adoptaram outro sistema de segurança para a vossa casa?

G3. Se sente seguro ou bem em morar no ERF? Se sim ou não, justificar porquê?

Seção H – Relação com a vizinhança

H1. Conhece todos os vizinhos entorno da sua casa? Se não, porquê? Se sim, como é a convivência com eles.

H2. Tem participado em alguns trabalhos, convívios com os vizinhos? Se sim, com que frequência? Se não, porquê?

H3. Tem participado em alguns trabalhos, convívios com os moradores do ERF? Se sim, com que frequência? Se não, porquê?

H4. As crianças do ERF brincam todas juntas?

TÍTULO DA PESQUISA: DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E AUTOSSEGREGAÇÃO NA CIDADE DA MATOLA – MOÇAMBIQUE

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: ESTER TOMÁS NATAL RIBEIRO

DATA:

ANEXO 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA MORADORES DO ENTORNO DOS ERFs

SEÇÃO A – SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DA HABITAÇÃO

A1. Província – Maputo
A2. Distrito – Matola
A3. Posto Administrativo –
A4. Bairro –
A5. Quarteirão –
A6. Rua –

SEÇÃO B – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

B1. Nome (opcional)
B2. Idade
B3. Naturalidade
B4. Nível académico
B5. Profissão
B6. Cargo que exerce
B7. Nome e localização da empresa onde exerce a profissão
B8. Estado civil
B9. Total de membros no agregado familiar
B10. Grau de Parentesco
B11. Idades dos membros do agregado familiar

Seção C – Roteiro de entrevista

- C1. Há quanto tempo mora no bairro?
- C2. Já morou em outra cidade, bairro, antes de morar aqui? Caso sim, onde? Em um flat ou vivenda/casa, alugada ou própria?
- C3. Quais foram as razões que o/a levaram a sair da antiga cidade, bairro para este bairro?
- C4. A casa onde mora é própria ou alugada?
- C4.1. Se for própria, comprou ou construiu?
- C4.2. Se comprou, pagou à vista ou parcelou?
- C4.3. Se construiu, como conseguiu o terreno?
- C5. Quantos compartimentos tem a casa?
- C6. Para além da casa nesse bairro, tem mais casas? Se sim, quantas e onde?
- C7. Houve mudanças nessa área (zona) com a construção do ERF? Se sim, quais são?
- C8. Convivem com os moradores do ERF? Se sim, em que circunstâncias e com que frequência? Caso não, porquê?
- C9. Como é a convivência com os moradores do ERF?
- C10. Se sente bem em morar próximo do ERF? Se sim ou não, porquê?
- C11. Existem alguns aspetos positivos e ou negativos em morar próximo ao ERF?
- C12. Existem bairros na cidade da Matola que mesmo sendo ofertado terreno não moraria? Se sim, quais e porquê?
- C13. Pretende mudar para outro local? Se sim, porquê?

Seção D – Transporte

- D1. Tem algum meio de transporte? Se sim, qual? É cedido pelo serviço ou é pessoal?
- D2. Enfrenta algum problema em abastecer o meio de transporte que utiliza?
- D3. Que meio de transporte a família utiliza com mais frequência para:
 - D3.1. Serviço/trabalho
 - D3.2. Escola
 - D3.4. Lazer
 - D3.5. Outros
- D4. Tem utilizado transporte público (comboio, TPM, chapa cem)? Se sim, qual? Se não, porquê?
- D5. Quais são os bairros da cidade da Matola que não frequente? Porquê?

Seção E – Lazer

- E1. O bairro tem áreas de lazer? Se sim, quais são e onde se localizam?
- E2. Tem frequentado essas áreas? Se sim, com que frequência? Caso não, porquê?
- E3. Frequenta áreas de lazer fora do bairro?
 - E3.1. Se sim, quais e onde se localizam?
 - E3.2. Porquê a preferência por essas áreas?

Seção F – Serviços

- F1. Que serviços o município oferece ao bairro?
- F2. Dos serviços oferecidos pelo município, gostaria que houvesse melhorias ou mudanças? Se sim, quais e porquê?
- F3. De um modo geral, como se sente em relação aos serviços públicos oferecidos/prestados pelo município da Matola? Caso a resposta seja negativa, justificar porquê e detalhar os problemas que enfrenta no município. Caso a resposta seja positiva, justificar porquê e detalhar os aspectos positivos que observa e vive no município da Matola.

Seção G – Segurança

- G1. Existe sistema de segurança nesse bairro? Se sim, qual é? Se não, porquê?
- G2. Existe sistema de segurança na casa? Se sim, qual é? Se não, porquê?
- G3. Se sente seguro em morar nesse bairro? Se não, porquê?

Seção H – Relação com a vizinhança

- H1. Conhece todos os vizinhos entorno da sua casa?
 - H1.1. Se não, porquê?
 - H1.2. Se sim, como é a convivência com eles.
- H2. Tem participado em alguns trabalhos, convívios com os vizinhos?
 - H2.1. Se sim, com que frequência?
 - H2.2. Se não, porquê?
- H3. As crianças da vizinhança brincam juntas?

TÍTULO DA PESQUISA: DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E AUTOSSEGREGAÇÃO NA CIDADE DA MATOLA – MOÇAMBIQUE

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: ESTER TOMÁS NATAL RIBEIRO

DATA:

ANEXO 5: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA ENCARREGADOS DOS ERFs

SEÇÃO A – SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO ERF

A1. Província – Maputo
A2. Distrito – Matola
A3. Posto Administrativo –
A4. Bairro –
A5. Quarteirão –
A6. Rua –

SEÇÃO B – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

B1. Nome (opcional)
B2. Idade
B3. Naturalidade
B4. Nível acadêmico
B5. Profissão
B6. Cargo que exerce
B7. Nome e localização da empresa onde exerce a profissão
B8. Estado civil

Seção C – Roteiro de Entrevista

- C1. O ERF é de propriedade privada, estatal ou privada/estatal?
- C2. Em que ano começou a construção do ERF, quando terminou e quando começou a ser habitado?
- C3. Qual é a área do ERF e das casas?
- C4. Quantas casas existem no ERF?
- C5. Qual é o preço pelo apartamento, vivenda ou terreno?
- C6. As casas têm a mesma planta arquitetônica? A construção é vertical ou horizontal?
- C7. Que sistemas de segurança oferece o ERF (muro, sistema de alarme, guardas, cerca elétrica, etc.)?
- C8. Existe um advogado contratado no ERF para resolver conflitos caso hajam?
- C9. Há áreas de serviços e comércio no ERF?
- C9.1. Se sim, quais são?
- C9.2. Caso não, porquê?

Seção D – Regras para os moradores do ERF

- D1. Existem regras estabelecidas no ERF para moradores? Se sim, quais são?
- D2. No caso da infração das regras, há medidas que se tomam ao morador? Se sim, quais são essas medidas e quem as toma?
- D3. Que implicações tem essas medidas para o morador?

Seção E – Regras para os funcionários do ERF

- E1. Existem regras estabelecidas no ERF para funcionários? Aqui inclui-se os empregados/as domésticos/as? Se sim, quais são essas regras?
- E2. No caso da infração das regras, há medidas que se tomam aos funcionários? Se sim, quais são essas medidas e quem as toma?
- E3. Que implicações tem essas medidas para o funcionário?

Seção F – Regras para os visitantes

F1. Existem regras estabelecidas no ERF para visitas? Se sim, quais são essas regras?

F2. No caso da infração das regras, há medidas que se tomam para o visitante? Se sim, quais são essas medidas e quem as toma?

F3. Que implicações tem essas medidas para o visitante?